Roso, A. et al. (2021). *Mundos sem fronteiras.*

MUNDOS SEM FRONTEIRAS
Representações sociais e práticas psicossociais

ORGANIZADORES:

Adriane Roso (Ed. Coord.)
Pedrinho A. Guareschi
Aline R. C. Hernandez
Adelina Novaes
Aline Accorssi
Camila dos Santos Gonçalves

Porto Alegre, RS, Brasil
2021

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de

literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: http://www.abrapso.org.br/

Roso, A. et al. (2021). *Mundos sem fronteiras.*

APOIO

Consulado Geral da França - São Paulo
Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici
Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (Ciers-ed)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
GT Representações Sociais – ANPEPP
Fundação Carlos Chagas (FCC)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
VIDAS – Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica שלצ Social’
SMIC - Grupo de Pesquisa Saúde, Minorias Sociais e Comunicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Educação (FACED)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais

CAPA E CONTRACAPA

Fabio Cesar Oliveira Bernardino - Núcleo de Infraestrutura e Suporte da Fundação Carlos Chagas (FCC)

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Adélia Maria Mariano da Silva Ferreira - Núcleo de Documentação e Difusão Científica da Fundação Carlos Chagas (FCC)

NORMATIZAÇÃO APA 7 ed.

Ana Lucia Ramos de Olim
Ana Maria de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mundos sem fronteiras : representações sociais e práticas psicossociais [livro eletrônico] / organização Pedrinho Arcides Guareschi ... [et al.] ; coordenação Adriane Roso. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2021. ePub

Outros organizadores : Aline R.C. Hernandez, Adelina Novaes, Aline Accorssi, Camila dos Santos Gonçalves.
ISBN 978-65-88473-07-8

1. Psicologia I. Hernandez, Aline. R.C. II. Novaes, Adelina. III. Accorssi, Aline. IV. Gonçalves, Camila dos Santos. V. Roso, Adriane.

21-74743 CDD-150

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia 150

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Como citar (APA 7.ed):

Roso, A. (Ed. Coord.), Guareschi, P. A., Hernandez, A. R. C., Novaes, A., Accorssi, A. & Gonçalves, C. dos S. (orgs.) (2021). *Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais***.** ABRAPSO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial
CBN - Central Brasileira de Notícias
CBRS – Conferência Brasileira sobre Representações Sociais
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
Cefet-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna).
Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
FACED - Faculdade de Educação
Fapergs – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
IES – Instituição de Ensino Superior
JIRS – Jornada Internacional em Representações Sociais
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexual, +[1]
MBL - Movimento Brasil Livre
MEC - Ministério da Educação
MPF – Ministério Público Federal
MPL – Movimento Passe Livre

---

[1] Nota da Editora Coordenadora: O sinal + significa expansão e múltiplas possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero, tais como o “A” referindo-se à assexualidade (pessoa que não sente atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou semelhante) e o “P” relativo à pansexualidade (pessoa que pode desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua orientação/identidade de gênero ou sexo biológico).

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OS - Organizações Sociais)
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPGPSI - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
Prouni - Programa Universidade para Todos
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saresp – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
Simave – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
STF – Supremo Tribunal Federal
TRS – Teoria das Representações Sociais
UBA – Universidad de Buenos Aires
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFN – Universidade Franciscana
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
Unesa – Universidade Estácio de Sá
Unesco/Orealc – Oficina Regional de Educação da Unesco para América Latina e Caribe
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
Unicid – Universidade Cidade de São Paulo
Unitau – Universidade de Taubaté

Prefácio 12

Abrindo espaços às balbúrdias em contextos fascistas 17

Adriane Roso 17

Enfrentamento e superação de fronteiras – indagações iniciais 33

Pedrinho A. Guareschi 33

A polarização sob o olhar psicossocial 43

Angela Arruda 43

Sobre o Espírito do Tempo e Representações Sociais 84

Denise Jodelet 84

Representaciones sociales, memoria social y narrativa histórica – una relación entre representaciones sociales y prácticas 108

Susana Seidmann 108

As práticas sociais e seu "contexto" 121

Pedro Humberto Faria Campos 121

Polarización y representaciones del "otro enemigo": desafíos de la transición democrática en Venezuela 156

Mireya Lozada 156

Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro: representações "b" e política em tempos virais 199

Aline Reis Calvo Hernandez 199

André Luiz Guerra da Silva 199

Silvana Carneiro Maciel 256

Patrícia Fonseca de Sousa 256

Camila Cristina Vasconcelos Dias 256

Entre representações sociais e ideologias – o caso do gênero 280

Jorge Correia Jesuíno 280

Espetacularização e viralização de estupro coletivo: dos saberes (in)sabidos 319
Adriane Roso 319
Janine Gudolle de Souza 319
Catiele dos Santos 319
El estudio de las representaciones sociales en el contexto didáctico 383
José Antonio Castorina 383
Representação social, ciência e educação no século XXI – para onde vamos? 412
Edna Maria Querido de Oliveira Chamon 412
Leonor M. Santana 412
A produção do saber escolar nas ciências naturais: uma reflexão com base na Teoria das Representações Sociais 439
Alcina Maria Testa Braz da Silva 439
Sobre as Autoras e os Autores 456

Prefácio

Al dar lectura a los textos que integran este libro, es posible identificar distintas dimensiones que, al conjugarse, enriquecen la perspectiva de las representaciones sociales; la configuración de una realidad social de América Latina y la capacidad de comprensión de sus problemas. Aún más, todo ello se hace posible, a través de algunos de los temas enunciados en el índice, a decir de *un mundo sin fronteras, la polarización, el espíritu del tiempo, la memoria social, la ideología, las representaciones y las práctica sociales,* mismos que constituyen las coordenadas en las cuales se inscribe el trabajo del grupo de investigadores e investigadoras, reunidos en la XI Jornada Internacional sobre Representaciones Sociales (JIRS) y la X Conferencia Brasileña sobre Representaciones Sociales (CBRS).

Con cada una de sus contribuciones, se posiciona y avanza en la construcción de conocimiento sobre una realidad social compleja y dinámica. Las aportaciones como *el fenómeno Bolsonaro, los trastornos mentales, el género, el estupro colectivo, los estudios, el contexto didáctico, la ciencia y la educación, el saber y las ciencias naturales,* dan cuenta de aspectos específicos; de problemáticas particulares que son analizadas desde las representaciones sociales y hacen visibles aspectos, elementos componentes y procesos, que en su conjunto, abonan a la discusión de las formas que caracterizan al pensamiento social en las realidades latinoamericanas. Es importante recordar que el desarrollo de los estudios sobre representaciones sociales en Brasil y América Latina, se encuentra fuertemente influidos por la

investigación-acción, tal como lo reconoce Fátima Flores Palacios en la obra *El discurso de lo cotidiano v el sentido común. La teoría de las representaciones sociales* (2011, p. xix-xxxv), cuestión que nos permite comprender la naturaleza del libro que presentamos.

La riqueza de las dimensiones destacadas en este libro, así como los casos particulares tratados, me hicieron pensar en dos textos que entraman ejes, a partir de los cuales, la aparente fragmentación de temas y problemas, adquieren en realidad una organización clara y articulada. La primera obra que vino a mi mente fue el de tensiones y explicaciones en psicología social experimental de Doise (1983), explicaré a continuación las razones.

En el marco de la conformación de dicho trabajo, Doise identifica al menos 3 tensiones en el desarrollo de la psicología social, mismas que podemos sintetizar así: la distancia o el acento en las dinámicas individuales versus las dinámicas sociales; entre el desarrollo teórico (general) y los trabajos específicos (empíricos) y por último, las explicaciones de naturaleza individual respecto de las de naturaleza social.

En ese sentido, al revisar el conjunto de trabajos que dan forma a este libro, es posible observar, de inicio, el predominio que adquieren las dinámicas sociales en cada uno de los artículos frente a las de orden individual; destacan también las explicaciones de naturaleza social sobre las individuales y, como consecuencia de mi lectura, es posible reconocer el aporte de los trabajos específicos en el marco general de la ideología y, más particularmente, en relación con la teoría de las representaciones sociales. En efecto, cada uno

de los trabajos reportados se centran más en el nivel grupal y colectivo que en el individual; por otro lado, al dar cuenta de las distintas dinámicas sociales imperantes de nuestras sociedades latinoamericanas, se brinda una mayor y mejor comprensión de los contextos sociales en los cuales adquieren forma las decisiones de orden grupal e individual. Una característica importante de los artículos es que privilegian el estudio y atención a la resolución de problemas sociales específicos y, minimizan con ello, la brecha que ha caracterizado en otros momentos una distancia en el desarrollo de la disciplina entre la teoría y lo empírico. Por tanto, al connotar las explicaciones de naturaleza social a través de la visibilización de lo posicional, de las creencias, los valores, los prejuicios y de la cultura frente a los procesos individuales, nos brindan mayores elementos comprensivos de la realidad.

Esta reflexión nos conduce al texto “Anatomie des idées ordinaires”, publicado en el 2003 por Flament y Rouquette, donde se recupera y señala al pensamiento social como resultado de la articulación esencial que existe entre la cognición, la comunicación y la sociabilidad; y se le reconoce como construido o como resultado de factores de orden social, que son materializados a través de las instituciones en formas simbólicas o rituales (Flament & Rouquette, 2003, p. 13). En este contexto, las representaciones sociales constituyen en efecto, una expresión del pensamiento social que, además al ubicarlas dentro de la arquitectura propuesta por dichos autores, es posible reconocer algunas características más como el grado de variabilidad y estabilidad, de las cuales son objeto,

en contraste con las creencias cuya viariabilidad es menor y gozan de una estabilidad mayor; pues como sabemos, la ideología es mucho más durable en el transcurrir del tiempo. Referirnos al pensamiento social, nos permite reconocer un conjunto de trabajos que dan cuenta de distintos temas, mismos que nos brindan una serie de características sobre la ideología o ideologías que predominan en nuestras sociedades, acerca de las creencias que alimentan y dan sentido a las practicas y comportamientos sociales, del los cuales, este texto da cuenta; la visita a las aportaciones de Doise, Flament y Rouquette, nos permiten identificar la necesidad de situar a las representaciones sociales, a través de los niveles de análisis, o bien, desde el pensamiento social y, en ellos, la cultura, las creencias colectivas y las tradiciones que devienen en una forma más especifica y permiten hacer visible la conexión que, con ellas, tienen nuestros objetos y temas de estudio.

En suma, los artículos que conforman el libro, nos ofrecen una serie de elementos que permiten identificar aspectos importantes en la arquitectura del pensamiento social de nuestra realidad actual, así, la referencia a la polarización, al “fenómeno Bolsonaro”, a la memoria social, a los trastornos mentales, al tema de género, a la espectacularización y viralización del estupro colectivo y, por otro lado, a la representación social de la ciencia, de la educación y los contextos didácticos y al análisis de las prácticas sociales, líneas que, en su contexto constituyen, como bien lo señala Denise Jodelet, elementos que abonan reflexivamente sobre “el espíritu del tiempo”, asimismo, para seguir construyendo un

“mundo sin fronteras”. Por todo lo ya señalado, es que la perspectiva que esta obra nos ofrece es absolutamente bienvenida, particularmente en este tiempo en el que, la incertidumbre en principio no ha hecho sino agudizar los conflictos y dinámicas sociales, que aquí ya se plantean y caracterizan, como retos que enfrentarán nuestras sociedades.

Juana Juárez Romero
ıd Autónoma Metropolitana-Iztapalapa,
Ciudad de México, diciembre 2020.

Referências

Doise, W. (1983). Tensiones y explicaciones en psicología social experimental. *Revista Mexicana de Sociología*, *45*(2), 659-686. https://doi.org/10.2307/3540264

Flament, C., & Rouquette, M. L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*: *Comment étudier les représentations sociales*. Armand Colin.

Flores Palacios, F. (Ed.). (2011). *El discurso de lo cotidiano y el sentido común: La teoría de las representaciones sociales*. Anthropos.

Wolfgang W., & Flores, F. (Eds.). (2011). *El discurso de lo cotidiano y el sentido común: La teoría de las representaciones sociales*. CRIM-UNAM, CEIICH-UNAM, Departamento de Matemática Educativa del Cinvestav-IPN, Anthropos.

Abrindo espaços às balbúrdias em contextos fascistas

Adriane Roso

de ficção social e política forjada pelo, mundo colonial e capitalista" p.17, em referência à Lélia Gonzales).

É com muito prazer que apresentamos o livro *Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais*, que coloca no seu bojo o título da XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) e da IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS), ocorridas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, de 25 a 28 de outubro de 2019, nas instâncias da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Acompanhando o "espírito do tempo", para recorrer à expressão trabalhada mais adiante, por Denise Jodelet nesta obra, o livro nasce em um contexto histórico em que os fascismos se revigoram e a produção de evidências científicas são colocadas em xeque.

Não obstante, todo "espírito do tempo" traz consigo resistências, confusão, desordem. Nessa via, acreditamos, um livro também pode ser uma forma de balbúrdia! A expressão balbúrdia foi utilizada, em abril de 2019, pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub (abril 2019 a junho 2020) para depreciar o

trabalho das professoras universitárias brasileiras[2] de instituições públicas e justificar a redução de investimentos nessas instituições. A expressão foi ressignificada por acadêmicas e professoras para salientar/divulgar a importância da pesquisa, ensino e extensão amplamente desenvolvidos nas universidades (Agostini, 2019). Significa barulho ou ruído provocado por muitas vozes juntas; confusão ou desordem barulhenta relacionada a tumulto (Priberam, 2020). Desse modo, balbúrdia é ação coletiva; impossível fazê-la sozinha, é sempre necessário a presença de outras pessoas na constituição do cenário.

Foi nesse “espírito do tempo” que idealizei o símbolo da XI JIRS e IX CBR: o mundo de cabeça para baixo, significando as resistências e um mundo visto sob outra lógica; o lilás representando os feminismos; o azul lembrando as conexões com o universo, com o ambiente sem poluição; os vários idiomas representando as possibilidades de comunicação e dialogicidade; a corrente se assemelhando ao símbolo do infinito, sinalizando os mundos infinitos; e o elo se rompendo mostrando que é possível viver sem fronteiras. Foi com esse espírito “rebelde” que nos colocamos em movimento para organizar o evento.

Figura 1

---

[2] Ainda que a linguagem de gênero inclusiva utilizada nos últimos anos por autoras feministas e ativistas pelos direitos das minorias, expressa no uso de barras (e.g., ela/e; a/o), seja muito importante para chamar a atenção das ausências de minorias sociais, penso que a leitura fica menos fluida. Desse modo, utilizarei substantivos e pronomes no feminino com a intenção de desacomodar linguagens de gênero instituídas e marcar a presença das mulheres e outras minorias, quando possível.

Logo da JIRS/CBRS 2019

Fonte: https://www.2019.jirs.com.br/

Nem todas as teorias desejam ou conseguem produzir balbúrdia nas ciências, mas acredito que a Teoria das Representações Sociais (TRS), iniciada no final dos anos 1950 por Serge Moscovici (1925-2014), e materializada na obra *A psicanálise, sua imagem e seu público* (*La Psychanalyse son image, son public*) (Moscovici, 1961/2008), causou, desde a sua proposição, balbúrdia, ou como explanou Gerard Duveen (1961/2008), o conteúdo da obra foi um escândalo ao desafiar as perspectivas funcionais dominantes na psicologia social. O próprio Moscovici, no prefácio da segunda edição da obra, reconhece que sua "tese provou um certo desconforto" e foi "uma intrusão intolerável" na medida em que ousou ir além dos limites da filosofia positivista, do

behaviorismo e da psicologia social tradicional, que se restringia a estudar os indivíduos, os pequenos grupos e as relações informais (Moscovici, 1961/2008, p. xxii-xiii).

Todavia, a TRS não parou no tempo. Ela continuou a se expandir, servindo de base para a construção de um dos campos de trabalho mais intensos, o da psicologia social, tanto na América Latina quanto na Europa e em ascendência em outras regiões do mundo. As imersões de Moscovici em outros contextos evidenciam essa expansão. Ele foi membro da European Academy of Sciences and Arts, da Academia Russa de Ciências, da Academia Húngara de Ciências e agraciado com o Officer of the Légion d'honneur. Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* de diversas universidades e foi agraciado com prêmios importantes como o Prêmio Balzan para a Psicologia Social (2003) e o Prêmio Wilhelm Wundt-William James (2007), concedidos a pesquisadores cuja obra tenha destaque internacional.

Inicialmente, a Teoria das Representações Sociais consistia na articulação de um conjunto de (micro)teorias, mas, com o tempo, ela foi se emancipando e criando formas de uma teoria inovadora ao ressaltar a relação entre o saber do senso comum e o saber científico e ao visar à compreensão da transformação desses saberes um pelo outro. O primeiro trabalho de Moscovici (1961/2008), anteriormente mencionado, *A psicanálise, sua imagem e seu público*, estimulou inúmeras investigações em psicologia social que, ao longo do tempo, foram se somando àquelas vindas de

outros campos disciplinares, particularmente da saúde, da educação, da assistência social, da comunicação, da antropologia, entre outros.

Podemos pensar que, no caso de nosso país, onde tantos pesquisadores em representações sociais se inscrevem em epistemologias críticas, a TRS vem se constituindo como uma “balbúrdia brasileira”, por parte de muitos pesquisadores. De fato, o primeiro grupo de pesquisa em representações sociais, criado por Pedrinho Guareschi, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS),[3] constitui-se como um fogo que espalhou fagulhas de desejos pelo estudo das representações sociais. Como integrante desse grupo desde o final dos anos 1990, fui testemunha da sensibilidade de Pedrinho às questões políticas e à importância das representações sociais como práticas que constituem o social. Sua defesa pela crítica propositiva e por uma ética das relações dá início à “escola brasileira” da TRS (Jodelet, 2011, p. 22), colocando tempero e sabor especial nesse campo de saber na medida em que suas orientações de dissertações e teses abarcam diversas temáticas que exploram a TRS e que suas próprias pesquisas se engajam em uma concepção comunitária-solidária de ciência.

A vinda da JIRS e da CBRS de 2019 para Porto Alegre foi um pedido meu ao Pedrinho, aceito por ele e validado pelo nosso GT-Representações Sociais. Nada mais justo que, finalmente, termos o Pedrinho presidindo um evento em representações sociais

[3] Informação compartilhada por Brígido Vizeu Camargo, em conversa com a autora, na X JIRS/VIII CBRS (2017), em Belo Horizonte.

no Brasil. Sob sua presidência, tivemos um encontro repleto de reflexões profundas e de compartilhamento de afetos. Contamos com a inscrição de 108 estudantes da graduação, 260 da pós-graduação e 280 profissionais, somando 648 inscritos. Todavia, esses números reduzem-se quando contabilizamos o número de credenciados, como podemos observar na Tabela 1. Essa redução ocorreu, em grande parte, devido aos cortes orçamentários impostos às universidades. Durante o governo Bolsonaro, se, em 2019, o orçamento do Ministério da Educação era de R$ 122,9 bilhões, para 2020, o valor anunciado foi de 103,1 bilhões, representando uma redução de 19,8 bilhões ou -16,3% (Rodriguez, 2020).

Tabela 1

Número de Inscritos e Credenciados na JIRS/CBRS 2019

Modalidades	**Inscr**	**Creden**
Estudantes da (	108	44
Estudantes da I	260	141
Profissionais	280	139
TOTAL	**648**	**324**

Fonte: Airá (2019).

A organização de um evento internacional de grande porte, como é o caso da JIRS, é um desafio, especialmente em contexto em que põem os organizadores à prova. Confesso que houve

momentos em que quase desisti de tocar adiante a organização desse acontecimento. Muitos sabem, por experiência própria, ou por conviver na universidade, o quanto é difícil organizar um evento dessa natureza. São muitos detalhes, diferentes ideias, indicações de nomes diversos, escassez de recursos, etc.; difícil contemplar o desejo de todas as pessoas que se importam com a TRS.

Junta-se a essa complexidade, o desinvestimento de um governo que tem postura restritiva quanto às políticas de financiamento das universidades públicas, e outras atitudes e práticas que visam a deslegitimar o bem público e exterminar a produção de saberes críticos e a própria ideia de universidade pública e plural. Não se trata simplesmente de uma crise institucional, como nos falava Santos, no *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade* (1999). Trata-se de uma evidente tentativa de desmonte e aniquilamento de vidas. *Vidas precárias*, como disse Butler (2011), precárias desde seu nascimento, como a vida de todos nós, mas vidas que se tornam para um governo autoritário, abusivo, apenas corpos a serem violados no seu direito à liberdade.

Como escrevi na carta endereçada aos inscritos na JIRS e publicada no *site*, realizamos um evento baseado na simplicidade, sem pastinhas bonitas, canecas, hotel luxuoso, mas fizemos um evento-balbúrdia que se contrapôs aos fascismos que se aviltam por este Brasil. Essa XI JIRS e XIX CBRS não são apenas uma conquista nossa, são uma vitória. Nós podemos estar cansadas,

desestimuladas, mas não nos rendemos. "*Não tá morto quem peleia!*", diz um ditado gaúcho. Nós peleamos e não nos calamos.

Esta JIRS foi mais que um movimento de resistência frente ao descaso, deboche e tentativa de extermínio de saberes diversos. Um movimento na direção de tensionar e descontruir as fronteiras globais. Afinal, como coloquei na epígrafe dessa introdução "as fronteiras nacionais não passam de ficção social e política forjada pelo mundo colonial e capitalista" (Rios & Lima, 2020, p.17, em referência à Lélia Gonzales).

Nossas jornadas sobre representações sociais, ou pelo menos evidentemente esta, constituiu-se como potência que se faz no conjunto, pois só pela via do coletivo que conseguiremos romper as barreiras das fronteiras que nos cindem. Entretanto, a ação coletiva não se efetua de modo homogêneo, haja vista que o coletivo dos estudiosos das representações sociais é muito diverso. Aliás, das teorias que já estudei e que tratam do psiquismo (incluindo a psicanálise), sem dúvida, a TRS é a que mais me parece se abrir para a conversa com outras perspectivas. Foi por meio de um coletivo heterogêneo que tentamos, por meio do discurso, entender esse sistema econômico-político fascista, necrosante e que quer trancafiar a educação no sistema de mercado neoliberal.

Contamos com a participação de estudiosos das representações sociais de vários estados do Brasil e, igualmente, de 11 credenciados oriundos de outros países, distribuídos da seguinte forma: Argentina (3), Espanha (1), Colômbia (1), Estados Unidos

(1), Portugal (1), França (3) e Peru (1). O mapa a seguir ilustra a participação dos credenciados por estado.

Figura 2

Participação credenciados por estado na JIRS/CBRS 2019

Fonte: Airá (2019).

À medida que os trabalhos foram apresentados, pude presenciar os participantes se engajando nas discussões. Assim, é muito provável que o evento tenha conseguido fazer algumas rachaduras nos nossos próprios pensamentos e nos dos participantes. Formamos, sim, vidas que buscam criar mundos sem fronteiras e gestar outros mundos possíveis de se viver por meio do diálogo, da instauração de conflitos teóricos e da construção de

pontes entre diferentes saberes. Ali, naquelas salas lotadas, escutamos uns aos outros.

Que os ventos sombrios nunca paralisem nossos pensamentos. É importante continuar a pensar e fazer balbúrdia. Que possamos compartilhar e renovar a Teoria das Representações Sociais neste contexto de adversidade, e que ela sirva para instilar percepções mais sensíveis sobre as injustiças, sobre as correntes que nos aprisionam em um mundo com fronteiras tão bem demarcadas. Como disse Moscovici (2011), no livro *Psicologia das minorias*, "só as ideias e os fatos que se apoiam numa percepção e numa sensibilidade renovadas podem nos levar a compreender verdadeiramente e a valorizar nosso conhecimento e nossa vida" (p. 238).

Este livro que apresentamos é uma tentativa de materializar algumas das ideias apresentadas e discutidas no evento. O objetivo da obra consiste em somar-se às produções na TRS de modo que os textos divulgados possam servir de referência a diferentes campos de saber, particularmente à psicologia social, educação, ciências sociais, saúde coletiva e ciências políticas, bem como demais áreas interessadas em avançar nas reflexões e metodologias no campo da Teoria das Representações Sociais. Visamos a contribuir com o adensamento das reflexões sobre epistemologia, ontologia, teoria e metodologias relativas à TRS e esperamos que seu conteúdo possa servir como material científico de apoio às práticas de ensino de graduação e pós-graduação nos diferentes campos de saber que se interessam pelo estudo da TRS. Em síntese,

pretendemos espraiar "*the beautiful invention*" (Jodelet, 2008, p. 411) que é essa teoria, divulgando as conferências, os simpósios e trabalhos correlacionados apresentados na XI JIRS e na IX CBRS.

O livro contém escritos derivados ou inspirados nas apresentações ocorridas na JIRS por parte das congressistas, Angela Arruda (UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Emérita) e Denise Jodelet (EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Emeritus), e das\dos simposistas Adelina Novaes, Alcina Maria Testa Braz da Silva, Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, Jorge Correia Jesuino, José Antonio Castorina, Mireya Lozada, Pedro Humberto Faria Campos, Pedrinho Guareschi, Silvana Carneiro Maciel e Susana Seidmann. Também foram convidados a escrever os membros integrantes do Grupo de Trabalho Representações Sociais, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (GT Representações Sociais, ANPEPP), contando, em alguns capítulos, com a colaboração de pesquisadoras-estudantes que se iniciam no campo das representações sociais.

Reconhecimento de apoio

A JIRS e CBRS não seriam possíveis sem o apoio incondicional de instituições. Quero agradecer, em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e à UFSM, instituição que me acolhe desde 2008 e que possibilitou que eu estruturasse meu tempo para a organização da JIRS/CBRS. Nesse sentido,

agradeço em especial ao Grupo de Pesquisa que lidero – Saúde, Minorias Sociais e Comunicação (SMIC) e ao VIDAS –- Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica שלם [4] Social, da UFSM, cujos integrantes se organizaram para apoiar a realização do evento.

A UFSM fez parceria com a UFRGS, contando com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) e da Faculdade de Educação (Faced). Quero destacar aqui o apoio do Grupo de Pesquisa Ideologia, Comunicação e Representações Sociais, coordenado por Pedrinho Guareschi, instalado no PPGP da UFRGS.

Como tem sido tradição nos últimos anos, a cada JIRS um dos dois grupos da Anpepp em representações sociais assume a organização do evento. Neste ano, estiveram presentes na construção desse evento o GT Representações Sociais, coordenado atualmente pela Professora Clarilza Prado. Essa organização foi mediada pela equipe da Airá Eventos, que assumiu a difícil tarefa de agenciar cada detalhe operacional e estrutural. A Airá tem sido parceira há tempos na organização de nossas jornadas itinerantes.

Salientamos, também, nosso profundo reconhecimento às instituições que apoiaram financeiramente esse evento: a Fundação Carlos Chagas, em particular o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (Ciers-ed), a

[4] Do hebraico, íntegro, inteiro, completo. Utilizado aqui para fazer referência à conectividade entre a clínica e o social. Uma psicologia clínica que não se complementa com a psicologia social é incompleta, e vice-versa.

Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici, o Consulado Geral da França em São Paulo e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Auxílio Paep n. 7/2019.

Não se enganem, por trás, ou melhor, por dentro, nas entranhas dessas instituições, há pessoas, impossíveis de nomear todas, que também fizeram a IIRS acontecer. Mas gostaríamos de marcar os nomes de pessoas que contribuíram imensamente para que esse evento acontecesse: Aline Accorssi, Camila Gonçalves, Aline Reis Calvo Hernandez (responsável por fazer acontecer esse evento na estrutura da Faced da UFRGS), Clarilza Prado, Lúcia Villas Bôas, Angela Arruda, Pedro Humberto Faria Campos, Adriano Nascimento, Vanessa Giacomelli Bressan, Denise Amon. Especialmente, queremos agradecer à Adelina Novaes, companheira desde o começo da organização dessa jornada, quando eu ainda estava afastada do Brasil para pós-doutoramento; e à Cinda Murta, que foi a pessoa que me manteve acreditando que era possível realizar a IIRS apesar de todos os ventos sombrios que assolam nosso país e esses mundos cercados de fronteiras.

Agradecemos ainda às monitoras Aline Paz Freitas, Aline Sauer, Camila Patrocinio, Catiele dos Santos, Franciele Kersting Farias, Ianine Gudolle de Souza, Karen Tomaszewski, Leticia Chagas, Luiza Almansa Goulart e Maria Luiza Leal. O trabalho de monitoria é essencial ao bom andamento do evento e também um momento de aprendizagem para os/as estudantes de iniciação científica e pós-graduação, no que tange ao preparo para

organização de futuros eventos e à familiarização com as pesquisadoras do campo das representações sociais. Nesse processo de aprendizagem, incluem-se muitas responsabilidades: empatia com as pessoas participantes, pontualidade, agilidade na resolução de ações, presteza, entre outras. Diferentemente dos apresentadores e participantes em geral, precisamos das monitoras todos os dias, do início ao fim do evento.

Por último, mas não menos importante, agradecimentos à Adélia Maria Mariano da Silva Ferreira, do Núcleo de Documentação e Difusão Científica da Fundação Carlos Chagas, que fez o trabalho minucioso de revisar a ortografia dos capítulos, e à Ana Lucia Ramos de Olim e Ana Maria de Souza que auxiliaram na revisão das normas científicas com relação às referências.

Obrigada por tudo. Desejo a todas uma leitura pulsante, tocante e que instigue o pensar!

Referências

Agostini, R. (2019, 30 abril). MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *O Estadão*. https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579

Airá Eventos Técnico Científicos (2019). *Relatório Final da X JIRS e da IX CBRS*. Airá Eventos.

Butler, J. (2011). Vida precária. *Contemporânea*, *1*(1), 13-33. (Dossiê Diferenças e (Des)igualdades).

Duveen, G. (2008). Introduction. In S. Moscovici (Org.), *Psychoanalysis: Its image and its public* (pp. xi-xvii). Polity Press. (Original work published 1961).

Jodelet, D. (2008). Social representations: The beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behavior*, *38*(4), 411-430.

Jodelet, D. (2011). Ponto de vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica. *Temas em Psicologia*, *19*(1), 19-26. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100003

Rios, M. & Lima, M. (2020). Introdução. In Gonzales, L., *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (p. 9-21), (Organizadoras F. Rios & M. Lima). Zahar.

Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis: Its image and its public*. Polity Press. (Original work published 1961).

Moscovici, S. (2011). *Minorias ativas*. Vozes.

Priberam (2020). Balbúrdia. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. https://dicionario.priberam.org/balb%C3%BArdia

Rodriguez, E. (2020, 19 janeiro). Corte de R$ 19,8 bilhões no Ministério da Educação no orçamento para 2020. *Jornalistas Livres.* https://jornalistaslivres.org/corte-de-r-198-bilhoes-no-ministerio-da-educacao-no-orcamento-para-2020/

Santos, B. de S. (1999). *Pela mão de Alice: O social e o político na modernidade*. (6a ed.). Cortez.

Souza, E. L. (2020). Por uma estética do atrito: A função utópica de um memorial. *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens*, *52*, 37-48.

Enfrentamento e superação de fronteiras – indagações iniciais

Pedrinho A. Guareschi

No final da X Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS), em 2017, ao ser escolhido o tema da Jornada seguinte, a ocorrer em 2019, ninguém imaginaria que a questão que se estava escolhendo fosse chamar tamanha atenção e tomasse tamanho vulto, transformando-se em um dos problemas mais sérios e urgentes do planeta. Foi, certamente, uma intuição profética de quem inclui o papel da ética na reflexão e avaliação do destino de nosso mundo e se pergunta também como as contribuições da Teoria das Representações Sociais podem ser colocadas a serviço do aprofundamento e do avanço da luta por um mundo sem fronteiras.

Gostaria de chamar a atenção aqui para três pontos, trazendo e atualizando a discussão tomada naquele momento para hoje, julho de 2020, no momento em que estamos escrevendo essas reflexões. Inicio com algumas considerações sobre a importância de uma *consciência histórica* (1); analiso dois fenômenos mundiais que evidenciam a importância de superação das fronteiras: a globalização e a pandemia da covid-19 (2); e pergunto qual o papel das representações sociais a partir dos dois pontos discutidos (3). Pretende-se mostrar a importância e o acerto da decisão tomada

naquele momento histórico para o enfrentamento e superação de fronteiras.

Um mundo sem fronteiras é possível

É preciso pensar *grande*, isto é, pensar para além de nosso dia a dia e das limitações impostas sobre nós por condicionamentos de todo o tipo. É preciso colocar nosso *espírito* em ação. Hannah Arendt (2010), em seu último livro, não totalmente concluído, *A vida do espírito",* coloca como subtítulo a pergunta de qual seria a tarefa do *espírito: pensar, querer, julgar (discernir para agir).* É o pensamento que nos pode conduzir à liberdade. Ele perscruta as coisas não ditas, ainda nem mesmo pensadas, mas é no esforço de pensar que seremos capazes de inventar, de imaginar, e assim, *querer* (grande mistério!) para poder *julgar* ao colocar-nos em ação.

A pergunta que podemos e devemos fazer para começar a pensar é: quem traçou as *fronteiras* existentes hoje em nosso mundo? E por que interesses e razões? Não é necessário muito esforço para percebermos que as fronteiras existentes no mundo atual eram muito diferentes há até bem pouco tempo e foram se transformando continuamente, em questão não de séculos, mas de décadas. A história nos mostra isso. Não uma história reducionista que se resume apenas à descrição e registro dos fatos; mas uma história crítica, uma filosofia da história, cujo principal ensinamento é mostrar que tudo passa, tudo se transforma: a impermanência das coisas. O que constitui a consciência *histórica* não são os fatos ou

acontecimentos: a essência do *histórico* é que os fatos e situações que se atualizam em determinado tempo – como impérios e nações – eram, mas não são mais: que alguns não eram, mas agora são, existem; e o mais importante de tudo: que alguns não eram, não são, mas *serão*. O futuro é tão histórico quanto o passado e o presente. Há profunda diferença entre *facticidade* e *historicidade: facticidade* tem a ver com fatos e acontecimentos; *historicidade*, muito diversamente, tem a ver com a *relatividade* de todo existente. A essência da história, sua principal característica, é revelar a relatividade e a precariedade de todos os projetos que se instituíram. E quando nos damos conta de que o futuro é tão *histórico* quanto o presente e o passado, somos impulsionados a pensar/imaginar, querer/desejar e, discernindo, colocamo-nos em ação para construção de um projeto de transformação.

A importante lição de uma história crítica é, portanto, mostrar a relatividade de todas as *fronteiras* que foram se constituindo e a tomada de consciência de que todas elas respondem a interesses específicos que é necessário questionar. A análise de como as fronteiras foram se construindo e se transformando vai nos revelar que, por detrás de praticamente todas elas, tanto ontem como hoje, descobrem-se os verdadeiros fatos que mantêm essas realidades, e na maior parte das vezes são a força e o poder. Como veremos a seguir, as nações dominantes, por exemplo, no tratado de Berlim, traçaram as fronteiras da África com uma régua e um mapa, passando por cima de culturas, civilizações e etnias completamente diferentes, mas nunca

superiores ou inferiores a quaisquer outras, com a única finalidade de repartir o butim conforme seus interesses: Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Portugal, etc. E em seguida fecharam as fronteiras e se recusam hoje a acolher os que há não muito tempo os enriqueceram e continuam a enriquecê-los até os dias de hoje. Essa reflexão histórica nos ajuda a *pensar* sobre a questão das fronteiras: quem colocou os limites presentes neste mundo em que vivemos?

Mas essa é apenas metade da história, pois muito mais importante e muito mais sério e estratégico é nos perguntarmos como e por que tais situações continuam e como são legitimadas. É aqui que entra a importância da Teoria das Representações Sociais para mostrar que, mais profundas e firmes que as fronteiras físicas e geográficas, existem outras fronteiras, que são as fronteiras psíquicas e simbólicas das representações sociais.

Migrações e pandemia: dois fenômenos nos desafiam

Dois fenômenos dolorosos nos provocam e urgem que *pensemos* para além do que está aí: de um lado as migrações, tanto internas às nações como, preponderantemente, entre nações e entre continentes. Essas migrações estão trazendo enormes desgraças e sofrimentos a milhões de pessoas no mundo hoje. Elas se fundamentam em uma *representação*, terrivelmente real, mas falsa e ideológica, de que o mundo deve ser como o que está aí, e que assim deve continuar. A força e o poder de tal representação são tão dominantes que chegam a proibir às pessoas de *pensar* diferente. São milhões que deixam suas terras, forçados e

obrigados pelas circunstâncias: povos da África e Ásia em direção à Europa; povos da América Latina e Central em direção às nações do Norte da América; populações que migram dentro dos próprios países... Tal *representação* está servindo inclusive de plataforma política, como no caso de candidatos de direita na Europa e em outros países; e como argumento de legitimação para governos que querem se garantir no poder, como no caso dos EUA.

Acrescento a essa reflexão alguns comentários sobre o fenômeno da pandemia, tendo em mente o momento em que atualizo estas notas, julho de 2020. Ela nos vem mostrar as nações se autoafirmando, fechando ou abrindo suas fronteiras e lutando por sua identidade. Essa fase, ainda vigente, pertence ainda a outra época da história e a uma carência de consciência histórica. O fracasso britânico do *Brexit*, por exemplo, é uma demonstração de excepcionalismo, de uma mentalidade ilhista, que no fundo vem demonstrar uma crença de que alguns são melhores que todos os outros. E a pandemia, por sua própria etimologia, vem nos forçar a aceitar que somos *um só povo – pan*, em grego, é *tudo, todos* e *demos* é *povo.* É a globalização forçada, imposta por um mundo que está se sentindo ferido e enfermo. Mas os procedimentos da União Europeia (UE) demonstraram o contrário de como se deveria gerenciar a crise. Além de evidenciar que os países não estavam preparados, os países da UE deram uma demonstração vergonhosa de falta de coordenação: foi escandaloso ver 27 Estados com 27 estratégias diferentes! Uma pandemia, uma emergência que ameaça todo o mundo, e os países se fechando

sobre si mesmos. Não poderia ser mais oportuna e profética a necessidade de uma reflexão crítica sobre *mundos sem fronteiras*.

Quando ouvimos, contudo, pessoas, principalmente jovens, cantando nos dias de hoje refrões como "Minha pátria é a Terra", percebemos outro estado de consciência que vai deixando para trás a ideia convencional de pátria e de nação. A globalização não pode se reduzir apenas a um fenômeno econômico. Ela deve passar a ser política, cultural, ética e espiritual: um novo passo na história da humanidade.

Há alguns milhares de anos a espécie humana saiu da África e foi conquistando todo o espaço terrestre. Depois dessa expansão, percebemos a necessidade de uma nova consciência, um novo tempo de concentração, de retorno do grande exílio para nossa *casa comum*. Para além de nacionalidades e etnias, formamos todos uma única espécie, a espécie humana.

Todos ansiamos por instaurar uma paz perene. Mas já nos dizia Kant (2009) que essa paz perene se sustenta sobre duas pilastras: a cidadania universal e o respeito aos direitos humanos. Essa cidadania universal começa pela *hospitalidade geral*, e pela superação da indiferença global, como denunciou corajosamente o Papa Francisco na ilha de Lampedusa, diante de dezenas de cadáveres mortos ao atravessar o Mediterrâneo. A Terra pertence comunitariamente a todos. E daqui provêm os direitos universais; pois, se o mundo é de todos, todos têm também o direito de dele usufruir.

Mas o que constatamos é o crescimento de um paradigma hobbesiano de guerra e intimidação entre estados e povos. Há ainda pessoas como o então presidente dos EUA, que sonham com um só mundo e um só império, o norte-americano. É a volta do Estado-Leviatã: combater o terrorismo com o terrorismo de Estado. É a construção de muros, em vez de pontes. As fronteiras, como os muros, ajudam a desumanização dos povos e das gentes.

Que nos podem dizer as representações sociais?

No primeiro parágrafo do seu livro seminal *A psicanálise – sua imagem e seu público*, Moscovici (2012, p. 39) assim introduzia a discussão sobre o que ele denominou representações sociais: “é a especificidade das representações sociais – substância simbólica – e sua criatividade – a prática que produz (constitui) tal substância – que as diferenciam das noções sociológicas e psicológicas com as quais são comparadas e dos fenômenos que lhes correspondem”.

Duas coisas devem ser realçadas aqui: as representações sociais são uma substância, isto é, elas são algo *real*, têm uma concretude que as sustenta, elas não são um conceito apenas, mas são *realidades em si mesmas* (Moscovici, 2003, p. 38); e, de outra parte, elas são *práticas criativas*, que vão produzir tal substância. É esse segundo ponto que gostaria de enfatizar aqui, já em resposta ao tema da jornada que trazia à discussão a questão das *práticas psicossociais*, e também à luz dos dois pontos enfatizados acima: as representações sociais não são apenas *o que está aí*. Elas estão

continuamente em ação; são, no dizer do próprio Moscovici, "massas mentais em circulação" (Moscovici, 2011b, p. 396). É essa dimensão de criatividade contínua que trazemos como importante e fundamental: uma prática de contínua invenção do presente, que vai tomando corpo e se transformando em *substância*, sempre, contudo, *simbólica*.

Em seu livro *Psicologia das minorias ativas*, Moscovici (2011a) discute as representações sociais como uma *prática* de onde se originam as *transformações e mudanças.* Elas têm sua raiz na concretude da vida. Sua tarefa é fazer pensar para transformar. Ao tentar dar uma noção das r*epresentações sociais como fenômeno*, Moscovici (2003) coloca dois subtítulos no longo capítulo: O *pensamento* considerado ambiente, e uma sociedade *pensante*. O pensar a partir da prática cria o que *não está aí*, tão *real* como o que existiu e o que existe agora.

Mais indagações

Quem colocou limites, *fronteiras*, no mundo? Com quais interesses? Quem dividiu a Terra em pedaços e tomou posse deles como se fossem seus? E o que faz com que monstruosas desigualdades, como a que nos mostra que 1% da humanidade que constitui determinada *classe* se apodere de 50% de seus recursos? Pois vemos aqui a importância das representações sociais: são elas que definem as *fronteiras* psíquicas e mentais que sustentam e legitimam tal estado de coisas. Elas são *territórios psíquicos e mentais* que definem situações e espaços de vida.

Diante das fronteiras, tanto geográficas e físicas como mentais e simbólicas, quais *práticas* nos desafiam hoje? Peço permissão para trazer à reflexão alguns dados apresentados pelo Sínodo da Amazônia, um encontro internacional de personalidades políticas e religiosas de organismos ligados à problemática da Amazônia. Ele foi preparado a partir dos resultados de consultas feitas a mais de 80 mil pessoas dos sete países que compõem esse território. Permito-me trazer essa discussão à nossa Jornada, pois, surpreendentemente, ao ouvir tais povos originários, tomou vulto um tema/desafio candente e provocante: os povos da Amazônia não são apenas uma *reserva biológica*, um pulmão que pode manter e salvar nosso planeta; eles são também – e aqui vai o desafio para quem lida com representações sociais – uma *reserva de sentido*. Não surpreende para quem se dá conta de que as representações sociais são fundamentalmente *sentidos de vida*. Os povos originários da Amazônia, através de suas práticas, questionam sentidos estabelecidos e tidos como únicos possíveis, e nos provocam a buscar e lutar por outros *sentidos*, diante de um mundo falido e esgotado, construído sobre representações sociais/sentidos de que a vida social só é possível na competição e exploração entre seres humanos, na busca do lucro a qualquer custo, com prejuízo não apenas do ecossistema, mas também de bilhões de homens e mulheres; onde os mares – como o Mediterrâneo – se transformam em cemitérios de seres humanos que buscam novas fronteiras de um mundo que também é seu, e em dejetos de uma sociedade consumista. Essa é a *Kulturkampf*, a guerra de representações

(refiro-me literalmente a Moscovici) que temos de travar: para além das fronteiras estabelecidas pela força e violência como únicas possíveis, para novas fronteiras, baseadas na justiça e nos direitos humanos – pois nosso planeta pertence a todos os seres vivos nele existentes – e no respeito à dignidade de todos os que nele habitam.

Referências

Arendt, H. (2010). *A vida do espírito: Pensar, querer, julgar*. Civilização Brasileira.
Guareschi, P. (2014). *Sociologia crítica: Alternativas de mudança*. EDIPUCRS.
Kant, I. (2009). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Discurso Editorial e Barcarola.
Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
Moscovici, S. (2011a). *Psicologia das minorias ativas*. Vozes.
Moscovici, S. (2011b). *A invenção da sociedade*. Vozes.
Moscovici, S. (2012). *A psicanálise: Sua imagem e seu público*. Vozes.

A polarização sob o olhar psicossocial

Angela Arruda

Um procurador da República se queixa de ganhar “uma merreca” – R$ 24 mil por mês (aproximadamente US$ 6 mil); um adolescente de 17 anos é torturado por seguranças de supermercado depois de furtar uma barra de chocolate; o prefeito do Rio, bispo evangélico, manda apreender livro na Bienal do Livro porque a capa traz desenho de dois homens se beijando. Notícias de assuntos sem relação entre si, mas que disparam desacordos de opinião nas redes sociais. O desacordo extremo, que divide opiniões em polos opostos, faz parte do que chamamos de polarização.

A polarização sociopolítica é um fato psicossocial total. Essa assertiva, pretensiosa talvez, parece uma torção do conceito de Mauss, mas acredito que não faz uma malversação dele. Chamo em seu favor a contribuição de Mireya Lozada (2004), que, inspirada em Ignacio Martín-Baró, analisa a polarização sob o olhar psicossocial, evidenciando os eixos cognitivo, afetivo, comportamental (interacional), e os quatro níveis da explicação psicossocial apontados por Willem Doise (1982) – o intraindividual, o interindividual ou situacional, o posicional e o ideológico –, quando a caracteriza como:

- Estreitamento do campo perceptivo (percepção desfavorável e estereotipada do grupo oposto, que gera uma visão dicotômica e excludente: “nós-eles”).

- Forte carga emocional (aceitação e rejeição sem matizes).
- Envolvimento pessoal (qualquer fato afeta o indivíduo).
- Quebra do sentido comum (posições rígidas e intolerantes suplantam a discussão, o diálogo ou debate de posições diversas).
- Coesão e solidariedade dentro do próprio grupo e conflito latente ou manifesto entre grupos opostos.
- Famílias, escolas, igrejas, comunidades ou outros espaços sociais de convivência se posicionam em um dos dois polos da confrontação.
- Pessoas, grupos e instituições mantêm as mesmas atitudes de exclusão, rigidez ou enfrentamento presentes na luta política.

A partir de uma prática de busca de compreensão e de solução para a polarização e suas consequências na Venezuela, Lozada (2013, p. 200) analisa o fenômeno em toda a sua amplidão, em diálogo permanente com as ciências sociais, e acrescenta que a polarização:

- Obstaculiza o manejo democrático e pacífico dos conflitos.
- Invisibiliza a complexa causalidade estrutural histórica dos conflitos sociopolíticos (exclusão, pobreza, desemprego, corrupção, impunidade, esgotamento do modelo político tradicional, por exemplo).
- Privilegia a gestão do conflito e sua solução [centrada] nos atores políticos em luta, excluindo o resto dos setores sociais.
- Territorializa o conflito e demarca o espaço público, limitando a livre circulação dos cidadãos, e infringe danos ao espaço urbano.
- Gera um forte impacto psicológico na população.
- Fratura o tecido social.

- Produz ruptura ou deterioração nas relações familiares, trabalhistas, comunitárias.
- Constitui um eficaz mecanismo de poder e controle social e político.

A complexidade e abrangência da polarização se destacam nessas caracterizações que mostram sua capilaridade. A polarização é um fato psicossocial total no contemporâneo de muitas sociedades, porque atravessa inúmeras zonas da vida dos indivíduos, dos grupos e dessas sociedades. Ela se alastra como epidemia, contagia o convívio, impregnando o tecido social. Corrói relações, constrói barreiras: divide famílias, separa amigos e amores. Cria ritos e mitos – até pronunciar certas palavras já coloca a pessoa em um determinado lugar de amor ou ódio. A polarização se autoalimenta, minando a empatia, a solidariedade, o diálogo: modifica a sociabilidade. Emperra o conhecimento, as trocas sociais. Assalta, dispara e atordoa afetos. Estimula fantasmas, imaginários, destitui e reinstitui memórias. Mas também gera reações em busca de apaziguamento, esforços de diálogo, parcerias, mesmo que minoritárias. Talvez, como no *potlatch* de Marcel Mauss, estejamos diante do problema das relações de troca, de dádiva e recebimento que pautam a vida social contemporânea, mas não é essa a discussão que quero fazer aqui.

Todos esses agravos que precedem e acompanham a polarização facilitam um *manejo do descontentamento*, da frustração de setores da sociedade, manejo que é capaz de alavancar e orientar opiniões e comportamentos por meio de estratégias como: (a) a

cortina de fumaça, o assunto que se espalha para desviar a atenção e (b) a produção de alvos, de bode expiatório a salvador da pátria.

A gestão da insatisfação se apoia nos afetos e na construção de representações sociais de personagens que se erigem em solução, para o bem ou para o mal, isto é, para resolver o problema por ganharem a ascensão, ou pela sua eliminação. Personagens não só humanos, mas também entidades que se objetivam como se fossem seres vivos, como o Estado, o mercado, o conservadorismo, os direitos humanos, a corrupção, etc. Essa gestão funciona como um dispositivo que estimula e catalisa a polarização política. Também pode explorar diferenças preexistentes de forma a atender a determinados propósitos. Quando bem-sucedida, contribui, por exemplo, para fatos como a eleição do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a decisão pelo *Brexit*,[5] a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições para Presidente do Brasil. Quando resulta do encontro entre o senso de oportunidade de políticos e detentores de poder, por um lado e, pelo outro, o uso das novas tecnologias da comunicação, esse manejo aparenta purgar parte do abcesso que a polarização expressa, descarregando sobre "outros" socialmente desenhados o descontentamento e a raiva. Assim, pode se tornar um poderoso dispositivo de controle político e social.

Algumas das estratégias de que a polarização lança mão para atingir seus objetivos são:

---

[5] A palavra "Brexit" é a junção de "Britain" (Grã-Bretanha) e "exit" (sair, saída), e denomina o processo de saída da Grã-Bretanha da União Europeia, ocorrido entre 2016 e 2020.

- Discursivas: retórica, produção de narrativas;
- Manejo dos afetos: construção de heróis salvadores, bodes expiatórios, cortina de fumaça (diversionismo), vítimas; difusão da negatividade, da falta de empatia, da indiferença, do ódio; estímulo à intolerância, à agressividade, ao *ethos* viril, ao conflito, à beligerância; estímulo à segurança, respeito às tradições, valores, e sentimento de pertencimento ao grupo;
- Comportamentais: isolamento espacial e simbólico; agressão física, descarte, eliminação do outro; exacerbação da comunicação entre os semelhantes; e apoio ao polo de preferência.

A polarização, portanto, não se alastra por acaso. Frequentemente ela serve a um propósito e segue uma estratégia. Nem toda diferença se transforma em desacordo, e nem todo desacordo termina em desavença. A divergência pode ser positiva para fazer avançar ideias e ações. Mesmo se a mídia eletrônica facilita a disseminação da polarização com algoritmos programados para recebermos sobretudo o que se afina com as nossas preferências, diminuindo a exposição ao que é diverso. E isto reforça a tendência a achar que só existe uma verdade, ou só vale uma versão dos fatos.

A polarização social é o processo pelo qual uma oposição radical entre dois polos se estende a toda a sociedade, espessando a divisória entre “nós, os bons” e “eles, os maus”. O Outro é construído como inimigo, e a produção de alteridades absolutas, ou extremas, que não são reconhecidas como dignas do nosso respeito, nem são vistas como humanas, é comum. Martins e Lacerda (2014) sintetizam Martín-Baró:

> os setores polarizados exigem o posicionamento de todos e aquele que não assume um posicionamento corre o risco de ser visto como inimigo pelos distintos setores. Classificar o outro torna-se uma necessidade para orientar o próprio comportamento. Isto pode resultar na estruturação da mente em termos dicotômicos, o que se opõe a criatividade e converge para comportamentos violentos. (p. 584).

O moedouro da polarização passa como um rodamoinho que arrasta e parasita a sociedade. Não será possível abarcar o conjunto das suas origens, variações e consequências nesta fala. O fato social total padece do excesso, que torna insuficiente olhá-lo apenas por um recorte. Mauss, no estudo da dádiva, propõe uma variedade de teorias na tentativa de entendê-lo. Um fato psicossocial desta dimensão está ao mesmo tempo ancorado em várias camadas de contexto (Jesuíno, 2001) e na densidade/fluidez da contingência que o dispara e acompanha. Por isso, minha pretensão aqui é modesta: vou assinalar pontas deste *iceberg* que flutuam aparentemente soltas. Serão tentativas de aproximação e articulação psicossocial relativas à polarização. Parto de três perguntas, que dividem a minha fala em três partes.

A primeira é: como se estuda a polarização? Vou fazer uma tentativa inicial de percurso do estudo do fenômeno pela psicologia social. A segunda pergunta é: por que a polarização atual? Ou, na formulação mais comum, como chegamos a isto? Sem pretender atingir a meta, a tentativa é de buscar fontes variadas para entender a polarização atual na sociedade brasileira. O psicossocial não se

encerra na psicologia social. A terceira pergunta, igualmente crucial, conclui esta fala: como recosturar o tecido esgarçado pela polarização? É claro que não tenho essa resposta; vou apenas introduzir a questão. Uma primeira tentativa de aproximação talvez seja reconhecer que nós, pesquisadores de representações sociais das diversas áreas, estamos convocados a refletir e agir sobre o problema.

Como estudar a polarização?

Essa pergunta não surge agora, nem surge num vácuo, para a psicologia social. Não vou fazer uma revisão da literatura, mas apenas pontuar como a psicologia social se aproximou do tema e sugerir algumas escalas desse percurso. *Grosso modo*, a pré-história dessa questão vem desde antes do século passado, com os pensadores pioneiros e a psicologia das massas. Ela se prolonga pelos períodos que antecedem e sucedem a Segunda Guerra Mundial, que legou os fundamentos da psicologia dos grupos, à qual se segue a crise da psicologia social. A escala seguinte, dos anos 1960 em diante, é de propostas críticas que já vislumbram a polarização. Na última etapa, o fenômeno ganha amplidão incontornável e começa a atrair mais interesse: é sobretudo o século XXI.

A pré-história

O fim do século XIX e o início do século XX, com seus movimentos e revoluções, trazem as multidões ao cenário social e político europeu, junto com o temor que elas infundiam e a intenção de contê-las. As manifestações de grupos ou setores sociais eram vistas como perigo de desestabilização. Eram a fagulha da polarização na sociedade.

Em 1895, Le Bon inaugura um campo de conhecimento – a psicologia das massas, que ele define e caracteriza. Tarde, precursor dos estudos de comunicação, adianta que cada tipo de comunicação gera um tipo de sociabilidade, o que fica bem claro com as tecnologias da informação. Ele antevê a forma contemporânea das massas, que é o público, e até um novo tipo de líder, o publicitário, equivalente ao atual "marqueteiro" (Moscovici, 1981).

A psicologia das massas ainda aparece em relação à propaganda de guerra por meio do nazismo (Reich, 1933/2001), embora na época a psicologia social já entrasse em nova era. Novos pioneiros do agora estudo dos grupos no século XX, como Kurt Lewin, Muzafer Sherif e Solomon Asch, trazem elementos para o futuro estudo da polarização, de maneira tangencial, com as teorias da influência social, os estudos de mudança de atitude, de tomada de decisão, entre outros.

Primórdios

A polarização propriamente dita só vai aparecer a partir dos experimentos sobre a mudança arriscada (*risky shift*) realizados por Stoner (1967, 1968). Nos anos 1960, a mudança de um grupo, após discussão, para uma posição mais ousada do que a dos seus membros individualmente chama a atenção da psicologia social. Começa-se então a falar em polarização do grupo.

Moscovici e Zavalloni (1969) identificam o efeito polarizador do grupo (*group polarisation effect*), contrariando as perspectivas em voga. O grupo, em lugar de moderar opiniões, pode levar a um consenso mais extremo que as posições anteriores dos indivíduos, apesar de esta posição, em que permanece depois da interação, não ser obrigatoriamente mais arriscada.

Nesse período, estuda-se a polarização do grupo, interna a ele, no processo de busca de consenso; quando muito, entre dois grupos bem delimitados. Ela ainda continua despertando interesse (Sunstein, 1999; Paluck, 2010). Os experimentos de Moscovici e Zavalloni mostram – e os de Doise (1969) confirmam e ampliam para o nível intergrupal – que a observação da influência social e da atitude – fenômenos até então estudados separadamente – dava uma nova perspectiva para a compreensão da dinâmica do grupo. Processos psicossociais complexos dificilmente cabem na explicação de uma única abordagem. Além disso, o grupo é encarado de outra forma, em que a polarização provém das divergências existentes no início da discussão e desta dinâmica.

A revisão de 1978 de Lamm & Myers sobre os estudos experimentais de polarização até os anos 1970 confirma a focalização nos efeitos da interação grupal sobre a polarização do grupo como via para entender processos de influência. Moscovici e Doise (1984) fazem uma revisão de estudos de influência social na direção contrária ao foco da psicologia social, sempre voltada para a conformidade, o predomínio da influência majoritária e a classificação do dissenso como desvio. Essa perspectiva crítica se corporifica na Psicologia das Minorias Ativas (Moscovici, 1976/1979), que propõe mudar o eixo dos estudos de influência social: o dissenso passa a ser positivado e a minoria, em vez de desviante, passa a ser vista como potencialmente inovadora. Podemos pensar que toda minoria ativa, em princípio, carrega consigo o potencial de polarizar, ao contrapor às posições majoritárias suas próprias posições.

Moscovici (1992) fará uma crítica às apresentações de Lamm & Myers e à psicologia social em geral, sublinhando a importância do peso do grupo nas atitudes, hábitos, conhecimentos, que não seriam inteligíveis fora deste quadro. Para ele, os psicólogos sociais americanos estavam mais preocupados com os processos que se dão *na mente dos indivíduos* e não com o que acontece *entre* os indivíduos. Já a polarização do grupo tinha a ver com a forma como as atitudes, representações e crenças dos indivíduos mudam sob o impacto do grupo, devido a um processo dinâmico que resulta das relações entre os membros.

A questão da polarização ainda era estudada a partir da busca de consenso como meio para compreender outros fenômenos; analisada "de raspão", pode-se dizer, como algo interno ao grupo, ou entre grupos. Isso sugere que o foco da psicologia social no estudo de processos grupais, criticado por Moscovici, se deslocava, e esse movimento não se detinha aí. Insinuado no plano das multidões no século XIX, no século XX um *zoom* levou a um *close* dos grupos, e depois abriu-se de novo a grande angular sobre fenômenos que podem atingir toda uma nação, e até mais, como atualmente. O que muda, contudo, não se restringe à dimensão do fenômeno: é também o seu caráter. Na polarização-tipo que conhecemos no presente, a partir de um certo momento, ou de certa intensidade, o objetivo não é o consenso: não há um diálogo para convencer ou converter o outro. São duas posições em disputa. Cada polo deseja derrotar o outro. A forma de comunicação está mais próxima da diatribe e a negociação muitas vezes não passa de intimidação. A reconciliação, o esforço para formar um consenso, vem quando a polarização arrefece, e demanda um intenso trabalho.

Em mais de um século, muita coisa aconteceu na psicologia e na sociedade, e o Terceiro Milênio ainda não revelou todas as suas surpresas. Uma delas talvez seja a polarização crescente e seu alcance, que expande o sentido do "social" na psicologia e torna-se incontornável como integrante dos jogos de poder. Contudo, apesar de pesquisas em diversos países, o estudo deste fenômeno do ponto de vista psicossocial parece apenas começar.

Encarando a polarização social

> Nos anos 1980, a polarização foi conceituada como processo psicossocial pelo qual as posições diante de determinado problema tendem a se reduzir cada vez mais a dois esquemas opostos e excludentes dentro de determinado espaço social... A polarização acontece quando a posição de um grupo pressupõe a referência negativa à posição de outro grupo, considerado como rival. Trata-se, portanto, de um fenômeno dinâmico, um processo de forças sociais em que a aproximação a um dos polos acarreta não só o afastamento, mas a rejeição ativa do outro. (Martin-Baró, 1983, p. 130, grifos nossos)

É um processo que agudiza a oposição e a ruptura entre dois grupos rivais, cada um dos quais vai constituir um "nós" positivo frente ao "eles" negativo do grupo oposto, que se torna um adversário. E os adversários se tornam inimigos.

Martin-Baró (1983, 1988, 1990a), psicólogo social latino-americano, estudou a polarização a partir da guerra civil de El Salvador na década de 1980 e suas consequências, como o trauma psicossocial. Para ele, do ponto de vista psicossocial, a guerra salvadorenha podia ser definida por três características: a violência, a polarização – propositalmente buscada pelos grupos rivais – e a mentira institucionalizada, todas de graves consequências para a população:

> A polarização tende a ser somatizada, a mentira institucionalizada precipita graves problemas de identidade e a violência conduz a uma militarização da própria mente. Daí a urgência de empreender um trabalho psicossocial de despolarização, desideologização e desmilitarização do país. (Martin-Baró, 1988, p. 12)

Sua reflexão expandiu o olhar psicossocial sobre o espaço de toda uma nação, e não se fez a frio, mas em pleno calor da guerra civil. Na América Latina, em suas proporções específicas, Martín-Baró terá sido a primeira expressão e a mais marcante da relação entre a produção de conhecimento científico e a situação de guerra, do ponto de vista psicossocial.

Aproveito, então, para fazer um parêntese. A obra de Martín-Baró, extensa e singular pela sua filiação à Teologia da Libertação e pela sua vivência da guerra, abrange desde a preocupação com o sofrimento psíquico da população salvadorenha (Martin-Baró, 1988, 1990a) até a análise do estereótipo do “latino indolente” (Martin-Baró, 1987), uma representação hegemônica originada durante a colonização, com implicações psicossociais duradouras. Assim, ele contraria a ideia corrente de que a teoria se faz na Europa, nos Estados Unidos, e de que nos espaços “periféricos” (como a América Latina) se faz sobretudo a aplicação, porque pesquisou, refletiu e teorizou sobre o tipo de psicologia necessária no continente, propondo uma “psicologia da libertação”. A obra de Martín-Baró (que viveu de 1942 a 1989) caberia na corrente de estudos pós-coloniais, com a

voz dos subalternos (Spivak, 1985/2010) pelo seu posicionamento, a amplidão do seu olhar e o compromisso da sua prática como psicólogo, padre e professor, que lhe custou a vida. No Brasil, esta obra começou a ser mais conhecida recentemente; na Europa e Estados Unidos, não saberia dizer. Queria sublinhar esses fatos em contraste com uma visão de produção científica ainda centrada nos países mais ricos. Fecho este parêntese.

Antes de passar ao estudo da polarização no terceiro milênio, cabe mencionar a reflexão de Moscovici (1987) sobre a mentalidade conspiratória. O autor parte das premissas de que (1) o tipo de sociedade, sua história, as forças em presença, assim como a representação da sociedade, incidem sobre o tipo de relação com o/a outro/a; (2) a socialização tem aí um papel importante; (3) a visão conspiratória do mundo – eventos e decisões seriam fruto da conspiração de grupos investidos de algum poder – conta, na sua base, com a representação de uma sociedade dividida. Divide pessoas, coisas e ações em duas classes que "não são apenas antagônicas. Elas são polos opostos . . . . De um lado, tudo que é normal, legítimo, autóctone; do outro, tudo o que é anormal, ilegítimo, portanto, estranho. Os grupos opostos pertencem a dois universos distintos . . . Isto é um dualismo radical, uma cisão entre grupos que coexistem sem ter nada em comum" (Moscovici, 1987, p. 154). A alusão à ação de "forças ocultas", "influência do demônio", entre outros, indica elementos arcaicos do psiquismo mobilizados pelo pensamento conspiratório, que funciona à base da suspeição, da atribuição de causalidade dirigida àquele que não é

como nós. O ataque é a melhor defesa. Fenômeno coletivo, o pensamento conspiratório é um modo de pensar que objetiva o que não se consegue ver. A sua função "é combater as práticas e crenças inaceitáveis, bem como as pessoas que as concebem" (Moscovici, 1987, p. 153). Comum em períodos conturbados e nos regimes autoritários, torna-se um dispositivo de acusação e perseguição de uma minoria "ameaçadora", não mais apenas pelos aparelhos repressivos, mas pela sociedade. Trata-se, portanto, de um dispositivo de manejo das emoções e de mobilização da população, apoiado na suspeição de minoria(s), contra a(s) qual(is) se cultiva um ressentimento, o qual não surge de repente: é construído a partir de raízes históricas e pode conduzir à desumanização do outro, que, ao perder sua característica humana, não merece viver. O caso do racismo brasileiro, originado no tempo da escravidão e que é marca da nossa colonialidade, é um exemplo. Os negros continuam a ser nossos suspeitos preferidos, e são a maioria da população carcerária brasileira, bem como dos jovens assassinados.

A mentalidade conspiratória tem ampla interface com a polarização, ainda não explorada. Voltou à atualidade (Ernst-Vintila, 2015; Imnhof, 2015) e integra o arsenal de possibilidades de cisão da sociedade, ao buscar a punição por um prejuízo que imputa à(s) minoria(s).

A contemporaneidade imediata

No terceiro milênio, pesquisas e reflexões abordam a polarização de forma mais ou menos direta. Talvez alguns prenunciem vertentes em formação.

Em países de língua inglesa, há uma produção sobre o que se denomina polarização afetiva (Iyengar et al., 2012; Iyengar et al., 2019). São pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre a polarização política vinculada à identificação com um dos partidos dominantes no país – Republicano ou Democrata. Essas pesquisas mostram que, como os americanos não costumam associar os partidos a uma ideologia, o indicador afetivo se torna mais relevante para a polarização, baseado em um apego partidista que se inicia muito cedo e se mantém ao longo da vida, incidindo sobre vários aspectos, inclusive a escolha de parceiros. A identidade social e a distância social são referenciais desses estudos. Na Europa, ainda sublinhando componentes afetivos, há estudos sobre a polarização relativa ao *Brexit* (Maher et al., 2018), ao conflito no País Basco (Alcaide et al., 2015), entre outros.

O campo das representações sociais, apesar de geralmente não focalizar a polarização em si, surge aqui com, ao menos, dois tipos de contribuição. Um deles trata de aspectos da produção de alteridades radicais – campo inaugurado por Jodelet (1998, 2005) – ou extremas (Arruda, 2019). Holtz e Wagner (2012) apontam três enfoques que se superpõem – a desumanização, a *infraumanización* e a naturalização, e sua relação com os processos de deslegitimação

(Bar-Tal, 2007); Bar-Tal & Hammach, 2012), na medida em que estes minam a respeitabilidade dos outros sujeitos para excluí-los. Destituído de sua condição de ser humano, o outro é tomado como alvo de maus-tratos, sem que isso provoque culpa – ele "não é gente".[6] Esse processo faz parte do que também se conhece como exclusão moral.

Esses são dispositivos da construção do rival como inimigo (Martín-Baró, 1990b; Lozada, 2004), e as representações sociais concorrem para sua concretização. O essencialismo, estudado por Wagner e colaboradores (Wagner et al., 2009; Holtz & Wagner, 2012; Zeromskyte & Wagner, 2017), também faz parte desse quadro. O ato de essencializar, para esses autores, frequentemente tem um interesse político envolvido e faz parte de uma retórica homogeneizadora que naturaliza atributos de grupos e categorias sociais. Seria um dispositivo epistêmico que simplifica o mundo social ao reduzir a ambiguidade e oferecer uma closura cognitiva facilitada. Contribui, assim, para a criação de narrativas que reforçam uma posição específica.

O segundo tipo de contribuição ofertada pelo campo das representações sociais aparece nos estudos de Staerklé (2013) quando, a partir de representações diferentes, como a doutrina neoconservadora, baseada na ordem moral, e a neoliberal, baseada

---

[6] Texto original: "categorization of a group, or groups, into extremely negative social categories that exclude it, or them, from the sphere of human groups that act within the limits of acceptable norms and/or values, since these groups are viewed as violating basic human norms or values and therefore deserving maltreatment" (Bar-Tal & Hammack, 2012, p. 2).

no livre mercado, ele aponta, entre as estratégias usadas para reforçar uma ou outra, as formas de comunicação descritas por Moscovici, começando com a propagação, por meio da qual grupos propõem uma nova representação hegemônica da exclusão, que legitima o descarte de grupos marginais e minoritários. Organizadora de um novo senso comum nos países ocidentais, essa representação provoca forte resistência de movimentos como o dos direitos civis nos EUA, os feministas, ecologistas, LGTB, etc.

Um terceiro conjunto de estudos chama a atenção neste momento; eles se aproximam em maior ou menor grau da polarização a partir da situação de guerra. Bar-Tal (2007), psicólogo israelense, investiga diferentes aspectos do que ele denomina “conflitos intratáveis”, isto é, de longa duração, que apresentam ciclos: eles se interrompem e voltam a se desatar, como a guerra israelense-palestina. O autor aponta um conjunto de elementos que atestam o quanto a polarização atravessa a vida de uma nação e dos que vivem o conflito. Um desses elementos, a deslegitimação do outro, mencionado anteriormente, converte o rival em inimigo absoluto, o que justifica a sua eliminação e legitima o fazê-lo sofrer. Também há estudos que registram a polarização na guerrilha na Colômbia, outro conflito duradouro. Villa Gómez (2016, 2019; Barrera Machado & Villa Gómez, 2018), psicólogo colombiano dedicado ao pós-conflito, se apoia nas reflexões de Martín-Baró e de Bar-Tal, e inclui a polarização entre as barreiras psicossociais para a paz e a reconciliação, mostrando como ela se prolonga em personagens como a vítima e o herói protetor.

Fecho esta primeira parte com algumas observações. Em primeiro lugar, a guerra não é ruim para todo o mundo, e não é boa só para os negócios. A psicologia social também avançou durante e com as guerras, devido às necessidades geradas por elas, que fazem proliferar a pesquisa na área. Várias teorias (sobre trabalho, mudança de atitudes, tomada de decisões, entre outras) foram impulsionadas assim. A fuga de psicólogos europeus sobretudo para os Estados Unidos, a partir dos anos 1930, concorreu para uma efervescência da área, que durou até bem mais tarde, se incluirmos aí a crise da psicologia social nos anos 1960-1970. As novas guerras, ocorridas desde o final do século XX em diante, também têm um efeito criativo, como se observa na obra de psicólogos sociais de países em guerra, como os já mencionados, a partir de Martín-Baró.

A guerra é um fato social total, e a polarização tanto é constitutiva do seu panorama psicossocial e político como, mesmo na paz, pode assumir características que se parecem com o estado de guerra, em casos de acirramento e radicalização. Como já mencionado, ela altera o cotidiano das pessoas, modificando relacionamentos, rituais, mobilizando intensamente os afetos e podendo gerar ansiedade, insegurança, bem como agressividade e defesa incondicional do próprio grupo.

Por último, cabe assinalar que a polarização ainda não recebe atenção específica dos estudos psicossociais que tratam da guerra nem das representações sociais. A polarização não pode ser capturada por uma única abordagem ou teoria; nem por uma única

área do conhecimento. O olhar psicossocial carece do apoio de outros olhares, de outras disciplinas. De todo modo, a polarização, ao provocar a radicalização de posicionamentos, inevitavelmente implica uma disputa de representações sociais – do "nós", do "eles", do que separa os dois polos, e dos que estão fora deles. Toda polarização, portanto, abarca uma rede de representações – hegemônicas, polêmicas e autônomas, cuja compreensão pode iluminar o seu entendimento. A polarização talvez constitua uma forma de expressão do pensamento social no presente.

Por que a polarização atual?

A questão de um milhão de dólares, "Como chegamos a este ponto?", inclui outras, feitas por Lozada sobre a Venezuela: Por que uma sociedade reconhecidamente convivial enfrenta um processo de polarização que a divide? Quando e como se construiu esta fratura no tecido social? (Lozada, 2011).

As respostas, diz a autora, culpam o discurso radical do presidente, o autoritarismo do projeto político, o comportamento radical de alguns de seus seguidores; outras culpam a mídia; algumas falam da herança da violência política da nossa história, ou analisam as causas socioestruturais do conflito e os limites do sistema democrático nacional. Poucas mencionam os processos psicossociais e simbólicos que esteiam e acompanham a polarização.

Vou recorrer a pistas referentes à sociedade brasileira e acionar outras áreas na busca pelo plasma psicossocial que percorre

o fenômeno e sua construção. Sanchez-Mazas e Licata (2005, p. 342) recomendam identificar os contextos históricos em que significações opostas foram tratadas em termos de separação radical para compreender as alteridades radicais. Parece um bom recurso para tentar entender a polarização, que tem na produção dessas alteridades um dos seus esteios.

Pensando o caso brasileiro

Gosto da afirmação do sociólogo Jessé Souza de que a escravidão é nosso berço. “[S]omos os herdeiros da maior sociedade escravocrata do planeta” (Souza, 2018b, p. 68) – a última a eliminar a escravatura. O autor ainda afirma que “[n]ossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (Souza, 2017, p. 40). A historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019) argumenta que:

> No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências … a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadores de diferença fundamentais … e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (p.27)

Para Souza (2018b), as raízes da fratura social e política da sociedade, explicadas pelo processo da formação da nação, pelas

características da elite e da classe média brasileiras, remontam à colonização e à escravidão. Vou resumir três elementos da sua argumentação: o sadismo na sociedade brasileira, a influência moura na colonização e o surgimento e características da classe média.

Souza (2017) aproxima a reflexão de Norbert Elias sobre o processo civilizatório e a de Gilberto Freyre quanto à colonização brasileira. Para Elias, a ruptura com o escravismo da Antiguidade é uma especificidade do desenvolvimento europeu e ocidental: a escravidão é uma violência sem a regulação externa que leva à inibição interna das pulsões. Para chegar a esta é preciso internalizar uma instância disciplinadora, sentir a culpa moral. Implica um aprendizado. Passa por instituições que levam ao desenvolvimento do Estado moderno, e que de certo modo vão estar representadas dentro do indivíduo. Esse processo possibilitou o surgimento da noção atual de cidadania, de acordo com o autor, dispensando a repressão violenta, externa, das pulsões.

O avesso dessa internalização é o aumento da sensibilidade ao sofrimento próprio e alheio. Quando ela se generaliza, elimina-se o corte entre humanos e não-humanos, típico da escravidão. Surgem as garantias universais sob a forma de direitos para todos. “A empatia com a alteridade possibilita solidariedade e compaixão, e sentimentos e emoções como remorso, vergonha e culpa passam a fazer parte de uma economia emocional de novo tipo” (Souza, 2017, p. 47). O indivíduo democrático moderno “é fruto desse

aprendizado de levar em consideração e perceber em alguma medida a alteridade” (Souza, 2017, p. 48).

Para Souza (2017), o que há de semelhante entre as situações estudadas por Elias e Freyre – a sociedade guerreira medieval e o Brasil Colônia, respectivamente – é a desregulamentação que permitia a expressão incontida daquelas pulsões. Distante do reino de Portugal, aqui o senhor encarnava o poder máximo, discricionário, que não presta contas a ninguém: a ele se submetiam as populações colonizadas e escravizadas. Sem terem a quem recorrer, elas estavam expostas ao livre exercício do necropoder, como descreve Mbembe (2016, 2019), já que a expressão máxima da soberania residia, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Schwarcz (2019) corrobora. Com a falta de regulação legal do sistema escravocrata, ele se espraiou por todo o país, entrou nos “costumes da terra”; imperou a total falta de direitos de uns ante a imensa concentração de poder de outros. E não esqueçamos que isso durou 300 anos!

Na falta de instituições intermediárias, a família se tornou fundamental na colônia. Gilberto Freyre aponta repetidamente como componente estrutural da sociedade brasileira o sadomasoquismo, uma “patologia social específica” (Souza, 2017, p. 49): a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer marcavam as relações interpessoais. O patriarcalismo se exercia na família e a partir dela, sob a autoridade sem limite do

senhor de terras e de escravos. A relação do português com as índias, negras e brancas, e também com seus filhos, era sádica.

Meio século depois do fim da escravidão, em 1933, Freyre ainda identifica essa característica:

> Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo . . . nascido e criado depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadeza e no gosto de judiar com negros. Aquele mórbido deleite em ser mau com os inferiores e com os animais é bem nosso, é de todo o menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata. (Freyre, 1957, p. 154)

A conhecida cantiga de roda "Atirei o pau no gato, mas o gato não morreu" talvez seja um exemplo mais recente... Também a forma de sociabilidade, de relação com outros, se aprende – o rastro das relações do tempo da escravidão subsiste em hábitos, no humor do "racismo recreativo" (Moreira, 2019), na territorialidade urbana, dos elevadores de serviço às favelas.

Quanto à influência moura na configuração da família brasileira, para Freyre, ela aparecia na poligamia – sexo e reprodução com as escravas, escravidão doméstica, eventual reconhecimento de filhos mestiços pelo senhor, alguns podendo se beneficiar de viver na casa grande, e até estudar, embora não fosse usual. Concorrem para esta configuração tanto a autoridade ilimitada do senhor quanto a situação da metrópole, um pequeno país com um imenso território a povoar. Souza ressalta que o

aspecto familiar e sexual engendra uma forma de sociabilidade entre desiguais que mistura praticamente todas as nuances da emoção humana: cordialidade, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido (Souza, 2017, p. 43).

A escravidão termina sem nenhuma providência para a integração dos libertos à sociedade, que sequer eram alfabetizados. Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955, p. 48) advertem que "[a]os escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante". A chegada de imigrantes europeus, mais qualificados e mais motivados, subsidiada pelo governo (sobretudo a partir da metade do século XIX), para trabalhar na agricultura, abriu uma concorrência desleal à mão de obra de origem africana ou índia, aumentando sua desvantagem.

Um personagem interessante era o agregado, homem livre – tropeiro, sitiante, vendeiro, mas sobretudo capanga do senhor, de quem dependia a sua sobrevivência. Gozava da humanidade que não era concedida aos escravos, em um "acordo de classe" que preservou a distância social de todas as classes em relação aos escravos, enquanto garantia um espaço de privilégio, assegurando a fidelidade e subserviência dos estratos médios aos superiores (Souza, 2018a, p. 80).

A instalação da corte portuguesa no Brasil (1808-1821) trouxe profundas mudanças, entre elas a expansão do trabalho

administrativo. Mulatos que haviam estudado conseguiam empregos, se destacando da massa de afrodescendentes. Vistos como concorrentes dos brancos para as vagas na administração do reino, sua ascensão social era individual, por meio do capital cultural, em contraste com a situação coletiva dos escravos. Demarcando-se destes, se deslocavam para outro lugar da paisagem social. Iriam integrar a futura classe média, desejosa de tornar-se parte da elite, para quem ela ia servir de anteparo com relação aos pobres – dos quais queria se distanciar. A classe média ia funcionar muitas vezes como "*playback*" e defensora desta elite.

Boa parte dos descendentes de escravos e dos agregados se tornaria o que Souza chama, provocativamente, de "ralé brasileira" (Souza, 2018b), isto é, aqueles que até hoje só contam com o esforço físico para sobreviver. A classe média compra a baixo preço o tempo dessas pessoas sem perspectiva de ascensão social – domésticas, motoristas, vigias, etc., que entram no rol dos descartáveis da modernidade líquida (Bauman, 2007) –, os "neoescravos'' (Souza, 2017). Assim, ela pode se ocupar com seus filhos e prepará-los para o futuro: a capacidade de concentração, de atenção, de planejamento, de despender esforço para uma recompensa que pode demorar, ou seja, de projeção do futuro, não são inatas, precisam ser ensinadas. Os filhos da classe média entram na escola com essa vantagem. Eles se destinam ao sucesso via capital cultural acumulado, em parte, graças a essas habilidades, adquiridas no lar. Quanto aos filhos da "ralé", chegam à escola sem

estar prontos para começar a aprender, porque não tiveram quem ensinasse os pré-requisitos.

De maneira sucinta e muito simplificada, tentei pontuar raízes do que se materializou na gritante desigualdade que permanece na nossa sociedade, no racismo, no ódio ao pobre e na violência, ingredientes valiosos para um processo de polarização. Trezentos anos de sistema escravocrata geraram, além da materialidade das diferenças sociais, formas de subjetivação que não desaparecem facilmente, ainda mais quando sobrevive a velha disparidade. Carregamos em nós antigos reflexos, afetos e formas de pensar que continuam a se expressar no nosso cotidiano. Fazem parte do que se chama colonialidade – aquilo que sobrevive depois e apesar da descolonização: “as estruturas subjetivas, os imaginários, a colonização epistemológica” (Oliveira & Candau, 2010, p. 18), e está na cultura, no senso comum e em várias práticas.

As representações hegemônicas do país e dos seus habitantes desde a chegada dos portugueses (Arruda, 1998/2014) ajudam a entender o processo de “alterização” dos índios, dos negros e das mulheres; elas se ancoram em antigos imaginários e colocam esses segmentos no fim ou por fora do espectro dos humanos, onde, entrelaçados com eles, também se situam os pobres. O itinerário que os conduziu ao que são hoje incide na polarização atual. Os jovens favelados facilmente entram na categoria de suspeitos ou traficantes, repaginando a velha representação das classes perigosas (Arruda et al., 2010). O lugar de moradia e a cor da pele estão sob vigilância do necropoder.

Mbembe (2019, p. 32-33) afirma que as nações colonizadas são "o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a 'paz' tende a assumir o rosto de uma 'guerra sem fim'". Para ilustrar como isto faz parte da nossa colonialidade, trago alguns comentários de matérias de dois jornais *on-line* do Rio de Janeiro publicadas após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em março de 2018: "É triste. Bandidos matam até quem os defende. O exército agora tem que cercar essas favelas e caçar esses traficantes bandidos assassinos que só saem da toca para roubar, matar, e voltam para se esconder" (*O Dia*, 15.03.2018). E mais:

> Para esses lixos defensores de bandidos, até quando um deles morre a culpa é da PM. Essa daí [Marielle] foi tarde, e foram poucos, devia ter dado carona pra pelo menos mais 3 amigos dela. Agora, que a família dela sofra o que vários pais e mães vem sofrendo por causa desses bandidos vagabundos e de políticos inúteis como ela, que adoram um bandido de estimação. (*O Dia*, 15.03.2018)

Aí está a polarização entre "nós", pessoas de bem, vítimas, e "eles", bandidos ou defensores de bandidos. Eles, próximos da animalidade, vivem em tocas, devem ser caçados. Claro que a situação de insegurança pública faz parte deste quadro, e o sentimento de ameaça acha uma saída na escolha de culpados. Assim, o ódio aos pobres e o racismo (entre outros ismos) estão presentes na nossa colonialidade.

O ressentimento pela atenção dada ao assassinato de uma mulher negra e favelada transparece:

> Agora vão dizer que a vereadora foi morta por ser negra e morar na favela. Ninguém sai matando ninguém na rua [porque] seja branco ou negro. Pode ter sido crime passional, crime político, ou acerto de contas. menos por ser negra. [“Marielle_Franco: negra, moradora da Maré e a quinta vereadora mais votada do Rio”]. (*Extra*, 14.03.2018)
>
> Hipocrisia pura! Vermes malditos! Quer dizer então com isso que as outras pessoas que não são negras podem se foder de verde e amarelo. Na minha opinião os maiores preconceituosos são vocês. Direitos e deveres iguais para todos! [“Projeto de Marielle Franco deve ser votado hoje na câmara (criar dia de luta contra o encarceramento da juventude negra)”. (*Extra*, 10.04.2018)

A polarização joga o tempo todo com a construção de identidades e alteridades, representações e narrativas em contraposição. Quando se agudiza, a divisão implica adesão incondicional, sem meio termo. Ela marca territórios, desabafos pelo que é sentido como perda de espaço, ou de privilégios. A importância dada ao assassinato de uma pessoa como Marielle se torna insuportável, embora haja uma negação do racismo. Ao mesmo tempo, há um lamento legítimo pelo descaso com a morte das pessoas comuns, que não merecem a atenção da mídia nem das

autoridades. Isto não pode ser perdido de vista, se queremos que se volte a abrir o diálogo.

É hora de encerrar, então, com a terceira questão.

Como recosturar o tecido esgarçado pela polarização?

Como dizia no começo, não tenho essa resposta. Vou apenas pontuar alguns elementos para concluir.

Reconstituir a fibra esgarçada não é fácil. É como o trabalho das cerzideiras... Como a sociedade “armada”, dividida em campos opostos, vai reatar laços que se romperam, às vezes de forma dolorosa e até violenta? O estreitamento cognitivo e afetivo se torna uma viseira que foi incorporada ao olhar e encolhe a abertura para outras visões. Isso não se resolve de repente. Pode demorar. A educação e as instituições devem ajudar, mas por enquanto elas ainda estão se defrontando com o caminho no sentido inverso.

Então vamos ficar esperando passar para fazermos alguma coisa? Acho que não. É preciso agir desde já para não sermos devorados. Agir no imediato, no corpo a corpo. Quanto antes, melhor. E muita gente está começando.

Ainda falta uma figura neste jogo: as posições intermediárias, que se recusam a abraçar um campo ou outro como torcida de futebol. Muita gente não concorda com um lado nem com o outro. São os “isentões”, atacados pelos dois. O que essas pessoas têm a dizer? Talvez elas tenham pistas para outros tons de posicionamento, para linhas de fuga, para facilitar o espaço de

diálogo. E adotar o diálogo é uma posição ético política – implica a escuta atenta do outro e a tentativa de encontrar o diapasão possível para este diálogo como prática cotidiana. Fugir do binarismo, escapar do extremismo, ouvir e dar voz a outras alternativas.

Como? Vamos ter que tatear: é um exercício de criatividade, cuidado e paciência. A carga afetiva da polarização, o envolvimento para além da racionalidade habitual força a procura de rotas menos convencionais, de uma maior abertura aos afetos. Seguem alguns palpites intuitivos:

Abraçar práticas democráticas de trabalho e nos relacionamentos, práticas de respeito, acolhimento, empatia é uma forma de ir contra a política do ódio, contra a necropolítica, o horror aos pobres e à(s) diferença(s) – raciais, sexuais, e outras que inferiorizam o diverso. Pode acontecer em casa, no edifício, no transporte, em qualquer lugar. Como alerta a psicanalista Vera Iaconelli (2019, online), “[n]ão se trata de ser bom, mas de assumir que entre eu e o outro – qualquer outro – se impõe o reconhecimento do desamparo comum de nossa condição humana”.

Experimentar oportunidades de agregação em torno de ações coletivas é um outro exercício à contracorrente da viseira individualista. A sociedade civil precisa fortalecer e se fortalecer nos laços associativos. No bairro, na atividade de trabalho, na igreja, na comunidade. O trabalho científico também é uma ferramenta para desconstruir a polarização. Levar a pesquisa à procura de vias de

retomada do humano, de entendimento psicossocial do que está ocorrendo, de aproximação e encontro com quem participa da pesquisa. Pesquisar *com* e não só *sobre* é sem dúvida iluminador. Quem estuda representações sociais está à escuta da voz do outro, dos múltiplos outros que fazem a polifonia da controvérsia e da diversidade.

Não vamos voltar mais ao mundo de antigamente; nada será como antes, nem adianta cultivar nostalgia. Vamos ter que descobrir como inventar outra coisa com o que restar desta quadra. Com imaginação e criatividade. Com mais generosidade e menos competitividade. Chamo Martin-Baró uma vez mais em nosso socorro:[7]

> É preciso trabalhar para estabelecer um novo referencial para a convivência, um novo "contrato social" no melhor sentido, que permita a interação coletiva sem que a discrepância se converta em negação mútua; é preciso trabalhar por uma sinceridade social que leve a conhecer as realidades antes de defini-las, a aceitar os fatos antes de interpretá-los. (Martin-Baró, 1990b, p. 12).

---

[7] Texto original: "Es necesario trabajar por establecer un nuevo marco para la convivencia, un nuevo "contrato social" en el mejor de los sentidos que permita la interacción colectiva sin que la discrepancia se convierta en negación mutua; hay que trabajar por un sinceramiento social, que lleve a conocer las realidades antes de definirlas, a aceptar los hechos antes de interpretarlos; hay, finalmente, que esforzarse por educar en la razón y no en la fuerza, de manera que la convivencia se funde en la complementariedad mutua para resolver los problemas y no en la violencia para imponer la propia alternativa" (Martin-Baró, 1990b, p. 12).

Referências

Alcaide, X. M., Heredia, R. A. S. de, & Miguel, M. S. de (2015). Una aproximación psicosocial al conflicto vasco como sistema dinámico. *Universitas Psychologica*, *14*(2), 563-578. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5307187

Arruda, A. (2014). *Angela Arruda e as representações sociais: Estudos selecionados.* (organizadoras: C. P. Sousa, R. T. Erns, L. Villas Bôas, A. O. Novaes, & K. A. B. Stanich). Champagnat; Fundação Carlos Chagas.

Arruda, A., Jamur, M., Melicio, T., & Barroso, F. (2010). De pivete a funqueiro: Genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa*, *40*(140), 407-425. https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200006

Barrera Machado, D., & Villa Gómez, J. D. (2018). Barreras psicosociales para la paz y la reconciliación. *El Ágora USB*, *18*(2), 459-478. https://revistas.usb.edu.co/index.php/Agora/article/view/3828/PDF

Bar-Tal, D. (2007). Sociopsychological foundations of intractable conflicts. *American Behavioral Scientist*, *50*(11), 1430-1453. https://doi.org/10.1177/0002764207302462

Bar-Tal, D., & Hammack, P. L. (2012). Conflict, delegitimization, and violence. In L. R. Tropp (Ed.), *The Oxford handbook of intergroup conflict* (pp. 29-52). Oxford University Press.

Bauman, Z. (2007). *Le présent liquide: Peurs sociales et obsession sécuritaire*. Seuil.

Doise, W. (1969). Intergroup relations and polarization of individual and collective judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, *12*(2), 136-143.

Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Presses Universitaires de France.

Ernst-Vintila, A. (2015). Mentalité conspirationniste, socialisation, radicalisation: Réflexion théorique et illustration empirique. *Psihologia Socială*, *36*(2), 89-104.

Extra (2018). Marielle Franco: negra, moradora da Maré e a quinta vereadora mais votada do Rio. Casos de Polícia. 14 mar. 2018. https://extra.globo.com/casos-de-policia/marielle-franco-negra-moradora-da-mare-a-quinta-vereadora-mais-votada-do-rio-22491190.html

Fernandes, F., & Bastide, R. (1955). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. Editora Anhembi.

Freyre, G. (1957). *Casa-grande & senzala.* Livros do Brasil.

Holtz, P., & Wagner, W. (2012). Dehumanization, infrahumanization and naturalization. In D. J. Christie (Ed.), *Encyclopedia of Peace Pschology* (pp. 1-9). Willey-Blackwell. https://www.academia.edu/2215505/Dehumanization_infrahumanization_and_naturalization

Iaconelli, V. (2019, 15 outubro). Quem são os pais de Coringa? *Folha de S.Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2019/10/quem-sao-os-pais-do-coringa.shtml

Imhoff, R. (2015). Beyond (right-wing) authoritarianism: Conspiracy mentality as an incremental predictor of

prejudice. In M. Bilewicz, A. Cichocka, & W. Soral (Eds.), *The psychology of conspiracy* (pp. 122-141). Routledge; Taylor & Francis Group.

Iyengar, S., Lelkes, Y., Levendusky, M., Malhotra, N., & Westwood, S. (2019). The Origins and consequences of affective polarization in the United States. *Annual Review of Political Science, 22*, 129-146. http://dx.doi.org/10.1146/annurev-polisci-051117-0730342012

Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not Ideology; a social identity perspective on polarization. *Public Opinion Quarterly*, *76*(3), 405-431. https://doi.org/10.1093/poq/nfs038

Jesuino, J. C. (2001). Ancrages. In F. Buschini, & N. Kalampalikis (Dir.), *Penser la vie, le social, la nature. Mélanges en hommage de Serge Moscovici* (pp. 277-291). Éditions de la Maison de Sciences de l'Homme.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Vozes.

Jodelet, D. (2005). Formes et figures de l'altérité. In M. Sanchez-Mazas, & L. Licata (Dir.), *L'Autre. Regards psychosociaux* (pp. 23-48.) Presses Universitaires de Grenoble.

Lamm, H., & Myers, D. G. (1978). Group induced polarization of attitudes and behavior. *Advances in Experimental Social Psychology*, *11*, 145-195. https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60007-6

Le Bon, G. (1895). *La psychologie des foules*. Presses Universitaires de France. https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2016/03/le-bon-gustave-psicologia-das-multidc3b5es.pdf

Lozada, M. (2004). El otro es el enemigo: Imaginarios sociales y polarización. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, *10*(2), 195-211. https://www.redalyc.org/pdf/177/17710214.pdf

Lozada, M. (2011). ¿Nosotros o ellos? Polarización social y el desafío de la convivencia en Venezuela. In M. Lozada (Comp.), *Polarización social y política en Venezuela y otros países: experiencias y desafíos* (Temas de Formación Sociopolítica, 49), (pp. 23-41). Fundación Centro Gumilla, Publicaciones UCAB.

Lozada, M. (2013). Polarización, representaciones e imaginarios del “otro” en Venezuela: ¿La convivencia en cuestión? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, *19*(1), 197-211. http://saber.ucv.ve/bitstream/123456789/13620/3/la%20convivencia%20en%20cuestion.pdf

Maher, P. J., Igou, E. R., & Tilburg, W. A. P. van (2018). Brexit, Trump, and the polarizing effect of disillusionment. *Social Psychological and Personality Science*, *9*(2), 205-213. https://doi.org/10.1177/1948550617750737

Martín-Baró, I. (1983). Polarización social en El Salvador. *Estudios Centroamericanos (ECA)*, *38*(412), 129-142. http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/

uploads/2015/12/1983-Polarizaci%C3%B3n-social-en-El-Salvador.pdf

Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In M. Montero (Coord.), *Psicología política latinoamericana* (pp. 135-162). Panapo.

Martin-Baró, I. (1988). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicologia de El Salvador*, *7*(28), 123-141. http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-pol%C3%ADtica-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123_141.pdf

Martin-Baró, I. (1990a). Guerra y salud mental. In I. Martín-Baró (Org.), *Psicología social de la guerra: Trauma y terapia* (pp. 24-40). UCA Editores.

Martin-Baró, I. (1990b). *Psicología social de la guerra: Trauma y terapia*. UCA Editores.

Martins, K. O., & Lacerda, F., Jr. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: Uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, *14*(31), 569-589. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&tlng=pt

Mbembe, A. (2016). Necropolítica*. Arte & Ensaios*, *32*(16), 123-151. https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169

Mbembe, A. (2019). *Necropolítica.* N-1 Edições
Alcaide, X. M., Heredia, R. A. S. de, & Miguel, M. S. de (2015). Una aproximación psicosocial al conflicto vasco como sistema dinámico. *Universitas Psychologica*, *14*(2), 563-578. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5307187
Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo.* Sueli Carneiro/Pólen.
Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change* (European monographs in social psychology, 10). Academic Press.
Moscovici, S. (1981). *L'âge des foules*. Fayard.
Moscovici, S. (1987). The conspiracy mentality. Changing conceptions of conspiracy. In C. P. Graumann, & S. Moscovici (Eds.), *Changing conceptions of conspiracies*, (pp. 150-169). Springer-Verlag.
Moscovici, S. (1992). The discovery of group polarization. In D. Granberg, & G. Sarup (Eds.), *Social judgment and intergroup relation*s*: Essays in honor of Muzafer Sherif* (pp. 107-127). Springer-Verlag.
Moscovici, S., & Doise, W. (1984). Les décisions en groupe. In S. Moscovici (Dir.), *Psychologie sociale* (pp. 213-227). Presses Universitaires de France.
Moscovici, S., & Zavalloni, M. (1969). The group as a polarizer of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, *12*(2), 125-135.
O Dia (2018b). Assassinato da vereadora Marielle Franco tem repercussão internacional. 15 mar. 2018. https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5522452-

assassinato-da-vereadora-marielle-franco-tem-repercussao-internacional.html

Oliveira, L. F, & Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista, 26*(1), 15-40.

Paluck, E. L. (2010). Is it better not to talk? Group polarization, extended contact, and perspective taking in eastern Democratic Republic of Congo. *Personality and Social Psychology Bulletin, 36*(9), 1170-1185. https://doi.org/10.1177/0146167210379868

Reich, W. (2001). *Psicologia de massas do fascismo* (3a. ed.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).

Sanchez-Mazas, M., & Licata, L. (2005). Altérité et changement social. In M. Sanchez-Mazas, & L. Licata (Dir.). *L'Autre. Regards psychosociaux* (pp. 337-353). Presses Universitaires de Grenoble.

Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro.* Companhia das Letras.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*. Leya.

Souza, J. (2018b). *A ralé brasileira: Quem é e como vive.* Contracorrente.

Souza, J. (2018a). *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos, sua realidade*. Estação Brasil.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida, Trad.). Editora da UFMG. (Obra original publicada em 1985).

Staerklé, C. (2013). The true citizen: Social order and intergroup antagonism in political lay thinking. *Papers on Social*

Representations (Special Issue: 11th International Conference on Social Representations, Évora, 2012), *22*(1), 1.1-1.21. http://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/315/275

Stoner, J. A. F. (1967). *Risky and cautious shifts in group decisions: The influence of widely held values*. MIT.

Stoner, J. A. F. (1968). Risky and cautious shifts in group decisions. *Journal of Experimental Social Psychology*, *4*(4), 492-459.https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0022103168900693

Sunstein, C. R. (1999). *The law of group polarization* (John M. Olin Program in Law & Economics Working Paper, 91). University of Chicago, The Law School. http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:13030952

Villa Gómez, J. D. (2016). Perdón y reconciliación: Una perspectiva psicosocial desde la noviolencia. *Polis*, *15*(43), 131-157. https://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000100007

Villa Gómez, J. D. (2019). Representaciones sociales del enemigo como barreras psicosociales para la construcción de la paz y la reconciliación en Colombia. In J. Carmona, J., & F. Moreno (Eds.), *Reconstrucción de subjetividades e identidades en contextos de guerra y posguerra* (pp. 365-387). Editorial Universidad de Manizales, ASCOFAPSI.

Wagner, W., Holtz, P., & Kashima, Y. (2009). Construction and deconstruction of essence in representing social groups: Identity projects, stereotyping, and racism. *Journal for the*

Theory of Social Behaviour, *39*(3), 363-383. https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5914.2009.00408.x

Zeromskyte, R., & Wagner, W. (2017). When a majority becomes a minority: Essentialist intergroup stereotyping in an inverted power differential. *Culture & Psychology*, *23*(1), 88-107. https://doi.org/10.1177/1354067X16650810

Sobre o Espírito do Tempo e Representações Sociais[8]

Denise Jodelet

O tema que vou abordar nesta conferência faz parte de uma perspectiva de investigação conceitual que visa a comparar o tratamento da noção de representação social com temáticas que estão chamando a atenção das ciências sociais atualmente. Trata-se de uma continuação da reflexão sobre o conceito de "comum" desenvolvida por ocasião da última CIRS,[9] em Buenos Aires, cuja publicação foi recentemente apresentada nesta Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS). Tal abordagem vai ao encontro das interrogações frequentemente realizadas no campo das representações sociais e das correntes de ideias de alcance coletivo e social, como crenças, culturas, ideologias e mentalidades (Aebischer et al., 1991; Jodelet, 2015).

Uma observação antes de dar início a minha reflexão: convencida de que qualquer estudo sobre as representações sociais deve ser inscrito no contexto histórico-social em que são observados, limitei a minha exposição a casos, produções,

---

[8] Texto apresentado na Conferência de encerramento da XI JIRS e IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais (CBRS). Revisão da tradução do Francês para o Português por Aline Accorssi e Adriane Roso. No ano seguinte, Denise Jodelet apresentou essa conferência no V Coloquio Nacional de investigación em representaciones sociales, na cidade do México, a qual foi publicada na revista Cultura y Representaciones Sociales. Ver http://www.culturayrs.unam.mx/index.php/CRS/article/view/816/pdf

[9] Ver Jodelet (2019).

comentários e exemplos referidos sobretudo na atualidade e na literatura contemporânea francesa. É evidente que tal iniciativa poderia ser empreendida noutros contextos nacionais, abrindo caminho a comparações das tendências de investigação relativas aos conceitos e modelos privilegiados no estudo das representações sociais. Espero que alguns de vocês tenham interesse nessa perspectiva.

Nos textos (livros, capítulos ou artigos) que utilizam a expressão ou o conceito "espírito do tempo" (*esprit du temps*), é, em geral, feito referência à noção de representação ou de representação coletiva. Pareceu-me, portanto, interessante examinar o lugar assim reservado ao conceito de representação, as nuances que as interpretações do espírito do tempo podem trazer; a forma como essa expressão ou conceito se articula com a noção de representação social pode contribuir para afinar a sua análise. Para isso, após examinar os significados da expressão "espírito do tempo", vou rapidamente refazer a história de seu uso, buscando identificar suas características relacionadas à noção de representação social. Em seguida, examinarei as contribuições que podem ser esperadas para uma abordagem do pensamento social, apreendido, então, como tipo de representações sociais.

Definição e história do espírito do tempo

O termo "espírito do tempo" indica o clima intelectual, os hábitos de pensamento, o conjunto de opiniões, ideias e julgamentos peculiares de uma dada época. É o equivalente ao

termo alemão *Zeitgeist*, usado para traduzir a expressão latina *genius seculi*.

O *Zeitgeist* foi introduzido em 1769 por Johann Gottfried Herder, filósofo da linguagem, e usado por autores que, para comentar a história das ideias, invenções e estilos, tentam "conciliar a noção de gênio individual e de determinismo social" (Drazen, 1967).[10] Uma perspectiva que pode encontrar eco em algumas abordagens da noção de representação social. A reflexão sobre a mente e sua relação com o tempo passou por desenvolvimentos filosóficos em Hegel, Heidegger, Bergson.

Mas é apenas em 1962 que o termo "espírito do tempo" foi encontrado em textos científicos. Dessa vez é abordado em uma perspectiva sociológica, com a publicação do livro de Edgar Morin, no qual ele enfatiza a natureza massiva da produção, disseminação e recepção da mídia que a transmite. Esse livro era, no momento de sua publicação, objeto de crítica dos sociólogos Bourdieu e Passeron (1963) por ignorar as características econômicas, sociais e estatutárias do público que modulam a recepção das comunicações midiáticas. Como resultado, o livro *L'esprit du temps* entrará no que Morin chama de "o inferno da sociologia". Ele sairá do esquecimento na década de 2000, com o desenvolvimento de pesquisas em meios de comunicação de massa (Maigret & Macé,

---

[10] Nota das revisoras: Salientamos que algumas citações diretas não contêm o número de página, pois preservamos a escrita da autora, a qual deriva da conferência proferida no encerramento da XI JIRS.

2005). Nessa ocasião, a releitura do livro revelou sua atualidade e caráter precursor.

Paralelamente, toda uma corrente de pensamento se desenvolveu no início dos anos 2000 em torno da noção de *Zeitgeist*. Após os documentários dirigidos por Peter Joseph, que foram um enorme sucesso nos EUA, foi criado, em 2008, por iniciativa deste último, o "Movimento *Zeitgeist*" (Morin, 1967). Esse movimento é uma organização internacional, representada em particular na França, que trabalha para a construção de um mundo sustentável, com a promoção de uma economia baseada em recursos e, em oposição a uma visão genética do desenvolvimento humano, enfatizando a influência que os fatores socioeconômicos e ambientais exercem sobre as consciências e práticas humanas.

O fundador do movimento "zeitista" já havia sido afiliado a outro movimento alternativo, "O projeto Vênus", que transmite, desde 2009, sua mensagem pela Internet contando com mais de 100 milhões de visualizações e com entrevistas na televisão e conferências em vários países (Inglaterra, Canadá, França, Estados Unidos, Israel, Rússia e, este ano, Argentina). Temos aqui um bom exemplo da penetração social de um conceito lançado nos círculos científicos e difundido no público em geral.

Mas devo acrescentar outra razão para minha escolha do tema "o espírito do tempo". Tendo trabalhado na questão das ameaças, sobre a qual um livro está sendo publicado, fiquei surpresa com o tom negativo de uma série de textos e livros evocando, sobre as ameaças e os processos que eles envolvem, especialmente no

nível coletivo, a ideia de catástrofe, de cataclismo. Ao ponto de que seus autores sejam qualificados como “colapsologistas” ou “colapsistas”. Para se ter uma ideia do clima que emerge de seus escritos, aqui estão alguns dos títulos mais recentes, selecionados entre os 35 trabalhos listados na França, publicados respectivamente em:

- 2005: “Colapso. Como as sociedades decidem seu desaparecimento ou sua sobrevivência”.
- 2014: “Como tudo pode entrar em colapso. Um pequeno manual de colapsologia para o uso das gerações atuais”.
- 2015: “A sexta extinção”.
- 2018: “Por que tudo vai entrar em colapso”.
- 2019: “Tudo vai desequilibrar-se”.

Esse movimento se expande à televisão em 2019, quando uma série, sob o título “O colapso”[11], retratou, em oito episódios, o caos decorrente da “civilização termo-industrial”. Os autores referem-se a sua ficção como “um documentário, em um mundo que se assemelha ao nosso, para que os espectadores se projetem e saiam da negação. Sabemos que não podemos evitar o colapso, mas podemos amortecê-lo, vivendo voluntariamente em vez de sofrer”.

Observando a proliferação de ficções apocalípticas na literatura, filmes e séries de televisão, Engélibert (2019) traça um

[11] Nota das revisoras: “O Colapso” ou “L’Effondrement” (título original), mini-série francesa, foi criada e realizada por Jérémy Bernard, Guillaume Desjardins e Bastien Ughetto. Conta com 8 episódios e tem a duração total de 160 minutos aproximadamente.

paralelo entre os usos do Apocalipse nessas produções e os observados nas produções religiosas anteriores. Enfatiza, nas produções contemporâneas, a formação científica e o caráter utópico. Essas ficções, cuja aparência remonta à Revolução Industrial, acompanhariam a desilusão política que marcou a história do século XIX até os dias atuais. Elas teriam precedido os modelos do "antropoceno" e do "capitaloceno" na tomada de consciência sobre os efeitos do capitalismo no planeta.

Diante dessa série de observações, procurei descrever o fenômeno resultante da combinação do quadro nocivo do futuro do mundo, elaborado pelos pensadores de nossa contemporaneidade, e seus resultados nas posições do público, nas quais várias pesquisas atestam o despertar de sentimentos ansiogênicos, dúvidas científicas, suspeitas sobre políticas. O "espírito do tempo" me pareceu a melhor maneira de entender esse fenômeno e me encorajou a prosseguir.

Características do espírito do tempo

Vários traços e dimensões reconhecidos pela expressão "espírito do tempo" merecem ser enfatizados e levados em consideração no estudo das representações sociais. Três termos aparecem em todos os textos recentes relacionados a essa expressão: o imaginário social, as representações subjacentes e a cultura de massa. Se sintetizarmos as afirmações formuladas nesses textos, podemos dizer que o espírito do tempo é mantido por um fenômeno "coextensivo à sociedade da produção industrial em

massa, trabalho fragmentário muitas vezes sem sentido, lazer remodelado, rasgado do ritual das tradições, consumo de massa orientado pela moda, incentivos publicitários” (Matarasso, 1963).

A cultura de massa é definida como vinculada a uma produção industrial que é em si massiva, transmitida por meios de comunicação igualmente massivos (imprensa, rádio, televisão, cinema, registros fonográficos, reproduções pictóricas, etc.) e abordando um “homem médio”, um aglomerado de indivíduos que constituem uma massa social, além das divisões sociais (classes, família, etc.). Como Morin (1962/2017, p. 25) lembra na última edição de seu livro:

> a cultura de massa diz respeito à cultura que surgiu no século XX, com a mídia.... Foi capaz de apreender os temas e conteúdos da cultura popular antecedente (romances seriados, melodramas, jogos de feira ou circo), conseguiu integrar, mais ou menos marginalmente, temas ou conteúdos da cultura de elite (romances e música clássica), fez emergir um imaginário próprio e uma mitologia própria incluindo as estrelas. Como as culturas étnicas, mas de maneira específica e mais ampla, ela influencia o saber e o saber viver. (p. 25)

O pensamento de Morin é hoje ampliado, fazendo uso extensivo do conceito de representação. Ele aponta para “uma profunda ‘revolução cultural’ em meados do século XX nos países ocidentais, uma mudança nas práticas e representações coletivas” (Haroche & Vigarello, 2008), que se aplica às

transformações que podem ser vistas na segunda modernidade marcada por "formas de aculturação globalizada das representações individuais e coletivas" (Macé, 2017, p. 15). Para outro comentarista de Morin, seu "livro inicia uma radiografia sintética dos vários transtornos introduzidos pela cultura de massa nas representações, valores e práticas individuais da vida cotidiana" (Letonturier, 2019).

A noção de representação torna-se, assim, um elemento constitutivo central da cultura no que é conhecido como a "segunda modernidade" (Martuccelli & Singly, 2009), que foi introduzida na década de 1960, quando a obra de Morin foi publicada. Deve-se lembrar que a chamada "modernidade", iniciada no final do século XIX, se caracteriza pela constituição da consciência individual, com a transição da comunidade para a sociedade, da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica, para citar Durkheim. O que os sociólogos chamam de "a segunda modernidade" ou "pós-modernidade" é marcada, além disso, por uma entrada na incerteza, a perda de parâmetros de referência, o abalo da crença no progresso e nas instituições, o advento da singularidade individual. Tal clima favorece a influência da mídia.

Pode-se notar que as caracterizações da modernidade enfatizam a individualidade e os fatores que a afetam. Deixam em aberto a questão da relação entre representações cujo caráter coletivo é questionado e o surgimento de pontos de vista subjetivos. Há um espaço teórico para desenvolver aqui. O estudo das representações sociais pode contribuir nesse aspecto, na medida

em que procura explorar as dimensões sociais e representações compartilhadas, portanto coletivas, endossadas pelos indivíduos.

Relações entre "espírito do tempo" e "representação"

A aplicação dessas duas abordagens ao pensamento social torna possível enriquecer o estudo das representações sociais, sublinhando, ao mesmo tempo, seus aportes próprios. Nota-se que os textos relativos ao espírito do tempo recorrem apenas ao termo representação ou à expressão representação coletiva. Quase não há referência à representação social, o que nos convida a examinar com mais atenção a relação entre o espírito do tempo e a representação social.

Esta última deve ser abordada em duas direções: a que considera a representação como o conteúdo do espírito do tempo e a que a considera como resultado, enquanto um sistema de ideias que orienta as posições do público. Ora, nos textos que lemos, as representações são tratadas mais como pertencendo ao espírito do tempo do que como resultantes dele.

Além disso, supõe-se que as representações sejam afetadas pelas comunicações de massa. Portanto, elas estão lá como um *corpus* constituído sem questionar como foram elaboradas até a intervenção da mídia. Também não se questiona os processos sociais que, no nível dos diferentes grupos, transmitem o efeito da mídia e pelos quais as representações são transformadas. Então, aqui está um espaço em que a abordagem das representações sociais pode dar uma contribuição original.

Para concluir esta revisão, lembrarei as contribuições dos trabalhos sobre o espírito do tempo, antes de extrair as contribuições permitidas pela abordagem das representações sociais. Vale destacar cinco pontos.

1) A articulação entre o espírito do tempo e a representação é assegurada de maneira orgânica, uma vez que a representação é tratada como parte dele. Nesse sentido, referir-se ao espírito do tempo pode ser uma maneira de abordar certas características das representações sociais relacionadas à emoção e aos valores, outros elementos constitutivos retidos pelas suas descrições do espírito do tempo e sobre as quais as análises de representações sociais são um pouco rasas.

Em compensação, o fato de integrar representações como parte do espírito do tempo sugere que elas vêm de outros sistemas de pensamento, como ciência, religião, cultura, por exemplo. O estudo deles possibilitaria especificar melhor a relação entre o espírito do tempo e o universo mental de uma sociedade ou de um grupo, estudados em um dado momento de sua história, sobre a qual, além disso, insistimos.

2) De fato, em toda a literatura sobre “o espírito do tempo”, a associação com a temporalidade, a história, é fundamental para qualificar uma maneira de pensar compartilhada coletivamente. Pelas dimensões a que se refere, o termo alemão *Zeitgeist* permite apreender sua complexidade.

O termo *Geist* (espírito) refere-se tanto à esfera da mente quanto ao espiritual, permitindo diferentes interpretações dos

fenômenos ideais, como pensamento, razão, alma, sentimento, emoção ou comparação com sistemas de pensamento como religião ou ideologia.

O termo *Zeist* (tempo) significa a referência à “epocalidade” (Derrida, 1987), levando em consideração o período histórico, o período exato durante o qual uma determinada forma de pensamento e sensibilidade é forjada e que o tornará marcado. O *Zeitgeist* seria, portanto, um "esquema epocal". A ênfase na historicidade da produção mental é uma orientação valiosa para o estudo das representações sociais que poderiam ser inspiradas nas contribuições sobre o ar dos tempos.

3) A passagem pelo espírito do tempo possibilita ampliar o campo de análise das representações sociais. Embora estas últimas tenham sido estudadas principalmente no nível da interação entre indivíduos ou grupos sobre um objeto de preocupação específico, relacionam-se com o espírito do tempo numa escala maior, projetando um duplo ponto de vista. Por um lado, estamos lidando com situações globais complexas. Por outro lado, não pensamos mais em interações, mas sobre coletivos, sobre o que é comum, compartilhado em uma população circunscrita, não apenas no tempo, mas também em uma estrutura geracional, nacional ou em conjuntos inclusivos, como raça, sexo, etc.

Isso nos permite examinar os conflitos de ideias que podem surgir dentro da mesma comunidade, como resultado da adesão ou rejeição das ideias e valores predominantes de certos indivíduos ou grupos carregados pelo espírito do tempo. Ilustrarei essa situação

mantendo o mesmo caso exemplar do “movimento zeitgeist”, que é rejeitado por Noam Chomsky (2015), um anarquista autoproclamado. Este último considera a ideia boa, “agradável”, mas classifica o movimento na categoria “especulações teóricas”, cujo escopo é limitado, pois parece catastrófica uma situação global que inevitavelmente chega a um precipício devido a problemas ambientais e ameaças de guerra nuclear.

Eu enfatizei, em várias ocasiões, e especialmente em relação à globalização (Jodelet, 2012), que os objetos que estudamos estão inscritos em um contexto social e cultural e em um tempo histórico. A referência ao espírito do tempo fornece uma importante etapa de exame para garantir, no estudo das representações sociais, as condições dessa inscrição.

4) As abordagens atuais do espírito do tempo enfatizam suas dimensões culturais e imaginárias. As primeiras são atribuídas a produção, a difusão, a recepção de modelos de vida. As segundas se referem aos efeitos de projeção e de identificação com esses modelos. Há também um recurso a explorar quando se estudam representações sociais.

5) O último ponto que gostaria de destacar sobre as contribuições de uma aproximação entre estudos sobre representações sociais e abordagens do espírito do tempo refere-se ao seu lugar na comunicação social. É inútil lembrar a importância dada, no paradigma de Moscovici, aos diferentes sistemas de comunicação. Este último enfocou mais particularmente o vínculo estabelecido entre a orientação ideológica dos órgãos de imprensa

(neutro, religioso ou de esquerda), a organização cognitiva das mensagens a ele ligadas (difusão, propagação, propaganda) e o tipo de atitude provocada entre os leitores (opinião, atitude, estereótipo). Os modelos de análise do espírito do tempo aplicam uma perspectiva semelhante para lidar com processos que caracterizam uma gama mais ampla e nova de mídias, que inclui cinema, televisão, rádio, classificadas na categoria "culturas de mídia" e abordadas como comunicação de massa. Não podemos negligenciar o que essa ampliação de perspectiva provavelmente trará para a abordagem das representações sociais.

Para examinar essas possíveis contribuições, apresentarei os elementos mais importantes a serem mantidos nas contribuições relacionadas ao espírito do tempo.

Esboço da abordagem do espírito do tempo

Vou me referir aqui às contribuições de Edgar Morin e do grupo “mediacultures”, os quais completaram uma literatura que, por um lado, desenvolvida nos Estados Unidos sobre a recepção da mídia e, por outro lado, nas correntes de pensamento marxista sobre as mistificações da cultura de massa, havia ignorado “esse imenso campo prático e simbólico que são as indústrias culturais, as representações midiáticas e seus usos”, para citar Macé (2017), em sua introdução à reedição do livro *Espírito do tempo*.

Nesse livro, Morin (1962\2017), aplicando ao cinema o que ele chama de “conhecimento complexo” e o exame de “antagonismos complementares”, questiona como um modo de

produção industrial se articula com a criação artística, para produzir uma "cultura de massa" que surgiu no século XX. Essa cultura de massa aproveitou os temas da cultura popular, tradicional e de elite para produzir uma fantasia e mitologia próprias, fornecendo modelos de comportamento na vida cotidiana.

Morin insiste na historicidade da cultura de massa e no caráter globalizado de uma influência além-fronteiras. Nas minhas reflexões sobre os recursos oferecidos pelo estudo das representações sociais para entender os efeitos da globalização (Jodelet, 2012), tive a oportunidade de sublinhar a contribuição de autores como Castells (1997/2004) e Appaduraï (1996) que contribuíram para uma abordagem do efeito da comunicação de massa nas identidades culturais e sua evolução.

As propostas de Morin lançam mais luz sobre esses efeitos. Levando em conta as restrições exercidas pelo modo de produção da cultura industrial, que é obrigada a comercializar bens constantemente renovados, ele destaca o caráter sincrético que apela ao conteúdo das culturas locais, homogeneizando a diversidade para torná-los temas universais adaptados aos gostos da época. Por meio dos processos de popularização que utiliza, a indústria cultural cumpre uma função de integração e homogeneização do público. Gera projeções e identificações que contribuem para a formação do que Morin chama de "tronco mental universal".

No prefácio à reedição do *Espírito do tempo*, Macé destaca a intenção do projeto antropológico de Morin: "compreender de

forma abrangente as lógicas de produção, as estruturas de representação e as dinâmicas de transformação (internas e externas) que lhe parecem constituir um imaginário comum" (Macé, 2017, p. 14). Esse imaginário é comum porque "é conhecido por todos" e consiste em "representações coletivas" que são uma "parte do real". Pois o real comporta de maneira indissociável uma dimensão atual, aquela da experiência concreta, e uma dimensão virtual, aquela das representações. A dimensão virtual pode ser colocada a serviço de uma mudança na realidade.

Essa visão ressoa de forma singularmente familiar para os proponentes do estudo das representações sociais. Surge, portanto, a questão de como se inspirar nas concepções do espírito do tempo para enriquecer a abordagem das representações sociais, sem perder suas especificidades e contribuições originais.

Relações entre o espírito do tempo e as representações sociais

Deve-se notar que, embora os trabalhos referentes ao espírito do tempo dizem respeito à noção de representação, o fazem realizando algumas reduções em relação ao que é entendido no atual estudo das representações sociais. Por um lado, se fala simplesmente de representação, referindo a um conteúdo mental ou identificando-o com conteúdo imaginário. Por outro lado, para qualificar as representações, insiste-se, essencialmente, em seu caráter coletivo, ecoando a natureza massiva das comunicações que induz uma recepção, também, massiva. As representações são coletivas por seu modo de produção industrial, por seu modo de

comunicação, que empresta meios massivos (imprensa, cinema, televisão, rádio, etc.), e pelo público a quem se dirigem, além das divisões e determinações sociais.

Mesmo que alguém fique impressionado com o fato de o primeiro livro de Morin seguir, em 1962, as propostas apresentadas no trabalho seminal de Moscovici, publicado em 1961 (Moscovici, 1961), sobre sistemas de comunicação, é preciso reconhecer que seu exame aumenta o alcance para se ligar a todas as formas de linguagem escrita, falada e pictórica (imprensa, rádio, televisão, cinema). Essa é uma área de pesquisa que merece ser desenvolvida em nosso campo, no qual encontramos apenas alguns trabalhos que tratam de várias formas de comunicação de massa.

O nível de análise também é diferente: foca-se nas imagens de si mesmo, pela projeção e identificação com os personagens e seu modo de vida encenado na mídia, resultando em um estado mental uniformemente compartilhado em um determinado momento. Em Moscovici, ele visa aos processos de construção de representações resultantes da difusão do conhecimento, incluindo o conhecimento científico, e sua transformação em senso comum, aplicável e aplicado à compreensão do mundo da vida.

Outra diferença está relacionada à natureza das comunicações. Em Morin, elas se limitam às comunicações de massa. Elas produzem um efeito no nível individual, mas, devido à padronização da recepção, atingem um nível coletivo que se pode relacionar com uma mentalidade. Em Moscovici, o alcance das comunicações é ampliado pela integração das comunicações verbais

trocadas entre parceiros e contextos sociais, resultando em coconstruções particulares da realidade e, portanto, têm um caráter e um efeito propriamente social.

Mas o que para mim é uma diferença decisiva diz respeito ao uso da noção de representação. Menos desenvolvido por Morin do que por seus sucessores ou seguidores, a representação refere-se a conteúdos de pensamento frequentemente assimilados ao imaginário como diferentes do real. A insistência no imaginário em todos esses escritos me fez esperar encontrar uma maneira de refinar sua contribuição na abordagem das representações sociais. Sua redução a uma oposição ao real e sua assimilação à representação me deixaram faminta por isso, apesar da beleza das descrições feitas por Morin sobre as visões imaginárias que se expressam, em particular, na literatura.

É claro que somente se pode inspirar, nos estudos das representações sociais, nas magníficas descrições das reificações do imaginário nas mitologias, nos rituais mágicos ou religiosos e nas obras de arte. Mas continua sendo essencial distinguir nos componentes das representações sociais o que são os resultados da educação e das trocas sociais, além do que é transmitido pelas comunicações de massa.

Além disso, como já disse, é importante distinguir as representações que estruturam as mensagens de comunicações de massa e aquelas que resultam da visão sustentada por essas comunicações e que constituem o espírito do tempo. Há todo um campo de pesquisa a ser desenvolvido. Para ilustrar, volto ao caso

dos discursos catastróficos peculiares à segunda modernidade. Esses discursos, em apoio às representações científicas, levam a uma visão dupla: pessimista, como ilustra a posição de Chomsky (2015), que se distingue da posição dos movimentos de luta contra os malefícios da civilização tecnoindustrial.

Chomsky (2015), com base em uma análise política, defende um "controle democrático" de todos os aspectos da vida social, no nível de produção, distribuição, consumo, representação. Tal controle generalizado abriria uma saída para o estado catastrófico do mundo contemporâneo, se pudesse acontecer, o que Chomsky parece duvidar. No caso de movimentos que se levantam contra o mal do tempo, não se pode falar de uma visão otimista. Em vez disso, é uma posição de resistência, de defesa contra os danos causados pelas escolhas humanas. Em seguida, nos deparamos com discursos de condenação que estão ausentes das ideias de progresso, de desenvolvimento social, os quais se substituem por pedidos de preservação de espécies vivas e recomendações que às vezes são qualificadas como utópicas e relacionadas à conduta para proteger o meio ambiente, a humanidade e a natureza.

Embora baseadas em uma crítica à organização social e econômica e às políticas de Estado, essas recomendações não pretendem mudar a ordem existente como uma orientação política pode fazer, como defende Chomsky (2015). Em vez disso, trata-se de agir no nível individual ou comunitário para estabelecer condições de subsistência, com um evidente recuo no

individualismo. Como se pode ver, a mesma representação do estado do mundo pode mobilizar, de acordo com o cenário representacional ou ideológico, representações divergentes da vida e ação sociais. Como observa Engelibert (2019), as ficções que encenam o Apocalipse "cumprem o papel desempenhado pelas utopias dos homens do Iluminismo. Elas imaginavam cidades ideais, hoje imaginamos a reconstrução do mundo após sua destruição". O autor distingue entre um "apocalipticismo niilista" que prolonga os velhos mitos e um "apocalipticismo crítico" que "problematiza nossa relação com o tempo e luta contra o mito do progresso". O último "às vezes é acompanhado por um imaginário sobrevivencialista que também é bastante perturbador: geralmente há um individualismo exacerbado, uma representação da sobrevivência como algo que requer o exercício da violência".

Esse exemplo permite identificar um princípio metodológico para adotar uma abordagem que visa a analisar um sistema de representações sociais envolvendo representações coletivamente compartilhadas e representações endossadas por indivíduos em relação a um problema de interesse geral. Devemos nos referir a diferentes níveis de representações sociais que se articulam, no mesmo orador, para forjar uma visão de determinadas situações ou eventos.

Um degrau profundo é constituído pelas representações às quais um indivíduo adere, sejam elas transmitidas pela comunicação social dentro do mesmo grupo de pertencimento, ou sustentadas pelas comunicações de massa, da mídia e da cultura da sociedade de

massa. Esse degrau serve de base, como referência, a posições discutidas, justificadas pelas representações que os indivíduos deduzem pessoalmente ou constroem a partir desse fundo comum, de acordo com sua inscrição social.

Nessa perspectiva, o uso de uma noção como o espírito do tempo pode ser útil para examinar os constituintes do fundo comum em que os sujeitos se baseiam para construir uma posição sobre uma questão socialmente relevante. Na medida em que a concepção do espírito de tempo inclui crenças, valores e processos de identificação e projeção, fornece um recurso para permitir que a abordagem das representações sociais inclua outras dimensões além do conhecimento e dos saberes. Por outro lado, a sensibilidade, na abordagem das representações sociais, aos processos de comunicação, à influência das relações interindividuais e intergrupais, abre caminhos para examinar os processos pelos quais o fundo comum é transformado e especialmente oferecido como recurso para a construção de posições adotadas por indivíduos.

Considerações finais

Parece-me, e esta será minha conclusão, que a abertura aos aportes das reflexões sobre o espírito do tempo pode contribuir para o enriquecimento do estudo das representações sociais. A abordagem necessária, então, é distinguir na análise do espírito do tempo a parte que, no caso de um problema específico, pertence a um sistema de representações sociais que serve de base para a identificação das posições adotadas pelos indivíduos ou pelos

grupos, e o que refere às representações coconstruídas que seguem a partir dessas posições ou que as justifiquem.

Juntaríamos aqui o que Moscovici (2019) avança em um artigo que poderia ser descrito como uma defesa e ilustração do senso comum ao qual ele postula o *status* de "lugar epistemológico originário", onde as representações sociais estão inscritas e das quais se demonstram a historicidade e a parte de sua intervenção no curso da história. Nesse artigo, Moscovici critica os autores, especialmente os marxistas, que julgam, se não totalmente negativos, pelo menos "ambíguos", o senso comum, considerando-o como "o mumificador de uma reação justificada em um estado mental permanente". Ora, o senso comum fornece "uma estrutura cognitiva relativamente complexa para expressar os pensamentos e sentimentos aos outros, despertando neles ideias desconhecidas ou imagens e julgamentos sutis. Não há necessidade de um manual para aprender esse conhecimento, são redes de comunicação suficientes, principalmente as conversas cotidianas pelas quais circulam e pelas quais são fixadas" (p.25). Esse fundo comum, que evoca singularmente o espírito do tempo, servirá para construir posições relativas a um determinado objeto de preocupação e definir as respostas a serem dadas, pois, acrescenta Moscovici, as representações "sempre expressam uma intencionalidade coletiva".

A perspectiva aberta por Moscovici nos permite articular, por meio da reflexão sobre o senso comum, a abordagem do espírito do tempo com a das representações sociais, desde que nos

concentremos em fenômenos inscritos em uma época e um contexto específico.

Referências

Aebischer, V., Deconchy, J. P., & Lipianski, M. (1991). *Idéologies et représentations sociales*. Delval.

Appaduraï, A. (1996). *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.

Bourdieu, P. & Passeron, J. C. (1963). Sociologues des mythologies et mythologies des sociologues. *Les Temps Modernes*, *21*, 998-1021.

Castells, M. (2004). *The power of identity*: vol. 2. The information age: Economy. Society and culture (2a ed.). Blackwell. (Original work published 1997).

Chomsky, N. (2015). On The Venus project and the Zeitgeist project. (Interview). dailymotion.com

Derrida, J. (1987). *De l'esprit. Heidegger et la question*. (Heidegger: question ouverte. Actes du Colloque du Collège International de Philosophie). Galilée. http://palimpsestes.fr/textes_philo/derrida/%20DeLEsprit-Heidegger.pdf

Drazen, G. M. (1967). Edwin G. Boring, History, Psychology and Science. Selected Papers. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, *22*(3), 653-655. https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1967_num_22_3_421561_t1_0653_0000_2

Durkheim, E. (1951). *Sociologie et philosophie*. Presses Universitaires de France.

Engélibert, J.P. (2019). *Fabuler la fin du monde. La puissance critique des fictions d'apocalypse*. La Découverte.

Haroche, C. & Vigarello, G. (2008). L'esprit du temps. *Communications*, *1*(82), 87-93.

Jodelet, D. (2012). Social representations study and interlocution beween knowledges in a globalized space. In R. Permanadeli, D. Jodelet, & T. Sugiman (Eds.), *Alternative production of knowledge and social representations* (pp. 55-72). Graduate Progam of European Studies. University of Indonesia.

Jodelet, D. (2015). *Représentations sociales et mondes de vie*. Editions des Archives C Contemporaines.

Jodelet, D. (2019). La nocion de lo comun y las representationes sociales. In S. Seidmann, & N. Pieivi, (Eds.), *Identidades y conflictos sociales. Aportes y desafios de la investigacion sobre representaciones sociales* (pp. 18-40). Ed. de Belgrano. http://repositorio.ub.edu.ar/bitstream/handle/123456789/8819/FINAL%20CIRS_libro_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Letonturier, E. (2019). *L'esprit du temps*. Edgar Morin. Fiche de lecture. Encyclopedia Universalis. https://www.universalis.fr/encyclopedie/l-esprit-du-temps/

Macé, E. (2017). Avant propos à L'esprit du temps. In E. Morin. (2017), *L'esprit du temps*. Aube (de L'). (Trabalho original publicado em 1962).

Maigret, E. & Macé, E. (2005). *Penser les médiacultures. Nouvelles pratiques et nouvelles approches de la représentation du monde*. Armand Colin.

Martuccelli, D. & de Singly, F. (2009). *Les sociologies de l'individu*. Armand Colin.

Matarasso, M. (1963). Morin Edgar, l'Esprit du temps. Essai sur la culture de masse. *Revue Française de Sociologie*, *4*(1), 80-83.

Morin, E. (1967). *Cultura de* massas *no século XX. O Espírito do Tempo*. Forense.

Morin, E. (com Macé, É). (2017). *L'esprit du temps*. Aube (de L'). (Trabalho original publicado em 1962).

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (2019). Sens commun: représentations sociales et idéologie. In N. Kalampalikis (ed.), *Serge Moscovici: Psychologie des représentations sociales. Textes rares et inédits.* Éditions des Archives contemporaines, pp. 17-29.

Representaciones sociales, memoria social y narrativa histórica – una relación entre representaciones sociales y prácticas

Susana Seidmann

A partir de la concepción de las representaciones sociales, tal como fuera formulada por Serge Moscovici (1984), éste señala el doble carácter de las representaciones sociales: son dinámicas y al mismo tiempo tienen una estructura estable. Esto da lugar a la aproximación entre la perspectiva de las representaciones sociales y el estudio de la memoria social o colectiva.

Abordaremos en este capítulo un análisis de la memoria social a partir de los testimonios de los vecinos de los campos clandestinos de reclusión de opositores, veinte años después de la experiencia acontecida. A partir de los relatos de entrevistas se analizará el contenido de las mismas, reflexionando críticamente sobre la experiencia vivida.

Reflexión teórica

En las representaciones sociales, abordadas desde el contexto social que les dio lugar, podemos encontrar ciertos elementos estables que nos permiten rastrear sus aspectos genealógicos, la huella histórica y cultural, los procesos instituyentes de construcción de significados y realidades sociales.

Consideramos a la memoria como un proceso constituido socioculturalmente que se construye y reconstruye en el contexto de las prácticas comunicativas (Middleton & Edwards, 1992). Es aquí donde emerge lo que puede, o no, ser pensado, dicho, escrito, recordado. Se produce una comunidad de recuerdos y recursos con los que la sociedad reexplica su historia y construye su narración constitutiva.

Se pregunta Milan Kundera, en una entrevista realizada en 1980, se pregunta "¿qué es el yo?" y responde "la suma de todo lo que recordamos" (Roth, 2003, p. 134). Recordar implica asimismo la posibilidad de narrar. Las narrativas sociales son historias que los miembros de una comunidad comparten entre ellos y con otros. Al *contar historias*, la comunidad se compromete en el proceso de crear una representación social y mantener la existencia de la comunidad. Se consolidan pragmáticamente los aspectos identitarios de las personas involucradas, se crea una continuidad encarnada del proceso histórico social. Cuanto más se narra, más se sostiene a lo largo de las generaciones, encontrando una justificación ética, moral y política de la participación.

Las narrativas están íntimamente implicadas en la organización de las representaciones sociales. Ambas implican formas populares de darle sentido al mundo. Dice Paul Ricoeur (1995): "Vivimos en un mar de tiempo. El proceso de crear una narrativa le posibilita a la persona dar significado al constante cambio en su vida, dar orden al desorden. Es así como derivamos

una configuración de una sucesión" "…narrar es… dejar de lado, es decir, elegir y excluir a la vez" (p. 495).

Este planteo coincide con los aportes de Serge Moscovici en su Teoría de las Representaciones Sociales. Dice Moscovici (1984): "Vivimos en un mundo temporal. Vivimos en mundos "virtuales", compuestos de recolecciones, nostalgias, anticipaciones, alternativas" (s/d). Y ¿qué es el olvido? El olvido es también un proceso constituido socialmente y organizado colectivamente. Involucra aspectos pragmáticos. Siempre hay un para qué recordar y un para qué olvidar, relacionados con la ideología de circunstancias socioeconómicas y políticas pasadas y presentes incluidas en la historia narrativa.

Dice Milan Kundera (1980, in Roth, 2003, p. 134): "el olvido es una forma de muerte, siempre presente". Pero el olvido es el gran problema de la política. Es una forma de despojar a un pueblo de su conciencia nacional. "La nación que pierde conciencia de su pasado, también va perdiendo gradualmente conciencia de sí misma" (in Roth, 2003, p. 134). El olvido socialmente organizado logra desmembrar la identidad de un pueblo.

Denise Jodelet (1998) señala las paradojas de la memoria. Esta tiene un anverso y un reverso: el recuerdo y el olvido, la continuidad de la rememoración en la vida y la evocación y la conmemoración en la muerte. Destaca Jodelet el lado moral de la memoria: el ***deber de memoria***, la exigencia de preservar las identidades y lograr el despertar de la conciencia política. La

memoria histórica y transgrupal que está al servicio de protegerse del olvido de los aberrantes hechos de persecución de la historia. El olvido es un crimen y un error en los que la ética y la civilización están en juego.

Jodelet relaciona el deber de memoria con el dolor del testimonio, dentro del lenguaje de la emoción. El olvido es lo opuesto a la justicia. Recordar es un deber de solidaridad del sobreviviente, el deber de no olvidar para que “nunca más” ocurran crímenes contra la humanidad.

Giorgio Agamben (2002) aborda asimismo el significado ético y político del recuerdo de los actos de exterminio de un pueblo en “Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo”. Señala que la ética del testimonio es *escuchar lo no dicho,* abordar un enigma insondable que Hanna Arendt (1999) definió como “la banalidad del mal”*.* Para Agamben, una de las razones para sobrevivir en un campo de concentración fue convertirse en *testigo*, vivir a toda costa para vengarse y contarle al mundo de lo ocurrido, poder testimoniar.

Serge Klarsfeld, el famoso cazador de nazis, también denominado *el militante de la memoria,* destaca la importancia de la agrupación de los exiliados, sobrevivientes de eventos históricos dramáticos, poder rememorar nostálgicamente el país que dejaron y las experiencias vividas. No obstante, en el difícil trayecto del recuerdo, no todas las personas logran volver a entrar en el espacio de la muerte, tal como lo sugiere Jorge Semprún (1997) en su libro

"La escritura o la vida". Recordar para él era revivir su paso por los campos de la muerte y volver a ser uno de esos indeterminables seres de quien nadie podía asegurar si eran vivos o muertos. Recordar era volver a morir.

Y aquí tenemos varios protagonistas: los verdugos, las víctimas y los testigos del horror. Tenemos que situarnos, como dice Beatriz Sarlo (2005), en la perspectiva del sujeto, reconociendo a la subjetividad un lugar. Destaca los modos de subjetivación de lo narrado, la reinvidicación de la primera persona como punto de vista. Crea el paralelo al "giro discursivo" en la figura del "*giro subjetivo*". Se trata de un reordenamiento ideológico y conceptual de la sociedad del pasado y de sus personajes, defendiendo sus derechos y la verdad de la subjetividad. Por lo tanto, la historia oral y el testimonio otorgan el valor a la narración en primera persona, que narra su vida para conservar el recuerdo o para reparar una identidad lastimada. (Sarlo, 2005, p. 22).

Veinte años después del golpe militar en la Argentina, y en un intento de sondear en las formas de construcción de la memoria, se recogieron testimonios entre algunos de esos vecinos de los campos ilegales de reclusión de los opositores, de esa convivencia con el horror, para conocer a qué mecanismos habían recurrido para sostener el débil equilibrio de su cotidiana existencia (Guilis, 1996).

Algunos de *los otros testigos*, se negaban a dar testimonios, otros preferían mantener oculta su identidad. Unos pocos

aceptaron poner en palabras algo de esta historia que nos abarca a todos, y que demuestra que el miedo instalado en aquellos años aún hoy sigue produciendo efectos. Se recogieron testimonios entre los vecinos de distintos Campos de Concentración.

Sartre (2006) enfatizaba que el problema central radica en lo que los hombres hacen, con lo que el mundo les ha hecho. El barrio se puso en escena a través de la narrativa de algunos de sus habitantes. Ellos comenzaron hablar de él y a través de sus voces se organizó un mito barrial que se inicia en aquella época, durante la dictadura militar, como un modo de sostener una frágil supervivencia. Surgió entonces el dolor de la memoria, la herida abierta del recuerdo. Seferis (1989, p. 2) decía en unos de sus poemas “La memoria, donde se la toque, duele”. Pero como en todo discurso, hay pliegues, quebraduras y por allí se filtra aquello que pone al descubierto ese “saber no sabido”, que no cesa de inscribir las huellas de lo irrepresentable. Es como un “drama enunciativo”, un lenguaje biográfico que habla más del extravío de una identidad que del encuentro con una historia. En lugar de una palabra que produzca memoria nos hallamos ante las ruinas de la palabra –discurso trunco, cancelado– como abortado en el escenario mismo de la catástrofe de la historia Argentina.

“Horrible...no teníamos fuerzas para... la angustia de ver lo que se hacía y no se podía hacer nada...”

“No teníamos certeza de nada. Pensábamos que podría haber sido...” Qué sé yo... Que torturaban a alguien... No teníamos certeza.”

“Nosotros de lo que pasaba aquí....., vivíamos en el limbo...”

Realidad social, que borra los límites entre lo privado y lo público. El discurso de lo público asume un carácter devastador que penetra e inocula el espacio personal.

“En la época de la dictadura, a mí, gracias a Dios nunca me pasó nada. Siempre me preguntaban cosas los militares, requisaban los colectivos, me pedían documentos, pero nunca me molestaron...”
“A mí nunca me hicieron nada, yo trabajaba, y si mataron gente por algo los mataron, alguna cosa tienen que haber hecho...”

El discurso toma una forma casi mítica para proveer significaciones a aquello vivido con inquietantes sentimientos de extrañeza.

“Pensábamos que había mujeres detenidas, porque uno siempre lo relaciona con la prostitución...”
“Los fines de semana, ponían música de los Beatles al mango (muy alto volumen), música de rocanrol y el comentario de los vecinos, que todavía éramos un tanto ingenuos, era: mirá como se divierten los milicos, ponen música al mango, la deben estar pasando bomba. Ingenuamente pensábamos que era un acto de diversión, de distracción, después se descubrió que era una pantalla para tapar los gritos de la tortura”.

Ciertos acontecimientos históricos ayudan a interrogarnos, de manera más dramática, acerca de la relación que establecen los sujetos con su realidad, esa perturbadora tensión existente entre la realidad material y la realidad histórica. Se trata de un desgarro

inevitable, esa escisión que se produce entre aquello que se enuncia, que los acontecimientos de la historia le impone a los sujetos.

En el caso de los vecinos de los Campos de Concentración de la Dictadura Militar, se trata de una inquietante experiencia de extrañeza y de confusión de límites entre el adentro y el afuera, cuando en el espacio familiar y privado irrumpió el horror que los obligó a convivir con lo siniestro. Ese horror que se infiltraba cotidianamente en las vidas de estas familias impidiendo el establecimiento de la distancia necesaria entre órdenes heterogéneos de la realidad. ¿En qué suerte de complicidad ignorada con el discurso del poder se instalaron los vecinos? Claude Lanzmann (1998) señala, “Hay que ver y saber, saber y ver, indisolublemente. Es una tarea desgarradora”.

> *... a las tres o cuatro de la mañana venían camiones de donde bajaban gente. Nosotros veíamos como la metían adentro, se oían gritos. Nosotros no podíamos hacer nada porque también teníamos miedo... Cuando se estaban yendo los militares que allanaron mi casa, les dije: Mire señor, no sé si estoy despierta, si estoy despertando de una pesadilla o ésta es una película de terror..*.

Dando testimonio de ello, se produce un tipo de narrativa en tiempos ilusorios, fragmentados, sin registro de contradicción -*“...aquí se vivía muy tranquilamente...”*- para anular la marca de lo vivido. Lógica de la ambigüedad, donde lo verdadero y falso circulan en un mismo discurso. Se tocan, se separan, se hacen

indistinguibles, entran en complicidad, como una manera de olvidar el olvido.

Movimiento no se veía, yo solía venir a las tres, cuatro de la mañana, una vez sentí alguien que se quejaba, decía: Basta, basta no me pegue más. Yo pensé que sería algún ratero… nunca imaginamos que esto era un centro de tortura tan criminal… Yo me niego a creerlo todavía ahora, porque si solo un diez por ciento de lo que se dijo fue verdad, tendría que dejar de creer en el ser humano.

El primer acto de los torturadores es quebrar los ritmos temporales (lógicos y cronológicos) fundamentales de la vida de un sujeto. El objeto del terror es desarticular los procesos de pensamiento, un ataque al orden simbólico, un silenciamiento que crea una zona muda, una devastación de todo tipo de lazo social, una interrupción en la trama de la historia. Camus (2007) consideró que el silenciamiento contribuye a las desgracias del mundo. Pero quizá la cuestión se trate de lo indecible, de aquello que no se puede nombrar, porque no hay palabra o porque todos tienen miedo. En ese sentido todos éramos vecinos de los Campos del Horror.

Aquí no sabíamos nada, era como una cosa ajena, no se hablaba. Cuando cayó la dictadura, ahí la gente empezó a hablar, a contar sobre los movimientos nocturnos, las entradas y salidas de los autos, donde se oían gritos y toda la movida nocturna…
Todo pasaba de noche, por eso, nosotros, después de las diez, ya no salíamos.

A estos vecinos sólo los separaba de los Campos del Horror, una medianera, una calle, un baldío, un muro, algunas ventanas tapiadas, discontinuidades. No había distancia física posible, se trataba de una verdad sin distancia, como si no se tratara de su verdad –para no sucumbir en el horror- sin embargo, hoy es la prueba más desnuda de una verdad. Era necesario interponer algo para que esa verdad no confirmara los fantasmas, algo se neutralizaba y al mismo tiempo se naturalizaba, transformándolo en familiar y cotidiano. En este movimiento pendular entre el naturalizar y el neutralizar se debatían los vecinos de los campos de la dictadura, para controlar el afuera amenazador. Sin embargo, mantener la percepción era condición para no enloquecer, pero había que eliminar ese plus (la significación de lo percibido) para poder sobrevivir.

Hasta aquí se oían los gritos...pero te adaptás a todo

. . . era una cosa a la que en cierto modo ya nos habíamos acostumbrado

muchas veces oí gritos, al principio tuve miedo, pero me tranquilizaba pensar que a mí no me iban a venir a buscar.

Estos son algunos de los recursos a que los sujetos apelaban para dar algún sentido a ciertos acontecimientos de la historia, cuando estos atacaban no sólo las condiciones de la vida psíquica sino también los de la vida social y cultural. El tejido social fue estallado en 30.000 pedazos. Se había buscado desarticular todo tipo de lazo social, lugar donde se funda una ética del compromiso

y la responsabilidad. Para sostener esta frágil supervivencia, muchos tuvieron que privatizar el discurso público, que tenía como finalidad imponer un modo de pensar la realidad o de prohibir pensar acerca de lo que sucedía. Zonas de silencio e intoxicación en que sobrevivieron algunos vecinos de nuestra ciudad, extranjeros de su propia historia, renuncias, alienación, amputación de la experiencia. Elias Canetti (1985) se pregunta, en relación al genocidio en Europa, cómo hilvanar su propio relato inmerso en la catástrofe de una cultura tan despiadada, y dice "...no es saber todo lo que yo quiero, sino reunir lo que está hecho añicos. Una empresa así no puede tener éxito".

En el estudio de las representaciones sociales, la zona muda (Abric, 2005) alude a los elementos de la representación no verbalizados, debido a su característica *contranormativa* y, por lo tanto, inexpresables a causa de sus valores sociales. Configuran "esquemas durmientes", "no activados", enmascarados y ocultos.

Este es el sentido que le encuentra el poeta argentino Juan Gelman, quien dice en un texto reciente: "De ese muro de silencio también forman parte los pedacitos de memoria no dichos, fragmentos, dispersos, que muchos testigos y víctimas guardan para sí, como inmovilizados en su antiguo lugar. Qué manto de memoria colectiva se podría tejer con esos pedacitos, consolador y abrigador contra repeticiones posibles. Los crímenes del pasado perviven en lo que se calla de ellos en el presente".

Referencias

Abric, J. C. (2005). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In J. C. Abric (Dir.). *Méthodes d´étude des représentations sociales* (pp. 59-80). Érès.

Agamben, G. (2002). *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo.* Ed. Pre-textos.

Arendt, H. (1999). *Le système totalitaire.* Ed. Le Seuil.

Camus, A. (2007). *Cartas a un amigo alemán.* Tusquets.

Canetti, E. (1985). *Masa y poder.* Muchnik Editores.

Gelman, J. Citado en Guilis, G. (1996). *La desaparición: Memoria, arte y política. Los vecinos del Horror: Los otros testigos.* CELS. p. 7. Disponible www.juangelman.com.

Guilis, G. (1996). *La desaparición: Memoria, arte y política. Los vecinos del Horror: Los otros testigos.* CELS.

Jodelet, D. (1998). El lado moral y afectivo de la historia. Un ejemplo de la memoria de masas: el caso de K. Barbie, “el carnicero de Lyon”. In D. Páez, J. Valencia, J. P. B. Rimé, & D. Jodelet (Eds.), *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos* (pp. 341-360). Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

Lanzmann, C. (1998, 18 de julio). El crimen sin nombre. (Entrevista a Claude Lanzmann). *Diario La Nación*. https://www.lanacion.com.ar/espectaculos/el-crimen-sin-nombre-nid103852/

Middleton, D., & Edwards, D. (1992) *Memoria compartida, la naturaleza social del recuerdo y el olvido*. Paidós.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In Farr, R., & Moscovici, S. (Eds.) *Social representations*. Cambridge University Press.

Roth, Philip. (2003). *El oficio*: *Un escritor, sus colegas y sus obras.* Seix Barral.

Ricoeur, P. (1995). *Tiempo y narración: Configuración del tiempo en el relato histórico.* Siglo XXI.

Sarlo, B. (2005). *Tiempo pasado, cultura de la memoria y giro subjetivo.* Siglo XXI.

Sartre, J. P. (2006). *El existencialismo es un humanismo.* Edhasa.

Seferis, G. (1989). *Antología poética.* Visor.

Semprún, J. (1997). *La escritura o la vida.* Tusquets.

As práticas sociais e seu “contexto”

Pedro Humberto Faria Campos

A longo dos anos 1990, à medida que se constituíam as abordagens da “escola de Genebra” e da “escola *aixoise*”, se convencionou, no campo da Teoria das Representações Sociais (TRS), dizer que a abordagem posicional de Doise se aprofundou no estudo da ancoragem, enquanto a abordagem estrutural se dedicou ao estudo da objetivação, uma vez que se interessava em conhecer a estrutura interna das representações sociais. Em parte, essa convenção se ajusta à realidade, uma vez que William Doise e colaboradores (Doise et al., 1992; Doise, 1992) se empenharam explicitamente em desenvolver um modelo (quantitativo ou posicional) de estudo da ancoragem.

Com relação à abordagem estrutural, essa “convenção” não corresponde, de fato, a um *olhar estrutural*, uma vez que os pesquisadores dessa abordagem não se preocupam unicamente em conhecer o núcleo central de uma representação. Esse mal-entendido é decorrente de uma visão parcial acerca de um conjunto de estudos e da *escola de aix* que se dedicou ao estudo dos processos cognitivos inerentes ao funcionamento da estrutura. Porém, desde a formulação da Teoria do Núcleo Central (Abric, 1987, 1994, 2003; Moliner, 1992; Rouquette & Rateau, 1998), pesquisadores dessa escola se interessaram também em estudar como uma representação social (como os elementos centrais e periféricos) *reagia a mudanças ou a dinâmicas sociais*, como uma representação reage

a fatores ou dimensões presentes em seu contexto cultural ou social. Ou seja, se interessaram em estudar a ancoragem das representações sociais) nas situações sociais, pode-se dizer, nas *dinâmicas* sociais, ou ainda, na interação social e, mais ainda, dedicaram-se também ao estudo do papel das práticas na interação (dinâmica) entre as representações sociais, como conjunto de crenças, e o seu contexto. As representações sociais, concebidas como saberes dinâmicos, são “reagentes” ao seu meio social, à variabilidade das interações entre grupos sociais e entre estes e seu *ambiente simbólico*, que por economia alguns preferem chamar de “cultura”.

Moliner (2001) afirma que o tema da “dinâmica das representações sociais” vai permanecer marginal no campo por quase trinta anos e, para esse autor, as proposições iniciais de Moscovici apontavam elementos para entender como funcionam (dinâmica) as representações, indicando a existência de um “núcleo figurativo”, composto de um conjunto de imagens que deveria ser o centro de gravidade da representação inteira. Também essas proposições indicavam dimensões, a informação, a atitude e o campo (Moscovici, 1978/2012). Porém a teoria não aprofundava, naquele momento, a natureza da relação entre essas dimensões e o núcleo figurativo. Assim, faltava, nas proposições iniciais, uma visão global da organização interna.

Gostaríamos de salientar que os primeiros trabalhos que colocaram explicitamente a questão da *dinâmica* das representações estabilizadas se voltaram ao estudo do papel das práticas na

evolução ou transformação das representações sociais, ao estudo das representações sociais em relação com as práticas sociais e com o contexto (Flament, 2001, 2002; Guimelli, 1998).

Relações entre práticas sociais e representações: algumas questões

Uma das grandes questões abertas atualmente no campo de estudo da Teoria das Representações Sociais é o das relações entre as práticas sociais desenvolvidas por um determinado grupo social e seus pensamentos (processos e conteúdos incluídos) coletivos. A questão não é nova, entretanto o modo de estudar as práticas constitui ainda um grande desafio para os pesquisadores, especialmente nos campos da saúde, educação e comunicação social. O interesse no estudo das representações sociais reside no fato que, dada sua natureza de conhecimento socialmente gerado e socialmente partilhado, as representações sociais produzem duas consequências:

- uma vez instalada, estabelecida por um determinado grupo social, uma dada representação resiste à mudança, resiste às mudanças do meio social, salvo nas condições onde estas transformações são drásticas e atacam o núcleo central das representações;

- as representações sociais funcionam como uma norma social (corolariamente como norma grupal, com seus efeitos de conformidade, nos casos de maiorias nômicas e seus efeitos de inovação, nos casos de maiorias anômicas) autorizando o que é considerado como “obrigatório” para se definir o objeto ou se relacionar com ele, o que é “comum” (frequente), “eventual” (excepcional) e o que é “inaceitável”, “anormal” (contra a norma do grupo para o objeto em questão).

As representações sociais permitem ainda, um conhecimento implícito, quase intuitivo, da parte dos sujeitos, acerca do caráter normativo ou contra-normativo de um tipo de comportamento ou de um tipo de julgamento. Nesse sentido, pode-se também afirmar que toda representação social tem implicações éticas, em termos do que pode ou o que deve, e o que não pode ou não deve ser feito em determinadas situações, diante de determinados objetos.

O tema das relações entre práticas sociais e representações sociais não é novo e vem sendo revisitado constantemente, como pode ser exemplificado pelo vasto conjunto de estudos sobre a representação social do trabalho docente (Novaes et al., 2019). As relações de influência são complexas, sendo necessário, atualmente, delinear sob quais condições são as práticas que determinam as representações sociais e sob quais outras condições ocorre o inverso. O estado atual da teoria nos mostra que três condições afetam a relação entre as práticas e as representações: a) a percepção que os sujeitos têm da situação como sendo reversível ou irreversível; b) o grau de autonomia dos sujeitos diante de cada situação específica; c) por fim, o grau de ativação das cargas afetivas mobilizadas, tendo como referência a memória coletiva.

Os trabalhos anteriores nos ajudaram a reforçar o interesse pelo estudo do que chamamos de “situações sociais complexas” (Campos, 2003). Embora o adjetivo “complexo” possa ser considerado adereço, uma vez que toda situação social implica um elevado grau de complexidade de interação entre os diferentes

atores sociais, insistimos em sua aplicação na expressão proposta para colocar em evidência o modo como as representações sociais participam na emergência, realização e julgamento das práticas. Nas situações reais, os sujeitos raramente se deparam com um objeto isolado e raramente se ancoram em uma única representação para identificar a situação, avaliar as condutas possíveis e agir. Dito de outro modo: um professor não regula sua ação frente a um aluno baseado exclusivamente na representação social do “mau aluno” ou do “bom aluno”; suas práticas resultam de uma equação bem mais complexa que inclui, minimamente, as representações do papel de professor, do aluno (bom ou mau), da escola, do contexto (de escola em bairro favorecido ou em bairro desfavorecido, por exemplos), etc. Assim, nas situações sociais de interação entre dois agentes (seja a interação concreta ou simbólica), os sujeitos constroem, como veremos adiante, uma “representação global da situação” (Codol, 1972, 1974), ou ainda, segundo nossa formulação (Campos, 2003, 2016), os sujeitos constroem “sistemas representacionais” complexos para fazer frente às situações sociais mais complexas, como a das práticas profissionais, das situações de exclusão ou como o comportamento no trânsito, por exemplos.

Nesses sistemas, as práticas reais, efetivas, são incorporadas como formas cognitivas, tanto no sentido da orientação das ações futuras como do julgamento (avaliação) dos atos emitidos. A TRS se propõe a ser uma teoria que “explica” a relação entre a ação e o pensamento dos grupos, ou seja, a relação entre as práticas grupais em relação a um dado objeto social e as representações que esse

mesmo grupo elabora acerca do objeto e seu contexto, neste caso, contexto simbólico.

Uma representação social é uma formação simbólica, um conjunto organizado de significados, saberes, crenças ou cognemas; formação gerada na interação de um grupo com um objeto (fenômeno, evento), dentro do campo social que recobre esse mesmo objeto, no qual se encontram outras formações simbólicas (ideologias, valores, normas, outras representações sociais, mitos, conhecimentos científicos, etc.), outros objetos, instituições e, para simplificar, outros grupos sociais com seus valores, crenças, etc. Essa visão já estava bem constituída desde os primeiros textos sobre a TRS (Moscovici, 1961/1976; Jodelet, 1984), esboçada naquilo que se chamou de "ancoragem".

Para permanecer fiel ao "olhar psicossocial" da teoria em questão, uma pesquisa deveria comportar ao menos dois "estudos": em primeiro lugar, o estudo das representações sociais como um conjunto organizado de significados que um grupo atribui a um objeto (assim seriam os significados que os professores atribuem ao trabalho docente) e como um conjunto, também organizado, de práticas consensuais no interior do grupo, que podemos chamar de "práticas grupais"; e, em segundo, um estudo do contexto, ou da dinâmica do contexto no qual essas representações sociais emergem e têm funcionalidade, marcando a identidade do grupo e regulando suas práticas.

Na perspectiva de estudar as situações sociais reais, uma fórmula apropriada de definir as práticas sociais é concebê-las

como “sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com os papéis” (Abric, 1994), ou ainda como “conjuntos de condutas finalizadas pelos e para os grupos” (Moliner, 2001). Assim, a noção de prática teria como referência básica a ação, o *agir* dos grupos; e a ação comporta, então, necessariamente três componentes, o *comportamental*, o *afetivo* e o *cognitivo.* Integrar essas três dimensões é um desafio de peso do ponto de vista metodológico.

Dois pontos devem ser destacados: ações ou comportamentos não podem ser estudados separados de um “sistema de ação”; na verdade, “sistema ação-representação”. O segundo aspecto é que as práticas são construções dos grupos que têm um caráter “instituído”, ou seja, têm existência no grupo em suas normas formais ou informais, mas explícitas; e existe uma relação entre os papéis sociais (determinados pelas instituições ou pelos próprios grupos) e as práticas sociais. Em alguns casos (crises, processos de mudança, conflitos), as práticas podem se opor ou distanciar dos papéis. O estudo de Guimelli (1994) sobre a “função de enfermeiro” na França é um exemplo da relação entre práticas e papéis.

A ancoragem das práticas em seu contexto

Podemos, então, dizer que a representação é um conjunto de significados sociais, organizados em uma estrutura que resiste à mudança. Essa estrutura tem uma parte, um subconjunto de elementos, composta de “regularidades”, de “constantes”, que

resiste às transformações pequenas, imediatas ou conjunturais do contexto; e uma segunda parte, um segundo subconjunto de elementos, que se adapta facilmente às alterações cotidianas do meio, às alterações "não permanentes" do contexto social imediato. Cada grupo constrói, assim, um significado partilhado acerca de uma dada situação e esse significado é relativamente "adaptável" ao contexto imediato, mas, ao mesmo tempo, suficientemente "estável" para não permitir que o significado atribuído à situação sofra alterações importantes, frente à menor variação contextual. O que existe de constante nas condutas, nas atitudes, nas opiniões, nas práticas e nas comunicações é gerado e gerenciado pela estrutura da representação aí imbricada.

A ancoragem e a objetivação são fundamentais no modo como os indivíduos/grupos lidam com uma representação social, como forma de conhecimento, ou como "estrutura de conhecimento". Nesse sentido, são os processos pelos quais novos conhecimentos são articulados com a realidade simbólica existente. Para nós é necessário estender e aprofundar este último adjetivo da realidade simbólica, a qualidade de "existente", pois, de um lado, o objeto novo é ancorado na realidade simbólica previamente existente. De outro lado, essa realidade é, em si mesma, dinâmica e suas transformações (simbólicas e sociais) podem ter impacto nas representações sociais estabelecidas. Esse impacto do real na representação social solicita mudanças, ajustes, regulações. Neste caso, seria legítimo chamar esta segunda face da interação entre

representação social e realidade simbólica de "ancoragem" também?

Moliner (2001) define a ancoragem como o processo pelo qual a representação se insere ("se agarra") na sociedade, através de duas formas complementares:

> De um lado as informações relativas ao objeto de representação serão interpretadas a partir de domínios de conhecimentos pré-existentes, que vão servir de quadro de referência. . . de outro lado, os saberes, assim produzidos, vão ser instrumentalizados pelos grupos sociais, lhes permitindo legitimar suas posições ou de atingir seus objetivos. (p. 19).

A ancoragem pode assim ser concebida como um *processo dinâmico* (Campos, 2017), sempre presente quando uma situação social solicitar uma avaliação acurada dos elementos simbólicos presentes nela, sempre que uma situação da realidade social exigir um "reconhecimento", uma reinserção da experiência atual em um quadro simbólico (aqui podemos também dizer cultural) de referência.

Para a abordagem estrutural, o processo de ancoragem tem como diretriz sempre assegurar aos sujeitos a utilidade social da representação; e, na maioria das situações, as situações "cotidianas", o processo de ancoragem é pouco saliente, pois os esquemas periféricos asseguram um funcionamento "quase automático" das representações sociais.

> Os esquemas periféricos asseguram o funcionamento quase instantâneo da representação como grelha de interpretação de uma situação: eles indicam, às vezes de modo muito específico, o que é *normal* (e por contraste, o que não é) e, então, o que é preciso fazer, compreender, memorizar... Estes *esquemas normais* permitem à representação de funcionar economicamente. (Flament, 1989, p. 209).

Na abordagem estrutural, uma representação é composta de um conteúdo e uma organização ou estrutura, esta última dividida em dois sistemas, cada um assegurando diferentes funções. Nesse contexto, a "inserção" (ancoragem) da representação na sociedade se opera muito mais através do funcionamento do sistema periférico do que do sistema central, sobretudo porque é no sistema periférico que se encontram os esquemas de ação.

O termo "periférico" frequentemente causou uma ideia errada desse segundo sistema que compõe uma representação social, posto que este remete implicitamente a uma conotação de *segunda categoria*, de subconjunto de menor qualidade e menor importância. A insistência de Abric e outros pesquisadores, nos aspectos do núcleo central, talvez tenha contribuído para uma percepção errônea do conceito de sistema periférico, que o induz a um segundo plano. Foi necessário esperar os trabalhos de Flament (1989, 1994a, 1994b) para a compreensão da importância desse sistema no funcionamento da representação.

Esse autor, dentro do contexto das representações sociais, reforça o postulado segundo o qual um *corpus* cognitivo, tomado em

sua totalidade, é obrigatoriamente coerente, sob a forma de uma estrutura coerente. Essa afirmação revela todo o seu sentido, quando constatamos que toda representação é estudada pelo viés do discurso; entretanto, no nível da superfície dos discursos, as representações apresentam elementos que parecem ser diferentes, divergentes ou mesmo contraditórios. Para resolver essa aparente antinomia, Flament (1989, 1994b) propõe considerar os elementos periféricos como esquemas organizados em torno do núcleo, que, por sua vez, é responsável pela estruturação e estabilidade, gerando o significado que atravessa a representação inteira. Esses esquemas (elementos periféricos) mais próximos ou mais longínquos em referência ao centro são ativados pelas diversas situações dando lugar a um funcionamento quase instantâneo da representação como "guia" de leitura da realidade. Eles procedem uma triagem mais fina de cada situação, indicando o que é "normal" (e o que não é) dentro da especificidade de cada situação. De certo modo, os esquemas periféricos tornam mais econômico o funcionamento da representação.

De acordo com Abric (1994), o sistema periférico responde por três funções essenciais: a) *concretização*, função na qual os elementos oriundos do processo de ancoragem permitem o entendimento da representação em termos bem concretos; b) *regulação*, na qual os esquemas permitam a adaptação dos conteúdos e processos coletivos às mudanças do contexto externo; c) *defesa*, na qual o sistema parece desempenhar o papel de um "para-choque", modificando e neutralizando importantes modificações no meio, de

modo a evitar ao máximo as transformações bruscas do núcleo e evitar o ataque aos elementos centrais por parte da realidade, quando esta sofre uma mudança intensa. Essas três funções tornam o sistema periférico mais apto a reagir frente às diferentes situações, ou mais exatamente às particularidades de cada situação. Segundo a expressão de Flament (1994a), "é dentro da periferia que se vive uma representação social no cotidiano". Ele defende que, às vezes, a experiência quotidiana ativa de maneira bastante importante alguns elementos periféricos, permitindo assim a "hipertrofia" de um "subsistema" estruturado de modo quase autônomo. O subsistema, chamado de "subestruturação periférica", permite aos sujeitos uma reação rápida nas situações que sejam, ao mesmo tempo, condicionais e frequentes, sem, no entanto, questionar o núcleo da representação social (Flament, 1994a). A originalidade da escola *aixoise* quanto às representações sociais reside nas formulações que explicam como as representações são, ao mesmo tempo, "estáveis e movediças; rígidas e flexíveis".

Podemos avançar então à principal tese deste trabalho: a abordagem estrutural estuda a ancoragem das representações sociais na situação *através das práticas* (Moliner, 2001; Campos, 2003). Isso significa dizer que estuda a forma como as práticas interagem com os elementos (fatores, dimensões, processos psicossociais). Dois casos diferentes podem se apresentar na realidade:

- Elementos simbólicos salientes da situação e da representação convergem, desencadeando "esquemas de ação" normais (frequentes, aceitáveis, legítimos, às vezes excepcionais – pouco frequentes – mas,

ainda assim, dentro da norma). Nesses casos, a representação social funciona (dinâmica) "quase instantaneamente"; assim, os elementos da representação social orientam e conduzem as práticas, dando legitimidade e justificando comportamentos ou condutas;

- Elementos simbólicos salientes da situação são "estranhados", a situação se apresenta como estranha, não familiar (mudanças na realidade objetiva, emergência de novas práticas, alteração da frequência de práticas anteriores pouco usadas, contradição entre a situação, a percepção do "objeto" e as práticas necessárias...). Nesses casos, o processo de ancoragem se torna novamente saliente, levando à mudança de chave-de-leitura, à alteração de esquemas cognitivos periféricos (função de defesa da representação social) ou à transformação de esquemas centrais, ou seja, levando à transformação da representação.

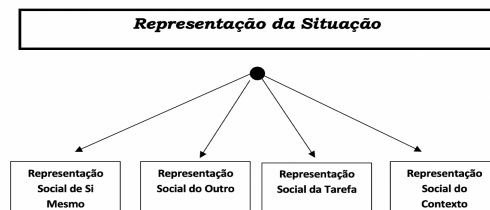
O modelo experimental da representação global da situação

Com base em um conjunto de estudos experimentais sobre a interação grupal, Codol (1968, 1969, 1972, 1974) alerta para o risco de se estudarem separadamente as representações no interior de grupos restritos, porque, em toda situação de grupo, os elementos da situação (tarefa, grupo, o si mesmo e os outros) constituem um sistema indissociável; nesse sentido, no interior das situações de grupo, existem sistemas de representações que se correlacionam entre si, de tal modo que, por exemplo, a representação que os indivíduos fazem da tarefa a ser executada pode influenciar a representação que eles mantêm acerca deles próprios e dos outros membros de outro grupo.

Dentro desse contexto, Codol (1969) avança a hipótese que, no quadro dos fenômenos representacionais, nas situações de grupo, a representação global da tarefa (Figura 1) constituiria o

determinante principal na configuração final do sistema de representações:

> Nós gostaríamos de demonstrar aqui que a percepção que os sujeitos têm deles mesmos e dos outros depende não somente da estrutura da tarefa, mas da representação global que estes sujeitos elaboram acerca da tarefa. . . uma das hipóteses essenciais é que duas representações diferentes de uma mesma estrutura de tarefa induzem definitivamente os sujeitos a perceberem diferentemente sua própria posição no interior do grupo. (Codol, 1969, p. 218).

Figura 1
Representação global da situação

Fonte: Campos e Lagares (2000).

Os resultados obtidos nesse conjunto de pesquisas levam Codol (1974) a afirmar que a representação global da tarefa, como elemento do sistema representacional da situação, está ligada à

representação de si mesmo e à representação dos outros. Pela primeira vez, no quadro dos trabalhos dedicados ao estudo das representações sociais, a terminologia *Sistema representacional da situação* é utilizada, com vistas à identificação e compreensão de um conjunto de representações sociais, antes tratadas como elementos isolados. Esse modelo foi aplicado por Garnier (2000) para o estudo da situação de sala de aula e por Campos (2000) e Campos e Lagares (2002) para o estudo da representação social do trânsito.

O estudo das relações entre práticas e representações

Flament é o autor da escola *axoise* que primeiro se dedica ao esforço de construir um "modelo" de estudo das relações entre práticas e representações, que implicava a construção de uma visão do contexto no qual essa relação ocorre. A inspiração vem de Codol (1969) com sua "representação global da situação", agora mais complexa (considerando dois sistemas internos à representação social, o central e o periférico) e se amparando em estudos de campo, no mundo social e não restrito ao laboratório.

Ele retoma o postulado cognitivo que afirma que um *corpus* (de crenças, atitudes, imagens, práticas, normas, valores, opiniões, enfim de elementos cognitivos) de uma população homogênea com relação a um objeto, tomado em sua totalidade, é coerente, pois reflete uma estrutura (organização) cognitiva coerente (Flament, 1989). Em seguida, ele afirma, a partir da análise dos estudos de representação realizados até aquele momento, a existência de dois casos:

- O lugar de coerência do campo representacional de um objeto x está na representação social de outros objetos y, z..., mais ou menos ligados ao objeto focado x. O exemplo dado à época, 1989, é um estudo de Abric e Morin (1979) sobre a "conexão de trens" (correspondência), que era vista por "homens de negócios" como sendo muito desgastante/muito agradável. Como explicar essa aparente contradição? Nesse estudo, Abric e Morin (1979) demonstraram que, se a correspondência era feita passando de um trem de luxo para um trem medíocre, ela era vista como "penosa", desgastante; ao inverso, se o sujeito passava de um trem medíocre para um trem de luxo, a conexão era vista como muito agradável. Poucos anos mais tarde, o estudo de Gilly (1980) sobre as representações recíprocas professor/aluno fornece um exemplo mais interessante, no qual a conduta (prática) final de um professor para com um aluno considerado "desfavorecido" é dependente, não exclusivamente da representação de bom/mau aluno, mas é uma combinação desta com outras representações de outros objetos, como a escola e o papel do professor.

- O lugar de coerência da representação de um objeto x está no nível do próprio objeto x. O exemplo dado por Flament (1989) é o estudo de Jodelet (1989) sobre a representação da loucura, no qual inicialmente a autora concebe a hipótese de duas representações diferentes, dando coerência a duas práticas diferentes; mas o aprofundamento do trabalho mostrou que a população elaborava uma "teoria psiquiátrica ingênua" que via o organismo humano polarizado entre o cérebro e os "nervos", sendo as doenças do primeiro inofensivas, conquanto as doenças do segundo polo, os "nervos", seriam contagiosas, implicando assim duas condutas conforme o paciente-morador era visto como afetado em uma dessas partes do seu organismo.

Essas formulações, ainda que tateantes, promovem uma visão inicial da necessidade de conceber "sistemas de representações", ora para encontrar a coerência dos saberes de uma população em relação a um objeto específico, em situações sociais complexas, ora para se compreender a relação entre saberes (sistemas de representações) e práticas, com intuito de analisar a determinação das práticas pelos saberes ou o inverso. Também

essas formulações começam a anunciar a necessidade de desenvolvimento, na TRS, da noção de “campo do objeto” (Moscovici, 1978/2012) ou o que se começa a chamar também de “campo representacional”, ou campo social no qual um objeto *x* se insere.

Para avançar, podemos afirmar que, enquanto a abordagem posicional (Doise, 2002) é mais apropriada ao estudo dos quadros de ancoragem em grandes sistemas sociocognitivos, como as ideologias, a abordagem estrutural é mais apropriada ao estudo da ancoragem no cotidiano. Podemos propor uma formulação provisória, segundo a qual a abordagem estrutural estuda a ancoragem da representação social nas práticas e nas situações. Vejamos os dois casos.

No primeiro caso, trata-se da ancoragem das representações sociais, como formação simbólica (conjunto de crenças ou de significados ou de conteúdos), nas práticas do grupo. Esse “modelo” de estudo foi desenvolvido especialmente por Guimelli (1994, 1998) e pode ser esquematizado da seguinte forma: a) um mesmo grupo de sujeitos (enfermeiros, policiais ou caçadores, como nos três estudos de Guimelli), historicamente, desenvolve dois ou mais tipos de práticas, constituindo um cenário do tipo “práticas novas” ou “práticas tradicionais”; às vezes um tipo de prática está em “oposição” a outro; b) nem todos os membros desse grupo têm acesso a ou interesse em todos os tipos de práticas; c) conforme o acesso e a frequência a “práticas novas” ou não, aparecem diferenças no núcleo central da representação.

Para realizar tal estudo é preciso fazer um inventário consolidado de cada tipo de prática, com estudos documentais, históricos ou etnográficos; é preciso fazer recurso ao “método de juízes”, com entrevistas com profissionais especialistas (antigos na profissão, “sábios” da profissão). Também não se dispensa uma análise do contexto ideológico e institucional, para avaliar a emergência e a consolidação de práticas diferentes das “tradicionais”. Uma vez constituídos os *tipos de práticas*, especialmente as práticas “novas”, o uso das técnicas da abordagem estrutural (análise de similitude, testes de centralidade, hierarquização, Esquemas Cognitivos de Base (SCB), técnicas de substituição ou descontextualização, associadas à *zona muda*, etc.) é essencial para comparar as representações encontradas em grupos recortados conforme o acesso e o uso frequente ou não.

O estudo de Guimelli (1994) sobre a “função de enfermeiro” na França é um exemplo do estudo da *ancoragem das representações nas práticas grupais*. Apresentamos sucintamente:

- A profissão de enfermeiro era parte do “saber médico”, dependente desse saber.
- O avanço das práticas e tentativas de teorização resulta no reconhecimento oficial da profissão, em 1978; porém, em 1984, uma atualização da legislação faz o inventário dos atos profissionais e identifica um conjunto de atos mais complexos, diversificados, caracterizando um “papel próprio”, ou seja, um papel profissional independente do saber médico. Pode-se então falar de dois papéis: o “papel tradicional”, com tarefas/atos prescritos pelos médicos, e o “papel próprio”, independente.

- Com a ajuda de um grupo de enfermeiros experientes e de referência, obtém-se uma primeira lista de 12 atos (práticas) característicos do papel próprio.
- Na primeira etapa da pesquisa, participam 40 enfermeiros diplomados, dicotomizados segundo os tipos de serviços onde atuavam, um tipo caracterizado pela não aplicação de tarefas "próprias" e o outro tipo pela possibilidade de aplicar com frequência as práticas desse papel, ou seja, "novas práticas".
- Para se certificarem da dicotomia, inicialmente projetada pelo tipo de serviço, é aplicado um questionário, com 12 questões, perguntando a frequência com que executam cada uma das 12 práticas do "papel próprio"; constituindo assim dois grupos, um sem experiência de novas práticas e o outro com real acesso à realização de novas práticas.
- Um estudo exploratório foi realizado para identificar uma lista de práticas tanto do "papel prescrito" (tradicional) quanto do "papel próprio"; a partir dessa base são utilizados 15 especialistas (enfermeiros de referência) para separarem 10 práticas prescritas e 10 próprias.
- A lista de 20 compõe uma questão de caracterização, na qual se solicita aos sujeitos para selecionarem os itens que mais caracterizam, na visão (concepção) deles, o papel profissional de enfermeiro. Uma análise de similitude foi aplicada sobre os resultados.

Enfim, os resultados mostram que os dois grupos de fato constituem duas representações distintas, independente de os sujeitos estudarem os dois "papéis" em sua formação. Segundo o autor, são observadas diferenças na estrutura da representação social do papel de enfermeiro, determinadas pelo acesso ou não à realização de práticas associadas ao papel próprio.

A noção provisória de uma "ancoragem nas práticas" vai ser substituída à medida que se avança a ideia de uma "ancoragem na situação". O que é evidente, pois as práticas se dão em realidades sociais concretas; todavia os estudos de Guimelli (1994,

1998) e de outros não estavam direcionados a elaborar e testar um *modelo*, no sentido pleno. Cronologicamente, quanto mais avançaram os estudos de campo, mais eles indicavam a necessidade de inserir a “dinâmica interna” (das relações hierárquicas entre os elementos da representação) em uma visão mais ampla do espaço social. E foi diante de um grande problema social, a exclusão, que Abric (1996) vai lançar as bases para integração da representação global da situação com a ancoragem no sistema social.

O modelo de estudo das situações de exclusão/inserção (Abric, 1996)

Em 1994, Abric vai expandir a afirmação de Codol (1969), operando uma modificação na ideia de “representação global da tarefa” para a noção de “representação global da situação”, ou dito simplesmente, a “representação da situação”, que abarca o sentido de “representação do contexto”. Assim delineada, a nova expressão se torna o centro de uma formulação mais instigante como pista de pesquisas: no contexto de uma situação que implique um conjunto de representações e práticas dadas, a representação global da situação vai determinar a natureza das relações entre práticas sociais e representações. Em seguida, alguns autores (Abric, 1996; Abric & Campos, 1996; Guimelli, 1996; Mamontoff, 1996) vão adotar a posição segundo a qual a abordagem estrutural é um precioso instrumento no estudo das situações de exclusão social, porque permite tratar a perspectiva de um determinado ator como um

sistema cognitivo, de interação entre práticas e representações; sistema este determinado pela "representação da situação".

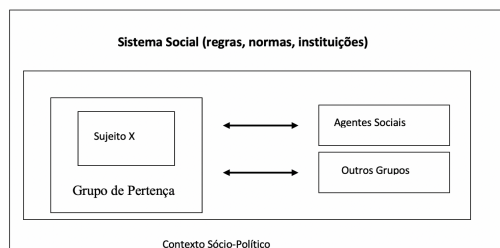
Sob o nosso ponto de vista, a TRS é um importante instrumento de estudo das situações, como, por exemplo, as de exclusão social, na medida em que ela abre a possibilidade de identificar e analisar os fatores simbólicos que nela se encontram imbricados. Fatores estes que são, na mesma intensidade que os fatores objetivos, determinantes da situação.

> As representações sociais têm aí um papel determinante. Se considerarmos (esquema abaixo) que o excluído é um indivíduo que se refere a um grupo, ao qual pertence, em uma dada situação social (contexto socioeconômico), ele está em interação com múltiplos atores: os membros de seu próprio grupo, os agentes sociais (educadores, por exemplo) que se ocupam dele, as instituições e seus sistemas de regras e normas etc. E cada um dos elementos desse sistema é o sujeito e o objeto, o produtor e o receptor de uma representação social. (Abric, 1996, p. 13).

Nesse cenário, começa a tomar forma o que chamamos aqui de "ancoragem na situação", que corresponde ao estudo dos efeitos do contexto na orientação e justificação das práticas sociais, através da construção de "sistemas de representações e práticas", cujo modelo embrionário foi proposto por Abric (1996) acerca do estudo das situações de exclusão/inserção. Nesse texto ele apresenta um "modelo" de estudo das situações de exclusão e afirma que, para entender e intervir nessas situações, não basta

conhecer a representação que os “agentes de inserção” fazem da população-alvo, ou seja, da população de “excluídos”. Nesse sentido, a exclusão social é produzida por um sistema social como apresentado na Figura 2.

Figura 2

Sistema social envolvendo as situações de exclusão

Fonte: Abric[12] (1996).

Dentro desse sistema há um conjunto de representações atuantes, de tal modo que se torna necessário responder a um conjunto de questões: a) que representação o grupo (de excluídos) tem de si mesmo; b) que representação esse grupo tem de sua própria situação, do "problema" de exclusão; c) que representações esse grupo tem de seus objetivos, de seu futuro; d) de modo complementar, como o grupo de agentes sociais (agentes de

---

[12] Tradução do autor.

inserção[13]) representa seu papel; e, por fim, e) como os agentes de inserção representam o grupo ou população sobre os quais eles vão intervir.

Então as práticas de "inserção" finalmente estariam sendo reguladas por um sistema de categorizações, antecipações e julgamentos, ou seja, um "sistema de representações".

A existência das representações sociais permite, assim, a cada grupo dispor de ferramentas essenciais ao domínio de seu ambiente e à determinação de suas ações:

> - um sistema de categorização social que lhe permite colocar ordem, qualificar e hierarquizar o ambiente social;
> - um sistema de interpretação da realidade correspondente com seu modo de apreensão e seus valores;
> - um sistema de antecipações e expectativas, enfim, que favorece a decodificação da realidade e pré-determina suas relações com os outros grupos. (Abric, 1996, p. 19).

O "Modelo de estudo das situações de inserção" não chegou a ser testado, mas reintroduz um princípio essencial para compreender práticas sociais em situações complexas como aquelas marcadas pela exclusão social: a relação entre um sistema de representações (conjunto de representações sobre objetos ligados diretamente ao objeto "central", no caso a representação que os "excluídos" têm de si mesmos) e as práticas (de inserção, no caso)

---

[13] Mantivemos aqui a palavra "inserção" para ficar mais próximo ao texto original de Abric (1996), embora o sentido seja claramente o que se entende no Brasil por "inclusão".

está inscrita em um sistema sociocognitivo de indivíduos. A noção de “sistema sociocognitivo dos indivíduos” é, sem dúvida, herdeira da “representação global da situação” de Codol.

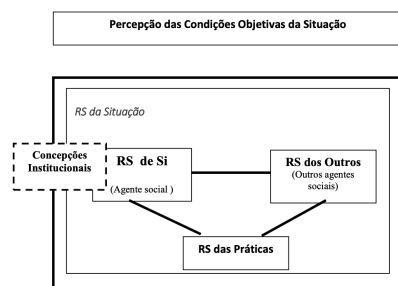
Nesse momento, Abric (1996) afirma que as situações de exclusão/práticas de inserção constituem um campo privilegiado de estudo dos casos nos quais “as representações determinam as práticas” (Campos, 2003). Para ele, as condições objetivas da situação participam da relação de determinação das práticas pelas representações sociais, à medida que estas são percebidas pelos indivíduos e integradas no seu sistema sociocognitivo, de tal modo que sua percepção estabelece para os sujeitos as *possibilidades* de exequibilidade de suas práticas de inserção. Ele introduz ainda três aspectos, associados entre si, muito importantes no desenvolvimento do estudo da ancoragem das práticas nas representações, no escopo da abordagem estrutural, que ele apresenta como “condições” para se levantar a hipótese de uma situação na qual as representações podem determinar as práticas, sendo então fundamental o estudo dos “fatores psicossociais” (ou seja, das representações sociais envolvidas): a) os sujeitos desenvolvem uma percepção do grau de autonomia, sendo que, se eles consideram um grau relativamente positivo de autonomia, mais suas ações serão guiadas por suas representações, e inversamente, quanto menor a percepção de autonomia, mais a determinação das condutas será encontrada em fatores externos ao sistema de representações; b) as representações determinam as práticas nas situações em que a carga afetiva é forte, situações que remetem a

significados dotados de grande importância ou intensamente marcados por valores sociais do grupo; e c) a referência à memória coletiva é necessária para manter ou justificar a identidade, a existência ou as práticas de um grupo social.

O modelo do sistema representacional

O modelo chamado, no momento de sua formulação, "sistema representacional" (Campos, 2003, 2016) foi apresentado como um modelo para estudo das práticas profissionais, particularmente nas situações de exclusão, e se propôs a colocar, dentro de uma mesma dimensão cognitiva, um conjunto de representações implicadas no campo representacional de um objeto e um conjunto de práticas, com o objetivo de compreender as determinações das representações sobre as práticas.

O modelo (Figura 3) supõe que algumas condições sejam preenchidas para sua aplicação: a) avaliação das condições objetivas, sobretudo as condições que as instituições impõem aos sujeitos e a percepção dessas condições; b) análise do papel institucional definido pelas instituições nas quais as práticas a serem estudadas são realizadas; c) avaliação da percepção de "autonomia" da parte dos sujeitos envolvidos; d) avaliação da carga afetiva, da referência à memória coletiva e avaliação da adesão identitária (sentimento de pertença) dos indivíduos ao grupo.

Figura 3
Percepção das condições objetivas da situação

Fonte: Campos (2003, 2016).

Em seguida, a aplicação do modelo segue três fases: 1) estudo estrutural das representações envolvidas (do grupo focado e dos outros agentes), identificando e testando os elementos centrais e elementos periféricos importantes; 2) estudo das práticas, produzindo inventários de práticas frequentes e avaliando a importância atribuída a estas; 3) elaboração de instrumentos que coloquem em relação (análise fatorial ou análise de similitude) os elementos relevantes das representações sociais e as práticas. Esse modelo foi testado para o estudo das práticas dos educadores de meninos de rua no Brasil (Campos, 1998, 2003).

Para “avançar” no estudo das relações entre práticas e representações

Por um lado, podemos afirmar que existe uma dificuldade maior na criação e utilização de modelos de análise que permitam a compreensão mais profunda dos processos de ancoragem social das práticas e representações, que é a dificuldade de se “delimitar”, operacionalizar o momento histórico em que se estuda uma representação social e poder “tocar”, incluir, todos os fatores psicossociais *à l’oeuvre*, atuando nesse momento. Essas dificuldades refletem a falta de desenvolvimento da noção de “campo do objeto” ou campo representacional.

Por outro, há um grande desenvolvimento do estudo de *como uma representação se insere no seu contexto*, através da análise das dinâmicas das representacionais, com em Flament (1999, 2002). Em 2001, Moliner organizou uma obra dedicada a fazer uma síntese de alguns avanços no estudo da ancoragem das representações sociais nas dinâmicas de “influência social” (Mugny et al., 2001), da influência da dissonância cognitiva nas representações sociais (Roussiau & Bonardi, 2001), da ancoragem das representações sociais na “posição social” (Tafani & Bellon, 2001) ou da *dinâmica* (ancoragem) das representações sociais nas ideologias (Gaffié & Marchand, 2001).

Também podemos citar os estudos dos “efeitos do contexto”, da implicação, da ativação ou, mais conhecidos, os estudos sobre a “Zona Muda”, que mostram como representações

de objetos problemáticos “se ajustam”, ou se ancoram, na percepção de contextos de pressão normativa.

Por fim, gostaríamos de reafirmar que não se trata em absoluto de pleitear que existe uma forma melhor ou “correta” de se estudar a ancoragem; não existe um *a priori* de abordagens mais eficientes. Um belo exemplo é o conjunto de estudos sobre a globalização (Poerschl & Viaud, 2008; Dossier Mondialisation, 2007) realizados por um grupo coordenado por Jean Claude Abric, que ilustra como diferentes olhares contribuem para uma compreensão mais acurada de como uma representação mantém uma relação dinâmica com seu contexto simbólico e social. O desafio de estudar a ancoragem, no campo da TRS, corresponde ao desafio de superar os estudos descritivos, para aceder aos analíticos.

> ... a representação é, ao mesmo tempo, o resultado e o momento de uma história; que ela reenvia, de um lado, à sua gênese e, de outro, à sua própria superação, e que ela não pode ser plenamente inteligível se nós a abstrairmos desta dialética... Disto se tem, em particular, que muitos estudos de representações sociais sejam puramente ‘gráficos’, onde nós esperaríamos que fossem ‘lógicos’, para retomar uma distinção muito útil de J. P. Déconchy . . . (Rouquette, 1997, p. 90).

Por fim, os trabalhos que discutimos acima e as reflexões teóricas visam a evidenciar que a contribuição da TRS consiste em demonstrar que o ator social (indivíduo ou grupo) constrói um sistema cognitivo capaz de dar coerência, capaz de dar sentido à

situação percebida e aos comportamentos empreendidos. Embora o problema se formule em termos de “representações e práticas”, ele se coloca também em termos de uma “visão psicossocial”, ou um “olhar psicossocial”, que visa a contribuir para a compreensão das relações (em especial relações de “influência” ou de determinação) entre as ações dos grupos e dos coletivos e suas crenças, mitos, ou outras modalidades de pensamento social. No nosso caso específico, tratar a distinção clara entre papéis e práticas, dentro de um *sistema de representações*, que funda o sistema sociocognitivo que regula as condutas, são postulados da teoria. Cabe a nós refletir se *isso* (a TRS) pode ser útil ao estudo dos grupos sociais e sua *vida no mundo social*.

Referências

Abric, J. C. (1987). *Coopération, compétition et représentations sociales.* Del Val.

Abric, J. C. (Ed.) (1994). *Pratiques sociales et répresentations* (pp. 217-251). Presses Universitaires de France.

Abric, J. C. (Ed.) (1996). *Exclusion sociale, insertion et prévention*. Erès.

Abric, J. C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: Desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos, & M. C. da S. Loureiro. *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 37-57). Editora da UCG.

Abric, J. C., & Campos, P. H. F. (1996). Les éducateurs et leur représentation sociale de l’enfant de rue au Brésil. In J. C.

Abric (Org.), *Exclusion sociale, insértion et prévention* (pp. 137-149). Erès.

Abric, J. C., & Morin, M. (1979). *Les representations du réseau ferroviaire français* (Etudes et Recherches du GIFRESH, 18). Aix-en-Provence.

Campos, P. H. F. (1998). *Représentations sociales, pratiques et exclusion: Le cas des Educateurs des Enfants de Rue du Brésil* [Thèse Doctorate en Psychologie Sociale]. Université de Provence, Aix-en-Provence.

Campos, P. H. F. (2000). A representação social do trânsito como prática social complexa. *Estudos*, *28*(4), 783-807.

Campos, P. H. F. (2003). Rapports entre pratiques et représentations: apports théoriques et empiriques pour un modèle d'étude. *Psychologie et Société*, *6*(2), 132-162.

Campos, P. H. F. (2016). Lorsque l' on a « des bonnes raisons » à ne pas faire ce que nous croyons être « le plus important à faire ». In. G. Lo Monaco, S. Delouvée, & P. Rateau (Eds.), *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications.* De Boeck Supérieur.

Campos, P. H. F. (2017). O estudo da ancoragem das representações sociais e o campo da educação. *Revista de Educação Pública*, *23*(63), 775-797.

Campos, P. H. F., & Lagares, R. B. (2002). The "traffic" and "driving" social representations. In *Acts of the 5th International Conference on Social Representations* (pp. 454-472). Montréal.

Codol, J.-P. (1968). Représentation de la tâche et comportaments dans une situation sociale. *Psychologie Française*, *13*, 241-264.
Codol, J.-P. (1969). Note terminologique sur lémpoi de quelques expressions concernant les activités et processes cognitifs en Psychologie sociale. *Bulletin Psychology*, *23*, 68-71.
Codol, J.-P. (1972). *Représentations et comportements dans les groupes resteints* [Thèse de Doctorat en Psychologie Sociale]. Université de Provence, Aix-en-Provence.
Codol, J.-P. (1974). On the system of representations in a group situation. *European Journal of Social psychology*, *4*, 343-365.
Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, *45*(405), 89-95.
Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *18* (1), 27-35.
Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992)*. Représentations et analyse quantitative de données.* Presses Universitaires de Grenoble.
Dossier: Représentations sociales de la mondialisation. (2007). *Bulletin de Psychologie*, *1*(487).
Flament, C. (1989). Structure et dynamique des représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 204-219). Presses Universitaires de France.
Flament, C. (1994a). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques sociales et représentations*. Presses Universitaires de France.

Flament, C. (1994b). Aspects péripheriques des représentations sociales. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations des représentations sociales* (pp. 85-118). Délachaux et Niestlé.
Flament, C. (1999). La représentation sociale comme système normative. *Psychologie et Société*, *2*(1), 29-53.
Flament, C. (2001). Pratiques sociales et dynamique des représentations sociales. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp. 43-58). Presses Universitaires de Grenoble.
Flament, C. (2002). Approche structurale et aspects normatifs des représentations sociales. *Psychologie et Société*, *4*(2), 57-80.
Gaffié, B. & Marchand, P. (2001). Dynmique représentationnelle et idéologie. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp.195-244). Presses Universitaires de Grenoble.
Garnier, C. (1999). La genèse des représentations sociales dans une perspective développementale. In M.-L. Rouquette, & C. Garnier (Eds.), *La genése des représentations sociales* (pp. 87-112). Editions Nouvelles.
Gilly, M. (1980). *Représentations réciproques maître-élève.* Presses Universitaires de France.
Guimelli, C. (1994). La fonction d'infirmière: Pratiques et représentations sociales. In J. C. Abric (Ed.), *Pratiques et représentations sociales* (pp. 83-108). Presses Universitaires de France.

Guimelli, C. (1996). La déviance vue par les instances chargées du maintien de l'ordre. In J. C. Abric (Ed.), *Exclusion sociale, insértion et prévention* (pp.125-137). Éditions Erès.

Guimelli, C. (1998). *Chase et nature en Languedoc. Étude de la dynamique d'une représentation sociale chez les chasseurs languedociens.* L' Harmattan.

Jodelet, D. (1984). Représentations sociales: Phénomènes, concepts et théorie. In S. Moscovici (Ed.) *Psychologie sociale.* Presses Universitaires de France.

Jodelet, D. (1989). Fou et folie en milieu rural français. In W. Doide, & A. Palmonari (Eds.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 171-192). Nechatel & Niestle.

Mamontoff, A.-M. (1996). Transformation de la représentation sociale de l' identité et schèmes étranges: Le cas de Gitans. *Cahiers de Psychologie Sociale*, *29*, 64-77.

Moliner, P. (1992). *La représentation sociale comme grille de lecture.* Presses de l'Université de Provence.

Moliner, P. (2001). *La dynamique des représentations sociales*. Presses Universitaires de Grenoble.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem, seu público.* Vozes. (Trabalho original publicado em 1978, La psychanalyse, son imagem et son public. Presses Universitaires de France).

Mugny, G., Quiamzad, A., & Tafani, E. (2001). Dynamique représentationnelle et influence sociale. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp. 123-162). Presses Universitaires de Grenoble.

Novaes, A., Sousa, C. P., & Villas Bôas, L. (Eds). (2019). *Sistematizações e proposições para o campo da educação e das representações sociais.* CRV.

Poeschl, G., & Viaud, J. (Eds.). (2008). *Images de la mondialisation: La construction sociale d'une représentation.* Presses Universitaires de Rennes.

Rouquette, M.-L. (1997). La structure et le sens des représentations sociales: Réponse a quelques questions de A. Clémence. *Textes sur les Représentations Sociales*, *6*(1), 89-92.

Rouquette, M.-L., & Rateau, P. (1998). *Introduction à l'étude des représentations sociales.* Presses Universitaires de Grenoble.

Roussiau, N., & Bonardi, C. (2001). Engagement dans un acte problématiqueet dynamique représentationnelle. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp. 89-121). Presses Universitaires de Grenoble.

Tafani, E., & Bellon, S. (2001). Principe d'homologie structurale et dynamique représentationnelle. In P. Moliner (Ed.), *La dynamique des représentations sociales* (pp. 163-194). Presses Universitaires de Grenoble.

Polarización y representaciones del "otro enemigo": desafíos de la transición democrática en Venezuela[14]

Mireya Lozada

Venezuela: revolución bolivariana y emergencia humanitaria compleja

Sumida en una crisis multidimensional, que plantea importantes desafíos a nivel mundial y en particular a América Latina (Legler & Nolte, 2019), Venezuela enfrenta hoy, una *Emergencia Humanitaria Compleja*. Dicha emergencia refiere a:

> . . . . una crisis humanitaria en un país, región o sociedad en la que hay una total o considerable ruptura de la autoridad, como resultado de un conflicto interno o externo, y que requiere una respuesta internacional que va más allá del mandato o capacidad de un solo organismo y/o el programa de país de las Naciones Unidas en curso.[15]

---

[14] Este artículo incluye contenidos expuestos en la XIª Jornada Internacional sobre Representações Sociais y IX Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, realizada del 25-28/10/2019, en Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

[15] https://www.fundacionbengoa.org/noticias/2019/emergencia-humanitaria.asp

Luego de más de veinte años de Revolución Bolivariana,[16] de la muerte del Presidente Hugo Chávez (5-3-2013) y el ascenso al poder de Nicolás Maduro (14-4-2013), la promesa de transformar la desprestigiada democracia representativa en una democracia participativa y protagónica, fue remplazada por un régimen neo-autoritario, clientelar y militar (Lozada, 2020). Construido desde el poder, afianzado en la retórica del Socialismo del siglo XXI, la lucha antiimperialista, anticapitalista y bajo una aparente legalidad, dicho régimen, viola permanentemente la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (CRBV) elaborada y refrendada durante el mismo período.[17]

Esta deriva autoritaria que niega los mecanismos democráticos, mientras se ufana de su defensa[18], mantiene ciertas formas de ejercicio del derecho a la libertad de reunión, asociación,

---

[16] Esta propuesta reivindica y resignifica algunos postulados del ideario y culto nacional a Simón Bolívar, suerte de teología y religión de la patria, en términos de Castro Leiva (1991). La Revolución Bolivariana o Socialismo del Siglo XXI, confuso e incierto ideológicamente (Dieterich, 2013) se ha cuestionado como: “capitalismo de Estado y socialismo rentista” (López, 2007), “estafa populista” (Saint-Upéry, 2006), “revolución-espectáculo” (Capriles, 2004; Uzcategui, 2010), “régimen híbrido” (Sánchez, 2016), “Estado fallido” (Guerrero, 2017).

[17] La figura supra-constitucional de una nueva Asamblea Nacional Constituyente busca reemplazar la constitución aprobada en 1999. https://www.examenonuvenezuela.com/democracia-estado-de-derecho/asamblea-nacional-constituyente-un-problema-para-la-region

[18] La Organización no Gubernamental Provea caracteriza estas “dictaduras modernas” y califica el actual régimen venezolano como primera dictadura del siglo XXI en Latinoamérica. https://www.derechos.org.ve/web/wp-content/uploads/CIDH_quiebredemocratico.pdf

manifestación y libre expresión; utiliza amenazas y agresiones selectivas, sanciones administrativas y el uso de tribunales militares para enjuiciar a civiles por delitos tipificados bajo la noción de "traición a la patria" y "lucha antiterrorista". Este tipo de régimen asume entre otras expresiones: el control de los poderes públicos; transformación y militarización del sistema de administración de justicia, utilizado para legitimar decisiones arbitrarias, criminalizar la protesta social, perseguir y neutralizar la disidencia y oposición política (represión, persecución, extorsión, cárcel, inhabilitación de líderes, apropiación de los símbolos de sus partidos y asignación forzada de nuevas directivas); desconocimiento de alcaldes, gobernadores e imposición de figuras paralelas bajo la apariencia de "protectores"; extorsión a electores mediante mecanismos de control social[19] y amenazas de la llamada alianza "cívico-militar" en torno a la imposibilidad de acceder al poder por vía electoral.[20]

---

[19] Estas prácticas clientelares del neo-populismo venezolano, toman fuerza en periodos electorales, donde se usan los recursos públicos y la compra de votos con fines políticos, además de mecanismos de coaptación de la voluntad popular, a través de distintos dispositivos, entre ellos el "Carnet de la Patria". Ver http://www.el-nacional.com/noticias/columnista/como-chavismo-volvio-carnet_216117 https://www.aporrea.org/contraloria/a256123.html http://historico.prodavinci.com/blogs/el-nuevo-leviatan-venezolano-entendiendo-el-15oct-por-michael-penfold/

[20] Ver https://www.youtube.com/watch?v=k9h8VP1yDuU http://mppre.gob.ve/2020/07/05/ministro-defensa-vladimir-padrino-lopez-209-independencia-fanb/ https://efectococuyo.com/politica/padrino-lopez-amenaza-a-una-oposicion-que-ve-como-subversiva-afirma-ricardo-sucre/

En un contexto de prolongada hiperinflación y creciente dolarización, la sociedad venezolana sufre el profundo deterioro del sistema de salud, educación, transporte, empleo; la precariedad o ausencia de servicios básicos de alimentación,[21] luz, agua, gas, gasolina; además de una escalada de violencia, graves violaciones de los derechos humanos[22] y un elevado éxodo migratorio, que se ha agravado durante la pandemia de *coronavirus disease* 2019 (Covid-19), cuando miles de migrantes venezolanos han confrontado dificultades de entrar al país, siendo sometidos a vejámenes y estigmatización al momento de su retorno.[23]

En este dramático contexto en la denominada "Quinta República",[24] al igual que en la "Cuarta República" de la era democrática, jugó un rol fundamental la instrumentalización política de la industria petrolera venezolana, amparada en el modelo rentista del providencial "Estado Mágico" (Coronil, 2002).

En los primeros años de gobierno, Hugo Chávez desarrolló una agresiva política exterior que contó con elevados precios del petróleo. Con altos ingresos manejados en distintas tramas de

---

[21] Ver http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf

[22] Ver https://www.ohchr.org/EN/Countries/LACRegion/Pages/VEReportsOHCHR.aspx

[23] Ver https://www.acnur.org/situacion-en-venezuela.html https://www.derechos.org.ve/opinion/cese-a-la-estigmatizacion-contra-los-migrantes-forzados-y-refugiados-que-regresan

[24] Al acceder a la presidencia, Hugo Chávez convoca la Asamblea Nacional Constituyente, que a su juicio permitiría alcanzar el poder constituyente fundacional de la "Quinta República", hoy "República Bolivariana de Venezuela".

corrupción nacional e internacional y poca transparencia,[25] el gobierno implementó al inicio de su gestión programas sociales en vivienda, salud y educación y redistribuyó parte de esta renta a sectores sociales antes excluidos, sin generar transformaciones estructurales, que permitieran favorecer la organización política-productiva de la sociedad, construir ciudadanía y profundizar la democracia.

La destrucción progresiva de lo instituido, signada por un esquema clientelar permitió enriquecer una nueva élite política-económica, en una extendida anarquía de grupos irregulares, militares y paramilitares que actualmente luchan por territorios y se disputan riquezas en todo el país, y en particular en el llamado "Arco minero del Orinoco". Esta forma de "rentismo minero", "rentismo lumpenizado", otorgó a empresas trasnacionales la explotación en zonas indígenas con grave daño patrimonial y ecológico, donde se establecen vínculos entre intereses asociados a la minería ilegal y actores estatales, articulados con mecanismos de dominación internacional, control de mercados y recursos naturales (Gratius & Puente, 2019; Terán, 2018; Ruiz, 2018).

En medio de la baja de los precios del crudo, el colapso de la empresa estatal petrolera Petróleos de Venezuela (PDVSA) y la disminución de su capacidad productiva, que exigió importación de

---

[25] Ver https://www.lapatilla.com/site/2016/02/02/giordani-y-navarro-denuncian-malversacion-de-300-000-millones-de-dolares-durante-la-ultima-decada/

petróleo durante el período de repunte de la pandemia,[26] el gobierno de Nicolás Maduro se niega a introducir cambios en el modelo económico-político heredado de Chávez, acusando una “guerra económica”, producto de una conspiración nacional e internacional. Maniobras desestabilizadoras, que a su juicio,[27] son perpetradas por sectores de la “derecha” para derrocar al Gobierno bolivariano y restaurar el neoliberalismo.

Mientras, voces críticas afirman que trata de ganar tiempo, en espera de la recuperación de la productividad de la empresa, fortalecer acuerdos con países aliados y sortear sanciones internacionales[28], lo que le permitiría mantenerse en el poder, ampliar el sistema de prebendas e incrementar el control político de los sectores económicamente más vulnerables de país.

En cuenta de la agudización de la emergencia humanitaria, producto del impacto de Covid-19, diversas organizaciones nacionales e internacionales formulan llamados a la Organización

---

[26] Ver http://mppre.gob.ve/2020/05/25/arribo-venezuela-buque-irani-fortune-combustible/

[27] Ver http://cnnespanol.cnn.com/video/cnnee-sot-la-sexta-tv-nicolas-maduro-entrevista-dinero-guerra-economica-sistema-de-cambo-ilegal/

[28] Una orden ejecutiva firmada por el presidente de Estados Unidos Donald Trump, bloqueó propiedades del gobierno venezolano. Igualmente, aplicó sanciones contra funcionarios gubernamentales activos y retirados, personas y empresas privadas nacionales e internacionales, acusadas de colaborar con el gobierno venezolano, implicado según dichas acusaciones en violación de derechos humanos, corrupción, terrorismo, narcotráfico, blanqueo de capitales. https://www.diariolasamericas.com/america-latina/maduro-es-acusado-narcotrafico-y-apoyo-al-terrorismo-n4195657

de las Naciones Unidas (ONU),[29] para adelantar programas conjuntos de asistencia humanitaria en Venezuela, que actualmente registra el nivel de pobreza más alto de América Latina.[30] Dichas medidas buscan paliar sus efectos internos y externos, tanto en el país, como en la región, cuya debilidad y vulnerabilidad socio-económica se sumará a la fuerte recesión de la economía mundial post-pandemia (Bárcena, 2020).

Sumida en la precariedad e incertidumbre y en espera de acuerdos humanitarios de mayor alcance, además de la puntual asistencia brindada por la Organización Panamericana de la Salud (OPS),[31] la población venezolana continúa expresándose a través de distintas formas de participación, estrategias de afrontamiento y resistencia ciudadana que valiente y creativamente ha desarrollado durante más de dos décadas en todo el país.

Resistencias sociales y políticas que sostienen de manera continua y persistente la lucha por una transición democrática, mientras desafían un régimen autoritario, que en su afán de doblegar la voluntad, la dignidad de la población, en medio de su

---

[29] Ver https://www.examenonuvenezuela.com/respuesta-humanitaria/cepaz-la-profundizacion-de-la-crisis-humanitaria-en-venezuela-por-el-covid-19-fue-motivo-de-preocupacion-en-el-consejo-de-seguridad-de-la-onu

[30] Ver https://elpitazo.net/economia/encovi-2019-2020-793-de-los-venezolanos-estan-en-pobreza-extrema/

[31] Ver https://contrapunto.com/nacional/an-logro-un-acuerdo-para-que-la-ops-pueda-recibir-ayuda-humanitaria-para-venezuela/
https://lagranaldea.com/2020/07/06/el-transito-a-la-democracia-en-venezuela-depende-de-factores-que-todavia-no-estan-sobre-la-mesa/

ruina, desgaste y en plena pandemia, incrementa sus mecanismos de polarización, control y represión política.[32]

Más que profundizar los dilemas "chavismo-antichavismo", "gobierno-oposición" y los factores que explican la multicausalidad histórica y estructural de la crisis en Venezuela, en este texto intentaremos problematizar los procesos de polarización y las representaciones sociales del Otro enemigo, que han profundizado la conflictividad e impedido alcanzar acuerdos entre sectores confrontados.

Estas miradas y propuestas se derivan de experiencias de investigación psicopolítica y construcción de paz, adelantadas en el Instituto de Psicología de la Universidad Central de Venezuela, conjuntamente con otras universidades u organizaciones nacionales e internacionales. Se retoman y citan acá, publicaciones y materiales recolectados en este trabajo.

Desde una perspectiva cualitativa, el análisis empírico procede de información obtenida a lo largo del conflicto, a través de distintas fuentes y espacios. A saber: entrevistas, grupos focales, manifestaciones públicas, murales y grafitis urbanos, prensa, páginas Web y redes sociales. Igualmente, los datos proceden de personas y grupos de varias regiones del país, de distintas posiciones ideológicas y sectores: económicos, sociales, escolares, académicos, científicos, ONG, religiosos, mediáticos (privados,

---

[32] Ver https://foropenal.com/posicion-del-foro-penal-presos-politicos-y-sus-familiares-sobre-el-informe-del-2-de-julio-de-2020-emitido-por-la-alta-comisionada-de-ddhh-de-la-onu-michelle-bachelet/

públicos y alternativos) militares, políticos y policiales. El procesamiento de la información recabada, se apoya en la herramienta Atlas-ti y el análisis del discurso ideológico (Van Dijk, 1996) orienta la aproximación analítica.

Polarización e impacto psicosocial

Durante las últimas décadas se han agudizado y visibilizado a nivel mundial, conflictos socioeconómicos y político-institucionales, cuyas causas estructurales son de vieja data: inequidad, pobreza, impunidad, corrupción, desempleo, violencia, narcotráfico, migración, terrorismo, entre otros. Paralelamente en este tiempo destaca la critica a los modelos de desarrollo y su sustentabilidad, competencia por el control del aparato estatal: “estados fallidos”, “estados paralelos”, “naciones sin estado”; lucha por territorios y recursos, por la propiedad y administración de los recursos naturales, por la soberanía y gobernanza; el desencanto con la política, con partidos y liderazgos; las crisis, declive o colapso de la democracia; el auge de sistemas cívico-militares, neo-autoritarios y neofascismos. De la misma manera, resalta el cuestionamiento y se difuminan las diferencias entre derecha-izquierda, capitalismo-socialismo, liberalismo-populismo, dictadura-democracia, en el marco de un incremento de la polarización socio-política a nivel mundial.

En América Latina estos conflictos se expresan con diferentes intensidades y modalidades dentro de la heterogeneidad de una región que comparte importantes referentes históricos y

culturales. Desafiados por las tensiones y contradicciones de la globalización, que agravan las ya extendidas desigualdades sociales, grupos y movimientos de distintos países latinoamericanos, demandan reconocimiento, reivindican identidades invisibilizadas o marginadas, exigen viejos y nuevos derechos – sociales, económicos, políticos, identitarios, comunitarios, ecológicos, sexuales, religiosos.

En este contexto, diversos sectores sociales defienden y cuestionan profundamente los modelos de democracia formal y se erigen o fortalecen liderazgos populistas, de uno u otro signo ideológico (Rovero & Chaguaceda, 2019).[33] También se producen representaciones antagónicas de los grupos en conflicto y procesos de polarización, caracterizados por un demarcamiento físico-simbólico de territorios y propuestas mutuamente excluyentes, provocando una fractura del tejido social, distintas expresiones de violencia política y un progresivo deterioro de espacios de convivencia social, que limitan el manejo constructivo y pacífico de los conflictos, comprometiendo las posibilidades de profundización democrática en muchos países de la región.

La polarización se evidencia cuando la postura de un grupo supone la exclusión y la referencia negativa a la posición del otro grupo, percibido como enemigo. Este proceso de polarización

---

[33] Ver https://www.monde-diplomatique.fr/2018/09/HALIMI/59046

social (Martín-Baró, 1985[34]; Lozada, 2004) sufrido por amplios sectores de la población venezolana a lo largo del conflicto está caracterizado por:

- Estrechamiento del campo perceptivo: un esquema dicotómico y estereotipado "nosotros-ellos" ocupa los distintos ámbitos de la existencia y se sobrepone a cualquier otro esquema perceptivo, condicionando el significado de todos los hechos, acciones y objetos.
- Involucramiento personal y fuerte carga emocional: cualquier suceso captado en términos polarizados parece afectar a la propia persona, quien rechaza de forma total sin matices, al individuo o grupo considerado contrario.
- Exclusión e intolerancia: personas, familias, escuelas, iglesias u otros espacios de convivencia, se posicionan en alguno de los polos, y sostienen las mismas actitudes de rigidez, intolerancia y exclusión presentes en la confrontación política, los cuales niegan la discusión, el diálogo y debate plural de distintos posicionamientos.

La polarización es un proceso que embrutece y deshumaniza. Este efectivo y extendido mecanismo de control social y político, vivenciado en Venezuela al menos durante los últimos veinte años, ha generado graves consecuencias a nivel individual y social (Lozada, 2016a, pp. 10-11):

- Provoca un fuerte impacto en el psiquismo individual y subjetividad social, con elevados costos de sufrimiento personal y colectivo.

---

[34] En un contexto de aguda polarización, el 16 de noviembre de 1989, el Psicólogo Social Ignacio Martín-Baró, S.J, murió asesinado por los escuadrones de la muerte junto con otros cinco jesuitas y dos colaboradoras, en la Universidad Centro Americana José Simeón Cañas, El Salvador, donde ejercía funciones de vicerrector.

- Fractura el tejido social, al provocar separaciones, rupturas y confrontación en espacios de cohesión y convivencia social: familiares, escolares, laborales, comunitarios.
- Produce daños patrimoniales y urbanos.
- Territorializa el conflicto. Segmenta y criminaliza estados, ciudades, pueblos, regiones del país identificados como enclaves "oficialistas" u "opositores".
- Reduce las actividades en espacios públicos, debido al clima de inseguridad y tensión imperante.
- Resquebraja los cimientos de la convivencia social e identidad social, al estimular social o institucionalmente la desconfianza y la negación del Otro.
- Obstaculiza el manejo democrático y pacífico de los conflictos.
- Limita alcanzar acuerdos para avanzar procesos electorales, diálogos, etc.
- Incrementa, naturaliza y legitima la violencia social y política.
- Construye representaciones del conflicto y sus actores sobredimensionadas mediáticamente.
- Invisibiliza la histórica y compleja causalidad estructural de los conflictos socio-políticos (exclusión, pobreza, desempleo, corrupción, impunidad, agotamiento del modelo político tradicional, etc.).
- Privilegia la gestión del conflicto y su solución en los actores políticos en pugna, excluyendo al resto de los sectores sociales.
- Empobrece el debate público, privilegiando al emisor y su posición política, en detrimento de la discusión sobre contenidos.
- Politiza las instituciones y valoriza la fidelidad antes que la competencia, con grave incidencia en la acción pública y violación de derechos civiles y políticos.

- Atribuye significados de discurso y acción del Otro, desde representaciones estereotipadas de clase, sexo, raza, etnia, etc.
- Resignifica los imaginarios sociales “heroicos”, “machistas”, de la política, reducida a triunfos o derrotas frente al “Otro enemigo”.
- Provoca ruptura de consensos sociales, prácticas, normas y universos simbólicos compartidos (culturales, religiosos, deportivos, etc.).
- Prolonga y profundiza el conflicto sin ofrecer perspectivas futuras de solución.

En este contexto, donde además impera la impunidad y la anomía social, la descomposición y deslegitimación institucional, se producen procesos de deshumanización, de naturalización y legitimación de la violencia socio-política, la cual se transforma en vivencia cotidiana, crónica, permanente. Una práctica legitimada por grupos sociales e instituciones, que toma forma de desprecio por la vida humana, donde la intolerancia, confrontación o negación del Otro, sustituye los valores de reconocimiento, solidaridad, respeto, justicia, quedando la ley en manos de quien tiene más poder o más armas.

Samayoa (1987, pp. 213-225) describe cuatro cambios cognoscitivos y comportamentales ocasionados por este proceso de deshumanización generado por la vivencia colectiva y prolongada de la violencia política en regímenes autoritarios: el empobrecimiento de su capacidad de pensar lucidamente, de comunicarse con veracidad, de su sensibilidad frente al sufrimiento ajeno y la esperanza.

A su vez, Lira, Weinstein y Salamovich (1985-1986) describen las características psicológicas de los procesos desencadenados por el miedo durante la dictadura chilena: sensación de vulnerabilidad, estado exacerbado de alerta, sentimiento de impotencia o pérdida de control sobre la propia vida y alteración del sentido de realidad, al volverse imposible validar objetivamente las propias experiencias y conocimientos, entre otras razones debido a la mentira oficial y mecanismos de coerción y represión ejercidos desde los aparatos del Estado.

La caracterización de esta herida social e impacto en la subjetividad colectiva, su abordaje psicosocial y las posibilidades de su reparación, ha sido recogido también por otros autores bajo los conceptos de: "sufrimiento ético-político" (Sawaia, 1999), "trauma psicosocial" (Martín-Baró, 1988), "afrontamiento comunitario y crecimiento postraumático colectivo" (Páez, Vázquez & Echeburúa (2012).

¿Nosotros o ellos? Representaciones antagónicas

En Venezuela, en el año 1998,[35] una investigación sobre representaciones sociales de la democracia, reveló una dicotomía que contraponía a los gobernantes y sus aliados: *ellos* que usufructuaban la democracia al *nosotros*: la gente, el pueblo que se ubicaba al margen de ella. En el conflictivo contexto de la Revolución Bolivariana, emergió nuevamente esta dicotomía: nosotros-ellos, resignificándose en las representaciones antagónicas y polarizadas de los grupos confrontados políticamente: chavismo-antichavismo, gobierno-oposición.

La organización y estructuración dicotómica de la realidad socio-política venezolana se evidencia en las representaciones sociales de adeptos, opositores e independientes (ni-ni: ni con el gobierno, ni con la oposición) a la propuesta de Revolución Bolivariana, a lo largo del conflicto. Los procesos de ¨anclaje y objetivación¨ le otorgan valor funcional y sirven de guía de lectura y acción colectiva. La Tabla 1, muestra el anclaje social de las

---

[35] Los resultados de dicha investigación (Lozada, 1999), acusaban una "*democracia sospechosa*", que no había sido o había sido siempre otra cosa. Así, las personas comprometidas o no con grupos de acción social que participaron en el estudio, lamentaban entonces la ausencia de la categoría *todos*, que supone el plano de igualdad, de protagonismo colectivo del hecho democrático. En el contexto de aguda polarización de los últimos años en el país, se registra nuevamente la ausencia de la categoría unitaria: Todos, y se destaca una identidad excluyente (Lozada, 2014).

[21] La Polarización social, se distingue acá de la polarización política, que refiere a fuerzas que giran en torno a dos polos definidos en términos ideológicos en los sistemas de partidos, que se hacen visible en coyunturas electorales y en debates de asuntos públicos (Sartori, 1985).

representaciones “nosotros-ellos” en voces de representantes de los dos grupos: Chavistas y anti-chavistas, mientras la Tabla 2, destaca las instancias de objetivación a través de los términos utilizados para describir al exo-grupo (Lozada, 2014).

Tabla 1

Términos utilizados por líderes y adeptos de cada grupo para calificar a oponentes y a sectores Ni-Ni (Período 2000-2013)

Términos util grupos “*anti* para calificar “chavistas”	**Términos uti por grupos (para califica chavistas”**	**Términos ut por grupos *y antichavis* calificar a**
Boliburgueses	Afligidos	Abstencionis
Chabestias	Azulitos, rosa	Acomodaticio
Chaburro	Conspiradores	Apáticos
Chusma	Cúpulas podr	Apolíticos
Círculos infern	Escorias burg	Chavistas arr
Enamorados d	Escuacas	Chavistas de
Enchufados	Escuálidos	Cómodos
Fascistas	Fascistas	Cretinos
Golpistas	Golpistas	Desinteresac
Hordas	Ignorantes	Estúpidos
Loro rojito	Majunches	Falta de com
Lumpen	Mercenarios	Falta de volu
Maldita plaga	Microcéfalos	Incapaces
Maburro	Nazis de paco	Indiferentes
Maleantes	Opusgay	Insensibles
Mamarracho o	Parásitos olig	Inútiles
Mono tarifado	Pintiyanquis	Irresponsable
Piazo e’ loco	Retrógrados	Pro-golpistas
Pichón de com	Sifrinos	Traidores
Rojos, rojitos	Talibanes	Vieja izquierd
Tarados comu	Vende patria	
Turbas	Zombies	

Fuente: Autora

Tabla 2
Referencias ideológicas y políticas atribuidas a cada grupo

	“Chavistas/o	**“Anti-chavist opositores”**
Sistema p	Revolución	Democracia
Modelo económic	Socialismo	Capitalismo
Clases so	Clase bajas	Clases medias
Sujetos s	Pueblo	Sociedad civil
Ciudadan	Revolucionaria	Democrática

Fuente: Autora

En las representaciones de los grupos emerge una evocación lexical y temática que pareciera referir a posturas ideológicas propias a cada grupo (liberalismo, capitalismo, socialismo, etc.). Sin embargo, ambos grupos están conformados por partidos, militantes y simpatizantes pertenecientes a un espectro ideológico que va de la extrema derecha a extrema izquierda.

Esta complejidad se revela tanto en la diversidad de los modos de apropiación de las ideologías, como en las relaciones que

los sujetos mantienen con los grupos de pertenencia, relaciones que no se reportan en todos los casos a la adhesión ideológica. Las representaciones sociales de cada grupo, al menos en los primeros años de gobierno del difunto presidente Hugo Chávez, estaban estructuradas y organizadas en torno a su figura y carisma[36].

La incertidumbre generada por su muerte en marzo de 2013, el reequilibrio de fuerzas y luchas internas por el poder o recursos dentro del partido de gobierno, los cuestionamientos a la "ilegitimidad" social y política en la elección del Presidente Nicolás Maduro, los graves problemas económicos y el incremento de protestas sociales frente a los problemas de devaluación, inseguridad, violencia, escasez, corrupción, impunidad, autoritarismo, etc., delinean una nueva etapa del conflicto político en el país. En este contexto, emerge y se fortalece un movimiento social conformado principalmente por estudiantes, distintos sectores sociales y políticos de la sociedad civil y partidos de oposición.

Seguir este movimiento, plantea algunas interrogantes, entre ellas destacan: ¿Cuáles representaciones guían el movimiento? ¿Se mantiene la representación: "nosotros-ellos" y aquella de "chavismo-anti-chavismo" reconocidas en los últimos años en

---

[36] No discutimos en este capítulo, los procesos de identificación e implicación emocional presentes en el culto al líder carismático y mesiánico Hugo Chávez, que se expresaron con mayor fuerza durante sus exequias. Este "culto al padre" (Moscovici, 1988b), representa un eslabón de la transformación de una doctrina política a una concepción del mundo, con la fuerza de una creencia.

Venezuela?

Los resultados ponen en evidencia representaciones polarizadas del campo “ideológico”, pero ubicadas tanto en los polos ya reportados: *chavistas y antichavistas*, como en *gobierno y oposición,* y representaciones indiferenciadas o diferenciadas de otro modo de: *Venezuela, Chávez y Bolívar.* La Tabla 3, muestra el anclaje social de las dos representaciones en voces de representantes del *Gobierno y Oposición*, mientras la Tabla 4, las instancias de objetivación a través de los términos utilizados para describir al exo-grupo (Lozada, 2016b).

Tabla 3

Formas de anclaje social de las representaciones: gobierno-oposición (Período 1914-1916)

	“GOBIERNO’	**“OPOSICIÓN”**
Sistema p	Revolución Di siglo XXI-Tiran	Democracia Rebelión
Modelo económic	Socialismo sig	Capitalismo/Neo
Sector so Político- A Nacional- mundial	Guardia Nacio Bolivariana (G policía, colecti armados, gru choque, UNA ONU, OEA, EE China, Rusia,	Jóvenes, estudia soc civil, artistas armados, ONG (UNASUR/ ONU, EEUU, China, Ru Vaticano

Espacios acción	Instituciones (Partido PSUV(redes sociales	Partidos políticos ABP, BR; calles, cuerpo, WEB, re y Medios

Fuente: Autora

Tabla 4

Instancias de objetivación de las representaciones gobierno-oposición

Derechistas	**Tiranos represores**
Fascistas	Fascistas
Apatridas	Vende-patria
Guarimberos	Enchufados
Burgueses	Boliburgueses (*1)
Financistas y cóm grupos que cierra barricadas	Financistas y cómpl choque y colectivo
Lacayos del imper	Títeres de Cuba
Violentos	Violentos

Fuente: Autora

En las representaciones de "Gobierno" y "Oposición" se continúan reconociendo algunos elementos comunes, presentes también en la representación del "chavismo-antichavismo" que acentúan la diferenciación y discriminación intergrupal en términos de:

- Identidad: intra y extra grupo, definidos por adhesión u oposición al difunto líder Hugo Chávez.
- Percepción: uso de estereotipos para calificar al grupo opuesto.
- Afectividad: Emotividad exacerbada e intolerancia intra-grupo e inter-grupos.
- Interacción intergrupal:
    a. - Antagonismo inter-grupal basado en la polaridad: amigo-enemigo.
    b. - Sobrevaloración propio grupo como mayoría electoral y subestimación del grupo opuesto como minoría.
    c. - Opuesto como minoría.
    d. - Control de la disidencia intra-grupo.
    e. - Ausencia de significados compartidos.
    f. - Carencia de espacios de diálogo y debate.
    g. - Clima de sospecha y desconfianza.

Igualmente, los resultados destacan la violencia inter-grupal directa y simbólica en medios de comunicación y en espacios públicos. Si bien, no son comparables las denuncias de violaciones

de derechos humanos por parte de organismos estatales contra los manifestantes en protestas y en especial contra jóvenes estudiantes,[37] con la violencia expresada en barricadas y otras acciones sociales, interesa destacar los procesos de institucionalización, naturalización y legitimación de la violencia que se expresan en espacios reales y virtuales, al cual recurren tanto el gobierno como la oposición, incluso generando tendencias intencionadas y artificiales de opinión pública en la Red.[38]

Los datos obtenidos reflejan la naturaleza antagónica de las representaciones de dos grupos confrontados políticamente, ¨Gobierno¨ y ¨Oposición¨, así como la del tercer grupo denominado "Ni-Ni" (ni con el gobierno, ni con la oposición). Aunque este último sector ha sido reportado regularmente[39] y

---

[37] Ver http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/Informe-final-protestas2.pdf

http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/licencia-para-protestar.pdf, http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/amr530092014es.pdf

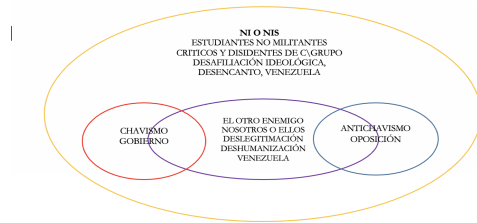
http://www.derechos.org.ve/tag/foro-penal-venezolano/

[38] El espacio virtual, que como toda esfera pública es un lugar de confrontación de ideas e intereses económicos y políticos, refleja la polarización y lucha entre gobierno y oposición. Algunos estudios denuncian el "tecnofascismo" o reportan la generación de trending topics, redes de spam y uso de bots en la generación intencionada de opinión pública en la Red. Ver http://yosoyred.com/2014/02/bots-rezando-por-venezuela-un-analisis-de-prayforvenezuela-y-los-tt-de-protesta-del-12f-y-13f/

[39] La Encuestadora Interenlaces reporta por primera vez en 2005 un grupo que denominó "NI-Ni" al margen del esquema polarizado y representaba un 51% de la población, frente a 37% de chavistas y 11% antichavistas. Otra encuestadora (Datanalisis, marzo 2012) reconocía la representación de este grupo representa entre 45% y 55% de la población.

destaca a lo largo de nuestras investigaciones, en la actual coyuntura socio-política, además de quienes construyen la tipología que los ubica en un continuum de cercanía o distancia permanente, relativa y circunstancial con los dos polos de la confrontación, se reconocen otros grupos, disidentes o críticos del gobierno y la oposición y aparecen claramente algunos sectores estudiantiles, no afiliados a ningún partido político.

De la misma manera, en sectores radicales de los grupos de gobierno y oposición, se evidencia y mantienen los imaginarios del Otro enemigo en las representaciones “nosotros-ellos”, así como los procesos de “deslegitimación” y “deshumanización” (Bar-Tal, 1990) ya reportados anteriormente (Lozada, 2014) en algunos sectores radicales del “chavismo” y “antichavismo”. Otro elemento de especial relevancia es la representación de Venezuela, que interpelan y acusan los tres grupos, una nación atrapada en los intereses externos: de Cuba, China y Rusia por parte del gobierno o de aquellos de Estados Unidos y aliados por parte de la oposición, o en juego en la lucha de intereses por el poder entre gobierno y oposición según los Ni-Ni. La Figura 1 ilustra la configuración del campo representacional de los tres sectores.

Figura 1
Campo de representaciones: Gobierno, Oposición, Ni-Nis

Fuente: Autora

Representaciones sociales del Otro enemigo

La compleja dinámica de negación del Otro que se expresa en los resultados obtenidos en el contexto político venezolano, ha sido igualmente reportada por investigadores en otros contextos de conflicto y guerra a nivel mundial (Martin-Baró, 1985; Bar-Tal, 1990). En ella destaca una percepción idealizada del propio grupo: *nosotros*, que contrasta con una satanizada del grupo contrario: *ellos,* percibido como enemigo.

La estructuración dualista del campo representacional en términos de nosotros-ellos, se plantea en términos del valor simbólico y utilitario que supone esta afiliación para cada grupo, situados en una dinámica que reporta a nivel individual y grupal reconocimiento social, representatividad electoral o poder político y económico.

Las representaciones estereotipadas y la negación del Otro que se expresa en distintos momentos de la conflictividad política en Venezuela, revelan también el derrumbe de las "representaciones hegemónicas" (Moscovici, 1988a) de democracia en el país y de los imaginarios de justicia, igualdad y equidad, así como la utopía de bienestar, desarrollo, modernidad y revolución, un mundo instituido de significaciones sociales (Castoriadis, 1975).

Igualmente, la ruptura del tejido social cuestiona el carácter consensual, comunicacional y dialógico de las representaciones de la democracia en Venezuela y la necesidad de analizar el impacto de los procesos de polarización en sociedades fragmentadas por el conflicto. De allí, la importancia de reconocer la dimensión cultural del pensamiento social (Moscovici, 1993a) y los mecanismos psicosociales que en términos de identidad social son puestos en juego en la representación "nosotros-ellos", a la par de formas de pensamiento polarizado, afectivo e irracional presentes en algunos fenómenos de masa (Rouquette, 1994).

La actividad representativa permite clasificar las personas y objetos, compararlos, explicar los comportamientos y objetivarlos como parte de nuestro medio ambiente social. No obstante, este proceso de categorización, apunta Doise (1985), sirve también para producir distorsiones que permiten justificar, legitimar o racionalizar ciertas realidades sociales en función de intereses y normas establecidas por individuos o grupos ubicados en ciertas posiciones y relaciones sociales o institucionales.

Como bien señala Zavalloni (1990), la significación emocional y evaluativa que resulta de la pertenencia a ciertos grupos y el ¨natural¨ favoritismo in-grupo, no son suficientes para explicar el ¨odio¨ y ¨deshumanización¨ que sitúa la superioridad del in-grupo sobre la inferioridad del exo-grupo. Tal como se observa en los resultados obtenidos en nuestro estudio y como reporta Bar-Tal (1990) en los procesos de "deslegitimación", la categorización del exo-grupo lo coloca en extremos negativos, en los límites de las normas y valores aceptables, o en categorías que niegan la humanidad de dichos grupos, generando sentimientos de miedo y desprecio en adversarios y resto de la población.

Para explicar la tendencia a considerar al opositor político como "enemigo", recurriendo a estereotipos de clase o raza que desvalorizan o niegan su condición humana, se requiere situar socio-históricamente los procesos de categorización y reconocer la dimensión cultural del pensamiento social señalada por Moscovici (1993a) al discutir el uso de la noción de estereotipo desde su reducción a "una especie de fondo irracional de la especie". En las representaciones ampliamente compartidas por las personas que la componen es fácil, afirma Moscovici:

> . . . delimitar la zona de las categorías definidas por las normas como algo culturalmente visible; es decir las categorías que focalizan la atención del grupo, representando a ¨otros¨, a ¨vosotros¨ en relación a ¨nosotros¨. Pero ¿qué ocurre cuando se sitúa a otras categorías de personas en la zona culturalmente ¨ invisible¨

> de la representación?, se interroga el autor: ¨a dichas categorías no se las ve como ¨otros¨ o ¨vosotros¨ respecto a ¨nosotros¨, sino más bien como ¨ellos¨. Y todo el empeño político consiste en borrar su ¨si mismo¨ con la única finalidad de ocultar su vínculo con la humanidad. Sin embargo, para mantener un lazo con esos grupos sociales, hace falta animalizarlos o cosificarlos. (Moscovici, 1993a, p. 84).

Esta ¨reflexividad limitada¨ practicada por la mayoría de las culturas a un número restringido de grupos sociales, según Moscovici[40], se remonta en América Latina al período de conquista y evangelización y ha sido reforzada por las élites políticas y económicas del continente que reproducen este patrón de exclusión e inequidad. Los imaginarios del Otro se constituyen en un doble movimiento que diferencia y desvaloriza, ¨el colonizador, el evangelizador, y más tarde el político o el planificador integran el rito como forma de ¨comprensión-coaptación¨ del Otro¨ (Calderon et al., 1996, p. 66).

Estos imaginarios y representaciones del Otro, revelan la interpelación identitaria de una población mestiza y la búsqueda de inclusión de amplios sectores de la población desfavorecidos económica, social, cultural y políticamente durante décadas. A esta

---

[40] Sin embargo, esta limitación no es uniforme, el fraile Bartolomé de la Casas, a propósito del tema del alma de los indios en el siglo XVI, "denuncia este defecto de reflexividad e invoca la necesidad de entender que si bien los europeos tienen una representación de los indios, los indios también tienen otra de los europeos" (Moscovici, 1993a, pp. 85-86).

exclusión que ha constituido fuente de conflictos, y divisiones en distintos momentos históricos, se le suman nuevas formas de exclusión de distintos sectores sociales en el actual contexto socio-político.

Despolarización y representaciones sociales inclusivas

La polarización ha jugado un papel importante en el mantenimiento del conflicto político venezolano y su profundización hacia posturas extremas y rígidas que han dificultado su resolución. Por ello, la transición política y democrática del país, exige, entre otras condiciones, emprender procesos de despolarización que propicien el dialogo, debate plural y convivencia pacífica entre distintos sectores sociales y políticos que se han considerado enemigos durante décadas.

La reconstrucción del tejido social fracturado por la violencia política y las acciones tendientes a delinear escenarios sostenibles de futuro común compartido, requieren de contextos favorables de confianza y referencias simbólicas que puedan guiar los consensos sociales y la resignificación identitaria de los grupos en conflicto. En una dinámica de polarización construida socialmente, donde el sí mismo no se reconoce en el Otro, urge favorecer el proceso de construcción de alteridad (Arruda, 1998), donde las imágenes del Otro, se constituyan en representaciones sociales inclusivas.

La democracia, requiere del reconocimiento y diversidad de ese Otro en la construcción de lo común. Se trata de construir

las condiciones simbólicas y reales para resignificar en Venezuela la democracia como proyecto inclusivo y sentido compartido. El imaginario de un Otro a reconstruir que favorezca la despolarización y transforme las representaciones de sí y el Otro, reivindicando imaginarios sociales y universos simbólicos, compartidos que permitan procesar pacíficamente los conflictos y la profundización democrática.

El impacto generado por la violencia socio-política en sociedades fracturadas por el conflicto, muestra también sus puntos de inflexión. Como apunta Martin-Baró (1985, pp. 58-64), la polarización no es proceso consistente y unidireccional. Sus contradicciones y agotamiento se expresan a través de:

- La fatiga de posiciones polarizadas producida por un prolongado conflicto sin "triunfadores".
- El quiebre de la polarización por choque de esquemas rígidos con la realidad.
- El sufrimiento personal y colectivo que refleja el elevado costo del conflicto.

A juicio del autor, para contribuir a la despolarización se requiere:

- Ruptura de la imagen en espejo: el resquebrajamiento de la imagen en espejo (mutua percepción peyorativa entre los "enemigos"), incluye la conciencia de las deficiencias de la postura polarizada. Reconocer matices sobre la propia imagen y la diferenciación entre posturas extremas, rígidas y flexibles en el propio grupo, provoca la percepción de matices y modificación parcial de la imagen del 'enemigo'. Las diferencias observadas en el extremismo de posturas de unos y otros

ofrece la posibilidad de constatar que ‘ni todos nosotros somos así, ni todos ellos son de la manera opuesta’.

- Evaluación de los elevados costos del conflicto: el sufrimiento personal y colectivo ofrece una nueva mirada a la realidad de los hechos: se empieza a ver el conflicto desde la perspectiva de sus costos más significativos, lo que lleva a sopesar de nuevo la propia postura política y su viabilidad práctica. En este proceso influyen tanto factores de la propia persona, como del grupo referidos a: claridad ideológica, grado de implicación o compromiso[41] y alternativas de que se disponen.

- Concientización y desideologización: sin que los grupos y personas abandonen su postura, se trata de alcanzar una aceptación crítica de los propios errores y una imagen más realista del grupo opuesto.

Se trata de desideologizar el análisis de la realidad, de no reducir todos los hechos y comportamientos al esquema dicotómico: nosotros-ellos, sino de encontrar puntos de coincidencia, mínimos acuerdos entre ambos, que favorezcan el diálogo y la negociación, antes que la destrucción mutua. Diálogo que comienza con uno mismo, desde el cuestionamiento de la propia postura, y luego con el propio grupo, a fin de que la nueva conciencia no sea interpretada como una deserción o traición.

Transición democrática y reparación social

Frente a la disolución del orden constitucional y la desintegración del funcionamiento del Estado de derecho, los

[41] Martín-Baró (1985, p. 60) habla de “involucramiento conflictivo”: “cuanto más involucrada se encuentre una persona en el conflicto, más difícil le resulta dar marcha atrás ante los golpes y derrotas; pero por otro lado, el hecho mismo de tener más intereses en juego, le hace ponderar los costos potenciales de su postura”.

esfuerzos de distintos sectores en Venezuela, están dirigidos a evaluar los factores críticos y generar propuestas de abordaje, una vez se generen los cambios en espacios de poder, se produzca efectivamente la transición política y se logren avances en el proceso de estabilización democrática.

No obstante, la premura de atender las necesidades en el ámbito económico, político, institucional, no debe soslayar la importancia y necesidad de emprender los procesos de reparación y reconstrucción del tejido social fracturado por un largo período de conflictividad, violencia política y polarización social.

A juicio de Martín Beristain (2011), una sociedad fracturada por un conflicto violento debe enfrentar las consecuencias de esa violencia, apoyar a las víctimas o sobrevivientes y reconstruir las relaciones sociales, a través de un proceso de reparación.

> En el campo de la defensa de los derechos humanos se habla de la "*reparación*" a las víctimas como una forma de mitigar su sufrimiento y reconocer sus derechos. Por reparación se entienden diferentes medidas con distintas orientaciones: compensaciones económicas y educativas, programas de atención médica o psicológica, conmemoraciones y medidas simbólicas, o garantías de no repetición, entre otras. (Martín Beristain, 2011, p. 92).

En tal sentido, la Asamblea General de las Naciones Unidas, mediante la resolución A/RES/60/147 del 24 de octubre de 2005, aprobó los "Principios y directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones de las normas internacionales de derechos

humanos y del derecho internacional humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones".

La reparación, proceso simultáneamente político, jurídico y psicosocial, permite afrontar las consecuencias y luchar contra las causas de una prolongada emergencia humanitaria, polarización y violencia política. La admisión publica de los hechos negados e impuestos por la "verdad" oficial y mentira institucionalizada; el reconocimiento, identificación y tributo a las víctimas; la sanción a los responsables; así como la posibilidad de manejo del duelo individual y colectivo, contribuirá a fortalecer la dignidad ciudadana en el tránsito hacia una memoria colectiva que favorezca la reconstrucción y profundización democrática en Venezuela, la lucha contra la impunidad y la prevención de otras formas de violencia, que garanticen una cultura de paz inclusiva y sustentable.

De allí la importancia de conocer las particularidades, problemas, desafíos y aprendizajes derivados de los procesos de reparación integral y reconstrucción adelantados por otros países, especialmente en América Latina, en torno a principios y valores que privilegian la verdad y la justicia.

Aunque el difícil y complejo contexto venezolano, podría seguir alentando tendencias radicales y opciones de fuerza, también una situación de Emergencia Humanitaria Compleja, agravada por la pandemia de Covid-19 y una eventual recesión económica global, podría constituir una oportunidad para reconfigurar el tablero político de nuestros países. Una revisión crítica de los liderazgos en conflicto, de las estrategias emprendidas por sectores nacionales y

aliados internacionales, podría además reimpulsar demandas externas e internas de democratización y renovados mecanismos de diálogo y negociación, que pongan sobre la mesa el tema de la restitución de las garantías institucionales y la definición de una agenda electoral creíble y confiable para los ciudadanos.

Desde una perspectiva psicosocial y dada la historia reciente, además de los puntos críticos definidos en la ruta de la reconstrucción democrática, sería necesario considerar algunos aspectos referidos a procesos de pensamiento social, memoria colectiva, participación social y educación ciudadana.

La profundización democrática demanda la incorporación de la pluralidad de voces e identidades marginadas e invisibilizadas durante la prolongada conflictividad. Si bien, la sociedad venezolana espera y exige urgentemente a los sectores políticos implicados en el conflicto una salida democrática a la crisis, ella no conducirá a una paz duradera sino incorpora a los distintos y plurales sectores nacionales a ofrecer respuestas consensuadas y efectivas a los graves problemas que confronta el país. Los procesos de conciliación, diálogo y negociación, favorecerán el reconocimiento del Otro desde visiones inclusivas no antagónicas, que celebren la diversidad y pluralidad en la construcción de la convivencia democrática, desde los procesos de promoción y defensa de los derechos humanos de toda la población.

Esta inclusión demanda también, una conciencia crítica que evidencie las consecuencias de la subordinación e instrumentalización de la participación de distintos sectores sociales

a estrategias neo-autoritaritarias, cívico-militares; a conflictos y luchas por territorios, recursos y poder de parte de grupos, partidos e instituciones, con el consecuente descenso de la participación política, fragmentación interna, corrupción, violencia e impunidad.

El rescate o re-significación de los valores de dignidad, trabajo, participación, honestidad, solidaridad, diversidad y crecimiento sustentable constituyen la condición ética del cambio (Esté, 2011). Cambio que otorga identidad, cohesión y fuerza colectiva a la urgencia educativa en todos los niveles y espacios sociales, donde se reivindiquen competencias para trabajar, aprender, producir, crear, comunicarse.

Se trata, de un proceso de educación y concientización en términos de Freire (1967), que articula la dimensión psicológica a la conciencia personal en su dimensión social y política, y pone de manifiesto la dialéctica histórica entre saber y hacer, crecimiento personal y transformación social, en un contexto histórico que exige con urgencia un inevitable cambio educativo.

Este desafío educativo exige la democratización de la educación formal e informal, en distintos formatos y espacios, a la par del desarrollo de una ética comunicativa en tiempos de ciber-activismo, *fake news* y post-verdad.

La socialización de valores comunes en lógica global-local dentro de un modelo de desarrollo inclusivo, reivindica la condición de ciudadano y la defensa de los derechos humanos, como signo de radicalización de lo político, de la ciudadanía social y cultural (Moscovici, 1993b).

Paralelamente a la creación de redes de apoyo y solidaridad en comunidades fragmentadas por la violencia, este desafío educativo que busca favorecer una cultura de paz y el ejercicio pedagógico para el diálogo y los derechos humanos desde una visión crítica (Gándara, 2019), también nos demanda profundizar el estudio de la instrumentalización política y mediática de mecanismos que favorecen el autoritarismo, obediencia, sumisión, conformidad, silencio, indiferencia, miedo, odio y división social.

Desde una perspectiva psicosocial, las tareas de la reconstrucción además de ofrecer un conjunto de actividades orientadas a proporcionar apoyo a las víctimas, a poblaciones afectadas por emergencias y catástrofes naturales, sociales o políticas, exige el reconocimiento de las luchas sociales, experiencias, lecciones aprendidas y desafíos a enfrentar; la evaluación y atención de las consecuencias; el impacto individual y colectivo de las violaciones de derechos humanos; los dilemas éticos respecto a la ayuda humanitaria, paralelamente a la búsqueda de la verdad, justicia, reparación, paz y reconciliación, lo que supone enfrentar las consecuencias y luchar contra las causas.

El trabajo de reparación y reconstrucción social en un contexto de crisis humanitaria y en tiempos de pandemia, redobla todos estos esfuerzos y aquellos dirigidos a ofrecer atención a la emergencia, restablecimiento de los servicios públicos básicos, paralelamente a la búsqueda de soluciones estructurales a la grave situación económica, social y política que enfrentan los países latinoamericanos.

Hechos traumáticos como son la Emergencia Humanitaria Compleja que sufre Venezuela y la pandemia cuyo impacto se prolonga, exigen respuestas integrales y colectivas. Respuestas que se superponen en distintas fases y etapas, donde incluso se aprende a vivir una cierta normalidad y reformular o continuar sus proyectos vitales en medio de la emergencia y bajo el impacto de la situación vivida.

El retorno a la "nueva normalidad" en tiempos post-pandemia y en momentos de transición política, nos convoca a transformar los derechos abstractos en realidades concretas, nos invita a la lucha por condiciones sociales, económicas, políticas, jurídicas, culturales que nos permitan re-significar el imaginario democrático como proyecto participativo e inclusivo, sentido y compartido por todos.

Estas luchas por la dignidad, la equidad y la justicia, constituyen referentes éticos que reivindican el rol jugado por la memoria colectiva en la transición política, de manera que los "pactos" o "consensos" sobre el pasado no favorezcan la impunidad, bajo la justificación de garantizar la paz y gobernabilidad.

En fin, la promoción y reivindicación de la verdad, justicia y memoria, triada fundamental de la reparación social en procesos de transición. Derecho de las víctimas y deber del Estado, que favorecerá la reconstrucción democrática y la convivencia pacífica en Venezuela, en nuestros países.

Referencias

Arruda, A. (Org.). (1998). *Representando a alteridade*. Vozes.

Bar-Tal, D. (1990). Causes and consequences of delegitimization: Models of conflict and ethnocentrism. *Journal of Social Issues*, *46*(1), 65-81.

Bárcena, A. (2020). *América Latina y el Caribe: Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación*, Observatorio Covid-19 en América Latina y el Caribe. Impacto Económico y social Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). https://issuu.com/publicacionescepal/docs/covid-19reporte2dimensionarlosefectos.pptx

Calderon, F., Hopenhayn, M., & Ottone, E. (1996). Desarrollo, ciudadanía y negación del otro. *Revista Latinoamericana de Estudios Avanzados* (RELEA). La encrucijada de lo político. Caracas, pp. 64-79.

Capriles, C. (2004). *La revolución como espectáculo*. Editorial Debate.

Castoriadis, C. (1975). *L'Institution imaginaire de la société*. Editions du Seuil.

Castro Leiva, L. (1991). *De la patria boba a la teología bolivariana*. Monte Ávila Editores.

Coronil, A. (2002). *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. CDCH, Nueva Sociedad.

Dieterich. H. (2013, octubre 14) Sólo un radical cambio del modelo económico y del gabinete, salvará al gobierno venezolano. *Aporrea*. https://www.aporrea.org/ideologia/a175119.html

Doise, W. (1985). Les représentations sociales: Definition d'un concept. *Connexions*, *45*, 242-250.

Esté, A. (2011). *La condición ética del cambio*. VII Jornadas de Investigación Humanística y Educativa, San Cristóbal, Venezuela.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

Gándara, M. (2019). *Los derechos humanos en el siglo XXI: Una mirada desde el pensamiento crítico*. CLACSO.

Gratius, S., & Puente, J. (2019). Las claves de la crisis venezolana. *Foreign Affairs Latinoamérica*, *19*(2), 5-15.

Guerrero, A. (2017) *Venezuela: Un Estado Fallido, la economía política del Estado Fallid*o. http://cedice.org.ve/venezuela-un-estado-fallido-la-economia-politica-del-estado-fallido-alexander-guerrero-e/

Legler, T., & Nolte, D. (2019). Venezuela: La protección regional multilateral de la democracia. La crisis multidimensional de Venezuela. *Foreign Affairs Latinoamérica*. *19*(2). 43-51.

Lira, E., Weinstein, E., & Salamovich, S. (1985-1986). El miedo: Un enfoque psicosocial [Fear: A psychosocial perspective]. *Revista Chilena de Psicología*, *8*(1), 51-56.

López, M. (2007). *Del capitalismo al socialismo rentista*. http://www.aporrea.org/ideologia/a32697.htm. l01/04/

Lozada, M. (2004). El otro es el enemigo: Imaginarios sociales y polarización. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, *10*(2), 195-211.

Lozada, M. (2014). Us or Them? Social representations and imaginaries of the other in Venezuela. *Papers of Social Representations*, *23*(2), 178-193.

Lozada, M. (2016a). *Despolarización y procesos de reparación social. Los desafíos de la convivencia en Venezuela*. Fundación Friedrich Ebert.

Lozada, M. (2016b). Conflicto y polarización en tiempos de revolución: Representaciones e imaginarios del otro en Venezuela. *Revista SOMEPSO*, *1*(1), 1-22.

Lozada, M. (2020). Neo-autoritarismos y resistencias sociales en Venezuela: Vida cotidiana de la mitología bolivariana. In D. U. Hur, & J. M. Sabucedo (Coords.), *Psicologia dos extremismos políticos*. Vozes.

Lozada, M. (1999). La democracia sospechosa: Construcción del colectivo en el espacio público. In M. Montero, J. M. Sabucedo, N. Sanders, & L. Ferreira (Coords.), *Psicología política del nuevo siglo. Una ventana a la ciudadanía* (pp. 67-78). SOMEPSO.

Martín-Baró, I. (1985). *Taller: Conflicto y polarización social*. XX Congreso Interamericano de Psicología. Caracas.

Martin-Baró, I. (1988). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, *28*, 123-141.

Martín Beristain, C. (2011). Violencia, polarización o ¿(re)conciliación? El caso vasco. En M. Lozada (Comp.), *Polarización social y política en Venezuela y otros países. Experiencias y desafios* (pp. 79-103). Publicaciones UCAB.

Moscovici, S. (1988a). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, *18*, 211-250.

Moscovici, S. (1988b). *L'âge des foules: Un traité historique de psychologie des masses*. Editions Fayard.

Moscovici, S. (1993a). *Razón y culturas*. [Discurso pronunciado con motivo de la investidura como Doctor "Honoris Causa" por la Universidad de Sevilla]. Universidad de Sevilla.

Moscovici, S. (1993b). *La démocratie et rien d'autre: Faut-il avoir peur de la démocratie? Le genre humain*. Seuil.

Paez, D., Vazquez, C., & Echeburúa, E. (2012). Trauma social, afrontamiento comunitario y crecimiento postraumático colectivo. En M. J. Carrasco, & B. Charro (Eds.), *Crisis, vulnerabilidad y superación*. Eds. Universidad de Comillas.

Rouquette, J. (1994). *Sur la connaissance des masses: Essai de psychologie politique.* Presses Universitaires de Grenoble.

Rovero, G. K., & Chaguaceda, A. (Eds) (2019). *La izquierda como autoritarismo en el siglo XXI*. Cadal. https://www.cadal.org/libros/pdf/La-izquierda-como-autoritarismo-en-el-siglo-XXI.pdf

Ruiz, F. (2018). El arco minero del Orinoco. Diversificación del extractivismo y nuevos regímenes biopolíticos. *Revista Nueva Sociedad*, *274*, 129-141.

Saint-Upéry, M. (2006). L'énigme bolivarienne. *Vacarme*, *35*, 24-29.

Samayoa, J. (1987). Guerra y deshumanización: Una perspectiva psicosocial. *ECA - Estudios Centroamericanos*, (461), 213-225.

Sánchez, R. (2016). Venezuela 2015: Un régimen híbrido en crisis. *Revista de Ciencia Política*, *36*(1), 365-381. https://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2016000100016

Sartori, G. (1985). Pluralismo polarizado en partidos políticos europeos. In J. La Palombara, & M. Weiner, *Political parties and political development*. Princeton University Press.

Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialéctica exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicosocial e ética da desigualdade social*. Vozes.

Terán, E. (2018). Une géographie des conflits écologiques au Venezuela. Pétro-État, crise historique et nouvelles frontières des matières premières de haute valeur (pp. 197-209). En P. Vasquez (Coord), *Venezuela 1998-2018: Le pays des fractures*. (Les Temps Modernes n. 697).

Uzcátegui, R. (2010). *Venezuela: La revolución como espectáculo. Una crítica anarquista al gobierno bolivariano*. Editorial La Malatesta.

Van Dijk, T. A. (1996). *Análisis del discurso ideológico*. (Versión 6, UAM-X-México, pp. 15-43). http://www.discursos.org/

oldarticles/An%E1lisis%20del%20discurso%20ideol%F3gico.pdf

Zavalloni, M. (1990). L'effet de résonance dans la création de l'identité et des représentations sociales. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, *3*(3), 407-428.

Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro: representações “b” e política em tempos virais

Aline Reis Calvo Hernandez
André Luiz Guerra da Silva

À (re)existência de George Floyd

Representações sociais: polifasia cognitiva, conservação e inovação[42]

A Psicologia Social proposta por Moscovici busca compreender como os fenômenos se preservam ou mudam socialmente, ou seja, como os processos sociais incorporam a novidade ou sustentam a conservação. As representações sociais, todavia, não são dadas *a priori*, são elaboradas e modificadas com base nas interações culturais, sociais e históricas de uma sociedade em um dado momento histórico. Assim, parte do trabalho da Psicologia Social é compreender como as representações são

---

[42] As ideias referentes às representações “B” do fenômeno Bolsonaro foram expostas como parte da mesa “Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro” na XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS), de 25 a 28 de outubro de 2019, Eixo: Movimentos Sociais, Política, Subjetividade, Cidadania em coautoria com Moisés Domingos Sobrinho (PPGEd/UFRN), Rita de Cássia Pereira Lima (Unesa/RJ) e Pedro Humberto Faria Campos (Unesa/RJ). Também já foram expostas, parcialmente, no vídeo Viropolítica no canal do YouTube da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). Ver https://youtu.be/JMSUWr3LqaA

elaboradas, transformadas ou conservadas, bem como quais são as suas características e efeitos práticos.

Em termos gerais, a elaboração de uma representação social opera a partir dos processos de objetivação e ancoragem. A objetivação permite nomear um fenômeno abstrato, vinculando-o a uma imagem, a um conceito, dando-lhe, portanto, materialidade e substancialidade simbólica. A ancoragem, por sua vez, faz com que esse "novo" esquema conceitual se vincule a um referencial coletivo, sociocultural, sendo que o conceito formulado se torne significativo para um ou mais grupos sociais (Moscovici, 2015).

Uma das ideias-chave da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012, 2015) foi fortemente influenciada pelo paradigma sociointeracionista de Vygotsky e Lévy-Bruhl, que concebiam as interações sociais como responsáveis pela interiorização das funções psicológicas. Vygotsky (1998) atentou ao conceito de “atividade” aquelas mudanças contextuais que transformam os sujeitos e vice-versa, sendo desenvolvidas habilidades sociocognitivas oriundas dessa mediação, o que vai produzindo mudanças históricas. Assim, são as relações entre sujeito/contexto que formulam as redes de aprendizagens e os processos de significação dos conhecimentos, permitindo a comunicação da experiência individual e coletiva.

Nesse sentido, as representações sociais funcionam como uma estratégia coletiva de transformação do desconhecido, do “novo”, em algo familiar, mediante a elaboração de um universo consensual de sentidos e significações que nos permitem tornar

conhecidos objetos, pessoas e eventos no contexto social em que participamos (Moscovici, 2012, 2015). O surgimento de fenômenos novos faz emergir nos grupos sociais um esforço interpretativo e compreensivo, vinculando o fenômeno a um conjunto de significados e práticas que, aos poucos, se difundem socioculturalmente e vão reconfigurando velhas práticas. Para Jodelet (1986), uma representação social surge quando formulamos palavras, expressões, e as associamos a imagens e conceitos que buscam decodificar o fenômeno e orientar novos comportamentos sociais. Desse modo, criamos diariamente e historicamente novos esquemas de pensamento que são acoplados aos preexistentes, através de um processo de interpretação e reconstrução dos "objetos" sociais. A representação social, portanto, é uma forma de conhecimento social elaborada e compartilhada, com orientação prática focada na elaboração de uma realidade inteligível à coletividade.

Elas são como interações e processos de mediação social que fornecem aos grupos "matrizes" de pensamentos, atitudes e ações. O trabalho de significação e elaboração da realidade é mediado pelo esforço sociocognitivo de compreensão, atribuindo significados à relação permanente entre exterioridade/interioridade dos sujeitos. Segundo Jodelet (1986), trata-se da triangulação Eu-Outro-Objeto na elaboração de modos de conhecimentos coletivos. Esses modos de conhecimento envolvem processos de inteligibilidade e sistemas explicativos sobre a realidade, baseados em diferentes tipos de saberes e aprendizagens, sistemas integrados

e interdependentes de internalização das experiências sociais e polissemias culturais.

Diferentes modos de conhecimento dependem de seus contextos de produção e perspectivam diferentes objetivos e comportamentos. Além disso, várias formas de conhecimento coexistem em um mesmo contexto, grupo social ou em uma mesma pessoa, pois as pessoas usam diferentes conhecimentos conforme as circunstâncias e seus interesses particulares imediatos. Jovchelovitch (2008) definiu como polifasia cognitiva essa experiência psicossocial em que diferentes tipos de conhecimentos convivem na mesma pessoa, orientando confluências de esquemas sociocognitivos, afetivos, atitudinais e comportamentais. Pensar no conhecimento como essa junção de diferentes saberes imbricados nos permite pensar em uma cognição que não é racional, linear, mas tecida por dimensões afetivas, históricas, culturais e influências sociais. A polifasia cognitiva implica, justamente, conceber o conhecimento como esse efeito de nossas interações intersubjetivas em contextos sociohistóricos e culturais. O conhecimento exibe tantas racionalidades quanto as envolvidas na infinita variedade de situações socioculturais que caracterizam a experiência humana. O ato de conhecer está estritamente vinculado às relações sociais das quais derivam sua lógica e racionalidade. Assim, pessoas e grupos buscarão formas de conhecer e de aprender conforme seus contextos e problemas exijam, adotando diferentes formas e práticas de conhecimento. Reconhecer a coexistência de diferentes racionalidades como substrato de nossos afetos e cognições não

apenas coloca em xeque as definições clássicas sobre o conhecimento, mas amplia a perspectiva de uma razão/racionalidade que afirma as diferenças e, inclusive, as contradições na produção de conhecimentos.

Essas formas de conhecer que derivam dos contextos cotidianos imediatos refletem a diversidade dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Moscovici (2012) demonstrou a centralidade desses saberes cotidianos para a Psicologia Social, já que são deles e com eles que a histórica social deriva e avança. Em sua formulação da Psicologia das Minorias Ativas, Moscovici (2011a) apresentou uma tese que mudaria os rumos da Psicologia Social da época: a dissidência e a instauração do conflito como fatores de mudança social. As minorias ativas são grupos dissidentes que não irão se conformar com as normas emergentes toda vez que essas normas não os representarem. Moscovici chamou atenção para as crenças, afetos e posições (cognições) dos grupos dissidentes, aqueles que não aceitam resignar-se. Em um momento em que as teses da Psicologia Social propunham o apaziguamento do conflito pela manutenção da homeostase social, Moscovici assinalou a importância da ação das minorias anti-hegemônicas como vetores de mudança social. Para o autor, as minorias não são grupamentos classificados a partir de seus aspectos quantitativos, mas representam os grupos cujo *status* político não está dado ou assegurado, mas que despontam nas disputas de poder. A oposição entre maiorias *versus* minorias é

deflagrada pela questão do poder, da ocupação (ou não) dessas dinâmicas e lugares.

Embora na Psicologia das Minorias Ativas Moscovici não explicite a relação entre o ativismo das minorias e as representações sociais; há um aspecto que liga as duas proposições teóricas e reforça a Psicologia Social proposta pelo autor: quando a minoria deflagra o conflito e manifesta a opinião divergente, ela está representando; ou seja, re/apresentando e afirmando na esfera coletiva uma ideia nova que coloca em tensão entre a norma/conservação e a novidade/inovação. Como a instauração do conflito depende de contextos materiais e simbólicos elaborados por meio de códigos e valores relacionados às posições específicas dos grupos, os grupos em oposição irão disputar representações, em um contexto sociopolítico onde as antinomias serão evidenciadas visando ao exercício de influência social.

A produção de significados sociais envolve práticas intersubjetivas e fenômenos comunicacionais. Esses conjuntos compartilhados de representações permitem que o grupo estabeleça vínculos com determinados “objetos” sociais e não com outros, definindo assim suas volições, afiliações e identidades. Dessa maneira, disputas narrativas são práticas cotidianas em que o discurso prescreve regularidades, regras, enunciados, formas e conteúdos, promovendo a confrontação das várias vozes colocadas em um mesmo contexto social. É exatamente essa tensão entre prescrição/conservação e ruptura/inovação que produz o “novo” e

reclama atos de compreensão e/ou ressignificação sobre a realidade.

É importante levar em conta essas dimensões do conflito, da tensão entre prescrição/conservação *versus* ruptura/inovação quando analisamos um fenômeno psicopolítico. As discussões em torno das significações e narrativas disputam a objetivação e ancoragem através de diferentes representações sociais presentes nos imaginários coletivos e na vida cotidiana dos diferentes grupos sociais. A Psicologia Política, por excelência, é a área que justamente investiga e busca compreender como os fenômenos e comportamentos políticos são articulados à dimensão psicológica. Enquanto campo inter- e transdisciplinar, ela recorre a uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas a fim de se debruçar sobre as relações dos fenômenos políticos e psíquicos – psicopolíticos, buscando compreender as dinâmicas de poder em seu amplo espectro.

Neste capítulo, partindo do reconhecimento de que a psicologia política brasileira ainda carece de investigações que se dediquem às elites políticas (às instâncias de poder formalmente constituídas), propomo-nos a analisar o fenômeno Bolsonaro. Nosso objetivo é apresentar e analisar as representações, bem como as práticas simbólicas e materiais que serviram não só de condições de possibilidade à emergência desse fenômeno, como também foram responsáveis por assegurar a sustentação e continuidade daquilo que se convencionou chamar de “bolsonarismo”.

Dividiremos este capítulo em duas partes, uma dedicada a apresentar, através de uma discussão teórico-analítica, o “Berço dos ‘Bês’”, isto é, como as diferentes linhas de força e elementos que compõem o fenômeno Bolsonaro (pós-democracia, neoliberalismo, Estado pós-democrático e a conformação da classe média brasileira) foram se articulando ao longo de nossa história recente, tendo o ano de 2013 como um marco decisivo e divisor de águas do destino do país. Da vitória de determinadas representações simbólicas e posições políticas em disputa naquele ano fatídico, resultou a inusitada aglutinação que levou o país ao Golpe de 2016, à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Tendo em vista esse último episódio, dedicaremos a segunda parte deste capítulo às sete “Representações ‘B’” do fenômeno Bolsonaro propriamente ditas: bannon; bíblia; bala; boi; banco; balbúrdia; e banalização do mal. Essas representações, em conjunto, conformam a ambiência psicossocial do período de extremismo político no Brasil. Embora tais representações tenham se aglutinado a partir de 2013, elas já estavam presentes na sociedade brasileira desde longa data, e nada nos faz supor que, uma vez restaurada a “normalidade institucional” no país, esses elementos gerais e específicos que constituem o âmago da sociabilidade brasileira terão sido superados de uma vez por todas.

Para a realização deste texto, fizemos uso da metodologia qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e analítico, tomando como base a triangulação de três fluxos de dados: 1. Base

teórica-conceitual, em que enfocamos os operadores conceituais: representações sociais, conservação *versus* inovação, polifasia cognitiva e extremismo político em tempos neoliberais; 2. Dados secundários de bases públicas, censos, *sites*, reportagens veiculadas em mídias sociais; 3. Narrativas de governo, excertos de pronunciamentos de Bolsonaro e de seus ministros.

No momento em que este capítulo estava sendo escrito, as mortes diárias por covid-19 no Brasil representavam quase 25% das mortes ocorridas em todo o mundo. Isso não é o pior. Em poucos dias, o país irá ultrapassar em muito os cem mil mortos. Certamente esse vírus de matriz biológica nomeia, nos necrotérios do país, a *causa mortis* desse contingente inapreensível de concidadãos brasileiros vitimados; no entanto, diante do patamar técnico, tecnológico, social, político e econômico que a Terra, enquanto morada humana, já alcançou no alvorecer do século XXI, eventos como essa pandemia não devem ser considerados a *causa*, mas tão somente os vetores da morte. A letalidade que assola a humanidade não é de matriz biológica, é política. Essa virulência que mescla *laissez faire* e totalitarismo se alastra pandemicamente para os quatro cantos do globo, em mutações cada vez mais insidiosas e aceleradas, inoculando, nos aparelhos aparentemente mais inofensivos, fontes descontroladas de contaminação. Aonde chega o vírus do neoliberalismo, imediatamente os sintomas mais graves começam a se abater contra todos aqueles e aquelas que ainda não desenvolveram anticorpos. Os grupos de risco são todas as populações marginalizadas e periféricas, do campo, da cidade e das

florestas. Esse vírus é democrático só no sentido de exterminar exclusivamente o *demos*, enquanto "o mercado" permanece completamente assintomático. Quando infectadas, as democracias imediatamente sentem o peso dos coturnos e dos joelhos que espremem seus rostos e pescoços contra o asfalto, até que seu frágil sopro de vida, ao implorar por ar, enfim dê seu último suspiro. Não conseguimos respirar na política em tempos virais. Nós não conseguimos respirar. Nós não conseguimos respirar.

O Berço das Representações "B"

Todo fenômeno tem sua história. Toda história é psicossocial. E a psicossociologia de todo fenômeno é política. É por isso que, para compreendermos a historicidade das Representações "B" do fenômeno Bolsonaro, precisamos dar um passo atrás e nos perguntarmos pelos atravessamentos psicossociais que serviram de berço a esse acontecimento. Esse olhar, no entanto, não se esgota em sua função meramente retrospectiva, já que, como diz Hannah Arendt (2013), é inevitável que "cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique com a humanidade como uma potencialidade, muito tempo depois da sua efetividade ter se tornado coisa do passado" (p. 295). Isso significa que a reincidência e repetição de um evento – por mais improvável e imprevisível que tenha sido sua primeira aparição – se torna uma possibilidade permanente. É por esse motivo que, ao olharmos criticamente para o passado ainda recente do fenômeno Bolsonaro

no Brasil, estamos enfrentando e combatendo não só o nosso presente, mas também uma possibilidade concreta de continuidade e repetição futura. Compreendermos o berço psicossocial de onde emergiu esse fenômeno, portanto é uma pré-condição para reconhecermos e dimensionarmos adequadamente as raízes do perigo que, de agora em diante, espreitará e ameaçará permanentemente o destino desse país.

Para nos aproximarmos do Berço dos "Bês" do fenômeno Bolsonaro, em primeiro lugar precisamos diagnosticar que ele é constituído por atravessamentos psicossociais de duas ordens: gerais e específicos. Os primeiros dizem respeito à própria sociabilidade ocidental, perpassada e estruturada, por um lado, pelo esgotamento do Estado e da democracia liberais; e, por outro lado, pela disseminação da racionalidade neoliberal por todo o tecido social, constituindo, assim, um *ethos* neoliberal responsável por dar contornos à pós-democracia e ao Estado pós-democrático que constituem as democracias liberais contemporâneas. A reunião de todos esses elementos gerais é essencial para compreendermos a íntima relação das sociedades contemporâneas com o fascismo.

Em segundo lugar, os atravessamentos psicossociais específicos são aqueles que dizem respeito às especificidades da sociedade brasileira, especialmente aos fatores responsáveis pela sedimentação de uma cultura de classe média estruturada sob o signo da escravidão, o que contribui decisivamente à conformação do Berço dos "Bês" de onde se ergue o fenômeno Bolsonaro. Os espólios da escravidão se atualizam na sociabilidade brasileira a

partir de um ódio desmedido não só contra o pobre, o negro e o periférico (identidades que servem de metáfora ao ex-escravo), como também um ódio à própria substancialidade da noção radical de democracia, isto é, a tudo aquilo que coloca em xeque os fundamentos últimos que sustentam formas arcaicas de autoridade.

Esses atravessamentos psicossociais gerais e específicos constitutivos da sociabilidade brasileira foram confluindo até consolidarem a trama e o tecido que serviu de berço à emergência do fenômeno Bolsonaro. Esse processo de confluência pode ser compreendido como a face visível e mais recente das pré-condições históricas que tornaram possível a materialização do fenômeno Bolsonaro. Mais adiante destrincharemos esse fenômeno abordando cada um de seus "Bês" constitutivos, revelando que o problema não começou nas eleições de 2018, tampouco se esgotará quando o país retomar sua "normalidade institucional", pois o fenômeno Bolsonaro não é um mero acidente ou simples percalço na história brasileira; ele é a sua consumação e desfecho inevitável. As raízes profundas desse fenômeno certamente podem ser abordadas em seus prolongamentos imemoráveis em direção ao passado, mas nesta seção gostaríamos de abordar um evento histórico muito recente que não criou nada que já não estivesse ali, mas que operou como catalisador à aglutinação de todos os "Bês" que serviram de condições de possibilidade à emergência do fenômeno Bolsonaro: as manifestações de 2013.

De 2013 a 2018: da crítica ao neoliberalismo à vitória da pós-democracia no Brasil

Se houve um divisor de águas no rumo histórico recente do Brasil, essa ruptura deve ser demarcada temporalmente pelas manifestações de 2013 (Haubrich, 2018). Naquele ano atípico presenciamos as expressões mais bem-acabadas das forças, dos meios e das técnicas que configurariam a arena política e o espaço público pelos anos vindouros. O ano de 2013 não foi a causa do que vivenciaríamos logo depois, pois 2013 não foi a "causa" de contradições que levariam o país ao caos; na verdade, foram essas contradições que originaram as manifestações. Lamentavelmente, até mesmo pessoas influentes dão a entender que o Golpe de 2016 no Brasil teria começado em 2013 – como se as pessoas e grupos que inicialmente saíram às ruas naquele ano tivessem sido as mesmas que, por ingenuidade, oportunismo ou malícia deram suporte às manifestações que se seguiram no país. Outro equívoco é atribuir àquele ano a causa do "antipetismo" que logo adiante iria corroer o tecido social brasileiro. O antipetismo já estava sendo gestado desde antes de janeiro de 2003 pelos mesmos agentes que seriam vitais ao desfecho de 2016 e 2018. Aliás, esses agentes se valeram dos mesmos recursos que usaram na criação do antipetismo para criminalizar as primeiras manifestações de 2013.

Longe de ensaios golpistas, as manifestações daquele ano tinham uma origem completamente diversa, elas repercutiam o espírito de 2011, com as ocupações em *Wall Street* e dos indignados na Espanha, ambos os movimentos que tinham muita clareza em

relação ao seu adversário: o sistema financeiro internacional e, de modo geral, o capitalismo em sua expressão neoliberal (Harvey et al., 2012). Por essa razão se deve considerar que 2013 emerge como um levante popular contra todos os fatores que há mais de uma década gestavam no país uma ambiência antipolítica, essa sim a circunstância decisiva que tornaria possível a criminalização não só do Partido dos Trabalhadores (PT), como também de todo um projeto político para a sociedade.

Se devemos reconhecer 2013 como um marco histórico é porque naquele momento foi suscitada uma conjunção e correlação de forças que sedimentaram o berço de onde mais tarde poderia emergir o fenômeno Bolsonaro. Entretanto, se a partir de 2013 essas forças começam a se reunir, isso não quer dizer que o que aconteceu lá tenha sido a causa dessa aglutinação. Os rachas e alianças entre a mídia empresarial oligopólica (a Grande Mídia, a mídia empresarial), os algoritmos das redes sociais, os meios de comunicação alternativos, o aparelho jurídico-estatal e os movimentos sociais desempenharam um papel inédito e crucial que repercutiria decisivamente não só nas eleições brasileiras de 2018 como ainda no futuro do país. Sem compreendermos os aspectos psicossociais que participaram desse processo, dificilmente poderemos compreender como foi possível aquilo que começou com uma liminar favorável ao pedido do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) pela suspensão do aumento da passagem, em abril de 2013, em Porto Alegre, terminar, em outubro de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

Um dos aspectos psicossociais centrais para compreendermos esse berço é o neoliberalismo e sua justaposição sobre os aparelhos jurídico-estatal e midiático. A confluência neoliberalismo-Estado-mídia é vital à pós-democracia e ao Estado pós-democrático. Sob essa ordem, quaisquer movimentações sociais passam a ser permanentemente assediadas, ressignificadas ou eliminadas ao bel-prazer da ordem neoliberal. No estágio atual do capitalismo, inclusive o Estado deixa de ser uma espécie de vítima ou refém do neoliberalismo para se tornar também um agente central e indispensável à dinâmica mercantil (Mascaro, 2013). Conforme Dardot e Laval (2016) em *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, o "Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados" (p. 378). No momento em que a produção de sentidos da sociedade não pode se dar senão exclusivamente no registro da racionalidade mercantil, inaugura-se o que se pode denominar de uma "pós-democracia" e de um "Estado pós-democrático" (Casara, 2017), isto é, "uma democracia de *depois* do *demos*" (Rancière, 1996, p. 104, grifos no original), em que as variáveis do mercado – e não o *demos* – passam a ser medida de todas as coisas.

Com a queda do muro de Berlim no final da década de 1980 e a consequente unipolarização do mundo em torno do sistema financeiro estadunidense, o Estado do bem-estar social (*Welfare State*) teve o seu fim selado e as políticas neoliberais puderam se estabelecer com toda a força no mundo inteiro. Antes

disso, porém, diversas experiências latino-americanas, como a chilena, por exemplo, já demonstravam como o neoliberalismo não só poderia conviver muito bem com regimes autocráticos, como, inclusive, o autoritarismo de Estado ensejava uma oportunidade ímpar de florescimento para esse regime. O passado autoritário da América Latina e o presente neoliberal que se anunciava foram os ingredientes que pavimentaram o futuro pós-democrático que se abateria sobre o continente e que seria vivenciado a partir da primeira década do século XXI.

Esse processo, no entanto, não foi linear. Até a consumação do Estado empresarial latino-americano atual, houve um interregno durante os governos do Partido dos Trabalhadores, em que forças populares se uniram em torno de projetos que visavam a retomar e restabelecer as experiências do *Welfare State.* Na conjuntura econômico-política neoliberal, contudo, esse resgate não poderia se dar senão através de coalizões e alianças com os setores da burguesia empresarial, especialmente da nacional e dos países do Sul Global, em que o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi um dos exemplos recentes mais vibrantes. Entretanto, na configuração pós-fordista da economia internacional, isto é, na configuração financeira da economia, nenhum setor empresarial pode garantir um compromisso com quaisquer projetos de desenvolvimento nacional, já que no neoliberalismo é a dinâmica do sistema financeiro internacional que, em última instância, vincula e regulamenta todas as iniciativas empresariais.

Em 2013 essas contradições atingiram seu ápice. Não só as contradições entre as burguesias nacionais e internacionais, como também as contradições no seio dos próprios movimentos populares. Apesar de todos os avanços para as camadas mais vulneráveis da sociedade, a cada passo que o povo dava para fora da miséria, uma ínfima elite nadava de braçada em direção à privatização e mercantilização de todos os bens comuns, consolidando, assim, uma desigualdade pornográfica na sociedade. O fato de os bancos privados brasileiros nunca terem ganhado tanto dinheiro nesse período não ofendia apenas a moral, mas representava efetivamente um ataque político estratégico, já que, quanto maior a defasagem entre a distribuição de poder real entre os 99% do povo e a ínfima elite oligopólica, mais frágeis e voláteis se tornavam os avanços populares. Em vez de direitos e garantias sedimentadas de uma vez por todas, nessas condições, os avanços populares não podiam deixar de ser considerados mais do que uma espécie de capricho e caridade da elite para com um povo até então bem-comportado. A percepção dessa fragilidade se mostraria correta nos anos que viriam e a destruição completa das políticas implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Para compreendermos de onde o fenômeno Bolsonaro emerge, é preciso afastar a ideia de que 2013 foi como um raio em céu de brigadeiro. Como dissemos, aquele ano não foi a causa ou sequer foi decisivo para o que se seguiria adiante. Na verdade, o mais adequado é tomar aquelas movimentações como um presságio do que se avizinhava e como uma tentativa de combater aquilo que

já rondava por aí, embora ainda disperso, desarticulado e fragmentado. Não é por acaso que as manifestações de 2013 reuniram lutas sociais aparentemente tão díspares ‒ elas tinham como elo comum o repúdio às diversas expressões do neoliberalismo que se cristalizava desde longa data no país: o combate às remoções forçadas de populações periféricas ‒ em que prefeituras e polícias militares de várias cidades foram usadas como os agentes centrais que possibilitaram a construção de estádios bilionários que serviriam de palco à realização de um evento comercial, privado e internacional patrocinado pela Fifa (Federação Internacional de Futebol) e uma série de outras corporações transnacionais –; o combate à privatização de espaços públicos; a denúncia dirigida ao processo que transformava aceleradamente os mais diversos direitos em mercadorias extremamente rentáveis, em que o transporte público é apenas um exemplo; o ataque dirigido às oligarquias locais e nacionais que monopolizavam, desde os meios de comunicação de massa até o comércio, indústria, serviços e a própria política partidária; a revolta contra a captura das instituições da república, tanto por discursos religiosos fundamentalistas como também pela racionalidade empresarial.

As cidades tinham se tornado mercadorias passíveis de serem transacionadas no fluxo de capitais de todo tipo de especulação imobiliária. Tudo isso foi só uma pequena porção das questões efervescentes que animaram aquelas manifestações, pois, além dessas pautas da cidade, o contexto do campo e dos povos

originários não passava incólume. Construções bilionárias permitiam que empreiteiras jogassem concreto em florestas por todo o país, onde Belo Monte foi apenas um símbolo. Pelos pampas e campos, corporações, inclusive internacionais, faziam fortuna com o monocultivo predatório em latifúndios cada vez mais longínquos de soja e eucalipto; sem contar o enriquecimento oriundo do gado, dos agrotóxicos e do minério. Enfim, o Brasil finalmente havia se tornado o país do futuro, pelo menos para aqueles que tinham as possibilidades concretas e materiais de ingressarem naquilo que se convertera em uma fática teologia da prosperidade disseminada de alto a baixo na pirâmide social através de templos que ocupavam há décadas, física e midiaticamente, o espaço deixado vago pelas organizações político-partidárias de corte popular.

Aqui não se trata de acusar partidos ou organizações específicas de omissão e clientelismo, mas de compreender um passado sem o qual não podemos entender o presente. É importante compreender as contradições desse processo, pois, ao passo que, por um lado, o ano de 2013 não poderia ter acontecido sem a ampliação de direitos, a intensificação da participação democrática, a pujança econômica, social, educacional, política e cultural que ocorreu no país durante os governos do Partido dos Trabalhadores, por outro lado, aquelas manifestações não teriam tido razão não fossem também a consolidação e disseminação generalizada de um *ethos* neoliberal na sociedade brasileira. Além disso, tampouco é possível considerar que essa política de

conciliação foi de ganhos mútuos para os dois pratos da balança; se assim fosse, passados dezesseis anos desse projeto, as próprias camadas populares que deram vitórias consecutivas ao Partido dos Trabalhadores não deveriam ser tão facilmente absorvidas pela narrativa protofascista que se difundiu pelo país em 2018. É preciso reconhecer que a casa de máquinas da sociedade brasileira é fascista e que sempre funcionou a pleno vapor.

Ainda que muito oportunismo eleitoreiro ou ingenuidade política tenham sido suscitados a partir de 2013 ‒ inclusive por importantes lideranças de esquerda ‒, aquelas e aqueles que foram às ruas no início daquele ano tinham reivindicações muito claras e objetivas, as quais passavam muito longe de um ataque contra um partido: exigiam uma radicalização popular que finalmente caminhasse na direção de romper com as alianças e coalizões que mantinham os anseios mais profundos do povo submissos aos ditames neoliberais e ao funcionamento protofascista da sociedade brasileira. Em outras palavras, até ali não eram movimentações golpistas, muito pelo contrário: reconheciam que o horizonte que se anunciava como uma possibilidade era também fruto do que até então havia se passado na última década no país; entretanto, reconheciam também que, depois da crise financeira internacional de 2008, alguém precisaria pagar aquela conta que até então não estava fechada ‒ e esse alguém não deveria ser o povo.

Os detalhes e agentes nacionais e internacionais responsáveis por levar 2013 ao Golpe de 2016, à prisão do ex-

presidente Lula e à eleição de Bolsonaro em 2018 ainda serão iluminados pelos historiadores; contudo, as interpretações fáceis ou oportunistas que tentam impor uma linearidade ou uma relação de causa-efeito a esses episódios não só estão equivocadas como também anulam quaisquer possibilidades de uma compreensão séria de nossa história recente. E aqui reiteramos o mais importante: os "Bês" que serviriam de berço ao fenômeno Bolsonaro foram a causa das movimentações de 2013 – e não sua consequência. Assumir que o fenômeno Bolsonaro e a bolsonarização da sociedade começa em 2013 é dar indevidamente uma segunda anistia à nossa história, trabalhando ao lado dos algozes para fazer crer que, ao se apagar a memória, somos capazes de curar as feridas de nosso passado. Os "Bês" do fenômeno Bolsonaro têm um berço que começa muito antes de 2013 e continuará nos acompanhando como uma potencialidade latente ainda muito tempo depois de supostamente termos "superado" esse vergonhoso episódio.

Até aqui sobrevoamos brevemente alguns dos aspectos gerais que constituem o berço dos "Bês" do fenômeno Bolsonaro, agora apontaremos um aspecto específico: alguns traços da constituição subjetiva hegemônica da classe média brasileira que serviram de elementos aglutinadores daqueles "Bês" que até então estavam dispersos na sociedade. Em vez de uma demonstração de força ou pró-atividade, o fenômeno Bolsonaro deve ser melhor compreendido como uma reação, como um efeito manada despertado pela fragilidade dos agentes que as manifestações de

2013 tentavam colocar nas cordas. Sem outra possibilidade de defesa ou alianças, à elite nacional e estrangeira só restou um contra-ataque articulado com aquilo de mais específico da identidade da classe média nacional brasileira: o seu ódio e ressentimento. O que nos resta compreender é como esse aspecto psicossocial específico, de longa data na pré-compreensão da sociedade brasileira, foi estimulado a emergir do subterrâneo, onde se reproduzia em razoável silêncio até 2013, para finalmente se tornar o ruidoso elemento central responsável por aglutinar os "Bês" que servem de berço ao fenômeno Bolsonaro.

O ódio de uma classe média ressentida

Somente identificando o berço do fenômeno Bolsonaro é que poderemos compreender o fenômeno *per se* e os poderes que, em 2013, contribuíram para a eclosão de um aspecto profundo daquilo que sempre fomos enquanto sociedade. O elemento decisivo nessa análise é atentarmos que, diante da potência e novidade das manifestações de 2013, elas não puderam ser combatidas ou eliminadas, por isso precisaram ser ressignificadas. Se esse processo de ressignificação pôde ser tão eficaz, é porque ele não criou, mas apenas redirecionou os sentimentos e afetos constitutivos já presentes na subjetividade hegemônica da sociedade brasileira, os quais há décadas ‒ para não dizer séculos ‒ são produzidos, reproduzidos e retroalimentados. Até aquele momento, porém, esses sentimentos e afetos eram mantidos sob controle e apenas utilizados cuidadosamente em momentos convenientes. O

que assegurava as condições para essa manipulação cirúrgica era a oligopolização dos meios de comunicação de massa e sua forma autoritária, antidemocrática e antipolítica de conduzir o debate nacional.

Provavelmente 2013 também marque a última grande obra de destruição nacional capitaneada pelos oligopólios midiáticos, mas naquele ano a estratégia da ressignificação ainda conseguiu cumprir o seu papel, fazendo da especificidade da classe média brasileira o elemento aglutinador de todos os fatores constitutivos do que viria a ser o berço do fenômeno Bolsonaro. O que os agentes envolvidos não esperavam ‒ ao menos os agentes nacionais ‒ é que alguns elementos, sobretudo as redes digitais (WhatsApp, Facebook, YouTube), financiadas por vias ainda não completamente reveladas, terminariam possibilitando que a criatura pudesse vir a devorar o criador. A hecatombe vivenciada após 2013 pode ser descrita como uma guerra fratricida entre facções concorrentes da própria burguesia, tanto em suas expressões nacionais como internacionais. Se há alguma anormalidade na presidência de Jair Bolsonaro, essa não deve ser localizada na contumaz inépcia do presidente, mas no fato de que as oligarquias da sociedade terminaram perdendo o controle de um processo que elas próprias patrocinaram e que, sem sua participação ativa, talvez não pudesse ter iniciado. É importante repisar quantas vezes for necessário que o fenômeno Bolsonaro não é um acidente, mas um projeto.

Se pudéssemos dizer que há um partido das oligarquias "respeitáveis" que patrocinaram a eleição de Bolsonaro, esse deve ser identificado na Grande Mídia e em todas as ramificações que as pouco mais de nove famílias expandem no mercado nacional e internacional, especialmente no mercado financeiro (Guareschi, 2013). Há anos a saúde financeira da mídia empresarial não é garantida por seus leitores, nem mesmo por seus anunciantes, mas por seus ativos nas bolsas de valores e no mercado financeiro nacional e internacional ‒ o que, aliás, faz do seu "jornalismo" um elemento-chave na capitalização dessas ações.

A originalidade de 2013 residiu justamente em ter desferido ataques certeiros a todos esses braços que sustentam a política pós-democrática nas democracias liberais contemporâneas. No entanto, o começo do fim dessa originalidade pode ser localizado temporalmente na sucessão de eventos capitaneados pela mídia empresarial a partir do dia 12 de junho, quando Arnaldo Jabor declarou no *Jornal da Globo* que "a grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos vinte centavos. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados que ganham muito mal."[43]. A mobilização do ódio da classe média ‒ a artimanha de promover o "expurgo do outro", como refere Thompson (2011) ‒ sempre foi a arma principal das oligarquias contra seus rivais. Com as manifestações de 2013 não foi diferente. Seguindo essa mesma postura, logo no dia 13, os

[43] Ver https://globoplay.globo.com/v/2631566/

jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de S.Paulo* iniciam o dia com editoriais que exigiam uma resposta truculenta da polícia. O Editorial do *Estado de São Paulo*, intitulado "Chegou a hora do basta",[44] dava uma ordem clara às autoridades para recrudescerem com os manifestantes, assim como a *Folha de S. Paulo, e*m seu editorial "Retomar a Paulista",[45] informava o número de policiais feridos no protesto do dia anterior e, mais adiante, colocava em dúvida as críticas dos manifestantes sobre a truculência policial.

Se, por um lado, já pela manhã, a Grande Mídia resolveu ordenar como deveriam se posicionar a população e as autoridades, pela tarde daquele mesmo dia já ficava evidente que sua usual estratégia de criminalização e incitação do ódio não estava conseguindo atingir o efeito desejado. Aliás, ao revistar esses episódios, fica muito claro que o "ódio" e suas derivações – que passaram a ser os alvos prediletos das críticas por parte da Grande Mídia à "ala ideológica" do governo Bolsonaro em razão de seu desprezo pela "ponderação", "racionalidade" e respeito à "pluralidade de opiniões" – de modo algum inicia em 2018. No programa Brasil Urgente, na TV Bandeirantes, por exemplo, na tarde daquele dia fatídico, durante uma pesquisa de opinião com relação aos protestos, o apresentador Datena – amante da lei e da

---

[44] Ver http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm

[45] Ver http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml

ordem ‒ ficou evidentemente constrangido quando, em uma pesquisa ao vivo que perguntava “Você é a favor desse tipo de protesto?”, não conseguiu fazer com que o resultado da enquete destilasse ódio contra as depredações ‒ mesmo com toda a parcialidade com que ele conduzia o programa[46]. Ele até sugeriu que os telespectadores poderiam não estar entendendo a pergunta, então anulou a enquete e mandou substituí-la por uma pergunta mais “clara”: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Surpreso por não ter conseguido conduzir o resultado da primeira enquete, novamente estava sendo derrotado ao vivo, pois o “sim” pela “baderna” vencia novamente. Não sabendo mais como se portar diante daquele tragicômico imprevisto, após minimizar sua derrota pessoal, ele se diz ao lado do povo que, segundo ele, já deveria estar saturado de suas provações cotidianas ‒ e com razão.

Apesar desse sinal, nada mais poderia ser feito, pois a Grande Mídia já tinha dado sua ordem pela manhã. A estrita obediência à Grande Mídia era a marca da relação das instituições até aquele ano. As providências drásticas que foram ordenadas às autoridades ‒ sem levar em consideração, como de praxe, as questões políticas que moviam as manifestações ‒ fez com que o dia 13 de junho ficasse marcado como um dos dias de uma violência policial brutal e desmedida em São Paulo. Curiosamente, dentre todos os atos de brutalidade cometidos, um dos que ganhou

[46] Ver https://youtu.be/7cxOK7SOI2k

maior notoriedade pela Grande Mídia foi o ataque arbitrário da Polícia Militar contra um grande grupo de jornalistas da própria mídia corporativa que cobria a manifestação[47].

Pode-se dizer que essa soma de episódios, bem como a evidente incapacidade de a Grande Mídia criminalizar os protestos, foi o divisor de águas que marcou a mudança editorial de toda a imprensa brasileira. Não havia mais ambiente para sustentar a narrativa com que se havia iniciado o dia. Ainda em meio à confusão do dia 13, o *site* da *Folha de S.Paulo*, por exemplo, já publicava que seis de seus repórteres haviam sido alvejados pela polícia[48]. No dia 16, a TV Folha liberava um vídeo-documentário expondo a truculência da polícia no dia da manifestação.[49] Nesse vídeo, a repórter da *Folha*, Giuliana Vallone, narra como foram os momentos de violência vivida por ela até receber um tiro de bala de borracha no olho. Seguindo a postura da *Folha de São Paulo*, um dia depois, no dia 17, Arnaldo Jabor retrata-se sobre sua fala anterior. Dessa vez, na rádio CBN (Central Brasileira de Notícias), ele começa sua retratação com a "opinião pública" afirmando: "Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos".[50] É nesse

---

[47] Ver https://youtu.be/TvtmaL3rSLI

[48] Ver https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rosto.shtml

[49] Ver https://youtu.be/W6QVLE8PQJ8

[50]Ver https://cbn.globoradio.globo.com/default.htm?url=/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm

novo momento que a Grande Mídia abandona a tentativa de criminalizar os protestos e passa, em vez de estimular o ódio contra os protestos, a tentar redirecionar, através dos protestos, o ódio da sociedade contra os adversários e pautas que não estavam alinhados aos interesses das oligarquias. É daí que, inesperadamente, surgem pautas como, por exemplo, a “luta” contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37,[51] chamada pela Grande Mídia de “PEC da impunidade”, que visava a restringir o âmbito de atuação do Ministério Público. Essa reivindicação ganhou as ruas pela voz e carisma de ninguém menos que o próprio Arnaldo Jabor.[52] Aliás, se entrarmos hoje no *site* da *Wikipédia*, ainda se lê que a votação dessa PEC, agendada para o dia 25 de junho daquele ano, teria sido “uma das **causas dos protestos** ocorridos no Brasil em 2013” (grifos nossos). No dia 21 de junho, a então presidenta Dilma Rousseff faz um pronunciamento oficial em relação às manifestações[53]. Já era tarde. Apesar das sinalizações a algumas reivindicações pontuais, a centralidade do pronunciamento em torno das “minorias” que faziam arruaça, o apelo à ordem e a defesa intransigente da Copa do Mundo foram o ingrediente que faltava para que as oligarquias – que agora repentinamente tinham passado a defender as manifestações – finalmente pudessem desviar de si a insurgência e

---

[51] Proposta de Emenda Constitucional.

[52] Ver https://youtu.be/4WmKtT6kBqY

[53] Ver https://youtu.be/XEj3UH69g5k

apontar para um outro inimigo perfeito: o governo e o Partido dos Trabalhadores

Ao se colocar ao lado da “ordem” que estava sendo questionada, com aquele pronunciamento o governo começava a perder rapidamente a densidade do apoio popular que o sustentava. O desmoronamento do apoio popular, o afastamento dos movimentos sociais e a anuência com o recrudescimento de políticas repressivas como a “lei antiterrorismo” inviabilizavam sua base de apoio tradicional. Ao mesmo tempo, o aceno do governo à defesa da “ordem” vampiresca, logo adiante, se mostraria uma escolha infeliz, desprovida de qualquer sustentação real e confiável. Dali em diante as ruas começariam a ser esvaziadas pelos movimentos populares que deram início às manifestações, cedendo o espaço e o ânimo efervescente daquilo que foi 2013 às paradas verde-amarelas que selariam o destino do país em 2016.

A história de 2013 começava a ser (re)escrita em tempo real e ao vivo pela Grande Mídia, transformando rapidamente aquelas manifestações em heroicos atos de bravura e repentina conscientização cívica do “gigante povo brasileiro”, o qual finalmente se levantava contra a corrupção e o sistema político. Com a mesma velocidade que a pauta era capturada pela Grande Mídia, o perfil das pessoas nas manifestações também começava a mudar. As bandeiras do Brasil começaram a aparecer e as marchas cada vez maiores se tornavam mais caucasianas e de classe média. Remonta desse exato momento o surgimento de grupos até então desconhecidos como #VemPraRua e MBL (Movimento Brasil

Livre), com um poder de mobilização via redes sociais surpreendente e incomparável às organizações tradicionais do país. O domínio técnico e tecnológico bem como fontes de financiamento ainda desconhecidas talvez possam explicar porque as manifestações, que até então reuniam menos de um milhar de pessoas, passaram da noite para o dia a ter mais de dez mil participantes. Outro fato que pode colaborar para romper com a suposta linearidade que levaria os eventos de 2013 a 2016 é que tanto o #VemPraRua como MBL – que se tornariam agentes centrais no Golpe de 2016 – têm suas nomenclaturas derivadas diretamente dos movimentos populares que iniciaram as manifestações daquele ano. Um dos refrãos dos manifestantes que iniciaram as manifestações era "Vem, vem, vem pra rua vem, contra o aumento [da passagem]" e o movimento popular MPL (Movimento Passe Livre) é quase homônimo do seu derivado MBL.

É interessante notar que a ressignificação das manifestações teve como primeiro ato a defesa de uma pauta do estrito interesse de uma facção do Ministério Público Federal (MPF) que até então era desconhecida. Aliás, além dessa pauta em defesa do MPF, a outra "reivindicação popular" que também ganharia às ruas a partir daquele momento é a chamada "10 medidas contra a corrupção", o que ganharia mais tarde até um *status* institucional com a participação do MPF[54]. Anos depois – já com as mensagens vazadas pelo *The Intercept Brasil* –, descobriríamos que essas pautas

[54] Ver http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/

em relação ao MPF tinham um articulador, o procurador Deltan Dallagnol ‒ quem, aliás, estabelecia desde longa data uma estreita relação justamente com os grupos verde-amarelos peso-pesados que surgiram em 2013, como o #VemPraRua, os quais também foram usados mais tarde pelo procurador para pressionar e assediar autoridades do Estado[55].

À medida que o preto e vermelho começava a ser substituído pelo verde e amarelo, ia se formando uma nova substancialidade simbólica que reunia em uma mesma narrativa a defesa e o fortalecimento do Ministério Público Federal ‒ que supostamente estaria sendo atacado por um partido corrupto ‒, a mobilização de brasileiros contra essa corrupção, o descrédito de um parlamento vendido ao partido corrupto, o Judiciário (naquele momento o Supremo Tribunal Federal - STF) como a única organização capaz (e com a obrigação) de impedir essa "corrupção sistêmica" e a Grande Mídia, finalmente, como o elo em que eram articulados todos os vetores dessa narrativa. Até aquele momento o chamado "Mensalão" ainda era a pauta central da Grande Mídia, e o Judiciário, sobretudo na figura de Joaquim Barbosa, então presidente do STF, era o herói central. Logo depois, porém, capas de revistas e noticiários em horário nobre apresentariam ao país seu novo totem, a Lava Jato ‒ paladinos ungidos pelo clamor do povo que foi às ruas imbuí-los da missão de salvar o país. Como as

---

[55] Ver https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-vemprarua-lobby-stf/

representações são dicotômicas e se formam por contrastes e oposições (Moscovici, 2011b), para haver um totem, é preciso haver também um tabu, é aí que ocorre o deslizamento, passagem e ampliação gradual de “petralhas” ‒ termo criado muitos anos antes pelo jornalista Reinaldo de Azevedo e disseminado pela revista *Veja* junto a termos como Orcrim (organização criminosa) ‒ para comunistas, feministas, petistas e, finalmente, esquerdistas.

O que há em comum ao longo de todo o processo que conduziu o país ao Golpe de 2016, à prisão do ex-presidente Lula, ao impedimento de sua candidatura presidencial até, finalmente, à eleição de Bolsonaro em 2018, são as bases psicossociais de um ódio entranhado no tecido social da classe média brasileira, o qual jamais foi extirpado ou tratado, apenas produzido, alimentado, reproduzido e retroalimentado conforme a conveniência das oligarquias de ocasião. Por isso é ingenuidade considerar que algo deu errado na história recente do país. Mais adequado é reconhecer que o que resultou de tudo isso terminou favorecendo apenas as frações das oligarquias nacionais e internacionais que lucraram apostando contra o país. Quando assumimos que o capitalismo não “está em crise”, mas que as crises são constitutivas do modo de acumulação capitalista, então reconhecemos que, no capitalismo, se alguém perde, outro necessariamente ganha ‒ embora não raras vezes esse outro seja oculto e difícil de identificar (Mascaro, 2018).

Um olhar retrospectivo evidencia como todo esse processo que culminou na fascistização da sociedade brasileira apenas

explicitou algo que já ocorria no subterrâneo nem tão profundo do país. Os traços fascistas sempre estiveram aí, nós é que fomos demasiadamente condescendentes como eles. E aqui o fascismo deve ser compreendido na sua intrincada relação com o neoliberalismo e com a cultura de classe média brasileira. Mas para compreender como o aspecto geral da sociedade, o neoliberalismo, é materializado na sociedade brasileira, é preciso identificar alguns traços específicos da cultura de classe média, essa que, através de sua subserviência a esse regime, é capaz de acumular as migalhas não comidas pela elite real que emprega em médias e altas posições, privadas ou estatais, esses membros da sociedade mais competentes para conduzirem os interesses vitais dos grandes negócios.

Para compreender como essa subserviência consentida é um manancial para o florescimento do ódio da classe média brasileira, precisamos identificar algumas das características distintivas dessa classe. Jessé Souza (2018) enfatiza que essa peculiaridade se dá pela exclusividade com que essa classe tende a se apoderar dos privilégios objetivos (tempo livre para atividades intelectuais, condições econômicas que oportunizem atividades voltadas para o desenvolvimento intelectual, etc.), e subjetivos (capacidade de concentração por tempo prolongado, valorização das atividades intelectuais, etc.). Esses privilégios são responsáveis por assegurar à classe média as condições essenciais para o acesso ao conhecimento técnico socialmente valorizado, tornando espaços privilegiados para a reprodução dessa classe não só as profissões

liberais mais valorizadas socialmente, como inclusive os cargos mais altos da própria estrutura estatal.

Entretanto, embora esse estrato da sociedade seja favorecido subjetivamente pelos privilégios que lhe garantem uma ascensão social baseada na acumulação de conhecimentos técnicos socialmente valorizados; objetivamente a classe média padece das mesmas vicissitudes que, em intensidades distintas, atinge 99% da sociedade. Sendo assim, a dinâmica neoliberal ‒ cuja concentração de renda e espoliação promovem uma desigualdade abissal na sociedade brasileira ‒ oferece aos membros da classe média, por um lado, uma percepção subjetiva de superioridade em relação à massa crescente de miseráveis; mas, por outro lado, a destruição promovida pela agressiva generalização da concorrência faz com que os patamares diferenciais alcançados pela classe média nunca sejam sólidos ou garantidos de uma vez por todas. Essa condição mantém os membros dessa classe em uma perpétua oscilação entre o medo de perder o que já foi arduamente adquirido e a ansiedade por efetivar mais e mais aquisições materiais e/ou simbólicas ‒ tudo isso na ânsia de um dia poder finalmente agarrar a estabilidade, segurança e reconhecimento que almejam compulsivamente.

Tal peculiaridade faz com que se produza uma ambiguidade de sentimentos entre os membros mais representativos da classe média brasileira: por um lado, o ódio contra o ex-escravo (o pobre, o negro) – fantasmas que constantemente ameaçam física e

simbolicamente essa frágil posição intermediária da classe média –, e, por outro lado, sentimentos de inveja dirigidos àqueles dos quais esse estrato social está objetivamente mais distante, mas subjetivamente mais identificado com eles: a “elite do dinheiro”, da qual é “uma espécie de ‘capataz moderno’”, como denomina Jessé Souza (2017, p. 167). Essa situação intermediária é frágil e volátil porque a existência da classe média só se consuma quando, ou em relações de subserviência para com os de cima, ou em relações de exploração para com os mais de baixo. Em outras palavras, a classe média é “média” porque não está objetivamente em nenhum dos dois polos antagônicos que possuem as condições efetivas de materializar a dinâmica da sociedade (os que possuem os meios de produção e os que possuem a força de trabalho). Dito de outra forma, a classe média não tem uma existência ou trajetória própria e autônoma, pois sua identidade está sempre submetida a relações de dependência, as quais se metamorfoseiam aceleradamente à medida que as tensões entre capital e trabalho vão se movimentando, deteriorando, assim, suas ambições por segurança ou estabilidade. É por essa razão que essa classe é tão sensível às modificações sociais, por mais singelas que sejam, desde aquelas que impactam no salário de domésticas e porteiros até aquelas que implicam o aumento de médicos vindos de Cuba ou de pessoas viajando de avião. Sempre que a sociedade se move, a autoimagem da classe média se deteriora.

Nessa circunstância, a identidade mais própria e sólida da classe média está vinculada tão somente à quantidade apropriada e

acumulada dos conhecimentos técnicos socialmente valorizados. Entretanto, o aspecto mais contundente e radical do utilitarismo é o de ele ser exatamente o oposto do pensamento reflexivo e crítico, já que este é justamente a capacidade de romper essa estreita relação entre meios e fins, buscando a dimensão do sentido e do significado. Todavia, "em um mundo estritamente utilitário, todos os fins são constrangidos a serem de curta duração e a transformarem-se em meios para alcançar outros fins" (Arendt, 2010, p. 191). Esse utilitarismo generalizado – com seu consequente estreitamento cognitivo e ojeriza ao pensamento reflexivo e crítico –, somado à racionalidade neoliberal – com sua consequente imposição de uma concorrência generalizada –, expõe as vísceras que tornam a classe média o nicho fértil para o florescimento do fascismo na sociedade brasileira.

Dessa estruturação psicossocial singular emerge a segmentação ético-política da classe média proposta por Jessé Souza (2017). De acordo com o autor, é possível segmentar essa classe em quatro frações significativas: 1) protofascista; 2) liberal; 3) expressivista; e 4) crítica. A ampla maioria da classe média (65%) estaria distribuída nas duas primeiras frações: protofascista (30%) e liberal (35%). A distinção entre essas duas frações se dá apenas pelas diferentes relações estabelecidas com o convívio democrático. A fração liberal considera e defende – ao menos no nível consciente – que as práticas e convenções da convivência democrática devam ser respeitadas e constitutivas da sociedade, "ainda que possa ser convencido[a] das necessidades de exceções

no contexto democrático" (Souza, 2017, p. 174). Já a fração protofascista valoriza poder expressar livremente todo seu ódio contra as diferenças, considerando essa postura, inclusive, como demonstração de ousadia e sinceridade. Essas duas primeiras frações representam o âmago da cultura de classe média brasileira, isto é, uma cultura que, quando muito, monopoliza o conhecimento meramente técnico, mas que, em sua quase totalidade, é desprovida do apreço pelo pensamento crítico e reflexivo, fazendo do ódio não só um fundamento afetivo, mas especialmente também um fundamento cognitivo.

Representações "B": analisadores do fenômeno Bolsonaro

Diante do exposto até aqui, não podemos deixar de pensar na sociedade brasileira marcada pela perspectiva liberal ampliada, na aliança entre liberais, ultraliberais e ultraconservadores, e em todas essas parcelas distribuídas naqueles 65% das frações protofascistas e liberais mencionadas no parágrafo anterior. Isso explica em grande medida o número expressivo da classe média brasileira que escolheu convictamente Bolsonaro como o seu presidente, ainda que grande parte dessa parcela da sociedade tenha adquirido seu próprio *status* de "classe média" durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A aceleração da economia e o investimento em políticas públicas sociais permitiram ascensão social e uma série de oportunidades antes nunca experimentadas pelos pobres.

O extrato eleitoral obtido por Bolsonaro o elegeu com 55% dos votos, contra 45% de Haddad. As abstenções somaram a cifra histórica de 21%; enquanto os votos brancos e nulos somaram 9,5%. Os dados indicam que Bolsonaro teve menos da metade dos votos, considerando os eleitores/as que de fato foram votar (39% do eleitorado total). E se comparamos o primeiro e o segundo turnos, Fernando Haddad cresceu mais que Bolsonaro, passando de 29% para 45%; ao passo que Bolsonaro saiu de 46% para 55% (Máximo, 2018). Em suma, o conjunto de dados evidencia que foram muitas as pessoas que não escolheram Bolsonaro como presidente e muitas as que decidiram não votar ou anular o voto. Porém, Bolsonaro foi o escolhido pela maioria dos votantes.

Para aprofundarmos a compreensão da psicossociologia do fenômeno Bolsonaro e adentrarmos nos meandros que estruturam esse fenômeno, analisaremos agora um conjunto de sete analisadores, as Representações “B”: 1. bannon. 2. bíblia. 3. boi. 4. bala. 5. banco. 6. balbúrdia. 7. banalização do mal. O primeiro “B” se refere a bannon (Steve Bannon), executivo de mídia norte-americano, estrategista político, ex-banqueiro de investimentos e ex-executivo, assessor de campanha de Donald Trump. Segundo declarações do próprio Bolsonaro, bannon se propôs a prestar auxílio em sua campanha na corrida eleitoral. Se analisarmos a campanha de Bolsonaro, ela foi bastante similar a de Trump em muitos aspectos: feita pelas redes sociais, dirigida a grupos sociais segmentados e operada com base em *fake news.* Após uma facada desferida contra Bolsonaro em um ato de campanha, ele declinou

de todos os debates com seus adversários de páreo, consagrando as mídias sociais como seu meio oficial de comunicação com os eleitores, tornando bannon um dos "Bês" centrais à emergência do fenômeno Bolsonaro.

Para compreender a relevância desse "B", é preciso ter em mente o fato de que as novas tecnologias digitais e o processamento, através de algoritmos inteligentes, de dados massivos, os *Big Data*, transformaram completamente a maneira de se fazer política no século XXI. Mais do que transformar a política, essas inovações tecnológicas impactaram a própria subjetividade da sociedade, alterando significativamente o modo de compreender e se relacionar com a verdade, inaugurando aquilo que autores estão chamando de Era pós-verdade (Guareschi et al., 2019). Diferentemente da modernidade, em que a ambição pela verdade entendida como certeza se tornara um projeto político-científico, na contemporaneidade, o improvável compósito de ceticismo e fundamentalismo se amalgamou de tal modo que tornou possível a emergência de um neo-obscurantismo, em que as versões da realidade passam a ser tomadas fervorosamente como mais verdadeiras à medida que estiverem mais distantes das certezas ordinárias.

Em um mundo cada vez mais regido pela racionalidade técnica e tecnológica, em que os artefatos se tornam cada vez mais nanotecnológicos e que porções cada vez mais amplas da realidade passam a ser experienciadas exclusivamente através de dispositivos e de telas, passa a ser quase uma demonstração de fé, para muitas

pessoas, fundamentar suas certezas mais banais de como o mundo funciona. A relação inversamente proporcional entre o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de domínio efetivo dessas tecnologias por parte das pessoas comuns cria um ambiente propício, por um lado, à objetificação e, por outro lado, a um retorno às relações mais sensoriais e empíricas com a realidade.

O segundo "B", bíblia, representa a aproximação do Estado à Igreja e sinaliza o abandono à prerrogativa do Estado Democrático de Direito em garantir a laicidade política. A bancada evangélica ou frente parlamentar evangélica representa 38% do total de parlamentares no Congresso Nacional, com interesses fortemente alinhados aos de Bolsonaro. Os grupos neopentecostais exerceram forte influência social e política durante a campanha presidencial, tendo em vista a ampla penetração das "igrejas" espalhadas em território nacional. Nesse sentido, é inegável que a "voz dos pastores" influenciou as decisões políticas dos fiéis (rebanho), ainda mais quando faz eco ao discurso de Bolsonaro em defesa da família tradicional, pela criminalização do aborto, pela cura *gay*, contra a igualdade de gênero e outras políticas da diferença. Não é à toa que Bolsonaro coloca Damares Alves, uma pastora evangélica, à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares não representa e não executa as políticas da diferença. Cabe analisar que as igrejas neopentecostais vêm ocupando um "vácuo" comunitário deixado pelo enfraquecimento da própria Igreja Católica junto aos setores populares, como foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB)

nos anos 1980. Além disso, também houve a "ruptura" da esquerda com alguns movimentos sociais, bases sindicais e projetos sociais que visavam à participação comunitária direta.

Não raro, o presidente reafirma em seus discursos presidenciais o bordão "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", frase que também serve de *slogan* de governo em todo e qualquer material publicitário veiculado. A bíblia é, pois, metáfora para analisar o alinhamento ideológico dos grupos neopentecostais às políticas de governo, bem como sua capacidade de influência junto às camadas populares, o que termina repercutindo nas decisões do Congresso Nacional e ministérios.

O terceiro analisador "B" vem representar a bancada do boi, ou bancada ruralista no Congresso Nacional, frente parlamentar que atua em defesa dos grandes pecuaristas, fazendeiros e latifundiários, os "proprietários" das terras. A bancada do boi tem suas origens no Brasil Colônia e mantém uma tendência bastante conservadora em suas pautas. Alinhada às bancadas evangélica e armamentista do Congresso Nacional, forma com elas a famigerada Bancada BBB (bíblia, boi e bala). Em defesa do agro-*pop*-negócio, da abertura da Amazônia aos madeireiros e mineradores, a bancada ruralista assumiu no governo Bolsonaro decisões que soterraram os projetos de expansão da agricultura familiar, setor responsável por mais de 50% da produção de alimentos no país. Na reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o governo deveria aproveitar o momento da pandemia da

covid-19 para fazer “passar a boiada”, referindo-se à oportunidade para aceleração de atos do Executivo em prol da flexibilização da legislação ambiental. De fato, de março a maio de 2020, o governo Bolsonaro publicou 195 atos no *Diário Oficial da União* concernentes ao tema ambiental – em comparação a 16 atos publicados no mesmo período no ano anterior, o que significa um aumento de 12 vezes. Parte dessas medidas são infralegais e visam a modificar a interpretação das leis[56]. Essa flexibilização ambiental, além de servir aos interesses dos proprietários e empresários rurais fomentando o monocultivo e o extrativismo operados pelas multinacionais, é nefasta à manutenção das comunidades tradicionais e preservação dos biomas brasileiros.

Ainda em relação à boiada, também é possível pensar este “B” em termos filosóficos, retomando o instinto de rebanho proposto por Nietzsche (2005, 2009). O comportamento da manada é aquele que imita o comportamento do líder, seguindo a lógica e direção determinadas por aquele que conduz o grupo, sem questionar. É interessante notar que, para Nietzsche, o espírito gregário do rebanho aponta para a debilidade e fraqueza de seus membros quando tomados individual e isoladamente. O rebanho, portanto, encontra na aglutinação de suas fraquezas um último recurso para enfrentar e superar as situações que o colocam em

---

[56] Ver *Folha de S. Paulo* (2020, 3 jun.) Boiada normativa. Governo aproveita pandemia para mudar leis ambientais, mas destruição é indisfarçável. Folha de S. Paulo. https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/07/boiada-normativa.shtml

risco. Ao invés de força, o rebanho é um signo de fraqueza e debilidade – condições vitais ao desenvolvimento do ressentimento e dos afetos odientos.

O quarto "B" é a bala, representando a bancada armamentista do Congresso Nacional. Composta por interesses nacionais e internacionais, essa bancada luta pela flexibilização do comércio armamentista no Brasil, visando como seus clientes fundamentais aos "cidadãos de bem". Há um alinhamento ideológico que une todas as pontas desses interesses: a defesa acirrada por um projeto de militarização social que promete elevar os níveis de segurança social e reduzir a criminalidade, tendo como seu *slogan* que "bandido bom é bandido morto". Talvez parte desse imaginário tenha se constituído pelo pacote anticrime do ex-juiz da Lava Jato e ex-ministro, Sérgio Moro. Tal projeto foi desenhado ao estilo estadunidense: propagar o medo para depois vender soluções que podem passar por guerras, limpeza social ou estratégias de demonização do marginal, do estrangeiro, do diferente. São estratégias que fomentam o ódio, o preconceito e a violência, alicerçadas na pseudoafirmação da garantia de segurança social. Sobre isso, há uma imagem que se tornou bastante popular e viralizou nas redes sociais durante a campanha de Bolsonaro: ele aparece com uma criança no colo apontando os dedos simbolizando uma arma e ensinando a criança a imitá-lo. Esse ato estimulou que muitos eleitores de Bolsonaro começassem a postar fotos em suas redes exibindo armas para imitar e prestar apoio ao candidato.

O quinto analisador "B" é o banco. No estágio atual do capitalismo – o neoliberalismo ou o pós-fordismo –, não é possível conceber as relações de produção dissociadas de sua vinculação necessária ao sistema financeiro internacional. Se em um regime de acumulação fordista o endividamento é utilizado como ferramenta de mercantilização de bens e serviços; no neoliberalismo, ao contrário, são os bens e serviços que são utilizados como ferramentas de mercantilização do endividamento. Esse processo de submissão à dinâmica financeira é tão amplo e contundente que, além das pessoas e famílias, também as empresas, cidades e mesmo países passam a ter, por meio de suas dívidas, as possibilidades de seu destino controladas pelos bancos. Desse cenário de ascensão do mercado como regulador das relações sociais, as noções liberais de Estado, Democracia e do próprio Direito vão sendo deterioradas, inaugurando uma era pós-democrática e um Estado pós-democrático, onde, em última instância, é o bem-estar do mercado, da circulação mercantil e do regime de acumulação ilimitada o que passa a servir de fundamento, princípio e finalidade do Estado.

A configuração desse regime que coloca as pessoas à serviço da economia, em vez de a economia a serviço das pessoas, é indissociável do projeto bolsonarista para o país, projeto esse que, curiosamente, tem sua inauguração e máxima expressão antes mesmo de Bolsonaro ser alçado à presidência. Se Bolsonaro é o pai do bolsonarismo, a articulação nacional e internacional que colocou Michel Temer no comando do país, em 2016, deve ser reconhecida como sua mãe. O chamado "Uma ponte para o futuro", plano de

governo pilotado por Temer e divulgado em outubro de 2015 – portanto um mês antes da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff –, nada mais foi do que o pacto econômico das elites nacionais e internacionais para assegurar a preservação e prevalência do polo rentista na relação capital-trabalho no país – o que foi consolidado pela a Emenda 95, a "PEC da morte".

Em outras palavras, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes só entram como administradores e zeladores mais "carismáticos" e populares de um projeto das elites financeiras que teve seus pontos centrais arquitetados antes mesmo de o "grande acordo nacional, com supremo e com tudo"[57] ser colocado em ação com Michel Temer. A destruição da Previdência Social e da Legislação Trabalhista foi o carro-chefe desse projeto; as privatizações da Embraer, do saneamento básico e até mesmo do petróleo contam quase como um bônus, embora sejam responsáveis – junto com a transformação do regime tributário e da estrutura administrativa do poder Executivo – por assegurar e prolongar a continuidade e estabilidade do governo Bolsonaro, já que esse processo deixa as portas do Brasil literalmente abertas para a espoliação nacional e internacional – sendo a derrubada da exigência de visto para os estadunidenses que desejam entrar no país um símbolo marcante dessa política lesa-pátria.

---

[57] Ver Valente, R. (2016, 23 mai.). Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Folha de S. Paulo. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml

O sexto analisador é dedicado à balbúrdia, para não esquecer o acontecimento político em que o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que as universidades que tivessem feito ou fizessem "balbúrdia" (em relação ao governo Bolsonaro) teriam seus investimentos cortados. Esse contexto de ameaça e censura acabou se materializando quando as universidades públicas federais sofreram o contingenciamento de 30% em seus orçamentos, implicando no corte de bolsas em níveis de pesquisa, extensão, iniciação científica e pós-graduação, principalmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Tal ofensiva ministerial denota o desprezo do governo à ciência brasileira e influencia a formulação de um imaginário social distorcido sobre a universidade pública. Tanto é assim que a União foi condenada judicialmente por danos morais coletivos em razão da fala do então ministro Weintraub de que haveria "extensas plantações de maconha" nas universidades públicas.[58] O livre pensar, direito reservado ao fazer docente, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), foi reduzido pelo então ministro a discursos sem fundamento, um "antro de comunistas, esquerdistas e marxistas".

O Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro demonstra, uma e outra vez, um total despreparo no que tange às políticas públicas em educação nos diferentes níveis e modalidades.

---

[58] Ver OUL (2020, 31 jul.). União é condenada por Weintraub dizer que universidades plantam maconha. Ver https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/31/weintraub-e-condenado-apos-dizer-que-universidades-publicas-plantam-maconha.html

Trazemos como exemplo o lançamento do projeto “Future-se”, que pretende suplantar a autonomia universitária e financeira das instituições de ensino superior (IES) federais, além de desmontar as esferas de participação e deliberação política, como os Conselhos Universitários. O projeto caminha de mãos dadas à financeirização do ensino superior e fomento da contratação de grandes grupos empresariais (de iniciativa privada) para a gestão universitária. Cabe sinalizar que a propagação desses grupos foi expressiva já no governo Dilma, quando vimos o crescimento exponencial de faculdades, centros universitários e outras iniciativas privadas de oferta de ensino superior, principalmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). O “Future-se”, em boa medida, deixa o ensino superior à livre especulação das empresas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), borrando a prerrogativa legal da educação como um direito constitucional a ser garantido pelo Estado mediante políticas públicas. A vinculação dos programas de pesquisa às Organizações Sociais (OS – empresas de direito privado) permite a “venda” dos “produtos” oriundos das universidades (pesquisas, patentes, inovação, tecnologias, etc.), sendo que essa produção é um bem público e deve ser uma contrapartida social da universidade pública à sociedade.

A mercantilização do ensino público brasileiro reforça nossa herança colonial de uma universidade para as elites. O ensino superior no Brasil ainda é um privilégio: o setor privado absorve

74% dos estudantes *versus* 26% das matrículas em IES públicas (Sampaio, 2011). O frágil ensaio de democratização do ensino superior, apenas iniciado nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (e.g., Programa Universidade para Todos – ProUni, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, expansão das políticas de cotas e institutos federais) se desmantela nesse governo, mostrando uma base estrutural corroída. Além disso, a estratégia política de financiar a educação superior mediante a compra de vagas em instituições privadas de reputação questionável fomentou uma verdadeira democratização e universalização do *ethos* neoliberal.

Apesar de Bolsonaro ter afirmado que a educação seria uma pauta fundamental em seu governo, o que vimos foi três ministros caírem em um ano e meio: Ricardo Vélez Rodríguez ficou apenas três meses à frente do Ministério da Educação, sendo substituído por Abraham Weintraub, que também deixou o Ministério, sendo, então, indicado Carlos Alberto Decotelli, que não chegou nem a ser empossado após os sucessivos escândalos suscitados por mentiras registradas em seu Currículo Lattes. Não há precedentes similares na história do MEC brasileiro.

Para encerrar nosso conjunto de Representações "B", trazemos para discussão a banalização do mal, cerne da polarização política e do extremismo que tinge o cenário político brasileiro. A banalização do mal se assenta no terreno dos afetos, das paixões e são muitas as suas nuances simbólicas: o uso da linguagem chula e ofensiva; a política do escracho e do deboche; a inferiorização das

mulheres, dos grupos identitários e minorias populares. Aqui trazemos três exemplos distintos, mas bem expressivos nesse sentido. O primeiro é referente a 2014, quando Bolsonaro ainda era deputado federal e, em discurso na tribuna da Câmara, disse que Maria do Rosário, também deputada federal, não "merecia" ser estuprada por ser muito "feia".[59] O segundo foi em 17 de abril de 2018, dia da votação do *impeachment* que afastou a presidenta Dilma Rousseff da presidência. Ao declarar seu voto, Bolsonaro homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna) do II Exército, conhecido como um dos piores torturadores durante a ditadura civil militar brasileira. Em 8 de agosto do mesmo ano, Bolsonaro recebeu a viúva de Ustra no Palácio da Alvorada e o conclamou "herói nacional". Bolsonaro feriu muitas vezes o decoro parlamentar e é considerado pela mídia internacional o pior líder político do mundo.[60] O terceiro exemplo trata de medidas tomadas durante a pandemia da covid-19 no país. Em julho de 2020, Bolsonaro vetou trechos do Projeto de Lei n. 1.562/2020 (Fernandes, 2020), aprovado pelo Congresso Nacional, que previam a obrigatoriedade do uso das máscaras em comércios,

---

[59] Ver G1 Política (2017, 15 ago.). STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário. https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml

[60] Ver Carta Capital (2019, 8 ago.). Bolsonaro volta a elogiar torturador Ustra: "herói nacional". https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/

templos, escolas e outros locais fechados. Além disso, desobrigou o governo da distribuição de máscaras às populações menos favorecidas, como a população carcerária.[61] O presidente vetou também o Projeto de Lei n. 1.142/2020 (Neide et. al., 2020), que visava a atender às demandas emergenciais de indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais gravemente expostas aos riscos da pandemia[62]. Outros e muitos exemplos poderiam ser trazidos para demonstrar a política genocida e de ódio que foram empregadas pelo governo Bolsonaro, decidindo sobre quem deve viver e morrer. Esses atos engrossam a onda de extremismos que se expande no Brasil. Conforme Hur e Sabucedo (2020), extremismos de direita se reforçam mediante à propagação de discursos racistas, sexistas, xenófobos, misóginos, que negam o outro social e erguem fronteiras de polarização afetiva e política.

Ao considerarmos a coleção de Representações “B” analisadas ao longo do capítulo, compreendemos que as representações sociais operam por vias materiais, simbólicas e psíquicas. Os conjuntos de conhecimentos sociais vão sendo elaborados com base em processos de conservação e inovação, não

---

[61] Ver Agência Câmara dos Deputados (2020, 3 de jul.). Lei que obriga o uso de máscaras em todo o País é sancionada com 17 vetos. https://www.camara.leg.br/noticias/673471-lei-que-obriga-o-uso-de-mascaras-em-todo-o-pais-e-sancionada-com-17-vetos

[62] Ver Corbari, M. A. (2020, 15 jul.). CNBB apela a parlamentares para que derrubem vetos de Bolsonaro ao PL 1142/2020. Brasil de Fato. https://www.brasildefators.com.br/2020/07/15/cnbb-apela-a-parlamentares-para-que-derrubem-vetos-de-bolsonaro-ao-pl-1142-2020

estáveis, mas alternados e combinados, cujo domínio não pode ser atribuído exclusivamente a um ou a outro. Assumir essa força polifásica das representações é fundamental para compreender por que grupos aparentemente dissonantes ao conservadorismo, ao extremismo, ainda assim apoiam Bolsonaro. Dessa maneira, o amplo espectro de Representações "B" buscou denotar o uso de forças representacionais diferentes em operação, forças discursivas, afetivas, cognitivas, etc. que ampliam os canais de penetração e influência das representações do fenômeno político junto a diferentes segmentos sociais.

Política em tempos virais: in conclusões

Enormes dificuldades heurísticas são encontradas nos estudos que se propõem a analisar fenômenos em efervescência, os conhecidos "objetos quentes" em pesquisa, como esse que apresentamos neste capítulo. Falar em política em tempos virais é refletir sobre nosso presente imediato, sobre as repercussões diretas para o nosso futuro próximo e sobre um passado recente que ainda não se assentou. No entanto, em algumas situações-limite como esta, em que nos encontramos enquanto sociedade brasileira e mundial, parece ser mais arriscado – para não dizer negligente – deixarmos o fluxo histórico à mercê de si próprio, em nome de princípios metodológicos ou epistemológicos que não reconhecem o papel ético e político inegociável da produção de conhecimento crítico da universidade pública. Cientes desse compromisso

precípuo da psicologia política, enfatizamos a importância de que essa área, principalmente no cenário brasileiro, passe cada vez mais a se dedicar ao estudo das elites políticas. Apesar de muito relevante, a produção nacional em psicologia política tem focado suas pesquisas e estudos sobretudo nas questões mais voltadas à política participativa (movimentos sociais, ações coletivas, processos de ativismo e militância), ao passo que a busca por compreender a dimensão do poder constituído tende a ser relegada a um segundo plano. Identificamos a relevância do presente trabalho justamente em sua pretensão de contribuir para suprir esse hiato.

Ao longo deste capítulo, nos dedicamos a demonstrar, por um lado, os elementos constitutivos do fenômeno Bolsonaro e, por outro lado, a restituir a dimensão da temporalidade inerente a cada um deles, recolocando o bolsonarismo como uma realidade imanente à própria historicidade brasileira, afastando, portanto, quaisquer pretensões de tratá-lo como um acidente de percurso ou um fenômeno meramente incidental. Cada uma das Representações "B" do fenômeno Bolsonaro (bannon, bíblia, bala, boi, banco, balbúrdia e banalização do mal) devem ser tomadas como condições de possibilidade, e não como consequência do bolsonarismo. Essas representações, no entanto, não emergem com o governo de Bolsonaro, tampouco serão ultrapassadas com o retorno da "normalidade institucional" tão desejada por facções das oligarquias tradicionais do país.

A partir das lentes das Representações "B", oferecemos um referencial teórico-analítico oportuno, que permite desmembrar e segmentar algumas das linhas de força que tendem a constituir os fenômenos psicopolíticos da sociedade brasileira contemporânea – dentre os quais Bolsonaro é apenas o mais indiscreto, ruidoso e deselegante, mas nem por isso menos fidedigno e representativo daquilo que somos enquanto um projeto desajeitado e mal-acabado de nação. As tentativas recentes de se atribuírem exclusivamente ao fenômeno Bolsonaro as razões do país estar indo de mal a pior em todos os aspectos possíveis e imagináveis pode ser um eficaz recurso eleitoral – tanto à direita como à esquerda do espectro político; no entanto, do ponto de vista psicossocial, isso não é apenas tentar colocar a poeira debaixo do tapete, mas assegurar que cada uma das condições vitais à emergência do fenômeno Bolsonaro permaneça intocada.

A história do Brasil é marcada por transições acordadas desde cima, de modo que a paz das elites permaneça assegurada e não faltem as migalhas para os debaixo. As "frentes amplas" e os acordos pela "democracia", contudo, não fazem mais do que absolver os algozes. Se, por um lado, a política de conciliação atenua as agruras impostas com mais voracidade contra um povo sofrido; por outro lado, essa condescendência para com as violências do passado não é capaz de calar, de uma vez por todas, aqueles gritos arrogantes e orgulhosos que exaltam diante da nação a memória de torturadores.

O espírito que animou as manifestações de 2013 pressentia um momento decisivo e oportuno (*kairós*) para que uma transição efetiva e incontornável fosse tentada no país. Mas esse espírito foi derrotado; não apenas por seus inimigos naturais – aqueles que fazem da cultura de classe média seu pelotão de fuzilamento contra quaisquer iniciativas que contrastem com essa subserviência patológica que caracteriza nossa sociabilidade –, mas aquele espírito oportuno também foi derrotado por uma tática que logo depois provou sua fragilidade e imprudência. A desigualdade constitutiva e estrutural do Brasil não comporta a ideia de uma só pátria, portanto essa sociedade jamais poderá ser unida enquanto persistir o signo dessa injustiça que a consagra como uma quase-nação. Não existe uma, mas ao menos duas sociedades brasileiras: a de cima e a de baixo. E não há como servir a dois senhores.

Referências

Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Forense Universitária.

Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras.

Casara, R. R. R. (2017). *Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Civilização Brasileira.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia.* Vozes.

Guareschi, P., Amon, D., & Silva, A. L. G. (Orgs.). (2019). *Psicologia, comunicação e pós-verdade*. (3a ed. rev. ampl.). ABRAPSO.

Harvey, D., Tales, E., Sader, E., Carnerio, H.S., Wallerstein, I., Pechanski, J. A., Davis, M., Zizek, S., Ali, T., & Safatle, V. (2012). *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Boitempo, Carta Maior.

Haubrich, A. (2018). *Nada será como antes. 2013: O ano que não acabou, na cidade onde tudo começou*. Libretos.

Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). *Psicologia dos extremismos políticos.* Vozes.

Jodelet, D. (1986). La representación social: Fenomenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Ed.), *Psicologia social II*. Paidos.

Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura* (Coleção Psicologia Social). Vozes.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. gov.br. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. Boitempo.

Mascaro, A. L. (2018). *Crise e golpe*. Boitempo.

Máximo, W. (2018, 28 de outubro). *Agência Brasil.* https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge University Press.
Moscovici, S. (2011a). *Psicologia das minorias ativas* (Coleção Psicologia Social). Vozes.
Moscovici, S. (2011b). *A invenção da sociedade: Sociologia e psicologia* (Coleção Psicologia Social). Vozes.
Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (Coleção Psicologia Social) Vozes.
Moscovici. S. (2015). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (11a ed.). (Coleção Psicologia Social). Vozes.
Nietzsche, F. (2005). *Além do bem e do mal.* (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras.
Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da moral.* (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras.
Fernandes, P. L. (2020). *Projeto de Lei n. 1.562/2020.* Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção para circulação em locais públicos... https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243084
Neide, R.; Guimarães, J.; Capiberibe, C.; Daniel, J. ; Moura, C.; Melchionna, F.; Ricardo, J.; Padilha, A. et. al. (2020). *Projeto de Lei n. 1.142/2020*. Dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19). https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218

Rancière, J. (1996). *O desentendimento: Política e filosofia*. Ed. 34.

Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: Continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*, (4), 28-43. https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*. Leya.

Souza, J. (2018). *A classe média no espelho*: *Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Estação Brasil.

Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. (9a. ed.). Vozes.

Vygotsky, L. (1998). *A formação social da mente.* Martins Fontes.

Representações sociais, estereótipos e preconceito frente às pessoas com transtornos mentais: desafios no contexto da Reforma Psiquiátrica[63]

Silvana Carneiro Maciel

Patrícia Fonseca de Sousa

Camila Cristina Vasconcelos Dias

A história sobre os transtornos mentais sempre foi pautada por diferentes elementos desde os tempos antigos, impregnando as culturas, os valores, as crenças e as representações dos povos, registrando diversas formas de as sociedades não apenas representarem, mas, também, comportarem-se em relação à loucura.

Vistos inicialmente como porta-vozes do plano divino e como manifestações benéficas, passaram a ser vinculados a possessões demoníacas e, em seguida, a problemas sociais da mesma ordem da criminalidade e da vadiagem, impondo aos indivíduos com transtornos mentais a exclusão social em favor da manutenção da ordem entre as pessoas. Com o advento da psiquiatria, no século XIX, a loucura, como denominada na época, passou a ser atribuída à noção de enfermidade, tornando-se então

---

[63] Agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida à primeira autora para a realização de estudos pós-doutorais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vinculada à chamada universal MCTI/CNPq n. 01/2016, com projeto intitulado Adesão à Reforma Psiquiátrica: Análise das Crenças Causais, Exclusão Social e Preconceito Frente ao Doente Mental. Agradecimento ao CNPq e à Capes pelas bolsas de doutorado.

doença mental; sendo assim, o saber médico inaugura a política de tutela e de institucionalização em hospitais dos ditos doentes mentais, a fim de "curá-los" e reinseri-los na lógica da normalidade e dos padrões sociais vigentes (Pessotti, 1995; Szasz, 1978). Percebidos como pessoas que oferecem perigo para si e para a sociedade, dado o descontrole e a imprevisibilidade de seus atos, o dito doente mental é retirado do meio social sob a legitimação do discurso médico e encaminhado às instituições manicomiais e terapêuticas (Foucault, 1972), ficando os médicos encarregados da tutela e do tratamento, sobretudo o medicamentoso, considerado por muito tempo como exclusivo e mais eficaz (Figueiredo et al., 2014).

Esse modelo de tratamento, denominado biomédico, carrega uma perspectiva organicista e medicamentosa, tendo o hospital psiquiátrico/manicômio como o único lugar possível para o tratamento dos transtornos mentais. A ênfase é colocada no trabalho do médico, na terapia medicamentosa, acrescida do isolamento não só da sociedade, a nível macrossocial, mas também da família (Maciel et al., 2011).

Ademais, esse modo de tratamento também foi marcado por um cenário recorrente de violência, coerção, cronificação e práticas abusivas protagonizadas nas instituições psiquiátricas. Essa realidade deu origem a diversos movimentos sociais e políticos em defesa das pessoas com transtornos mentais, sobretudo sobre direitos humanos (Mfoafo-M'Carthy & Huls, 2014). Várias mudanças em prol de condições sociais mais humanas e igualitárias

foram reivindicadas, dando origem aos movimentos de reforma psiquiátrica, inicialmente na Europa e nos Estados Unidos, expandindo-se para outros países e chegando ao Brasil na década de 1970 (Amarante & Nunes, 2018; Basaglia, 1985; Desviat, 1999).

A reforma psiquiátrica propõe a transição do modelo biomédico de tratamento de pessoas com transtornos mentais para o modelo de atenção psicossocial, o qual está inserido em um outro paradigma da saúde, visando à defesa dos direitos humanos e à restauração do vínculo social, atendendo aos direitos humanos e acenando para uma nova possibilidade de reinserção na família e na sociedade, através do tratamento extra-hospitalar, mais centrado na comunidade. O novo paradigma da saúde, o psicossocial, coloca, no lugar da lógica hospitalocêntrica, medicamentosa e centralizada na figura do médico, novos dispositivos extra-hospitalares sob a dinâmica do trabalho de uma equipe multidisciplinar, priorizando a subjetividade das pessoas por meio de diferentes recursos terapêuticos que auxiliam na reabilitação psicossocial e na restituição de cidadania da pessoa com transtorno mental (Costa-Rosa, 2012; Sousa et al., 2018). O atual paradigma propõe, dentre outras, uma mudança na relação entre a sociedade e a pessoa em sofrimento psíquico; busca-se transformar todo o *status quo* de segregação e de exclusão social vivenciado por essas pessoas (Liberato, 2011; Oliveira & Caldana, 2016; Shimoguiri & Costa-Rosa, 2017).

No Brasil, a reforma psiquiátrica foi legitimada e assegurada pela legislação com a aprovação da Lei n. 10.216, de 2001, que

preconiza a extinção progressiva das instituições manicomiais e a transição da assistência em saúde mental para uma rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos (Oliveira & Caldana, 2016). Essa mudança no campo legislativo, protagonizada pelo então deputado Paulo Delgado, em 2001, detonou um processo de discussão no Brasil sobre as formas mais adequadas de atenção em saúde mental. Tal fato levou a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde a abrir o financiamento de outras modalidades de assistência que representam alternativas à internação tradicional, tais como: centros de convivência, Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), hospitais-dia, emergências psiquiátricas, alas psiquiátricas em hospitais gerais, lares e albergues, oficinas, entre outras. Tais modalidades de atendimento apontavam para práticas profissionais mais diversificadas, incluindo a comunidade e a família, que se tornam parte da rede social que se constitui em torno desses serviços.

Entretanto, apesar das conquistas advindas do paradigma psicossocial, como transformações teórico-conceituais, técnico-assistenciais, jurídico-políticas e culturais no campo da saúde mental, percebe-se que esse modelo de atenção ainda não está efetivado no cenário nacional. Isso porque a internação e a medicalização excessiva das pessoas com transtorno mental ainda são estratégias de cuidado muito usadas e aceitas, e, sobretudo, porque essas pessoas ainda são caracterizadas a partir de estereótipos negativos, como a suposição de que são perigosas e irrecuperáveis, devendo permanecer distantes da sociedade, o que

endossa o preconceito frente a esse grupo social e reduz a concordância da população com políticas que visem à inclusão (Gonçalves et al., 2016; Shimoguiri & Costa-Rosa, 2017, Maciel et al., 2008).

Os avanços ocorridos até os dias atuais são importantes, sem dúvidas, mas a dificuldade da implementação do modelo de atenção psicossocial introduzido pela reforma psiquiátrica é um fato. A real efetivação dessa política, com aceitação e inclusão das pessoas com transtornos mentais na sociedade, ainda está distante de ser efetivada; essa dimensão é menos técnica, mais sutil e ao mesmo tempo complexa, pois trata do compartilhamento de representações acerca dos transtornos mentais vinculado a questões atitudinais e de comportamento social.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo fazer uma explanação sobre os estereótipos como elementos das representações sociais, ancorados no preconceito frente às pessoas com transtornos mentais, e como estes se articulam na compreensão e nos desafios enfrentados para a efetivação da reforma psiquiátrica. Para tanto, lançaremos mão da Teoria das Representações Sociais (TRS) para analisar a sua relação com os estereótipos, o preconceito e a adesão aos preceitos de inclusão social ditados pela legislação vigente.

Representações sociais e estereótipos sobre a pessoa com transtorno mental

A TRS foi desenvolvida em 1961 por Serge Moscovici, em um contexto caracterizado por maior interesse pelos fenômenos coletivos, especificamente, pelas regras que regem o pensamento social. Essa teoria propõe que os indivíduos não apenas recebem informações e seguem crenças coletivas, mas agem ativamente no meio social. Uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos e coletivamente produzida, sendo o resultado da atividade cognitiva e simbólica de um grupo social (Moscovici, 2012; Vala, 2006).

Moscovici (2003) afirma que as representações sociais podem ser entendidas como um conjunto de conceitos, proposições e explicações, originados na vida cotidiana mediante as comunicações interpessoais. Na mesma direção, Jodelet (2001) propõe que as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Portanto, as representações resultam da interação e da comunicação no interior de um grupo social, sendo fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender a realidade. Com o advento dessa teoria, a identificação da visão de mundo dos indivíduos e grupos diante dos diferentes acontecimentos ganhou ênfase e se tornou fundamental para compreensão da dinâmica das interações e

práticas sociais, isto é, houve uma valorização do senso comum (Abric, 1998; Vala, 2006).

De acordo com a TRS, são dois os processos responsáveis pela formulação deste tipo de pensamento social: objetivação e ancoragem. O primeiro corresponde ao mecanismo que busca integrar elementos estranhos a categorias e a imagens comuns, colocando-os em um contexto familiar. Quando pensa sobre um objeto, o sujeito usa como referência experiências e esquemas de pensamento já estabelecidos e atribui aos objetos um local dentro de um conjunto de significados já existentes. Já o segundo é o processo pelo qual os elementos constituintes da representação se organizam e adquirem materialidade, dando concretude às abstrações, ou seja, é a reprodução de um conceito em uma imagem (Moscovici, 2012; Vala, 2006). Esses conceitos permitem compreender a organização processual da representação, entendendo esse processo como o resultado de uma interação entre os dados da experiência e os quadros sociais da sua apreensão (Jodelet, 2005).

As representações sociais são consideradas como um importante sistema de interpretação da realidade social e, enquanto tal, regulam as relações sociais, orientam comportamentos e influenciam processos como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupal e as ações de resistência e de mudança social (Cabecinhas, 2004). Nesse sentido, como pontuam Bonomo et al. (2011), as representações sociais são um importante

instrumento para a compreensão do pensamento social expresso na rede simbólica dos grupos e objetivado nas relações e práticas cotidianas.

Logo, de modo geral, as representações sociais se apresentam como uma importante ferramenta para a compreensão da relação entre os diferentes grupos sociais, uma vez que são importantes na vida cotidiana, por guiarem o modo de nomear e definir os diferentes aspectos da realidade, de interpretar esses aspectos, tomar decisões e posicionar-se frente a eles. Contudo, são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social, que envolvem uma riqueza de elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, valores, atitudes, opiniões, estereótipos e imagens, formando uma totalidade significante em relação à ação (Jodelet, 2001; Patatas, 2014).

Deschamps e Moliner (2009) explicam que as representações elaboradas em contexto onde há a saliência da categorização social estruturam-se em torno de estereótipos, uma vez que o processo de categorização social produz cognições sobre as quais eles se fundam. Assim, pode-se considerar que os estereótipos fazem parte dessas representações. Conforme os autores, o conhecimento de que os indivíduos dispõem acerca dos diferentes grupos presentes em seu entorno social, em contextos onde a pertença grupal está saliente, constituem as representações intergrupais, as quais têm seus conteúdos amplamente partilhados pelos membros de um mesmo grupo, além de serem constituídas por estereótipos.

Henri Tajfel (1980) afirma que os estereótipos constituem uma parte importante da representação, sendo que a representação é mais que o estereótipo. Assim, enquanto um dos componentes da representação social, os estereótipos permitem uma maior compreensão dos fenômenos psicossociais, na medida em que atuam como organizadores das relações simbólicas entre os atores sociais e podem sustentar práticas de discriminação e exclusão. Então, tal como as representações sociais, os estereótipos, como elemento da representação, têm como função formar e orientar tanto a comunicação como os comportamentos (Antunes et al., 2014; Patatas, 2014; Sousa & Barros, 2012).

Os estereótipos podem ser compreendidos como estruturas que contêm os nossos conhecimentos, expectativas; determinam os nossos julgamentos, como também nossas avaliacões acerca dos grupos, podendo ser positivos ou negativos (Torres et al., 2016). São informações socialmente compartilhadas sobre os diferentes atores sociais; são simplificações que permitem definir, caracterizar um grupo e descrever seus membros de forma rápida e econômica no plano cognitivo (Marques et al., 2013). Essas estruturas cognitivas são transmitidas pelos agentes de socialização (os pais, a escola, os meios de comunicação social, etc.) e se deve a isso o elevado consenso existente em relação aos grupos sociais, a sua independência do conhecimento real e sua forte dependência do contexto histórico e cultural (Techio, 2011).

Conforme Tajfel (1981), os estereótipos desempenham três funções nas relações entre os grupos sociais: fornecer uma

causalidade social para acontecimentos complexos e de difícil explicação, atuar na manutenção da distintividade positiva nas situações de comparações entre indivíduos de pertenças diferentes e justificar ações coletivas dirigidas a determinados grupos sociais. Nesse sentido, os estereótipos são um importante instrumento da divisão social e manutenção da imagem social negativa associada aos grupos minoritários, uma vez que eles justificam nossos preconceitos e permitem criar uma "compreensão" do mundo que justifica as posições objetivamente ocupadas pelos diferentes grupos na dinâmica social (Bonomo & Souza, 2013; Marques et al., 2013).

No contexto das relações intergrupais, cabe mencionar o grupo socialmente desvalorizado das pessoas com transtornos mentais e, entre as representações que compõem o imaginário social acerca dessa categoria, encontram-se o medo e o perigo como elementos centrais (Braga et al., 2015; Serafim et al., 2017; Jodelet, 2005), os quais contribuem para as práticas de exclusão e perpetuação dos estereótipos negativos (Bonomo et al., 2011). Os estereótipos constituem uma importante ferramenta para a compreensão das relações intergrupais. Dias et al. (2018) afirmam que, por atuarem na maneira como as pessoas percebem, avaliam e se relacionam com os diferentes grupos, os estereótipos apresentam um importante papel na análise do preconceito frente aos diferentes grupos sociais.

Diversos estudos têm evidenciado que as atitudes discriminatórias contra minorias são acompanhadas de estereótipos

negativos acerca desses grupos (Costa & Nardi, 2015; Lima & Almeida, 2010). Portanto, os estereótipos são um importante instrumento para a compreensão das relações entre os grupos no contexto da dinâmica social, por apresentarem um grande impacto nas atitudes das pessoas (Marques et al., 2013). Consistente com essa afirmação, Techio (2011) acrescenta que, dependendo do tipo de estereótipo saliente, é possível predizer ou esperar determinadas ações. Nessa direção, cabe mencionar que as pessoas com transtornos mentais são vistas negativamente pela população, ancoradas em estereótipos de conotação negativa como os de perigoso, incapaz, imprevisível, desagradável, bizarro e bobo (Maciel et al., 2019; Nee & Witt, 2013; Pescolido et al., 2013). Tais representações são compartilhadas, direcionando comportamentos e atitudes de hostilidade e de exclusão em relação a elas, como atestam pesquisadores da área: Maciel et al. (2015), Angermeyer et al. (2014) e Damha et al. (2015).

Preconceito contra as pessoas com transtornos mentais

O preconceito frente às diferentes minorias sociais tem recebido grande atenção, sendo tema de várias pesquisas (Lima et al., 2016; Pereira et al., 2017), porém, mesmo diante do aumento de publicações acerca desse tema e da maior compreensão sobre os processos e impactos que o envolvem, essa atitude negativa ainda é bastante frequente e, algumas vezes, assume uma nova roupagem, uma forma aparentemente não preconceituosa, na tentativa de driblar as normas sociais que coíbem tal prática. Apesar das

mudanças sociais e da existência da legislação antipreconceito, a discriminação frente aos diferentes grupos sociais ainda acontece e representa uma grave forma de agressão e violência que traz consequências negativas para toda a sociedade (Techio, 2011).

Na questão referente às pessoas com transtornos mentais, percebe-se que, apesar das mudanças no cenário da saúde mental, surgidas com a reforma psiquiátrica e seus dispositivos legais, as ideias manicomiais ainda estão presentes em nossa sociedade, representadas, sobretudo, pelo preconceito contra esse grupo social (Vieira et al., 2018).

Os estudos mais atuais acerca do preconceito o compreendem enquanto um processo amplo e multideterminado, ressaltando-se o papel do meio social, do contexto das relações intergrupais e dos processos psicológicos. As explicações contemporâneas para esse fenômeno buscam articular tanto aspectos cognitivos, como os estereótipos, quanto aspectos ligados ao âmbito social, à história dos conflitos intergrupais em uma determinada sociedade, por exemplo (Batista et al., 2014; Ferreira et al., 2017; Lins et al., 2014). Nesse sentido, Brown (2010) destaca que o preconceito, além de uma forma de expressão baseada nas crenças ou avaliações negativas, pode se apresentar também enquanto um comportamento discriminatório dirigido a um indivíduo ou grupo devido à sua pertença categorial e que acontece na dinâmica das relações intergrupais que se processam em um contexto histórico específico. Para Schucman (2014), tal

comportamento objetiva criar vantagens de um grupo sobre o outro e legitimar desigualdades sociais.

Gordon Allport (1954) foi um importante pesquisador sobre o preconceito. Ele traçou as linhas fundamentais para o estudo desse tema e propôs uma das definições mais famosas na psicologia social para esse construto; o preconceito é: "Uma atitude de prevenção ou de hostilidade dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo" (p. 7).

Para Lins et al. (2014), o preconceito se configura no âmbito dos conflitos reais de poder entre os grupos e evolui, principalmente, no interior dos grupos dominantes. Como uma atitude, uma predisposição para se comportar, o preconceito é endossado pelos estereótipos negativos e tem como consequência a discriminação, o comportamento de distanciamento e de exclusão social, privando o seu alvo do exercício de direitos, como autonomia e liberdade, e excluindo-o de toda e qualquer participação nas trocas sociais (Campos, 2017). Diante de tais aspectos, o preconceito pode ser definido como "uma forma de relação intergrupal onde, no quadro específico das relações assimétricas de poder, desenvolvem-se, nos grupos dominantes, atitudes depreciativas, comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros dos grupos minoritários por serem membros desses grupos" (Camino & Pereira, 2000, p. 52).

Apesar dos avanços no âmbito da saúde mental, observam-se resistências à efetivação do modelo psicossocial, e pesquisadores como Barbosa (2010) e Maciel et al. (2019) apontam que as pessoas com transtornos mentais são historicamente representadas de forma negativa pela população. Representação essa que foi construída ao longo dos tempos e sedimentada no período manicomial, no qual o cuidado era caracterizado principalmente pela rotulação, pela eliminação dos sintomas por meio da medicalização excessiva e pelo confinamento nos hospitais psiquiátricos (Pessoti, 1995; Maciel et al., 2011; Szasz, 1978). Dessa forma, o preconceito contra as pessoas com transtornos mentais está ancorado nos estereótipos negativos e funciona como motivador ao não apoio às políticas que buscam reintegrá-los ao convívio social, como a reforma psiquiátrica. No entanto, para Liberato (2011) trilhar o caminho da reforma psiquiátrica implica a desconstrução de saberes e de práticas excludentes, estigmatizantes e violentas, na busca da criação de outras possibilidades de relação com a diferença.

Considerações finais

Como pudemos analisar, os estereótipos negativos e o preconceito frente às pessoas com transtornos mentais apresentam importantes impactos no não apoio da população ao modelo psicossocial e à reforma psiquiátrica. Sabemos que apoiar os preceitos da reforma psiquiátrica exige uma reformulação das representações e crenças sobre saúde mental postas na sociedade ao

longo dos séculos. Sair dos hospitais psiquiátricos e roteirizar condutas e protocolos de atendimentos em saúde mental não são *per se* suficientes, infelizmente, para promover a mudança na dimensão sutil e complexa do preconceito, como falamos no início deste capítulo. Estudos atuais ainda revelam o caráter excludente e discriminatório vinculado às pessoas com transtornos mentais, indicando que o preconceito é flagrante e as justificações estão ancoradas na percepção de inadequação comportamental, na imprevisibilidade e na percepção de ameaça, necessitando de intervenções sociais amplas com vistas a modificar essas representações e a exclusão social, facilitando, assim, a inclusão social e adesão aos preceitos da reforma psiquiátrica.

Nesse sentido, a transformação dos estereótipos negativos, bem como de representações e do preconceito, apresenta-se como fundamental para viabilizar novas relações sociais. Cabe acrescentar que esse processo perpassa por estratégias educativas, sendo fundamental que se discuta sobre saúde mental nos diferentes espaços sociais e se transmita informações reais acerca dos transtornos mentais, buscando representações mais livres dos preconceitos e de estereótipos negativos.

Embora sabendo da dificuldade de mudar representações, sobretudo as já tão arraigadas no imaginário social, endossamos a certeza de que todos nós somos agentes propagadores de representações, de forma que também somos responsáveis pelas mudanças delas nas nossas práticas cotidianas e no âmbito da saúde mental.

Referências

Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). AB Editora.

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.

Amarante, P., & Nunes, M. O. (2018). A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, *23*(6), 2067-2074. https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018

Angermeyer, M. C., Matschinger, H., Carta, M. G., & Schomerus, G. (2014). Changes in the perception of mental illness stigma in Germany over the last two decades. *European Psychiatry*, *29*(6), 390-395. https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2013.10.004

Antunes, L., Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2014). Representações sociais e estereótipos sobre Aids e pessoas que vivem com HIV/Aids. *Psicologia: Teoria e Prática*, *16*(3), 43-57. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000300004&lng=pt&tlng=pt.

Barbosa, T. R. S. (2010). *Estigma face à doença mental por parte de futuros profissionais de saúde mental* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Basaglia, F. (1985). As instituições de violência. In F. Basaglia (Ed.), *A instituição negada: Relato de um hospital psiquiátrico*. Graal.

Batista, J. R. M., Leite, E. L., Torres, A. R. R., & Camino, L. (2014). Negros e nordestinos: Similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Revista Psicologia Política*, *14*(30), 325-345. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200008&lng=pt&tlng=pt.

Bonomo, M., & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances em Psicología Latinoamericana*, *31*(2), 402-418. http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v31n2/v31n2a08.pdf

Bonomo, M., Souza, L., Menandro, M. C. S., & Trindade, Z. A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *31*(4), 676-689. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400002

Braga, I. B., Vasconcelos, J. F., Vieira, A. C. C., & Maranhão, T. L. G. (2015). Representações sociais de doente mental na percepção dos cuidadores. *Id onLine Revista de Psicologia*, *9*(27), 98-117. http://idonline.emnuvens.com.br/id

Brown, R. J. (2010). *Prejudice: Its social psychology.* Blackwell Publishers Inc.

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, *14*(28), 125-137. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003

Camino, L., & Pereira, C. (2000). O papel da psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. *Revista Perfil*, *13*(13), 49-69.

Campos, P. M. O. T. S. (2017). *Crenças, opiniões e atitudes dos enfermeiros de saúde mental, face à doença psiquiátrica* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto.

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: Debate conceitual. *Temas em Psicologia*, *23*(3), 715-726. https://doi.org/10.9788/TP2015.3-15

Costa-Rosa, A. (2012). Ética e clínica na atenção psicossocial: Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan. *Revista Saúde e Sociedade*, *20*(32), 743-757.

Damha, A. C., Costa, S. M., Zanluca, A. P., Madureira, E. M. P., & Lise, A. M. R. (2015). A estigmatização da esquizofrenia com enfoque nos profissionais de saúde. *Revista Thêma et Scientia*, *5*(2), 38-45. http://www.themaetscientia.fag.edu.br/index.php/RTES/article/view/327

Deschamps, J. C., & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais.* Vozes.

Desviat, M. (1999). *A Reforma Psiquiátrica*. Fiocruz.

Dias, C. C. V., Torres, T. T. L., Menezes, T. S. B., & Mello, A. C. (2018). Mudança de estereótipos e representações sociais: Desafios para a superação do preconceito frente à doença

mental. In S. C. Maciel, C. C. V. Dias, & C. A. Pereira (Orgs.), *Saúde mental e dependência química: Prática de cuidado e inclusão social* (pp. 129-144). Idea.

Ferreira, A. S. S., Leite, E. L., Sousa, A. W. L., Estramiana, J. L. A., & Torres, A. R. R. (2017). Repertórios interpretativos acerca do preconceito racial no futebol. *Estudos de Psicologia*, *22*(3), 338-348. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000300010&lng=pt&tlng=pt

Figueiredo, M. L R., Delevati, D. M., & Tavares, M. G. (2014). Entre loucos e manicômios: A história da loucura e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de Graduação de Sociais Humana e Sociais*, *2*(2), 121-136.

Foucault, M. (1972). *A história da loucura.* (4a. ed.). Perspectiva.

Gonçalves, A. M., Vilela, S. C., Terra, F. S., & Nogueira, D. A. (2016). Atitudes e o prazer/sofrimento no trabalho em saúde mental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, *69*(2), 266-274. https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690209i

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-41). EdUERJ.

Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Vozes.

Liberato, M. T. C. (2011). *A dimensão sociocultural da Reforma Psiquiátrica: Articulando redes para a consolidação da estratégia de atenção psicossocial* [Tese de Doutorado em Psicologia,

Sociedade e Qualidade de Vida]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Lima, M. E. O., & Almeida, A. M. M. (2010). Representações sociais construídas sobre os índios em Sergipe: ausência e invisibilização. *Paidéia*, *20*(45), 17-27. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100004

Lima, M. E. O., Faro, A., & Santos, M. R. (2016). A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *32*(1), 219-228. https://doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228

Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, *26*(1), 95-105. http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/11.pdf

Maciel, S. C., Barros, D. R., Camino, L. F., & Melo, J. R. F. (2011). Representações sociais de familiares acerca da loucura e do hospital psiquiátrico. *Temas em Psicologia*, *19*(1), 193-204. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100015&lng=pt&tlng=

Maciel, S. C., Maciel, C. M. C., Barros, D. R., Sá, R. C. N., & Camino, L. F. (2008). Exclusão social do doente mental: Discursos e representações no contexto da reforma psiquiátrica. *Psico-USF*, *13*(1), 115-124. https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000100014

Maciel, S. C., Pereira, C. R., Lima, T. J. S., & Souza, L. E. C. (2015). Desenvolvimento e validação da escala de crenças sobre a doença mental [Development and validation of the beliefs about mental illness scale]. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 28*(3), 463-473. https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528305

Maciel, S. C., Pereira, C. R., Lima, T. J. S., Souza, L. E. C., Camino, L., & Silva, G. L. S. (2019). Social exclusion of people who suffer from mental disorders: A proposal for an Explanatory model. *Paidéia*, *29*, Article e2915. https://doi.org/10.1590/1982-4327e2915

Marques, J. M., Páez, D., & Pinto, I. R. (2013). Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (pp. 435-492). Fundação Calouste Gulbenkian.

Mfoafo-M'Carthy, M., & Huls, S. (2014). Human rights violations and mental illness: Implications for engagement and adherence. *SAGE Open*, (4), 1-18. https://doi.org/10.1177/2158244014526209

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em Psicologia social.* Vozes.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público.* Vozes.

Nee, C., & Witt, C. (2013). Public perceptions of risk in criminality: The effects of mental illness and social disadvantage. *Psychiatry Research, 209*(3), 675-683. https://doi.org/10.1016/j.psychres.2013.02.013

Oliveira, T. T. S. S., & Caldana, R. H. L. (2016). Psicologia e práticas psicossociais: Narrativas e concepções de psicólogos de centros de atenção psicossocial. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, *7*(2), 22-44. https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n2p02

Patatas, L. A. C. (2014). *Preconceito, identidade e representações sociais: Relações intergrupais entre estudantes indígenas e não indígenas no ambiente acadêmico* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal da Paraíba.

Pereira, A. S. L. S., Dias, S. M. P. S., Lima, T. J. S., & Souza, L. E. C. (2017). As crenças sobre a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho. *Temas em Psicologia*, *25*(2), 563-575. https://doi.org/10.9788/TP2017.2-10

Pescosolido, B. A., Medina, T. R., Martin, J. K., & Long, K. S. (2013). The “backbone” of stigma: Identifying the global core of public prejudice associated with mental illness. *American Journal of Public Health*, *103*(5), 853-860. https://doi.org/10.2105/AJPH.2012.301147

Pessotti, I. (1995). *A loucura e as épocas* (2a. ed.). Editora 34.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, *26*(1), 83-94. https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010

Serafim, R. C. N. S., Bú, E. A., Maciel, S. C., Santiago, T. R. S., & Alexandre, M. E. S. (2017). Representações sociais da

reforma psiquiátrica e doença mental em universitários brasileiros. *Psicologia, Saúde & Doenças*, *18*(1), 221-233. https://doi.org/10.15309/17psd180118

Shimoguiri, A. F. D. T., & Costa-Rosa, A. (2017). A prática de atenção à saúde nos estabelecimentos psicossociais: Efeitos do modo capitalista de produção. *Psicologia USP*, *28*(3), 389-395. https://doi.org/10.1590/0103-656420160123

Sousa, K. C. S., & Barros, J. D. V. (2012). Estereótipos étnicos e representações sociais: Uma breve incursão teórica. *Revista Educação e Emancipação*, *5*(2), 201-226. http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/3259

Sousa, P. F., Maciel, S. C., & Medeiros, K. T. (2018). Paradigma biomédico X Psicossocial: Onde são ancoradas as representações sociais acerca do sofrimento psíquico? *Trends in Psychology*, *26*(2), 883-895. https://doi.org/10.9788/tp2018.2-13pt

Szasz, T. (1978). *A fabricação da loucura: Um estudo comparativo entre a inquisição e o movimento da saúde mental*. Zahar.

Tajfel, H. (1980). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In A. Barroso, B. J. Silva, J. Vala, M. Monteiro, & H. Catarro (Orgs.), *Mudança social e psicologia social* (pp. 13-24). Livros Horizonte.

Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in Social Psychology.* Cambridge University Press.

Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In E. M. Techio & M. E. O. Lima (Eds.), *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito no Brasil, Espanha e Portugal* (pp. 21-75). TechnoPolitik.

Torres, T. L., Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2016). Estereótipos sociais do idoso para diferentes grupos etários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *32*(1), 209-218. https://doi.org/10.1590/0102-37722016012114209218

Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 457-502). Fundação Calouste Gulbenkian.

Vieira, G. L. S., Maciel, S. C., Melo, J. R. F., Sousa, P. F., & Medeiros, K. T. (2018). Adesão à Reforma Psiquiátrica e preconceito frente ao doente mental. In S. C. Maciel, C. C. V. Dias, & C. A. Pereira (Orgs.), *Saúde mental e dependência química: Prática de cuidado e inclusão social* (pp. 99-117). Idea.

Entre representações sociais e ideologias – o caso do gênero

Jorge Correia Jesuino

idade – a eterna ironia da comunidade
(Hegel – Fenomenologia do Espírito)

O fim das representações sociais?

Esse foi o estranho título que Serge Moscovici deu à intervenção que fez em um Colóquio organizado pela Universidade de Paris X, o qual teve lugar em outubro de 1987, sobre o tema *Ideologia e representações sociais*. O livro, com o conjunto das apresentações, só viria a ser publicado em 1992, sob a direção de Verena Aebisher, Jean Pierre Deconchy e Marc Lipiansky, com esse mesmo título.

O título tem uma conotação irônica, já que o texto visa a promover a noção de representação social introduzida por Moscovici, na altura já com suficientes provas dadas para que pudesse suscitar dúvidas quanto à sua relevância e pertinência. Em todo o caso, ao colocar-se a questão das suas possíveis continuidades e descontinuidades com a noção de ideologia, podemos antecipar problemas difíceis de contornar, como, aliás, o prefácio de Moscovici reconhece e como candidamente declara dizendo que chegou mesmo a hesitar em participar na iniciativa.

A literatura sobre a ideologia é uma "verdadeira floresta", palavras suas, pelo que nela é fácil perder-nos. Ainda bem, contudo,

que Moscovici não desistiu, já que o texto que nos proporciona, ainda que limitado a 20 páginas, é rico em sugestões, além das pistas que fornece para um melhor entendimento do *locus* epistêmico da própria Teoria das Representações Sociais (TRS).

Moscovici abre a sua apresentação com um exemplo: a prática que se observa em culturas orientais de faquires que conseguem caminhar sobre brasas. Distingue três tipos de explicações para o que parece inexplicável: (a) algo de sobrenatural de carácter ideológico; (b) racionalizações do senso comum típicas das representações sociais; e (c) científicas.

O exemplo procura delimitar o esforço reivindicado pela TRS, situada entre uma leitura homogênea, dogmática, universalmente aceita por via da crença que não se discute, e uma outra, de carácter científico, baseada em uma metodologia que reporta à razão e não à crença. Esse lugar intermediário, o mesmo que estabelece a mediação entre as representações coletivas e as representações individuais de Durkheim, é o lugar do diálogo, da troca, das conjeturas, que multiplica os consensos locais de curto prazo, que se rege pela razão insuficiente ou, se preferirmos, pela razão prática e de prazo limitado. Esse esforço mediador entre ciência e ideologia é também o lugar que Moscovici atribui à psicologia social que ele preconiza e procura implementar, a saber – a psicologia das representações sociais, situada entre a sociologia e a psicologia geral (individual).

No texto de Moscovici, proferido no Colóquio, perpassa com relativa clareza a ideia de que a ideologia é sobretudo pensada

no âmbito da sociologia e da história, interessadas nos processos sociais e políticos e no exercício do poder. As ideologias, sugere Moscovici, remetem para uma "epistemologia da denúncia", a que contrapõe como alternativa uma "epistemologia da crítica", da confrontação das ideias. "A noção de ideologia é uma *noção* ideológica" – é outra fórmula provocatória para tornar saliente uma desejável, mas nem sempre praticada, reflexividade. Não obstante todas as reservas, a noção de ideologia não é de forma alguma afastada por Moscovici, vindo mesmo a ser integrada como "a forma extrema duma representação social". Podemos, aliás, recordar que já em um texto de 1972, onde propõe uma "psicologia europeia mais social", escreve: "o objeto central e exclusivo da psicologia social e de comunicação é o estudo de tudo que releva da ideologia e da comunicação do ponto de vista da sua estrutura, da sua génese e da sua função" (Moscovici, 1972, p. 55).[64] Dois anos mais tarde, confirmará que "a psicologia social é a ciência dos fenómenos da ideologia (cognição e representação social) e dos fenómenos da comunicação" (Moscovici, 1984a, p. 7).

Ainda em 1984, por ocasião de dificuldades colocadas por Rom Harré,[65] Moscovici veio a distinguir três formas de

---

[64] As citações diretas de livros no idioma português de Portugal foram mantidas no original.

[65] A dificuldade nunca inteiramente resolvida consistia em justificar a coleta de dados a partir de indivíduos dispersos (grupos nominais) em lugar de grupos interativos (grupos estruturais), tendo em conta a condição dialogal na construção das representações sociais, o que pode levar à circularidade da teoria (Ver Wagner & Hayes, 2005, pp. 310-312).

representações sociais: (a) *hegemônicas*, (b) *emancipadas* e (c) *polêmicas*, distinção essa que vamos reencontrar na apresentação que fez no Colóquio de Paris nos mesmos termos. Nessa distinção, as representações sociais hegemônicas, como Moscovici reconhece, são as que mais se aproximam das representações coletivas no sentido de Durkheim. Por seu turno, as representações, tanto emancipadas como polêmicas, correspondem aos processos de diferenciação social, conduzindo tanto a complementaridades (emancipadas) como a conflitos intergrupo (polêmicas), senão mesmo a binarismos proto-ideológicos. Esse será, todavia, um terreno que Moscovici sempre procura contornar, dada a proximidade com os discursos políticos.

Ainda em um outro texto de 1984 (a) – certamente um dos anos mais fecundos do autor, encontramos uma passagem retomada no Colóquio de Paris, onde as representações sociais evoluem de uma “fase científica” de elaboração teórica, para uma fase “representativa” de difusão na sociedade, e finalmente, uma “fase ideológica” em que as representações são apropriadas por um partido, uma escola de pensamento, ou um organismo do Estado, sendo reconstruídas logicamente de forma que um produto, criado pela sociedade como um todo, pode ser imposto em nome da ciência. Assim, conclui: “toda a ideologia tem dois elementos: um conteúdo vindo de baixo, e uma forma vinda de cima que confere uma “aura” científica ao senso comum” (Moscovici, 1984a, p. 58).

Será este o fim das representações sociais, transformarem-se em ideologias através da sua apropriação e rigidificação por via

institucional? Moscovici cita, neste mesmo sentido, o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937), de quem adota a fórmula de "fetichismo das instituições", a qual traduz bem e leva a aceitar um determinado quadro econômico-social com ligeiras variantes, mas sem alteração de fundo. Na sua forma final de ideologia, as representações perdem a sua capacidade crítica e renovadora que lhes é conferida pela circulação social e tendem a ficar reduzidas a discursos trocados entre elites sem qualquer virtualidade heurística.

Moscovici fornece, a esse respeito, o exemplo da sua própria experiência relativamente à ideologia marxista que não logrou, pelo menos na França, "transformar-se numa representação, quer privada quer pública, nem mesmo nas camadas da sociedade que deveriam ser supostamente mais tocadas" (Moscovici, 1992, p. 79). Recorde-se que a "psicanálise" e o "marxismo" constituem para Moscovici os dois exemplos de "universos reificados" em permanente dialética com o "universo consensual" do "senso comum", e se tal resultou no caso da psicanálise, o mesmo não terá acontecido no caso do marxismo. Permita-me, todavia, observar que Moscovici nunca me pareceu inteiramente claro quanto a este vazio de representações sociais do marxismo, não porventura nos tempos modernos, mas, seguramente, nos tempos conturbados que caracterizam a quase a totalidade do século e durante os quais a alternativa marxista sempre se colocou como esperança para uns e ameaça para outros.

Na parte final do texto que tenho vindo a seguir, Moscovici refere os movimentos sociais que eclodiram um pouco por todo o lado nos anos 1970, tais como nomeadamente a *ecologia*, o *feminismo*, a par de outros movimentos identitários. Moscovici, ele próprio um ativista ecológico, via nesses movimentos uma esperança de renovação e de "reencantamento do mundo" – um *locus* natural de emergência de sociabilidade e de aceitação de múltiplas representações sociais. Afastando-se ele próprio do movimento ecologista que ajudara a criar, precisamente pela deriva política que não aprovava,[66] Moscovici via nesses movimentos identitários um certo recuo, mas, também, indícios da tal apropriação ideológica por parte das instituições, procurando recuperar uma predominância supostamente ameaçada.

De qualquer forma, os impulsos surgiram e nada pode voltar ao ponto de partida. O que fica, porém, como balanço é esta trajetória entre ator e sistema, entre representações sociais e ideologia, que continua no horizonte desejável da psicologia social.

> Uma certa tensão, escreve, entre o mundo dos atores improvisando representações sempre novas e o mundo do sistema em busca de ideologia. Se a psicologia social quer conservar alcance na sociedade, deve manter-se atenta a esta tensão. São em todo o caso as condições da nossa história

---

[66] Em uma entrevista concedida em 1995, Serge Moscovici declara ter abandonado os Verdes por várias razões... "ela recusa deles em tomar posição relativamente a Le Pen a nível eleitoral. Pela associação ao partido comunista, que nunca teve simpatia pela ecologia. Enfim, pela sua atitude pacifista" (Moscovici, 2002, p. 260).

> presente que suscitam, parece-me, ao mesmo tempo o interesse recente pelas representações sociais e o regresso às ideologias que registamos. (Moscovici, 1992, p. 83).

A ideologia enquanto discurso

A noção de *ideologia*, tal como a noção de *representação social*, não é, na verdade, fácil de definir nem tal parece que seja desejável para o estado atual da arte que dá preferência aos conceitos vagos, de fronteiras porosas e em expansão. Em todo o caso, é possível distinguir duas principais acepções da noção de *ideologia*, ambas de raiz histórica e ambas relativamente recentes: (1) a que vem da origem do próprio termo introduzida por Destutt de Tracy (1754-1831) para caracterizar os ideólogos da Revolução Francesa, na transição do século XVIII para o século XIX, enquanto conjunto de ideias ou de *ideário* na bela tradução proposta pela filósofa brasileira Marilena de Souza Chauí (1981); e (2) a segunda acepção que, de algum modo, prolonga o protagonismo dos ideólogos nas lutas políticas, remonta a Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) no seu texto sobre *A ideologia alemã*, concluído em 1846, mas só posteriormente publicado, onde a ideologia é sobretudo objeto de crítica, passando a designar as ideias que se pretendem revolucionárias, mas que, em última análise, não resistem a um escrutínio mais exigente.

Será esta segunda a acepção que atualmente terá sido retida como declinada pelos teóricos e analistas (Terry Eagleton, 1991; Anthony Giddens 1993; Friedrich Jameson, 1990; entre muitos

outros), mas sempre rodeada da ambiguidade que herda dos autores do *Manifesto Comunista*, publicado em 1848? O *núcleo central* do que poderíamos designar, passe o termo, por representação socioerudita da ideologia seria a de uma retórica justificativa, legitimadora das desigualdades sociais. Não basta às classes dominadoras dominarem através dos *aparelhos repressivos do Estado*; a dominação é sempre mais eficaz se complementada através dos “aparelhos ideológicos” – para recorrermos à conhecida terminologia de Louis Althusser (1970/1976, juin) –, ou seja, por instituições tais como a escola, a religião, a família, os partidos políticos, os *media*, através dos quais são produzidos argumentos e inculcado*s habitus* no sentido de Pierre Bourdieu (1930-2001) que, pelo menos em parte, garantem ser esse o regime aparentemente legitimado pelas maiorias tornadas silenciosas.

Na perspectiva “pragmatista e antirepresentacionista” de Richard Rorty (1931-2007), conviria distinguir entre, por um lado, uma acepção discursiva e, por outro, uma acepção pragmatista de ideologia, bem expressa por Terry Eagleton, outro autor de inspiração marxista:

- Ideias e crenças que ajudam a legitimar os interesses dum grupo ou classe dirigente especificamente por distorção e dissimulação.
- Crenças falsas ou enganadoras que nascem não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material da sociedade como um todo (Eagleton, 1991, como citado em Rorty 1993, p. 87).

A segunda acepção estaria mais próxima da perspectiva materialista de Marx e Engels, dada a ênfase colocada na dinâmica

política emergente da estrutura societal. A *ideologia do gênero* baseada no pressuposto da superioridade do homem relativamente à mulher, alegadamente baseada em uma tradição milenar, mas também supostamente apoiada pela "ciência", seria um exemplo de uma ideologia regional, uma "ideografia", se preferirmos o léxico de Jean Pierre-Deconchy (1934-2014), um psicólogo social da escola francesa próxima de Moscovici e um dos editores do livro de 1992.

> Podemos introduzir dois tipos de "saberes": os saberes tipo "logia" (onde a propósito de um objecto de conhecimento particular, se trata de propor leis gerais, teoricamente integradas geradoras de hipóteses de pesquisa com objectivos reprodutivos) e os saberes de tipo "grafia" (onde a propósito de um objecto de conhecimento particular elaboramos a seu respeito uma descrição cuidadosamente controlada, local, eventualmente ilustrativa. (Deconchy, 1999, p. 118).

De acordo com essa distinção, as *representações sociais* teriam uma vocação de carácter mais ideográfico do que ideológico, mais descritivo do que explicativo, mas, mais uma vez, não é fácil traçar fronteiras, até porque sabemos que não há descrições neutras. A dominação masculina, ao ser desmascarada, revela o seu perfil de ideologia no seu sentido negativo de crenças falsas, mas passivamente aceitas através de uma longa de inércia social, regime que é quebrado ou pelo menos posto em causa, através de contradiscursos desconstrutivos, os quais poderão, por seu turno,

vir a ser objeto de um processo simétrico, assim conduzindo à situação ambígua de que a mesma acusação de ideologia serve para denunciar todas as partes em presença.

Para nos mantermos no caso do gênero seria essa a luta ideológica que alimenta a "guerra dos sexos", uma guerra antiga, com a sua *memória social,* mas que adquiriu nos tempos mais recentes novos contornos por virtude do parentesco que, para o bem ou para o mal, associa o *género feminino* aos discursos identitários – ecologismo, racismo, nacionalismo, sexismo, idosismo, colonialismo.

Convém desde já distinguir, nesta linha que remonta a Marx e Engels, entre discurso e ação, entre idealismo e materialismo. Para esses autores, a noção de ideologia era negativa na medida em que era associada a posições apenas verbais, sem consequências materiais. Daí a denúncia que faziam dos jovens hegelianos acusados de um idealismo inconsequente, senão mesmo enganador em termos das mudanças societais desejáveis, denúncia feita a partir não tanto de "crenças falsas", mas a partir do seu carácter meramente verbal, idealista e idealizante sem consequências práticas.

E se é certo que o *movimento feminista* enquanto movimento identitário possa ser visto ao longo do seu centenário percurso como um movimento local, mais reformista do que revolucionário (Rorty, 1993), mais meritocrático do que igualitário, não é menos certo terem sido os tais pequenos passos que em confluência com os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, terão conduzido a

um *novo paradigma* cultural que um sociólogo como Alain Touraine não hesita em classificar como "o mundo das mulheres" (Touraine, 2005, 2006). Nesse novo paradigma, a mulher viria a assumir, se não assumiu já, a liderança federadora das múltiplas minorias estigmatizadas em busca de uma nova conciliação entre natureza e cultura.

Si non é vero…

Retóricas da construção social da realidade

A ideia de que a realidade que observamos é sempre construída tem uma longa história em filosofia que não terá de ser aqui recordada. Desde Kant que sabemos distinguir entre, por um lado, aparências, fenômenos, objetos mentais, representações e, por outro lado, o *número*, a coisa em si, o objeto real, o referente. A nuance introduzida é, todavia, outra; reside no carácter social da construção na procura de um consenso mínimo, na intersubjetividade a que já com os fenomenologistas era atribuída relevância epistemológica.

Mesmo nas ciências experimentais, onde predomina o critério da racionalidade objetiva, esse não é suficiente para dispensar a validação intersubjetiva. O paradigma da construção social sobretudo no domínio das ciências sociais adquiriu particular relevo com a publicação em 1966 do livro de Peter Bergman e Thomas Luckmann, com o título *The social construction of reality*. Tinha como subtítulo "Um tratado de sociologia do conhecimento" e era, na verdade, a sua intenção, de certo modo na

linha de Karl Manheim (1893-1947), o seu pai fundador. A ideia seria identificar as influências tanto conscientes como inconscientes que condicionam o modo como percepcionamos a realidade em que estamos envolvidos, o famoso contexto que tanto irritava *Sir* Karl Popper.

Convém, todavia, distinguir entre, por um lado, a influência do contexto na nossa vida mental enquanto fator que é exterior ao seu funcionamento, o que é uma banalidade, e por outro lado, a incorporação desse contexto enquanto constitutivo dos próprios processos mentais. Jean Piaget (1896-1986), para citar apenas um exemplo conhecido, nunca deu esse passo, que seria, contudo, dado por psicólogos sociais que com ele estreitamente trabalharam, como é o caso de Willem Doise, na sua imensa contribuição para o desenvolvimento da psicologia social e muito em particular para a Teoria das Representações Sociais. É também a Willem Doise que devemos a chamada de atenção para a relevância na teoria de Moscovici das "relações sociais exercidas através do sistema normativo orientando e controlando o funcionamento cognitivo 'dos sujeitos'" (Doise, 1989, p. 399).[67]

Qual a relevância desse paradigma, de carácter sobretudo metodológico, para nos ajudar a melhor entender o complexo vaivém entre representações sociais e ideologias?

---

[67] Doise refere-se à distinção que Serge Moscovici introduz entre os dois sistemas cognitivos do pensamento natural: o sistema lógico que procede a associações, inclusões, discriminações, deduções, ou seja, o sistema operatório; e o metassistema normativo que retrabalha a matéria produzida pelo primeiro e que no pensamento natural é de carácter normativo (Moscovici, 1976, 254).

Ian Hacking, que publica em 1999, dedicado a esse tema, *The social construction of what?*, enuncia algumas sugestões que nos podem ajudar. Ele próprio, opondo sérias reservas à tendência para tudo explicar através do recurso ao contexto sem finalmente nada explicar, viria a propor um esquema que me parece útil e que passo a resumir.

Hacking parte do que designa por enunciado “o” – *um enunciado zero* acerca dum objeto, seja uma situação concreta ou uma ideia. Se pensarmos na categoria gênero/sexo, aqui tomada como exemplo, teremos que, a distinção enquanto tal, não é problemática, porventura uma representação social hegemônica, universalmente aceita e partilhada. Há dois sexos, como há dois gêneros, masculino e feminino, aquele de natureza biológica, este último de natureza cultural, a que correspondem funções, atributos e papéis sociais bem delimitados e bem definidos inclusivamente do ponto de vista jurídico, em instituições tanto privadas, como a família, como públicas, como o acesso à educação e às profissões.

É certo que historicamente se registaram mudanças. Nem sempre as relações entre os gêneros foram as mesmas, nem sempre o contrato social foi construído à margem das instituições religiosas, mas, no momento teórico zero, nada parece perturbar o *status quo*, nem colocar questões de legitimidade ou de legalidade. Haverá possivelmente sob este consenso alargado, nesta “paz dos cemitérios” vozes dissidentes, minoritárias que permanecem inaudíveis até o dia em que passam a ser ouvidas e a merecer atenção ou a provocar inquietação.

Por vezes, bastará a dissidência de um só – como sugere metaforicamente Moscovici (1979) no seu ensaio sobre as minorias ativas. Tais vozes minoritárias levam, no esquema de Hacking, à passagem do momento zero ao momento “1” – o momento em que se declara que *X* é o que é, mas que não é necessário que assim seja, e que seria mesmo melhor se assim não fosse. Por outras palavras é desse modo que se inicia o processo de deslegitimação, o processo de mudança social, e é também o momento propício para a emergência de representações sociais, ou seja, de uma reflexividade generalizada sobre o estatuto de X, processo esse desde logo complexo, com avanços e recuos e sem desfecho previsto.

Esse esquema, algo semelhante ao proposto por Ivana Marková, para quem o “pensamento natural”, espontâneo, do senso comum, seria por natureza antinômico, tornando-se explícito quando surgem problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, etc. “É durante tais eventos que as antinomias do pensamento se transformam em ‘Thêmata’:[68] entram no discurso público, problematizam-se e, posteriormente, tematizam-se, começando a

---

[68] *Thêmata*, plural do grego *Thêma* é um conceito introduzido por Gerald Holton (1929-) no domínio da filosofia da ciência enquanto pressupostos metateóricos que ajudam os cientistas a optar por modelos interpretativos igualmente válidos. Serge Moscovici e Georges Vignaux (1994) adaptaram este conceito enquanto *locus* de ancoragem superordenado das representações sociais. A dicotomia masculino-feminino que parece universalmente reconhecida poderia ser considerada como um hiper Thêma ao mesmo título que o Yin e Yang das culturas asiáticas.

gerar representações sociais a respeito dos fenômenos em questão" (Marková, 2003, p. 184).

Embora seja discutível que o pensamento natural seja sempre de natureza dicotômica e sobretudo que as representações sociais apenas se atualizem em um contexto de sociedade conflitual, certamente será em tais situações que o seu efeito se torna mais evidente. O caso da oposição *homem-mulher* ou, se preferirmos, *masculino-feminino* será aqui paradigmático.

Será essa oposição, por excelência, uma espécie de "Ur-Ideologia", com um conteúdo mínimo, matriz original, superordenada, de sistemas ulteriores? (Deconchy, 1989, p. 247). Tal parece ser a posição sustentada por Françoise Héritier, que, segundo Denise Jodelet, permite articular identidade e diferença (Jodelet, 1998).

Essas questões de natureza onto-epistêmica introduzem-nos sempre em labirintos com saídas difíceis, bastando-nos porventura admitir, e novamente com Ivana Marková, que oposições como liberdade/opressão, justiça/injustiça, moralidade/imoralidade, assumem particular relevo, podendo ser consideradas como "*thêmata* de base" do pensamento social, visando, em última análise, ao reforço das identidades, traduzidas no "reconhecimento social", cuja importância teria sido originalmente introduzida por Hegel (Marková, 2000, p. 62) e, hoje, um dos temas centrais nas agendas dos filósofos.

Voltando novamente a Hacking, há que notar que o esquema que ele propõe não se limita a esse momento de ruptura

em que o real começa de algum modo a ser reconstruído. Com esse momento, inicia-se um possível percurso que, segundo este autor, comporta seis etapas, seis graus de construcionismo, que ele designa sucessivamente por: (1) histórico, (2) irônico, (3) reformista, (4) revelação, (5) rebelde e (6) revolucionário.

O momento (1), histórico, será de todos o mais neutro. Limita-se a afirmar a contingência de X, a sua historicidade. No exemplo que vem a seguir, se o sexo pode reivindicar um *status* natural e não contingente, o que não é aliás inteiramente pacífico, já o mesmo não poderá dizer-se do gênero enquanto categoria social, que à natureza se sobrepõe de acordo com as convenções históricas, culturais e sociais. A esse primeiro nível não se torna sequer necessário apor uma avaliação. Ou tal avaliação a ter lugar pode ser tanto positiva como negativa. Mas, quando é negativa, já nos situamos no nível da *ironia*, que, segundo Hacking (1999), remete a uma condenação inconsequente – é assim, mas não podemos fazer nada para corrigir. Há uma ironia relativamente à morte. Sabemos que vamos morrer, não podemos fazer nada para o evitar. Esse pessimismo resignado poderá, todavia, revestir-se dum maior agentismo, seja de tipo (3) – *reformismo* das pequenas alterações corretoras – ou (4) – de *desconstrução* e *denúncia*. Ambas, no fundo, variantes de atitudes sociais – algo pode ser feito, mas não muito.

Poderíamos dizer que é a partir desse patamar que se opera a viragem das representações para as ideologias, que se mobilizam recursos e, sobretudo, que se recorre ao poder ou mesmo à força

para, em última instância, e se necessário for, fazer prevalecer as nossas razões, por via da (5) *rebelião* ou da (6) *revolução*.

Entre *representação social* e *ideologia* as ligações seriam, todavia, mais da ordem da continuidade do que da ruptura. E de algum modo parece lícito concluir que, se há representações sem ideologia, não haveria ideologia sem representações. Outra conclusão que podemos arriscar consiste/reside no controle que as representações, pela sua abertura e disponibilidade crítica, podem exercer na desconstrução de eventuais efeitos perversos que possam resultar da apropriação ideológica dos movimentos identitários.

Filosofias do gênero

Angela Arruda, num dos seus sempre seminais textos, neste caso em que coteja a TRS com as teorias de gênero, finaliza com a pergunta "por que diante de tantas afinidades, a aproximação entre elas não é maior"? (Arruda, 2002, p. 143). Ainda que ela própria tenha contribuído para estabelecer desejáveis pontes entre estas duas linhas de pesquisa nomeadamente refletidas no livro que organizou sobre a *Representação da alteridade* em 1992,[69] é certo que a questão do gênero não terá conhecido o desenvolvimento que poderia antecipar-se tendo em conta a sua saliência no espaço

[69] As contribuições de Angela Arruda para o estudo das representações sociais e da sua articulação com o feminismo especificamente no que se refere ao ecofeminismo, tema que aqui não foi abordado. Veja-se nomeadamente o texto de 1997 com o título "*A diferença não é mais aquela*", que resume a sua tese de doutoramento.

público tanto enquanto movimento social como enquanto reflexão teórica. Uma possível explicação, já antes sugerida, poderia invocar os argumentos de Moscovici sobre a deriva para as ideologias, sucedendo ao feminismo os mesmos problemas epistêmicos que encontramos nas teorias marxistas.

Os sintomas parecem, na verdade, idênticos. O discurso tende a tornar-se mais complexo, mais elitista e distanciado, limitando-se a uma *intelligentzia* que pouco terá a interessar ao senso comum. Entre o discurso hegemônico do *status quo* e os estereótipos estudados pela psicologia social universitária, continua por preencher o espaço da dinâmica que, em última análise, irá contribuir para a mudança das representações e, finalmente, das próprias instituições.

Recorde-se que o movimento que luta pela conquista dos direitos das mulheres à cidadania vem já do século XIX, senão mesmo de antes, adquirindo uma dinâmica que chega aos nossos dias e leva mesmo a pensar que o fundamental foi já adquirido, ou talvez não. Não podemos confundir ordem jurídica com a práxis social. E embora Leon Festinger (1919-1989) nos tenha mostrado que a mudança de comportamentos, ainda que forçados e não espontâneos, leva ao reajustamento e finalmente à mudança de atitudes – os famosos mecanismos de redução da dissonância cognitiva –, não está excluído que tais atitudes e comportamentos permaneçam latentes e acabem por despertar dinâmicas arcaicas.

Se assim não fosse, seria dificilmente explicável um moralismo remanescente e não apenas sutil, detectável na

persistência da violência não apenas simbólica, mas também física, difícil de erradicar mesmo nas sociedades ditas mais desenvolvidas e mesmo nos estratos supostamente mais educados. Tal como Rorty observa melancolicamente, "essa subordinação corre através dos séculos como um monótono (tão frequentemente inaudível) ostinato – o som dos homens a baterem nas mulheres. Nenhuma orquestração dramática se afigura possível" (Rorty, 1993, p. 102).

Curiosamente, ou talvez não, os sofisticados textos sobre a metafísica da mulher raramente se debruçam sobre esta zona de sombra. Efeito perverso da própria libertação sexual como parece sugerir MacKinnon?

> As mulheres são supostas gostar cada vez mais da força sexual (*to like sexual force better and better*) em parte como produto da libertação sexual e em parte como resultado do que produziu esse movimento. A liberdade para a sexualidade das mulheres tornou-se na liberdade para a opressão sexual do macho (*male sexual agression*). (MacKinnon, 1990, p. 6).

A sugestão de que a libertação, e não apenas sexual, das mulheres possa conduzir a "efeitos perversos" – mas qual a mudança, supostamente para melhor, não os comporta? – justificando, ainda que não forçosamente, os surtos de *backlash* que episodicamente ritmam a marcha libertária, é algo que me parece merecer maior atenção.

Partilhando a injunção de Angela Arruda quanto à desejabilidade de uma maior aproximação da TRS das reflexões

sobre o gênero levou-me a reler *O segundo sexo*, publicado por Simone de Beauvoir (1908-1986) em 1949 (Beauvoir, 1949/2015) – possivelmente o manifesto decisivo que abre a segunda vaga do feminismo. As cerca de mil páginas desdobradas em dois volumes serão certamente redundantes e muito do que lá é exposto estará datado. Encontro, todavia, nessa obra seminal, um estilo de abordagem, uma estratégia de análise, próxima, ou pelo menos comensurável, com o "novo olhar" que Moscovici procurou introduzir na psicologia social enquanto reflexão interdisciplinar ancorada, em última análise, na filosofia e, neste caso específico, na fenomenologia de Edmund Husserl (1858-1938).[70] O impacto produzido pelo livro de Simone de Beauvoir é, desde logo, anunciado pelo título ao pôr em evidência a subalternização da mulher na ordem ontológica.

Mas certamente que a frase icônica, que irá ser glosada e declinada à saciedade, é a que abre o segundo volume – "*on ne naît pas femme on le devient*". A fórmula é singularmente feliz porque condensa toda uma tese que irá ser desdobrada ao longo do texto. Desde logo, a tradução para português, mas também para inglês,

[70] Simone de Beauvoir recorre assumidamente às teses do existencialismo sartriano que, por seu turno, deriva da fenomenologia de Husserl e Heidegger. A fenomenologia atribui especial relevo à noção de intencionalidade da consciência, ou seja, a consciência está sempre focada em um objeto. Moscovici atribui essa mesma propriedade às representações sociais – "toda representação é representação de alguma coisa" e "toda a representação é representação de alguém" (Moscovici, 1976, pp. 62-63). A fenomenologia não prescinde do sujeito que irá ser subalternizado pelo estruturalismo e, posteriormente, de novo recuperado no pós-estruturalismo já não em termos metafísicos, mas pragmatistas, por via das discursividades performativas.

não é fácil, pelo menos na brevidade densa do original. O neutro "*on*", que faz as delícias dos lacanianos, remete a um momento anterior à marcação do gênero, indicando uma indiferenciação que é também biológica. Não se nasce mulher – parece contrariar a evidência sensível mais imediata, mas percebemos, em primeiro lugar, que o sexo biológico é contingente e, em seguida, que esse mesmo "*on*" virá a ser (ou não) um exemplar (*token*) de uma categoria (*type*) enquanto coleção de atributos extensionais. Mas justamente "*on le devient"* abre um espaço que não condena a uma única saída, conferindo assim uma liberdade, mínima que seja, ao sujeito. De certo modo, já se prenuncia aqui, como veremos mais adiante, a performatividade de Judith Butler, mas, também, a tese sartriana de que só a morte transforma a vida em destino.

Simone de Beauvoir é filósofa, existencialista, de onde o acento voluntarista colocado no sujeito – um "para si" (*pour soi*) que, embora menos radical e absoluto do que em Sartre, não deixa de reconhecer que uma vez conquistada, ainda que parcialmente, a batalha pelos direitos não apenas políticos mas também sociais e econômicos, permite à mulher libertar-se da condição de *imanência* e projetar-se no mundo da *transcendência*. Um exergo de Sartre que figura neste segundo volume – "metade vítimas metade cúmplices, como toda a gente" ("*à moitié victimes, à moitié complices, comme tout le monde*") igualmente ilustra a ambiguidade da condição feminina enquanto metonímia da condição humana, assim atenuando a polarização dum discurso mais irônico do que ideológico.

Na grade proposta por Hacking, o texto de Beauvoir pode ser situado em várias posições: em parte é *histórico*, em parte *irônico*, sobretudo na sua vertente *desconstrutiva*, amplamente ilustrada na análise dos “mitos”, das “situações” e das “justificações” – outras tantas representações socialmente construídas e interiorizadas através dos processos de socialização. Ainda que não explicitamente referido, o termo gênero (*gender*) enquanto categoria social está presente na obra como conceito.[71]

Poderíamos mesmo dizer que é no texto de Simone de Beauvoir que se torna clara pela primeira vez a distinção entre o sexo biológico – macho e fêmea – e o gênero cultural – homem e mulher, reificando-se a distinção entre masculinidade e feminilidade. É aí, na passagem à cultura e à integração social, que intervêm os mecanismos de construção social, conduzindo à objetivação de estruturas e instituições que tendem a ser reificadas e tornadas definitivas.

A passagem à ideologia conduz à denúncia e polarização. Ainda na grade de Hacking, e conforme ele próprio sugere no caso de Judith Butler (1990), trata-se não apenas de desconstruir mas destruir a própria noção de gênero enquanto categoria reificada, o que ilustraria uma postura de *rebelião,* e Monique Wittig (1982), ao recusar incluir-se na categoria de mulher, reivindicando a

---

[71] Na verdade, o termo gênero é há muito conhecido enquanto categoria gramatical, sendo a sua aplicação ao binarismo sexual relativamente recente, introduzida por iniciativa do sexologista John Money (1921–2006) na década de 1950. A sua contribuição não parece ter sido devidamente reconhecida na literatura feminista (Ver https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Money).

"categoria" idiossincrática de *lésbica*, seria o exemplo de um "*acting out*" de natureza revolucionária. Wittig também utiliza a fórmula de Beauvoir – *on ne naît pas femme* – mas retira-lhe a segunda parte – *on le devient* –, o que equivale a rejeitar qualquer tipo de construtivismo dialógico intersubjectivo para lhe opor um construcionismo pragmatista performativo.

O arco epistêmico que vai de Beauvoir a Wittig, passando por Butler de certo modo, ilustra a trajetória percorrida pela filosofia do gênero, da modernidade à pós-modernidade.

É nesta perspectiva que proponho situar o texto de Simone Beauvoir enquanto precursor da Teoria das Representações Sociais introduzida por Moscovici e, posteriormente, reformulada pela dialogicidade introduzida por Ivana Marková (2003). A ideia é a de completar a arquitetônica da TRS através da introdução do nível superordenado da noção *themata* enquanto matriz de ancoragem meta-teórica, não propriamente o "gancho no céu" parodiado por Rorty, mas enquanto instância de reflexividade, permitindo não só uma maior articulação entre as representações, mas, sobretudo, a proposta de uma genealogia para a sua formação. E se o percurso da metodologia é por via de regra circular, partindo do senso comum para a ele voltar, nada obsta a que a análise proceda no sentido inverso e procure melhor delimitar o universo na tematização específica que lhe dá lugar (Marková, 2000).

A questão do gênero é assim tematizada a partir do dualismo masculino-feminino, quando tal dualismo, enquanto representação hegemônica e como tal aceito como legal e legítimo,

passa a ser deslegitimado através da denúncia da dominação masculina que nela se oculta. De supostamente complementar, ao serem hierarquizados, os grupos tornam-se antagónicos e assim "a guerra dos sexos", porventura sempre presente ao nível interindividual, transforma-se em conflito intergrupo ou mesmo interclasse com características mais abstratas e, por isso mesmo, mais redutoras e mais ideologizadas. A representação hegemônica do binarismo diferencia-se nas representações emancipadas e nas representações polêmicas em busca de uma nova hegemonia, de uma nova ordem que estabilize e garanta a paz social, sobretudo pela via lenta do reformismo. O feminismo enquanto movimento de contestação e mudança é aqui paralelo a muitos outros movimentos identitários, ainda que nem todos possam registar os mesmos resultados. E, talvez, se possa mesmo argumentar que o seu óbvio sucesso, em termos comparativos, seja com o antirracismo ou o anticolonialismo, pelo menos nas culturas ocidentais, seja consequência de uma menor incompatibilidade das reivindicações feministas com o *ethos* meritocrático enquanto representação hegemônica da arquitetura societal.

A dinâmica social segue em regra esse esquema que conduz da deslegitimação da legalidade à legalização de uma nova legitimidade. Já teria sido assim com as sufragistas e hoje custa a aceitar que, não há muito tempo, as mulheres não pudessem votar, como igualmente custa a aceitar que não pudessem viajar sem a autorização expressa dos respectivos cônjuges.

Subjacente a esta dinâmica aqui descrita em termos mais do que elementares, podemos pôr em causa que seja a performatividade o único motor de uma dinâmica reduzida nesse caso a um caminhar sem estratégia – *no hay caminos, hay que caminar*. Mas há caminhos, ou, pelo menos, há que os traçar com base no imaginário, na luz que sempre se procura ao fundo do túnel. No que se refere ao binarismo de gênero, mas talvez menos quanto ao binarismo do sexo onde tudo se torna mais simples e também mais complexo, os cenários, oferecidos tanto pelo imaginário coletivo como pela metafísica que o objetiva, caem sempre na dialética do igual (ou semelhante) e do diferente. E não obstante, as sofisticadas variações que podemos seguir nos "*gender studies*", hoje uma área transdisciplinar, e mesmo sem pretensões de sistematicidade, é difícil não admitir que as posições se distribuem entre esses dois atratores[72] distinguindo igualitaristas e diferencialistas.

Isso não significa que o debate tenha redundado em uma logomaquia em torno do falogocentrismo.[73] Igualitarismo e diferencialismo não significam hoje o que significavam no tempo das luzes, não sendo de excluir que a distância que os separa seja hoje menos radicalizada. O diferencialismo conduz ao essencialismo, que todavia não abdica de uma igualdade fundada na

---

[72] Atratores é um termo técnico usado na Teoria das Catástrofes, de René Thom (1923-2002), e hoje muito corrente nas ciências sociais como metáfora.

[73] Falogocentrismo aglutina logocentrismo e falocentrismo. O neologismo foi introduzido por Jacques Derrida (1930-2004).

ética dos direitos humanos em toda a sua extensão. Igualdade não implica, pois, perda de identidade, o que tende a politizar a dialética intergrupo. Por seu turno, as teses igualitaristas, não menos reivindicativas no que se refere à ética dos direitos, ao recusarem a metafísica da substância subjacente às ideologias identitárias, tenderão a substituir a dialética intergrupo pelo dialogismo interindividual ou, ainda, em uma nomenclatura mais familiar, a que distingue individualismo e coletivismo na ordem cultural, e entre nominalismo e realismo na ordem epistemológica.

Variações em torno do andrógino

Neste contexto teórico, julgo poder situar a Teoria das Representações Sociais tal como terá sido proposta por Marková como uma tentativa de terceira via de dialogismo intergrupo, ou seja, uma permanente mediação entre o individual e o coletivo (entre Tarde e Durkheim), sem qualquer pretensão de síntese hegeliana. No caso do gênero, julgo que podemos ilustrar as diferentes alternativas em termos de representações sociais em que o referente mítico seria a figura ou imagem do andrógino, analisado em detalhe por Fabio Lorenzi-Cioldi (1994), assunto a que dedicou um livro publicado em 1994, que estranhamente não terá conduzido a posteriores desenvolvimentos, quer no domínio dos *gender studies* quer no da Teoria das Representações Sociais.

Lorenzi-Cioldi faz um balanço dos estudos efetuados no domínio da psicologia social onde a referência à androginia

psicológica foi introduzida por Sandra Bem, que operacionalizou e testou o conceito em termos de personalidade, evoluindo, em seguida, para a categorização em termos de aplicação esquemática no âmbito do novo paradigma sociocognitivista. Um resultado robusto desses estudos indica ser a androginia significativamente mais adotada pelos homens do que pelas mulheres, levando a sugerir que o modelo possa contribuir para reforçar o binarismo hierárquico.

Será essa uma das razões para o desinteresse por essa linha de pesquisa?

Lorenzi-Cioldi introduz, porém, uma nova estratégia de pesquisa situando-a no âmbito das TRS, na sua vertente genética, próxima de Moscovici e de Doise. Para além dos estudos empíricos, debruça-se na literatura e nos mitos que remontam, como bem conhecemos, ao Banquete de Platão, onde Aristófanes introduz o bizarro mito de que no princípio haveria três categorias sexuais – os homens-homens, as mulheres-mulheres e os andróginos metade homem e metade mulher, cujo poder e ambição desafiavam os deuses pelo que estes os separaram, e agora cada metade procuraria a outra, a fim de reconstituir a unidade perdida.

Mas o mito virá adquirir novas versões, inclusive reclamando-se da ciência; todos nós seríamos portadores de hormonas masculinas e femininas, em proporções diversas, isso numa perspectiva naturalista. Recorde-se igualmente a distinção do psicanalista Carl Gustav Jung (1875-1961) entre *animus* e *anima* enquanto instâncias respetivamente do masculino na mulher e do

feminino no homem, o que faria de todos nós andróginos psicológicos, ainda que em proporções variáveis (Jung, 1964/1986).

Também na literatura, o mito do andrógino exerceu uma particular fascinação, que podemos ilustrar em Virginia Wolf (1882-1941), ela própria uma feminista da primeira geração. No ensaio "A room of one's own" (Wolf, 1929/2014), exalta a voz feminina e para ela reclama um espaço em que venha a ser ouvida e reconhecida. Wolf cita o romântico Samuel Taylor Coleridge (1773-1836) – "*a great mind is androgynous*": "É quando esta fusão tem lugar que o espírito se acha completamente fertilizado e usa todas as suas faculdades. Talvez que um espírito puramente masculino não consiga criar, tal como o não consegue um espírito puramente feminino" (Wolf, 2014/1929, p. 97).

Embora Lorenzi-Cioldi não tenha incluído no seu *corpus* as autoras feministas mais representativas, julgo que podemos nelas encontrar alguns exemplos do imaginário andrógino por vezes de forma explícita e não apenas implícita. No capítulo final de O *segundo sexo* – "Rumo à libertação" ("*Vers la libération*"), Simone de Beauvoir traça o quadro idealizado de uma outra socialização da jovem menina, educada com as mesmas exigências que os irmãos e onde a mãe "assumindo ao mesmo tempo que o pai a responsabilidade material e moral do casal usufruiria do mesmo duradouro prestígio: a criança sentiria em redor de si um mundo *andrógino* e não um mundo masculino" (Beauvoir, 1949/2015, p. 571).

Em um registo bem mais complexo e apelando para o impacto das novas tecnologias, Donna Haraway, no seu *Manifesto Ciborgue*, propõe uma figura futurista que igualmente me parece muito próxima da utopia andrógina. Basta citar algumas passagens de um texto que mereceria ser transcrito na íntegra:

> No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – máquina e organismo: somos em suma ciborgues. O ciborgue é a nossa ontologia; ele determina a nossa política… O ciborgue é uma criatura de um mundo pós-género; ele não tem compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edipiana, com o trabalho não alienado. (Haraway, 2016, p. 6).

Todo o texto é percorrido por alusões à ficção científica e a mitos reconstruídos na literatura, remetendo à utopia andrógina, e se o termo não é usado por Haraway isso se deve, talvez, à amplitude mais abrangente do Ciborgue, associando organismos a dispositivos maquínicos que ampliam as capacidades humanas e corrigem eventuais desigualdades à partida. E nesse *corpus*, Haraway insere os feminismos, sobretudo de matriz francesa (*French feminisms*), que "contribuem para a heteroglossia ciborgue" (Haraway, 2016, p. 74, n. 29).

Retomando o estudo de Lorenzo-Cioldi, nele assume particular relevância a tematização do andrógino enquanto representação social superordenada, dando origem a três distintas modalidades: (1) o indivíduo *camaleônico*, (2) o indivíduo *simbiótico* e

(3) o indivíduo *angélico*. O autor propõe essas metáforas não a partir de meras intuições de um observador atento, mas a partir de dados empíricos filtrados pelos métodos e grades habituais da TRS. Basicamente, a representação *camaleônica* corresponde a preservar os tradicionais papéis masculino-feminino em termos da composição ortogonal ou oblíqua de atitudes e comportamentos "instrumentais" e/ou "expressivos" (Parsons & Bales, 1956, p. 46-47).[74] O indivíduo *camaleônico*, polifásico se preferirmos a terminologia de Moscovici, será o que estrategicamente adota o estilo aos requisitos contingenciais de situações interativas, sejam individuais ou de grupo. Toda a literatura sobre liderança em grupos e organizações continua tributária dessa dicotomia de geometria variável, nela se incluindo a liderança no feminino, um terreno particularmente apropriado para aplicações dos modelos sócio representacionais bem como às retóricas comunicacionais que deles resultam.

Em contrapartida, o indivíduo *simbiótico*, na leitura de Lorenzo-Cioldi, corresponde ao mito da fusão de papéis, dando lugar a estilos menos adaptativos, mais uniformes e consistentes e que poderiam por isso mesmo contribuir para a mudança e inovação social. Reconhecemos aqui, ainda que o autor não refira à estratégia de influência social desenvolvida por Moscovici na Teoria

---

[74] Talcott Parsons, em um artigo anterior publicado na AJS, distinguia entre as diferentes estratégias de socialização na família americana visando a formação do "*swell guy*" e da "*glamour girl*" enquanto papéis sexuais (Parsons, 1942, p. 604).

das Minorias Ativas (Moscovici, 1979), recorrendo a uma noção de poder não posicional, mas enquanto "meio simbólico generalizado"[75] (Parsons 1963, p. 308). Uma possível especulação seria a de atribuir o relativo êxito dos Movimentos Feministas, pelo menos em parte, a este estilo comportamental alicerçado na consistência (e na persistência).

A modalidade *fusionária* em termos não tanto psicológicos, mas morfológicos, pode traduzir-se nas figuras ambíguas como Jane Birkin ou Michael Johnson, em que é difícil estabelecer a distinção, e por isso mesmo perturbadoras, como sempre foram os casos de hermafroditismo. Hoje, todavia, a ambiguidade será cada vez menos inquietante e cada vez mais procurada e banalizada pela deriva minoritária *queer* enquanto sequela do movimento feminista. À sigla original LGBT foram sendo acrescentados novos sufixos e

---

[75] O poder enquanto *meio de comunicação simbolicamente generalizado* foi uma nova perspectiva introduzida por Talcott Parsons (1975) no âmbito da sua "teoria geral da ação" (veja-se o texto de 1975 para a versão mais condensada e recente). Remete a uma alternativa ao modelo do poder (mas também da influência e do dinheiro, ou, ainda, do amor e da inteligência) não em termos de "soma nula" (poder como recurso/poder de posição) mas de "soma variável". Nesta perspectiva, o poder é uma propriedade dinâmica do campo (Parsons, 1975) próxima da que será desenvolvida posteriormente por Michel Foucault. A Teoria das Minorias Ativas (Moscovici, 1979), ao opor ao modelo do poder enquanto dependência um modelo genético expresso em estilos de comportamento, adota a mesma lógica parsoniana de privilegiar a comunicação tal como os casos de Jürgen Habermas e sobretudo de Niklas Luhmann, pelo que a censura tantas vezes repetida à ausência na TRS de uma referência ao poder será deslocada. A TRS não pode ser isolada de uma teoria da comunicação social, como bem ilustra a obra de referência de Moscovici. As três modalidades de influência social- conformidade, convergência e inovação que ele estudou em termos experimentais têm correspondência nas modalidades de comunicação social – difusão, propagação e propaganda, descritos e ilustrados na *Psychanalyse*.

hoje o Facebook oferece dezenas de opções para gênero "personalizado", tais como *pangender* ou *nonconforming.*

Finalmente, o indivíduo *angélico*, na tipologia de Lorenzi-Cioldi, resultaria da transição teórica para o modelo da noção de *esquema* do *new look* sociocognitivista. O andrógino angélico seria o sujeito que não recorre ao esquema de gênero, ou pelo menos não o faz de forma consistente e, segundo o autor, seria a dominante nas representações pós-modernas do feminismo. Subjacente à figura que transcende as categorizações que se situam para além do sexo – os anjos não têm sexo –, e que por isso mesmo, supera ou desvaloriza a heterossexualidade como norma e como instituição que legitima e continua de algum modo a legitimar a violência simbólica do patriarcado.

Porventura mais importante será, conforme sugere Lorenzi-Cioldi, que todos nós seremos finalmente uma mistura dessas modalidades epistémicas – que ele designa por "quiasma" – que, pela sua complexidade conflitual se encontra melhor documentada na literatura do que nos sempre limitados laboratórios. Como exemplo, a seu ver melhor sucedido, refere a *Séraphîta* de Balzac, publicada em 1835, o relato de um ser misterioso idolatrado por Minna como se fosse um homem e por Wilfred como se fosse uma mulher, e que a ambos se recusa. Outros exemplos poderiam ser citados, confirmando a centralidade do imaginário nas representações sociais, e que uma maior familiariedade com a literatura, como Moscovici bem documenta, só poderá beneficiar.

Será o andrógino, na sua multiplicidade quiasmática, uma das vias que nos ajuda a reencantar o mundo?

No ensaio de 1972, "A sociedade contra a natureza", revista e com prefácio inédito em 1994, Moscovici (1972/1994) invoca Antígona – essa outra figura do andrógino angélico e, porventura, pergunta-se, a primeira feminista. A originalidade de leitura de Moscovici reside na apologia que faz da transgressão quase romântica que o gesto de Antígona representa, ao opor-se a Creonte, enquanto símbolo da dissolução da família.

Porque, na verdade, tudo acontece nesse espaço privado e simultaneamente público em que os filhos são simultaneamente irmãos dos pais, porventura a variante mais iconoclasta que possa conceber-se. Antígona afronta o poder patriarcal, não tanto o do pai Édipo, de quem é irmã, mas do tio Creonte, que assume o poder da cidade de Tebas. E embora invoque a lei do amor, esse é um amor não menos proibido, o amor pelo irmão Polinices, cujo cadáver se propõe inumar contra o decreto de Creonte, mas assumindo explicitamente que não faria o mesmo se se tratasse de um esposo ou de um filho. Antígona opõe à verticalidade da hierarquia a horizontalidade da fraternidade e, sob esse aspeto, o seu grito como o seu sacrifício simboliza uma revolução por cumprir que conduza ao reencantamento do mundo.

No prefácio de 1994, Moscovici, ao voltar à fronteira sutil entre ordem e desordem, entre homens e mulheres, entre pais e filhos, dirá não estar seguro que Sófocles não tenha inventado esse ciclo com o único fim de mostrar que

> . . . a instituição nodal onde se joga a dominação dos homens ou a liberdade das mulheres é bem a família. É somente mudando a família e a proibição que lhe subjaz que se pode produzir uma mudança significativa na luta dos sexos. Todas as outras conquistas económicas e hierárquicas não são específicas. Elas não conduzirão talvez mais do que à assimilação das mulheres aos homens, numa confusão dos sexos. (Moscovici, 1972/1994, p. 389).

Moscovici vê, aliás, sinais que apontam essa tendência de alteração do paradigma da família heterossexual, talvez já como resultado da revolução feminista, como seria o caso da expansão da família monoparental, a banalidade do divórcio, bem como a prática da fecundação *in vitro*, podendo levar ao apagamento da figura do pai. Todos sintomas de um possível retorno às sociedades de "afiliação" que melhor respondem aos desejos libertários de uma ideologia individualista a que os múltiplos feminismos acabam, finalmente, por reforçar.

Nesse novo mundo reencantado – *Le Monde des Femmes* – antecipado por Alain Touraine, as mulheres situar-se-iam ou situam-se já para além da emancipação, enquanto simples agregado de papéis profissionais, adquirindo finalmente a sua singularidade e a sua voz. Ou, como conclui Julia Kristeva no final da sua trilogia *Le génie féminin:* "A mulher não existe, no sentido em que há uma pluralidade de versões femininas, a comunidade das mulheres não é senão uma**s** mulheres" (Kristeva, 2004, p. 558). Hoje, na verdade, deixou de resto fazer sentido falar no feminismo no singular já que

os feminismos são múltiplos e diversos, o que pode levar por outro lado a recear, recorda novamente Moscovici, uma deriva para discursividades narcísicas e elitistas, desligadas das muitas outras desigualdades do mundo cada vez mais multicultural, miscigenado e próximo em que vivemos.

Referências

Althusser, L. (1976). Ideologie et Appareils Idéologiques d'Ètat (1970). (Notes pour une recherche). In L. Althusser. *POSITIONS (1964-1975)* (pp. 67-125). Les Éditions sociales. (Article originalement publié dans la revue La Pensée, no 151, juin 1970). http://classiques.uqac.ca/contemporains/althusser_louis/ideologie_et_AIE/ideologie_et_AIE.html

Arruda, A. (1997). A Diferença não é mais aquela. *Estudos Feministas*, *5*(2), 255-274. https://doi.org/10.1590/%25x

Arruda, A. (1998) (Org). *Representando a alteridade*. Vozes.

Arruda, A. (1999). Reprodução e sexualidade no imaginário brasileiro. *Revista Estudos de Sociologia, 4*(6),164-186. https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/760/625

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147. https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007

Beauvoir, S. (2015). *O segundo sexo: vol. 2. A experiência vivida.* (S. Milliet, Trad.). Quetzal Editores. (Obra original publicada em 1949).

Butler, J. (1990). *Gender trouble* f*eminism and the subversion of identity*. Routledge.
Chaui, M. (2000). *O que é a ideologia.* Brasiliense. (Obra original publicada em 1981).
Deconchy, J. P. (1989). *Psychologie sociale, croyances et idéologies.* Meridiens Klincksieck.
Deconchy, J. P. (1999). Psychologie sociale des processus idéologiques. In J.- L. Beauvois, N. Dubois, & W. Doise, *La construction sociale de la personne* (pp. 113-128). Presses Universitaires de Grenoble.
Doise, W. (1989). Constructivism in social psychology. *European Journal of Social Psychology, 19*(5), 389-400. https://doi.org/10.1002/ejsp.2420190507
Eagleton, T. (1991). *Ideology: An introduction.* Verso.
Flament, C., & Rouquette, M.- L. (2003). *Autonomie des idées ordinaires: Comment étudier les représentations sociales.* Armand Colin.
Giddens, A. (1993). *Sociology* (2nd ed.). Polity Press
Hacking, I. (1999). *The social construction of what?* Harvard University Press
Haraway, D. (with Wolfe, I.). (2016). A Manifesto for Cyborg: Science Technology and Socialist Feminism in the late 20th century In D. Haraway, *Manifestly Haraway* (pp. 6-90). University of Minnesota Press.
Jameson, F. (1990). *Late Marxism. Adorno on the Persistence of the Dialectic.* Verso.

Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo social. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 47-67). Vozes.

Jung, C. G. (1986). *Dialectique du moi et de l'inconscient.* (Folio Essais, 46). (R. Cahen, Trad.) Gallimard. (Première parution en 1964)

Kristeva, J. (2004). *Le génie féminin: 3. Colette* (Folio Essais, 442). Gallimard.

Lorenzi-Cioldi, F. (1994) *Les Androgynes*. Presses Universitaires de France.

MacKinnon, C. (1990). Does sexuality have a history? *Michigan Quarterly Review*, *30*, 1-11. http://hdl.handle.net/2027/spo.act2080.0030.001:01

Marková, I. (2000). Des Themata de Base des Représentations Sociales du SIDA. In C. Garnier (Dir.), *Les formes de la pensée sociale* (pp. 55-77). Presses Universitaires de France.

Marková, I. (2003). *Dialogicality and social representations. The dynamics of mind.* Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel, & H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: A critical assessment* (pp. 17-68). London Academic Press.

Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse son image et son public.* Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives.* Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1984a). The phenomenon of social representations. In R. M. Farr, & S. Moscovici, *Social representations* (pp. 3-69). Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1984b). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 5-22). Presses Universitaires de France.

Moscovici, S. (1994). *La Société contre la nature*. (Ed. rev. et corr. édition). Editions du Seuil. (Première parution en 1972).

Moscovici, S., & Vignaux, J. (1994). Le concept de Thêmata. In C. Guimelli (Ed.), *Structures et transformations de représentations* (pp. 25-72). Delachaux et Niestlé.

Parsons, T. (1942). Age and sex in the social structure of the United States. *American Sociological Review*, *7*, 604-616.

Parsons, T. (1963). On the concept of political power. *Proceedings of the American Philosophical Society*, *107*(3), 232-262. http://www.jstor.org/stable/985582

Parsons, T. (1975). Social structure and the symbolic media. In P. Blau. *Approaches to the study of social structure* (pp. 94-120). Open Books.

Parsons, T., & Bales, R. (1956). *Family: Socialization and interaction process*. London Routledge & Kegan Paul.

Rorty, R. (1993). Feminism, Ideology and deconstruction: A pragmatic view. *Hypatia*, *l8*(2), 96-103.

Touraine, A. (2005). *Un nouveau paradigme*. *Pour Comprendre le Monde Aujourd'hui.* Fayard.

Touraine, A. (2006). *Le monde des femmes.* Fayard.

Wagner, W., & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense: The theory of social representations*. Palgrave McMillan.

Wittig, M. (1982). The category of sex. *Feminist Issues*, *2*, 63-68. https://doi.org/10.1007/BF02685553

Woolf, V. (2014). *A room of one's own and the three guineas.* Collins Classics. (Original work published 1929).

Espetacularização e viralização de estupro coletivo: dos saberes (in)sabidos[76]

Adriane Roso
Janine Gudolle de Souza
Catiele dos Santos

r um espaço de memória e escuta nos
o do testemunho?" (Souza, 2020, p. 2).

Vivemos em mundos que se caracterizam a partir do que Sigmund Freud denominou mal-estar na civilização/na cultura (Freud, 1930/1980).[77] Um mal-estar que é difícil definir, de localizar, de entender. Mas ele está ali nos rondando, nos consumindo e quando presenciamos as imagens de acontecimentos trágicos, que nos causam horror, espanto, esse mal-estar parece ser avassalador. Essas imagens podem oferecer as condições necessárias "para provocar um horror e uma indignação mais

---

[76] Este capítulo é resultado das discussões realizadas nos encontros do VIDAS – Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão Psicologia Clínica שלם Social e articula-se ao projeto guarda-chuva Políticas de Reprodução no Cibermundo: Estudos sobre Tecnologias Contraceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades, o qual explora a construção de políticas de reprodução no cibermundo e seus entrelaçamentos com as representações sociais, identidades sociais, relações de gênero e impactos na saúde (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM, CAAE n. 20532119.4.0000.5346). O projeto recebe apoio do CNPq, via bolsa de produtividade em pesquisa, e da Fapergs, via Edital Pq Gaúcho, da primeira autora. Um resumo envolvendo um levantamento inicial sobre violência e TRS foi apresentado na XI JIRS, IX CBRS.

[77] Freud não utiliza esses dois termos como sinônimos.

generalizada, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência” (Butler, 2009/2015b, p. 27), mas não são capazes de causar uma transformação radical na cultura a ponto de reduzir ao mínimo as violências. Múltiplas leis e dispositivos são criados para coibir a violência, mas, de fato, a humanidade “declarou guerra contra ela mesma por meio dos regimes os mais diversos” (Moscovici, 1979/2011), guerra difícil de ser terminada.

De onde vem este mal-estar? Podemos reconhecer que na sua gênese encontramos a pergunta, tantas vezes posta, “Quem somos nós, afinal?”. Se por um longo tempo da história da humanidade a religião propiciava uma única verdade sobre nossas origens e amainava nossos conflitos, à medida que as ideias da modernidade, alimentadas pelo espírito científico, vão tomando forma, crescem as incertezas sobre quem somos nós e multiplicam-se verdades sobre a humanidade.

No contexto político atual, onde se reacendem discursos medievais e se contestam as ciências, a pergunta-gênese ganha nuances acinzentadas. Talvez, tenhamos ido “longe demais e rápido demais, a ponto de os próprios contornos daquilo que são as sociedades [ou a civilização] deixarem de existir” (Moscovici, 1979/2011b, p. 547). Em um mundo pós-verdade, “esse que não é nem verdade nem mentira” (Amon, 2020, p. 32), onde as crenças individuais se sobrepõem aos fatos, a tal ponto de poder colocar em risco certos princípios da ética (ibidem), é preciso nos questionar sobre quais “imagens são capazes de nos fazer parar?” (Souza, 2020, p. 45).

Uma dessas imagens é a do estupro coletivo. O estupro é "um crime de gênero, que não tem e não pode ter objetivos intencionais, mas pode infligir o máximo sofrimento às vítimas, à multidão que olha e à comunidade em geral" (Astashkevich, 2018, p. 40). No caso do estupro coletivo espetacularizado, "ele consiste em uma estratégia que visa remover o ato do estupro do domínio privado, despir o aspecto emocional e íntimo da sexualidade, absolver o perpetrador da responsabilidade e validar o estupro como uma punição de domínio público" (Astashkevich, 2018, p. 43).

Assim, o estupro coletivo não envolve apenas o/a perpetrador/a, as vítimas, as/os sobreviventes, envolve toda a sociedade. Não conseguimos escapar desse acontecimento horrível. Quando nos deparamos/sensibilizamos com a dor provocada por cenas de violências desse tipo, se aguça o mal-estar na civilização e aumenta nosso sentimento de inadequação, desamparo e de impotência frente à vida. O estupro coletivo parece ser um desses acontecimentos trágicos que entra nesta lógica e toca nossos desejos mais profundos ligados ao "*Unbewußt*", traduzido como inconsciente, mas que, do ponto de vista da psicanálise, não se trata de um não-saber, mas daquilo que é da ordem da impossibilidade de saber, portanto um saber inexplicável, irrepresentável, "insabido".[78]

---

[78] Para ampliar a discussão sobre o insabido, consultar Cumiotto (2007) e Costa (2008).

Por outro lado, ao nos sensibilizar pelo terror da violência, para criar sentidos àquilo que de algum modo toca o insabido e tornar familiar algo que estranhamos, acionamos outros saberes, isto é, as "representações sociais" (Moscovici, 1984, 2008) – um saber que já sabemos (ainda que incompleto e nem sempre consciente), expresso na linguagem e no comportamento, e que possui duas facetas, a icônica e a simbólica. Facetas que denunciam "caladas" o horror da humanidade, mas, também, os esforços para desprecarizar as vidas e tentar viver uma boa vida no coletivo, isto é, em um território onde cada pessoa possa ser reconhecida como edificadora de mundos e coedificadora de um mundo comum. Ter uma vida boa é poder ser visto e ouvido por outros. É poder decidir mediante a sua palavra e persuasão, e não pela força e violência (Arendt, 2007, 2010). É ter o "direito não apenas de ser reconhecido, como também de debater os termos, do reconhecimento" (Modood, in Butler, 2015a, p. 220).

Nos mundos pós-verdade, essas facetas são co-fabricadas pela internet, portanto, vivemos, na maior parte do globo terrestre, em um cibermundo pós-verdade. Neste, as relações estão mediadas cada vez mais pela *techné*, especialmente as do tipo mídias digitais institucionais e sociais. Estas possuem formatos e linguagens próprias, com a finalidade de comunicar para a grande audiência e, ao mesmo tempo, enlaçar cada sujeito na sua singularidade. Estas mídias facilitam a viralização de formas simbólicas. Elas potencializam a interatividade entre pessoas diversas em diferentes

lugares e tempos e coproduzem conhecimentos sobre qualquer fenômeno que entra na rede.

O estupro coletivo entra nessa lógica. No cibermundo pós-verdade, ele está vincado por pelo menos quatro racionais. Violência um: um grupo de indivíduos canaliza sua agressividade a alguém (ou a muitos). Violência dois: a espetacularização da agressão do/a outro/a via viralização midiatizada da agressão. Violência três: o meu testemunho frente aquilo que dói no meu olhar e (re)marca a precariedade da vida humana. Violência quatro: a omissão ou ineficácia das sociedades ao lidarem com o estupro. Quatro violências que nos levam a refletir: como entender essas violências e dar conta de tolerar a agressividade que parece inerente a todos/as nós, ao ponto de produzir estupro de um/a outro/a como nós mesmos/as? Como criar sentidos para algo que é contra a civilização e que nos coloca frente a frente com nossa animalidade?

Ao pensarmos sobre a relevância dos estudos relativos ao fenômeno do estupro coletivo, seja como objeto de análise científica ou para pleitear o desenvolvimento de políticas públicas mitigadoras efetivas, nos deparamos com escassez de estudos que foquem esta problemática. Há muitos estudos sobre estupro, mas a maioria foca no estupro individual. Cerqueira, Coelho e Ferreira (2017) alertam que, em termos de prevalência, regularidade temporal e espacial, bem como de seus fatores subjacentes, mesmo o estupro permanece carecendo de atenção. Essa carência decorre da elevada escassez de dados e informações precisas, em virtude da

invisibilidade do fenômeno e da condescendência social que o cerca, sendo que sua problematização passou a acontecer somente nos últimos anos.

O objetivo deste capítulo é pensar sobre o mal-estar na cultura na sua interface com os sentidos do estupro coletivo no contexto de um cibermundo pós-verdade. Para abordar a espetacularização midiatizada do estupro coletivo, iremos tentar articular três perspectivas ético-teóricas de humano e social – freudiana, moscoviciana e feminista. Nos interessa construir um raciocínio concatenado entre aquilo que é da ordem da natureza, portanto instintivo e insabido, com a capacidade humana de representação social por meio da linguagem. Ao final, analisaremos um caso de estupro coletivo que teve grande repercussão na rede.

Percursos (epistemológicos) para o pensar: que humanos? Que social?

Para “compreender como as coisas acontecem e por que acontecem dessa forma, e não de outra” (Moscovici, 1979/2011b, p. 12) e “Por que as pessoas fazem o que fazem?” (Guareschi, 2020, p. 169), precisamos fazer uma crítica da modernidade e romper com o corte epistemológico/ontológico cartesiano entre as causas sociais e psíquicas. Não nos ajuda situar o social apenas ao lado do racional e do não subjetivo, e ligar o psíquico apenas ao irracional, ao impulso dos desejos e das emoções. Essa lógica cartesiana precisa ser superada. Ambas as partes se interconectam e se coproduzem.

Seguir esse percurso para o pensar demanda a articulação de teorias críticas. As teorias críticas “concebem que as interpretações não são definitivas e completas, mas históricas, implicando o que ainda não está presente, aquilo que pode ser” (Amon, 2020, p. 54). Para essas abordagens, as interpretações não são apenas provisórias e escorregadias, mas levam em conta a historicidade dos fenômenos, os aspectos socioculturais e os do psiquismo. Entendemos que as perspectivas de Sigmund Freud, Serge Moscovici e as feministas voltam seus pensamentos e práticas nessa direção.

As discussões feitas por Freud, principalmente a partir de 1923, proporcionam uma possibilidade de entender a função das disposições instintuais na sua relação com a violência e a agressão. Essas disposições, determinadas pelas experiências da primeira infância, se relacionam com o engajamento dos humanos na manutenção e produção da cultura, que é “tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais” (Freud, 1980c, p. 16). O que advém da nossa interioridade interage com o social, e o produto dessa dialogicidade é passado de geração em geração, tendo a função de nos proteger contra as disposições instintuais e o de nos instrumentalizar para a alteridade.

Freud (1927/1980c) parte do pressuposto de que a civilização foi imposta “a uma maioria resistente por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção” (ibidem, p. 17). Os seres humanos têm tendências

destrutivas, antissociais, anticulturais e são inimigos da civilização. Para entender essa concepção de humano e sociedade, retomamos resumidamente o mito parricida, que funda a cultura, na visão de Freud: por muito tempo havia um macho mais forte que dominava a todos do clã, inclusive às fêmeas. Era amado e odiado ao mesmo tempo, mas, não suportando mais seu domínio, em dado momento, os rivais se unem na cumplicidade para matar esse "grande pai", criando uma cumplicidade. Assim, após o parricídio, para que o clã pudesse sobreviver e evitar "a possibilidade de uma repetição do destino do pai" (Freud, 1980f, p. 174), criam-se tabus e normas específicas. O incesto se torna proibido, uma mínima fraternidade é acordada e a limitação dos seus desejos é estabelecida entre eles.

Serge Moscovici (1961/2008), que criou e desenvolveu mais de uma teoria na psicologia social, dialoga com essa concepção de ser humano e civilização. Moscovici reconhece a animalidade dos seres humanos e a sua possibilidade de transformação a partir da cultura. Judeu como Freud, sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, assumindo uma posição bastante pessimista, ainda que com brechas para transformação, da humanidade. Ele se perguntava "Como viver?" (p. 566) em uma sociedade onde "o inumano existe e . . . se pode despertá-lo, e até mesmo renová-lo" (p. 574).

Na Teoria das Representações Sociais (TRS), dedicou-se ao estudo das representações sociais da psicanálise, trazendo no embolso da investigação a tensão entre o pensamento científico e profissional e o pensamento cotidiano das pessoas comuns. Mas não é na TRS que Moscovici discorre abertamente sobre a

ontologia das suas teorias. Sua visão de ser humano fica evidente no livro *A invenção da sociedade. Sociologia e Psicologia* (1988/2011a) e na sua autobiografia, *Crônica dos anos errantes. Narrativa autobiográfica* (1997/2005). Ele afirma que "nada ou quase nada existe na psique dos indivíduos que não dependa da sociedade e não carregue sua marca" (p. 29), "o corporal e o mental . . . aparecem como um duplo portal, sob o qual todo elemento social deve passar a fim de produzir seus efeitos" (p. 30). Como Freud, Moscovici assume que "a sociedade nasce do interior. Como paixões saídas de cada um de nós, costuradas juntas por inúmeros atos, em inúmeras ocasiões" (p. 40). Ou seja, não somos efeito do social e nem efeito do psíquico, somos o produto desta inter-relação.

Ainda que a psicanálise e a TRS possam contribuir para uma psicologia política, elas não se posicionam abertamente no terreno político, no sentido de visarem à transformação das estruturas econômicas e políticas. No entanto, as obras de Moscovici sobre as minorias ativas (Moscovici, 1979/2011b) e a psicologia das massas (Moscovici, 1981/1985) são abertamente políticas. Na primeira, ele volta sua atenção aos conflitos entre minorias e maiorias, com a finalidade de pensar as possibilidades de transformação das relações de poder. Para Moscovici, a mudança nas relações entre minorias e maiorias "depende, sempre, de um posicionamento crítico, inquieto, descontente e desejante, que questiona a ordem e a uniformidade de condutas e opiniões. A mudança é processo/projeto/estilo de comportamento inovador

que não abre mão da tensão declarada entre posições diferentes” (Hernandez et al., 2013, p. 384).

Na segunda obra (1981/1985), a cosmovisão de Moscovici fica mais clara. Para o autor, “o nascimento de uma forma de vida coletiva coincide sempre com o amanhecer de um novo tipo de humano. Inversamente, o declínio de uma dessas formas vem sempre acompanhada do desaparecimento de um tipo de ser humano” (Moscovici, 1981/1985, tradução das autoras). Retomando o mito do parricídio em Freud, Moscovici critica a psicologia das multidões, abordando as relações de poder entre coletividade/indivíduos e a função dos líderes na sociedade. Para ele, que une o líder ao povo é “Evidentemente o poder” (p. 15), líder esse representado pelos resquícios mnêmicos da cena do parricídio.

Nem Freud nem Moscovici desenvolveram uma teoria de gênero, fundamental, no nosso entender, para o pensar sobre os sentidos do estupro. As teorias feministas, para Angela Arruda (2002), enquanto um projeto político e uma proposição analítica, colocam a questão do poder como ponto nodal. Além de buscar compreender os fenômenos de opressão e subordinação, têm como meta a transformação das relações entre os gêneros. Assim como a TRS [e acrescentamos a psicanálise], elas “oferecem um bom instrumental para a compreensão do ser humano na sua complexidade e abrem portas para avançarmos na caminhada para futuras angulações” (Arruda, 2002, p. 44).

Os feminismos contemporâneos são diversos e podemos agrupá-los sob correntes de acordo com a ênfase que cada um coloca em determinadas categorias de análise, tais como patriarcado, classes sociais, interseccionalidades, etc. Pensamos que cada corrente contribui para o entendimento das violências, entretanto não temos intenção de fazer uma escolha por uma delas, mas aproveitar seus constructos no momento apropriado para analisar determinado aspecto que captura nossa atenção flutuante, “não com o intuito de encontrar categorias ou um fim específico, mas buscando compreender os elementos singulares” (Tomm & Roso, 2013, p. 679) e “para identificar as características dos discursos (variação, detalhes sutis, etc.), os elementos periféricos e as particularidades da argumentação (retórica)” (Roso & Gass, 2018, p. 447).

Defendemos uma proposta de feminismo na qual nós, mulheres, somos reconhecidas como tendo vivências diferenciadas dos homens, tanto em termos econômicos quanto em termos culturais e sociais, e que nossas experiências costumam situar-se às margens, desvalorizadas e subestimadas. Não visamos a uma guerra contra os homens, apesar de acreditarmos em uma tendência humana à agressividade; ao contrário, buscamos alianças solidárias, críticas e propositivas por meio de novas linguagens que fabriquem contradiscursos e por meio de experiências que inovem modos de viver baseados em relações mais justas tanto para as mulheres como para os homens.

A categoria de análise principal das feministas é gênero, entendido, a partir de Butler, como um "processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que 'fazemos', e não algo que 'somos'" (como citado em Salih, 2015, p. 67). Todo o gênero é não natural. Não há relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero. É possível ser uma mulher "masculina" ou um homem "feminino", assim, sexo é gênero o tempo todo (como citado em Salih, 2015). Assim, assumimos o gênero como um produto da cultura.

Mas como essa perspectiva de gênero pode conversar com a visão de humano freudiana e moscoviciana? Primeiro, reconhecendo como ponto de partida o mito do parricídio. Segundo, avançando na discussão à medida que sinalizamos as deficiências nesse modelo no que se refere às relações de gênero. Isso porque entendemos que, junto à psicanalista feminista Maria Rita Kehl (2015, entrevista), Freud se sustentou em um "erro de concepção" sobre as mulheres, pois ele defendia que "as mulheres não eram capazes de sublimação, esquecendo de levar em conta as condições sociais que determinaram esse fato: as limitações biológicas da mulher-mãe, o confinamento doméstico, etc." (Kehl, 1992, p. 272). Mais ainda, "Freud descreve a mulher como a grande solapadora do pacto civilizatório e, ao mesmo tempo, como a grande defensora dos prazeres . . . é um ser pouco confiável no sentido de algum compromisso ético" (Kehl, 1992, p. 263). A mulher a quem Freud dirigiu sua atenção era a mulher da moral vitoriana, obediente ao marido, coibida em sua sexualidade, e não a

mesma possibilidade de mulher da sociedade em rede e do mundo pós-verdade. Hoje, muitas mulheres já se questionam sobre sexualidade, conseguem se "tornar sujeitas de sua sexualidade" (Kehl, 1992, p. 271).

Mesmo no mito parricida, Freud desconsidera os desejos das fêmeas, sua capacidade de resistir e transgredir, inclusive sua capacidade de modificar a base biológica para lidar com a dor. Na descrição da horda, Freud não faz referência à sororidade, apenas à fraternidade, como se aquelas fêmeas não tivessem participado, de algum modo, do assassinato do líder da horda. Entre ir se tornando mulher após o parricídio e a subsequente proibição do incesto e instituição do patriarcado, muita coisa ocorreu e, certamente, as mulheres têm um lugar ativo nessa história. Inclusive, deveria haver clãs comandados por mulheres. Podemos especular isso pelo mito das amazonas, mito que as coloca como inimigas dos homens. Esse mito foi introduzido em escritos por Heródoto (Ver Fajardo, 2015), portanto, com viés do homem daquela cultura e, mais tarde, excluído dos escritos cristãs. Esse apagamento da mitologia matrilinear abre espaço para o mito do patriarcado se fundar juridicamente. O patriarcado, conforme Campos (2016), se estabelece com base no poder do pai (*pater*), chefe da família. É um modelo hierarquizado, de competição, onde as mulheres, os homens mais fracos e as classes sociais consideradas inferiores são subjugados.

Assim, os feminismos entram em nossas pesquisas para colocar em xeque determinados modelos opressivos e instaurar

outras visões sobre os mundos e sobre os sentidos do estupro. O feminismo que fazemos pretende salientar a gênese do apagamento da participação das mulheres na construção da civilização e conhecer como diferentes sujeitos e instituições se articulam para satisfazer seus desejos, alguns respeitando a alteridade e outros colocando em risco a vida de outras pessoas, especialmente aquelas vidas que "nunca são reconhecidas como vidas" e que, portanto, não são passíveis de luto, como diz Butler (2009/2015b, p. 17).

As teorias feministas possibilitam a entrada de outras lógicas de interpretação do estupro. Assim como há diferentes abordagens feministas, encontramos diferentes modos de pensar estupro e de propor ações para combatê-lo. Duas perspectivas nos chamam a atenção. A primeira entende o estupro como um dispositivo de controle social ligado ao patriarcado. O estupro é analisado, essencialmente, a partir da relação dominação/homem-subordinação/mulher, não sendo, portanto, considerado sexo, mas violência. A jornalista e ativista americana Susan Brownmiller (1975) é um nome clássico que assume essa posição. A segunda vertente, ligada à psicanálise, centra as análises no caráter sexual do estupro. A ativista americana Catharine A. MacKinnon, do campo do direito, é uma autora a destacar aqui.

Pensamos que nossa perspectiva neste capítulo tenta conversar com essas duas perspectivas do estupro, de modo que, numa lógica foucaultiana, não situamos o estupro no sexual, mas na arena da sexualidade, entendendo essa como aquela que faz a ponte entre o indivíduo e a sociedade, o biológico e o social, o hereditário

e o aprendido. A sexualidade é constituída por um "comportamento exatamente corporal que depende de um controle disciplinar individualizante, em forma de vigilância permanente" (não posso possuir o corpo de quem não devo desejar!) e por outro lado, "se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que não concernem mais ao corpo do indivíduo mas a... população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação" (Foucault, 1999, p. 300). Desse modo, consideramos o estupro uma prática corporal fundada nos tempos da horda primeva, que continua nos dias de hoje, e que envolve forçar um homem ou uma mulher a submeter seu corpo ao desejo de um/a outro/a, portanto, uma prática não consensual ligada à dominação/subordinação. Por predominar os pressupostos do patriarcado, nas sociedades de hoje são as mulheres as maiorias-alvo do estupro, havendo crescente estupro entre a população LGBTQI+. O estupro envolve a penetração de partes do corpo do/a perpetrador/a (pênis, língua, dedo, prepúcio do clitóris, etc.) ou de objetos nos orifícios da pessoa estuprada, ou simplesmente a fricção destes sob o corpo da pessoa.

Essa visão nos permite criar outras linguagens para aquilo que se nomeia violência *sexual* e um crime *sexual*. O mote do estupro não é o sexual. A urgência de satisfazer um desejo sexual ou da libido, na nossa perspectiva feminista, não serve como ponto central para interpretação da violência, mas como um dos

componentes interpretativos que interatua com as relações de poder e dominação.

Posto tudo isso, queremos dizer algumas palavras sobre o método para pensar sobre o estupro. Apesar de as três perspectivas utilizadas em nosso percurso para o pensar recorrerem a diferentes metodologias de trabalho, podemos dizer que as três são teorias que buscam interpretar para além do aparente, se baseiam na observação dos detalhes e na reconstrução histórica, e praticam o diálogo criativo (consigo mesma/o e com a alteridade). Nessa direção, para o pensar que ser(es) humano(s) é (são) este(s) que comete(m) ou que viraliza(m) estupro, tentaremos, como fez Kehl (1996), cercar com perguntas aquilo para o que não encontr[o](amos) resposta (Kehl, 2015). Faremos isso por meio do processo de observar, experimentar e reunir documentos diversos (Moscovici, 1979/2011b). Trata-se de explorar ou, melhor, especular as lacunas, os não-ditos e não-escutados, os silenciamentos, os deslizes, os sentimentos nos discursos de figuras públicas e nas narrativas do povo "comum". Inquerir sobre os transbordamentos do senso comum nos seus "inúmeros pedacinhos" (Billig, 2008, p. 26), "mostrar paralelos" e "fornecer a base para pesquisadoras/es continuarem a argumentação" (Kaplan, 1992, p. 18, 180).

A busca pelo material de apoio para pensar sobre os sentidos do estupro coletivo se deu em fontes diversas, sem rota e destino previamente determinados. Fomos especulando intencionalmente aqui e acolá, nos deixando conduzir pelo fluxo

das inspirações teóricas e nos guiando, sempre com suspeita, pelas sugestões dos mecanismos de busca *on-line*. Dentre o material de apoio, estudamos artigos científicos, notícias em jornais, vídeos e postagem nas mídias sociais.

Os sentidos do estupro

Nesta parte do capítulo, iremos pensar sobre os sentidos do estupro recorrendo às concepções ontológicas apresentadas anteriormente. Compondo a história da humanidade, este fenômeno está registrado no plano da memória coletiva, de modo consciente (localizado na instância que Freud denomina e*go*), mas, igualmente, tem inscrição na instância psíquica denominada por Freud de *id* (*das Es*, em alemão), no qual se localiza tudo que é herdado, opera de modo inconsciente e é o grande reservatório da libido (Freud, 1923/1980b, p. 44, nota de rodapé; Freud, 1940/1980a).[79] Portanto, há algo na gênese da violência humana que nunca saberemos, mas que podemos especular levando em conta que antes da constituição da civilização, machos impunham sua vontade instintual sobre os mais fracos, usualmente as fêmeas, já que estas, usualmente, não desenvolviam a força muscular por terem que reservar dos perigos da natureza seu corpo em gestação. A partir do parricídio, que abordamos anteriormente, e da constituição da civilização, essa prática passa a ser tabu, já que não

---

[79] Para conhecer e esclarecer os significados de cada um desses termos veja também o texto “O ego e o id” (Freud, 1923/1980).

se quer repetir o "erro" do pai em copular com todas as mulheres que ele tenha vontade e domínio.

Mas que humano é esse, capaz de cometer estupro à guisa da instituição cultura? Para a psicanálise, parte de nossa natureza é preservada, ou poderíamos dizer, armazenada no *id*. Os seres humanos "não são criaturas gentis que desejam ser amadas" (Freud, 1930/1980d, p. 133). Na visão de Freud (1930/1980d), são criaturas com uma inclinação para a agressão, que enxergam o próximo como "um ajudante potencial ou um objeto sexual" que poderá ser usado "sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo". Enfim, o ser humano pode agir como uma besta selvagem e com cruel agressividade (Freud, 1930/1980d, p. 133), abrindo a possibilidade para o estupro.

O que pode ser mais assustador é que, pelo registro no inconsciente, "a disposição para a violência está em todos nós. Ela está na origem da cultura, no mito do assassinato do pai primordial que a funda, no ódio primordial que surge como sombra da imagem narcísica, e na aniquilação repetitiva dos dominados pelos dominadores" (Souza, 2014, p. 48). Assim, para a psicanálise "raramente um ser humano é totalmente bom ou mau; via de regra ele é 'bom' em relação a determinada coisa e 'mau' em relação a outra, ou 'bom' em certas circunstâncias externas e em outras indiscutivelmente 'mau'" (Freud, 1915/1980, p. 318). Assim, todos somos potenciais estupradores, homens e mulheres. Entretanto, é importante marcar que Freud entende que a bondade e a maldade

não são inatas, determinantes e peremptórias; uma criança aprende com o ambiente e pode mudar ao longo dos anos. Adultos que foram egoístas na infância, por exemplo, "podem muito bem tornar-se os mais prestigiosos e abnegados membros da comunidade" (ibidem). Quer dizer, o *id* não determina nosso destino, o que nos tornamos depende também da cultura e é justamente a tensão entre esses dois que gera o mal-estar na cultura.

Para Freud, "o sentido da vida é a busca dos prazeres" (Kehl, 1992, p. 262), mas se deixássemos nossas vidas serem comandadas pelo princípio do prazer, não teríamos civilização. Um dos recursos de que a humanidade dispõe para lidar com as pulsões (*Trieb*, em alemão), que são energias psíquicas internas insistentes advindas do *id* que fazem pressão no indivíduo para que ele aja de determinada maneira, é recorrer ao processo de representação da pulsão. Acontece que alguns sujeitos não conseguem se submeter às restrições do comando do princípio do prazer e, nesses casos, "o recurso à violência . . . parece[m], de fato, se apresentar, muitas vezes, como a única via de escoamento possível para as pulsões" (Coutinho, 2004, p. 111). Então, a pulsão, que está em excesso, se faz emergir à força pela via do ato, podendo ser este ato o estupro.

Para o psicanalista Luis F. L. de Oliveira (2016), Freud entende que a pulsão não representada tende a aparecer sob o estado de afeto, principalmente sob um estado de angústia insuportável. "É por isso que a pulsão exige o desencadeamento do processo psíquico chamado representação, processo a partir do

qual se determinam as moções pulsionais do indivíduo e as possibilidades de inserção da sua atividade pulsional em contextos de ordem social" (p. 82). A representação deste ponto de entendimento são "formações psíquicas imaginárias" (p. 84) e é com elas que a psicologia pode trabalhar, recorrendo a uma abordagem clínica [do] social, ou como Oliveira (2016) denomina "Clínica da representação" (p. 85). Para o autor, aquilo que é da ordem do insabido, que referimos anteriormente, ou "dos efeitos do inconsciente – compete exclusivamente aos psicanalistas" (p. 95).

Seguindo essa recomendação, passamos a dirigir nossa atenção ao processo de representar, de modo a dar continuidade sobre o pensar o estupro. Ainda que alguns teóricos das representações sociais reconheçam que possa haver efeitos do *id* no pensamento e nas práticas, a TRS está interessada em trabalhar com a superfície do aparelho psíquico, ou seja, com aquilo que se vincula às representações verbais, com a comunicação cotidiana das pessoas e instituições, com aquilo que escutamos desde o nascimento e que pode estar consciente ou não. Para a TRS, interessa observar como o(s) sujeitos articulam saberes tradicionais (mnêmicos, do senso comum) com saberes modernos (científicos), produzindo representações sociais, as quais, no nosso entender, são parte do ego e estão mergulhadas parcialmente no *id*. "O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões" (Freud, 1923/1980b, p. 39) Assim, assumimos que a produção de representações sociais

sustenta-se na singularidade de cada humano, nas suas paixões, nos seus ódios, nos seus desejos, e, ao mesmo tempo, nas especificidades do mundo de hoje, que, como já dissemos, é um cibermundo pós-verdade.

Moscovici compreende as representações sociais como crenças e explicações compartilhadas em um tempo histórico e em determinados contextos sociais e culturais. Elas têm uma finalidade prática, de orientação para o agir no mundo (Moscovici, 2008). São imagens que condensam múltiplos significados que possibilitam que as pessoas interpretem o que está acontecendo (Jodelet, 1991). Elas nos propiciam uma maneira de dar sentido e constituir fenômenos socialmente significativos, tornando a realidade intersubjetivamente consentida. Diferentes representações competem em suas reivindicações pela realidade, e assim defendem, limitam e excluem outras realidades (Howarth, 2006). As representações, podemos dizer, recorrendo a Moscovici (2005/1997), são histórias coletivas, porém marcadas por um destino individual, o que torna o processo de representar uma ação não-determinista, situada historicamente e contextualmente, ao mesmo tempo que singular. Afinal, como salienta o autor, temos várias vidas que escoam em vários planos, dos quais nenhuma se desenrola com enredo previamente determinado. Justamente por isso, pensamos, criam-se diferentes sentidos à violência e possivelmente explicações concorrentes para um mesmo acontecimento. Ao criarmos sentidos às violências e ao estupro,

ativamos um conjunto de representações sociais, mas quais seriam essas?

Kalline Flávia Silva de Lira (2019) analisou os estudos desenvolvidos entre 2013 e 2016 acerca da violência contra as mulheres à luz da TRS, no Brasil, e constatou que essa temática ainda carece de pesquisas que utilizam a teoria das representações sociais. A autora destacou que grande parte dos estudos não conta com a participação de pessoas inseridas diretamente nas situações de violência, seja mulher, seja homem. Infelizmente, seu levantamento não envolveu a identificação, nos estudos avaliados, de representações sociais que produzem os sentidos da violência contra as mulheres.

Quais são, afinal, o conjunto de representações sociais que se relacionam com o estupro e com os modos com que nos comportamos frente a esse tipo de violência? Essa não é uma pergunta fácil de responder, já que na arquitetura de toda representação interligam-se sujeito-outro-objeto-ação comunicativa-projeto-tempo-contexto (Jovchelovitch, 2008). Todavia, podemos iniciar uma expedição em busca do entendimento sobre como um sujeito (S1=sujeito) representa o objeto estupro (O[1][80]=objeto) e outros sujeitos (S2=estuprador; S3=pessoa estuprada A; S3=...) e em que tempo histórico (T[1]=tempo) e território se ancoram essas representações (E[1]

---

[80] Pode haver mais de um tempo e espaço coexistindo na construção da representação (Ver Bauer & Gaskell, 1999; Jovchelovitch, 2008).

=espaço). Lembremos aqui que toda representação é uma representação de um outro, mas que remete a si mesmo.

Realizamos um levantamento exploratório de artigos publicados entre 2013 a 2018, combinando os descritores "representações sociais" AND "violência contra mulher", no Portal da Capes. As representações do S1 podem ser sintetizadas do seguinte modo: S2 é objetivado como pessoa do sexo masculino com vínculo afetivo com S3, com características de dominador, ciumento e usuário de drogas. S3 é representada pelo S2 como infiel, de natureza assujeitada ao homem. O patriarcado (T1) parece ser o elo histórico-cultural que fomenta a produção da violência, limitando o acesso à esfera pública (E1) ao homem e restringindo a mulher ao ambiente doméstico (E2) (e.g., Costa et al., 2014; Ribeiro & Coutinho, 2011; Rezende & Silva, 2018).

Levando em conta que as representações não apenas representam objetos, mas são práticas sociais (Guareschi & Roso, 2014), buscamos identificar nos estudos levantados o que acontece pós-estupro. A primeira observação é que a maioria das mulheres interrompe a gestação. Outras pesquisas apontam que existem consequências psicológicas como sintomas da ordem do traumático, tentativas de suicídio, humor deprimido, dentre outros sintomas psíquicos. Além disso, foi identificado que as mulheres têm dificuldade em acessar os serviços de proteção por medo, culpa ou vergonha. Elas entendem que as redes de cuidado não as protegem, mas as vitimizam.

Esse conjunto de representações (e práticas) não nos parece ser suficiente para uma compreensão mais profunda do estupro, mas, como já avisou Lira (2019), há dificuldade em identificar estudos que mapeiem as diferentes representações que interatuam na produção das representações sociais sobre violência sexual contra as mulheres. Encontramos mais facilmente identificações de representações em estudos de outros campos de saber, que, na sua maioria, não recorrem à TRS.

No entendimento da filósofa Renata F. de Sousa (2017), também se faz necessário desconstruir a imagem do estuprador como alguém mentalmente perturbado, agressivo, que se utiliza da força para violentar mulheres honestas e descuidadas. Nas palavras da autora, representações como essa circulam em diversos espaços, tais como filmes e novelas, originando ideias de que o estupro é um caso isolado, fruto de descuido, suprimindo-se a responsabilidade do agressor e dos outros fatores envolvidos na prática e culpabilizando a mulher (a roupa, a conduta, o lugar que não deve frequentar, por exemplo) pelo ato violento do estupro.

Em uma compreensão similar, Daniella Georges Coulouris (2010) ressalta que, na noção de estupro, ainda hoje, a associação entre conduta social e padrão de honestidade permanece presente não apenas na sociedade, mas sobretudo no contexto jurídico, no que diz respeito à fundamentação do conceito de estupro e de estuprador. Além disso, resistem em tempos atuais tendências próximas às verificadas no final do século XIX e início do século XX, por meio das quais as mulheres são analisadas, observadas, em

relação à sua vida sexual, enquanto os homens são julgados de acordo com a sua disposição para o trabalho. Logo, na concepção defendida pela autora, há um “estereótipo de estuprador”, o qual está condicionado tanto ao aceite e à verdade da denúncia do estupro quanto à credibilidade da mulher. No entanto, Coulouris (2010) ressalta que as denúncias envolvendo esse “perfil” estereotipado do homem que comete crime sexual de estupro contra as mulheres é ínfimo, uma vez que a maioria dos casos encontrados refere-se a denúncias contra patrões, padrastos, primos, parentes, ex-maridos, etc., denúncias contra pessoas que comumente são descritas pelas testemunhas como cidadãos de bem, pais de família, bons chefes ou excelentes trabalhadores.

Será preciso, desde essa perspectiva, situar o estuprador na cultura. A cultura do estupro consiste no incentivo, aceitação, naturalização e legitimação da prática do estupro de mulheres e homens. De acordo com Brownmiller (1975), o estupro é um crime brutal, reflexo do machismo, do patriarcalismo e do sexismo, os quais, tradicionalmente, encorajam a supremacia do homem sobre a mulher e a submissão das mulheres aos homens, além de “coisificar” as mulheres em objetos sexuais. A cultura do estupro, conforme Rost e Vieira (2015), tem sua manifestação consolidada quando também há a culpabilização das mulheres em casos de violência sexual, em que a agressão passa a ser responsabilidade delas, que de alguma forma legitimaram isso por meio de suas decisões de como se vestir, se comunicar ou viver sua vida, principalmente, no campo sexual e afetivo.

A antropóloga social Silvana de Souza Nascimento (2016) considera que, para entendermos a cultura do estupro, é necessário refletirmos acerca da representação das mulheres como "pecadoras", desde os tempos da figura de Eva. Para ela, a associação (infeliz e misógina) das mulheres à perversão e ao vício (naturalmente incitadoras da luxúria) de um lado, e à sujeição aos homens (considerados "mais fracos às tentações da carne"), de outro, é um dos elementos que legitimam a prática do estupro. A partir dessa ótica, o corpo das mulheres potencializaria a virilidade dos homens e, na cultura do estupro, isso resulta em um ato de brutalidade e sofrimento indizível.

A aceitação do estupro coletivo: o grupo como construtor da(s) verdade(s)

O estupro coletivo é um acontecimento que envolve dois ou mais agressores e um ou mais indivíduos que sofrem a violência, o que nos leva a pensar sobre seus significados a partir da noção de grupalidade. Ora, nem a psicanálise nem a TRS desenvolveram uma teoria da grupalidade, mas ambas prestaram atenção no que acontece quando indivíduos se juntam.

A obra *Psicologia das massas*, de Freud (1921/1980e), é a referência principal de psicologia social para entender o que acontece quando as pessoas se juntam de maneira estável, artificialmente. Freud compreendeu que a grupalidade era uma estratégia de evasão do sofrimento, uma via para a liberação da impulsividade e da violência (Souza, 2014). Para a psicanálise, o

grupo organizado é também um espaço de compulsão à repetição, onde cada sujeito mobiliza todos os outros por sua história, seus desejos e suas fantasias (Broide & Broide, 2004). Assim, os elementos herdados de muitas gerações, mais as experiências de prazer e sofrimento ao longo de seu desenvolvimento, são revividos e reelaborados pelo sujeito ao participar de um grupo. Ali, o inconsciente se expressa a partir da "relação com o Outro, fala em nome de Outro, ao mesmo tempo que busca seu próprio desejo" (Broide & Broide, 2004, p. 82). Não de modo que o indivíduo se dilua no grupo, pois este não perde sua singularidade cultural; esses Outros são específicos da trajetória de vida de cada um, havendo uma interação dos muitos outros de todos os outros integrantes do grupo no campo grupal, por isso cada grupo se constitui como múltiplo de significados mas, ao mesmo tempo, único na sua expressão.

A análise da grupalidade em Freud é importante para entendermos o estupro para além da história do desenvolvimento do indivíduo. Há algo que o leva e o mantém a estar em grupo, a agir desta ou daquela forma, e que diz desse sujeito, mas que também diz da alteridade. Esse algo, na visão de Freud (1921/1980e), consiste nos laços amorosos ou laços emocionais. Assim, o grupo é mantido pelo poder de Eros (instinto sexual) a ponto de "o amor a eles" (*ihnen zum Liebe*, em alemão) levar o indivíduo a ser sugestionado pelo todo. Nesse campo em que se escoam as pulsões recalcadas e reprimidas, o indivíduo sente-se mais livre da pressão/normas/leis da civilização para colocar em

ato sua agressividade e perpetrar a violência junto aos seus pares. Mesmo que cada membro possa divergir em algum aspecto ou questão, quando se juntam se estabelece um "espírito de grupo", no qual "Ninguém deve querer salientar-se, todos devem ser o mesmo e ter o mesmo" (ibidem, p. 153), a não ser o líder, em torno do qual se forma uma cumplicidade.

Rita Segato (2005), antropóloga argentina, que inspirou o movimento "O estuprador é você", salienta que, para garantir um lugar na irmandade, inicialmente o indivíduo precisa competir com os demais e mostrar sua agressividade. Nesse processo, "a mulher estuprada comporta-se como uma vítima sacrificial imolada em um ritual iniciático" (p. 272) e por meio dessa prática ele poderá "até mesmo adquirir uma posição destacada em uma fratria que somente reconhece uma linguagem hierárquica e uma organização piramidal" (p. 272). Nesse ritual, o estuprador fica, temporariamente, no lugar do pai da horda primeva, podendo efetivar sua posição se conseguir que os demais se deixem dominar.

Se extrapolarmos essas hipóteses para o fenômeno do estupro coletivo, podemos entender por que, havendo indivíduos diferentes nesse contexto, todos cometem o ato ou são coniventes com o ato. Pensamos que esse tipo de violência ocorre porque os membros identificados com o grupo de pertença necessitam repetir e afrontar esse pai imaginário. Não há culpa ali pois estão agindo como irmãos de uma horda; é preciso escoar a pulsão de agressividade para dizer ao pai (ou à sociedade) que ele também tem o direito de desejar e agir sob seu desejo. A mulher civilizada

estuprada não é tomada como uma mulher, mas como uma fêmea que serve bem a esses propósitos.

Moscovici (1981/1985), por sua vez, na obra *La era de las multitudes*, retoma as teorias de Freud e de seus predecessores sobre a psicologia das multidões, observando o laço entre elas. Ele estava interessado em continuar a pensar sobre o poder dos líderes. Assim, ele critica a visão de ser humano e sociedade que subjaz à psicologia das multidões: “acima os condutores, abaixo os conduzidos” (p. 19) e se preocupa com o êxito de tal psicologia. Entretanto, ele reconhece que não podemos ignorá-la.

Desse modo, ele reconstitui a explicação que Freud nos ofereceu sobre os fenômenos de massa. Ao mesmo tempo em que ele reconhece a tendência, apontada por Freud, de as sociedades endossarem, celebrarem, supervalorizarem grandes líderes, ele se questiona sobre as tensões entre o princípio da equidade nas sociedades democráticas e a construção de grandes condutores de massa, tomados como messias, semideuses. Entende que o que une um líder ao povo é o poder que o povo já possuía em algum tempo remoto, e que agora é renovado pelas promessas de um líder. Desse modo, “ao dar a cada indivíduo a impressão de uma relação pessoal, ao fazê-lo comungar uma mesma ideia, em uma visão de mundo idêntica, o líder oferece um substituto de comunidade, a aparência de um laço direto entre homens e homens” (Moscovici, 1981/1985, p. 14, tradução das autoras).

Moscovici amplia suas reflexões sobre as relações com os líderes e a massa pelo mito do parricídio. Seguindo Freud, ele

argumenta que os filhos primevos, em cumplicidade uns com os outros, se obrigam a não ter relações incestuosas e a renunciar às suas pulsões. Depois do assassinato, eles têm que ocultar a morte do pai, divinizá-lo e acobertar o crime que cometeram. Ora, junto a esse pacto de irmandade, estabelece-se um fundamento: a proibição de pensar. Esta não significa a censura da verdade nem um engano. É uma sentença contra a primazia da razão na vida mental das massas e uma prisão à solidariedade aos cúmplices. Para isso, proíbem-se mutuamente e proíbem a todo o clã pensar sobre o que fizeram. Posso fazer o outro sofrer porque o outro é um outro de mim mesmo, aquele que me faz temer a mim mesmo por ser tão parecido comigo. Todos cometemos o mesmo crime, portanto, ao matar o outro, ao submetê-lo ao meu domínio, ao estuprá-lo, assassinamos a todos nós! É isso que lemos em Freud, sobre a primazia do instinto de morte.

Mas o interessante é que a morte, ou a agressão do outro, precisa ser revivida; é preciso que outros a vejam, como se quisessem provar a veracidade do acontecimento e glorificar o violentador como se fosse o grande pai primevo. Por isso, os grandes espetáculos sempre atraíram as comunidades, sejam eles as arenas romanas, os circos de entretenimento, os jogos de futebol. Esses espetáculos, diz Moscovici, são grandes ilusões que correspondem a uma função, que é manter o mito do herói.

O estupro coletivo como espetáculo

O estupro coletivo como espetáculo não é uma prática da modernidade. A série de estupros em massa ocorrida entre 1917 e 1921, na cidade de Skvira, Ucrânia, comprova sua historicidade. Astashkevich (2018) narra que em 2019, por exemplo, por duas semanas, as tropas do exército Denikin aterrorizaram a comunidade judaica, matando milhares de pessoas e estuprando repetidamente várias mulheres. Esses estupros em massa, inicialmente, ficaram no silêncio devido à humilhação sofrida, mas, por as vítimas não suportarem mais as violências, eles começaram a ser narrados. Os estupradores separavam homens e mulheres e, em um ritual macabro, os torturavam para conseguir extrair a maior quantidade de joias e dinheiro que pudessem. A cena narrada a seguir ilustra a brutalidade dessas violências: uma garota foi selecionada e estuprada por um grupo de soldados, na frente de sua comunidade. A prima da garota, que testemunhava o estupro, apanhou até cair no chão. Quando ao chão, outro soldado socou seu peito e abdômen. Ela conseguiu fugir até sua casa, mas, ali mesmo, outro grupo de soldados a violentou e a matou com um tiro. Sua irmã também foi estuprada no quarto ao lado.

Essa violência genocida contínua contra os judeus não tinha apenas a intenção de matá-los, mas também de destruir sua existência, seus valores, suas crenças – sua humanidade – através do autotestemunho de sua desgraça, atingindo, assim, não só as mulheres, mas também os homens, que eram obrigados a

testemunhar violências contra os seus (Astashkevich, 2018). Aqui infligia-se às mulheres peso triplo: "sofriam a dor no corpo", "sofriam a dor psíquica de ser violentada" e "sofriam a dor de sofrer na frente da própria comunidade e familiares". Assim, conforme Astashkevich (2018), mantinha-se o corpo vivo e se assassinava o *self*, transformando-os em bichos, sem valor. Inclusive, os soldados não respeitavam nem mesmo o luto, pois relatos indicam que eles estupravam meninas em velórios, "simbolicamente vandalizando o lugar sagrado" (p. 43).

Vivemos como se os estupros e estupros coletivos não existissem. Essa herança primeva do "não pensar" e da espetacularização assombra a humanidade até os dias de hoje. Com ela, vivemos como se o mundo fosse uma grande ficção, nos eximindo, assim, das responsabilidades na civilização. O meu não pensar abre brechas para um outro pensar por mim, e, para eu não me sentir culpado, vivo a vida ficcional como um espetáculo.

Esse modo de viver vai adquirindo novas formas à medida que a civilização vai criando novas tecnologias. Na sociedade em rede (Castells, 2000) e no mundo pós-verdade (Amon, 2020), o processo da midiatização da cultura (Thompson, 2007) contribui para que a violência invada todos os espaços e torne-se espetáculo (Souza, 2014). A midiatização da cultura é o "processo geral por meio do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou sempre mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia" (Thompson, 2007, p. 12). Esses aparatos *techné*

podem se constituir objetos-decalques, inscrições-*tattoo*, próteses e implantes, compondo, assim, um humano-*techné*.

Os espetáculos criados por esse humano-*techné* ganham potência através dos “megagrupos midiáticos” que constroem a realidade, colocam as pautas de discussão, funcionam como agentes de denúncia, produzem subjetividades narcisistas (Roso & Guareschi, 2007) e se apropriam das funcionalidades das mídias sociais. Desse modo, a midiatização do estupro torna-se um espetáculo *sui generis* à medida que as imagens que são capazes de nos deter são justamente aquelas que são viralizadas, em diferentes mídias sociais, de outro modo, a violência seria despercebida ou brevemente notada:

> A polícia de Chicago está procurando por pelo menos seis pessoas envolvidas no abuso sexual de uma adolescente que foi transmitida numa *Facebook Live* . . . (CNN, 2017).[81]

> A menina de 21 anos, vítima de um estupro coletivo no [Brasil] . . . disse que reconhece três dos quatro homens que aparecem no vídeo. . . . a jovem [que estava inconsciente durante o estupro] só se deu conta da violência sofrida após

[81]Ver Grinberg, E. & Said, S. (2017, Mar. 22). Police: At least 40 people watched teen's sexual assault on Facebook Live. *CNN*. http://edition.cnn.com/2017/03/21/us/facebook-live-gang-rape-chicago/index.html. Tradução das autoras.

> comentários de que imagens dela *circulavam pelo WhatsApp*. (G1, 2016).[82]

> A polícia de Chicago diz que dezenas de pessoas assistiram a uma suspeita de estupro coletivo no *Facebook Live* . . . (USA Today, 2017).[83]

Por que as pessoas espalham formas simbólicas sobre um ato de violência tão bárbaro em um mundo civilizado? Como uma questão tabu e "privada" torna-se parte quase banal da conversação ciber-mediada? Mas, acima de tudo, o que mais nos inquieta é: O que a midiatização e viralização do estupro coletivo dizem sobre nossa sociedade atual, sobre relações entre os seres humanos e como o estupro coletivo se relaciona com mal-estar da civilização?

Para pensar sobre essas questões, voltamos nossa atenção para um caso de estupro coletivo que ocorreu no Brasil. A violência sexual que teve maiores proporções nas megamídias e nas mídias sociais foi o caso de um estupro, perpetrado por 30 homens jovens, de uma adolescente de 16 anos, de classe média, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2016. A viralização, com repercussão nacional e internacional, também provocou protestos de ativistas feministas,

---

[82] Ver Araújo, G. (2016, 15 jun.). Vítima de estupro coletivo no Piauí reconhece 3 agressores em vídeo. *G1 Piauí*. http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/06/vitima-de-estupro-coletivo-reconhece-3-agressores-em-video-diz-advogada.html.

[83] Ver Madhani, A. (2017, Mar. 21). Suspected gang rape of Chicago teen streamed on Facebook Live. *USA Today*. https://www.usatoday.com/story/news/2017/03/21/chicago-gang-rape-teen-streamed-facebook-live/99447884/ Tradução das autoras.

nas redes sociais e em espaços físicos, denunciando a cultura do estupro, reacendendo o debate sobre esse tipo de violência e reivindicando providências das autoridades públicas (Ver Campos et al., 2017; Gatto & Soares, 2018; Maradei & Santos, 2017).

Alguns dias após o acontecimento do estupro coletivo, a sobrevivente deparou-se com a divulgação do vídeo na rede social Twitter. As imagens mostravam a adolescente nua e dopada juntamente com comentários irônicos e piadas sobre o ocorrido. Andrade e Silva (2017) destacam que os jovens agressores consideravam a divulgação do vídeo algo banal, aceitável para ser compartilhado, visto que foi divulgado em uma rede social de amplo alcance. O jovem que tornou o vídeo público “ignorava, talvez, o poder que as mídias digitais possuem para a disseminação de informações e imagens; desconhecia, também, que a convergência das mídias poderia colocá-lo – e os demais participantes de tal barbárie – na mira das autoridades” (Andrade & Silva, 2017, p. 239). A mobilização das pessoas frente a esse caso, como salientam as autoras (2017), mostra “um exemplo concreto de como o espaço virtual encontra-se hibridizado com a realidade” (p. 239) e revela “o embaçamento entre as fronteiras do público e do privado” (p. 241).

Andrade e Silva (2017) analisaram figuras e textos de jornais, revistas, redes sociais e blogs que foram veiculados após o caso do estupro coletivo. As autoras descrevem que tal acontecimento se configura como uma convergência das mídias e também mostra “o processo de tornar visíveis sujeitos e fatos que

nem sempre viriam a se tornar públicos sem o *modus operandi* da rede" (p. 254). O acontecimento, no entendimento de Andrade e Silva (2017), não só gerou reações e protestos, mas contribuiu na produção de outras ações e acontecimentos relacionados à violência, dessa forma, "com a convergência das mídias, então, o sujeito-internauta deixa de somente consumir conteúdo para produzi-lo, questioná-lo e, quiçá, gerar novos eventos" (p. 256).

No contexto brasileiro, ainda são recentes os estudos que focam na problemática da viralização do estupro coletivo, o que torna importante revisarmos alguns trabalhos encontrados que tratam do caso em questão. Percebemos que a violência sexual e a cultura do estupro têm sido tema de diversas pesquisas; no entanto, pouco se tem problematizado sobre tais temas em relação ao uso das mídias sociais.

Beleli (2016) analisou esse caso, mapeando notícias, vídeos e comentários sobre cultura do estupro. Dividindo as narrativas sobre o caso em dois discursos, a "contestação da cultura do estupro" e a "farsa do estupro", ela conclui que ambos os discursos foram mobilizados nas megamídias, nas mídias sociais e na arena política, e convivem, ainda que apresentem características diferenciadas. Para a autora, aparentemente, a causa da comoção nacional foi o número de estupradores, mas parte da população, principalmente ativistas, recorreu à noção de "cultura do estupro" para tecer críticas ao modo como a sobrevivente foi inquirida pelos agentes da justiça. Igualmente se reiterou – principalmente as mídias jornalísticas – a noção de "crime bárbaro" e incorporou-se o

termo “cultura do estupro”, mas reduzindo a complexa discussão posta pelo termo à violência física.

Outra parte, incluindo profissionais da justiça, adensou os discursos que entendem o caso como uma farsa, um “suposto” estupro, culpabilizando a sobrevivente por meio dos argumentos de ela ter sido mãe adolescente, ser assídua frequentadora de bailes funks, ser usuária de drogas, ter mantido relacionamento com chefes do tráfico de drogas e ter praticado sexo grupal. Não apenas as sobreviventes são criticadas, mas também as feministas que as defendem. Por meio de adjetivos acusatórios, tais como “feministas fedorentas”, “comunistas”, “petistas”.

A autora também salienta os sentimentos de ódio direcionados ao estuprador, que resultam na classificação do agressor como “monstro”, “doente mental”, usuário de drogas e argumenta que há uma naturalização da “violência sexual em bairros pobres, cuja população é majoritariamente percebida como negra” (Beleli, 2016, p. 14). Essa representação conduz à defesa de práticas de vingança e “imperdoabilidade” (a autora não usa essa palavra), tais como castração química, a qual recebe a adesão de feministas. Observamos aqui que características psicológicas negativas, misturadas a aspectos sociais, são “resolvidas” pela via do social.

Campos et al. (2017) buscam identificar a gênese da expressão cultura do estupro, localizando-a no contexto da produção feminista acadêmica norte-americana. Dentre as visões apresentadas se destaca a de MacKinnon, que, embora não se apoie

em visões biologicistas, “coloca todos os homens como estupradores em potencial e, portanto, como inimigos das mulheres. Nessa linha, a relação heterossexual será sempre violenta” (p. 984). Destaca-se que, para MacKinnon, sexo é central para entender estupro, sendo a violência sexual uma consequência inevitável da reprodução estrutural e social. Se essa visão tem seu lado positivo por um lado, por outro, a autora responsabiliza exclusivamente os homens no estupro, não dando evidência à agência das mulheres e colocando-as como vítimas de circunstâncias de gênero e opressão (Healicon, 2015).

No que concerne ao Brasil, Campos et al. (2017) vinculam a cultura do estupro ao nosso passado colonial e escravocrata, fundamentado pelo sexismo e racismo. Por essa via cultural, também se compreende as relações entre homens. Para as autoras, “em grande parte os corpos masculinos estuprados em nome do modelo da ‘sexualidade masculina dominante’ passam a ser entendidos como corpos feminizados, tornados também puros objetos sexuais” (p. 993). O que ficou evidente na análise das autoras é que não se trata de qualquer homem. Esses homens que estupram homens estupradores de que tomamos conhecimento são, em geral, homens encarcerados, homens que vivem em favelas, homens pobres, homens pretos, homens ligados ao tráfico de drogas. Não que não haja estupro de estupradores por homens brancos de classe média ou alta, estes não costumam a ser midiatizados. O que temos é o reforço da cultura que ressalta o

homem preto-pobre como violento, pela via da preponderância da evidência de certas práticas e não de outras.

Cabe destacar o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, mas que tem seus antecedentes marcados pela luta de movimentos sociais e pela vivência das mulheres negras (Kyrillos, 2020). Crenshaw descreve que “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Entendendo esses eixos de subordinação como racismo, sexismo, opressão de classe, nacionalidade e outros sistemas discriminatórios, os quais se sobrepõem e se cruzam, criando as intersecções a partir dos diferentes eixos. A autora contribui explicando tal conceituação a partir de uma metáfora, “analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem” (Crenshaw, 2002, p. 177). Assim sendo, há importantes marcadores sociais que devem ser levados em conta, independente da problemática que está sendo tratada. Quanto mais complexo é o fenômeno em foco, menos pode-se prescindir da análise interseccional.

A interação entre os marcadores sociais, ou seja, os eixos da subordinação (Crenshaw, 2002) não torna uma violência sofrida por alguém mais ou menos branda de acordo com seu gênero, raça e classe. A questão não está no quantitativo, mas sim no aspecto

qualitativo; não há uma simples soma dos eixos de subordinação, mas o surgimento de uma nova e diferente experiência vivida em decorrência de aspectos de raça e gênero, por exemplo. A interseccionalidade não se trata, como salienta Kyrillos (2020, p. 1), de "uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem". Dessa forma, não se pretende hierarquizar as formas de opressão, mas buscar compreender como os diferentes cruzamentos de gênero, raça, etnia, classe, etc. se dão nas experiências de mulheres e homens.

Um dos objetivos do artigo de Campos et al. (2017) consistiu na apresentação e reflexão sobre o impacto e as repercussões da crítica feminista brasileira desde os anos 1970 à violação sexual para o entendimento jurídico brasileiro. As autoras tecem uma crítica à definição de estupro dada pela Lei n. 12.015/2009, argumentando que a lei "mantém o entendimento do Código Penal de 1940, no qual, para o reconhecimento do estupro, deve haver o constrangimento . . ., no entanto, infere que ele deve ter sido obtido ou por violência ou por grave ameaça" (Campos et al., 2017, p. 994). No entendimento das autoras, o uso do adjetivo "grave" é um problema na medida em que o constrangimento impingido por (geralmente) um homem contra um suposto alvo/objeto sexual (geralmente mulher) não necessariamente é praticado com violência física que produza lesão. De fato, concordando com as autoras, entendemos que o constrangimento pode ser simbólico.

O pensamento de morte física ou psíquica pode ser igualmente ameaçador à sanidade. É por essas razões que as autoras sugerem que, quando não houver lesões físicas, a violência seja avaliada por uma psicóloga.

Todavia, essa sugestão é problemática, pois retira da sobrevivente a sua verdade sobre o consentimento ao acesso a seu corpo e nega o valor da sua experiência psíquica. Ainda que não se condicione a autenticidade do estupro ao "teste dos dois dedos"[84] (clinicamente conhecido como exame bimanual) (Baixi, 2013, p. 62), as autoras depositam a verdade no conhecimento científico: à psicologia cabe a palavra final sobre a veracidade dos fatos. Clássica divisão entre o que compete ao médico, portanto físico, e à/ao psicóloga/o, portanto psicológico, na qual ambos os profissionais fazem, cada um a seu modo, "uma leitura da vagina como um arquivamento do passado" (Baixi, 2013, p. 89). Medicalização do estupro e psicologização do estupro, ambos perpetuando representações sociais sobre mulheres. Assim, todas as mulheres são profanas e mentirosas até que a ciência, ou alguém, prove o contrário.

Em consonância com tais argumentos, podemos pensar no acesso à saúde de mulheres que sofrem violência sexual. O sistema

---

[84] O "teste dos dois dedos" (*two finger test*) é uma expressão utilizada nos julgamentos de estupro nas cortes da Índia. É um teste realizado por médicos juristas, cuja finalidade é atestar se a mulher está habituada ao sexo, se houve penetração parcial, se foi um estupro técnico. Este último está relacionado ao depoimento da/o menor de idade e é utilizado para mascarar a construção da criança como provocadora e sedutora.

de saúde, que deveria contar com profissionais pautados em perspectivas de cuidado, não de julgamento, e em uma escuta qualificada, está longe de contribuir para o acolhimento às vítimas. Ao adentrar um local para serem atendidas, as mulheres precisam contar e recontar o acontecimento a diversos atores desse ambiente. E se, hipoteticamente, alguma mulher necessitar de uma interrupção da gravidez em decorrência de um estupro, a qual é garantida na legislação, ela precisará narrar uma história que confirme os fatos de acordo com seu tempo gestacional. Ou seja, não basta ter sofrido um estupro e ter de elaborar anseios e dificuldades, as mulheres ainda estarão correndo o risco de sofrerem outras violências e serem desacreditadas e revitimizadas diante do que foi vivenciado por elas. Portanto, além do descrédito da palavra da sobrevivente e da desqualificação moral, com indagações sobre se houve ou não violência no campo do direito (Campos et al., 2017), há também desqualificação e repetidas indagações no campo da saúde acerca da veracidade dos fatos e relatos.

No que se refere à legitimação do estupro, Gatto e Soares (2018), ao analisarem criticamente as notícias de jornais digitais acerca do caso de estupro coletivo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no ano de 2016, argumentam que os operadores jornalísticos e os consumidores desses produtos interagem e dão suporte para o entendimento dos acontecimentos sociais. De acordo com os autores, as pesquisas em gênero têm crescido no âmbito da comunicação, sobretudo no que diz respeito às formas

como a mídia constrói a imagem da mulher, como elas são noticiadas, bem como de que modo isso afeta a visão que a sociedade forma sobre elas.

No caso em questão, os autores chamam a atenção para a postura da mídia, que se utilizou de espetacularização e sensacionalismo, na tentativa de atrair o público, mesmo antes de as investigações e provas oficiais sobre o caso terem sido divulgadas. Ora os veículos jornalísticos analisados apresentavam o estupro cometido por 30 homens, ora desmentiam a informação, originando dúvidas acerca da “verdade” da narrativa da adolescente. Ao mesmo tempo, quando surgiram os vídeos do estupro coletivo cometido por sete homens, os respectivos meios jornalísticos passaram a menosprezar o caso, tratando-o apenas como um caso de estupro, não coletivo. Afinal, para Gatto e Soares (2018), o ato cometido por tantos homens atraía mais público do que o mesmo ato cometido por sete, desconsiderando-se o fato de que estupro coletivo é aquele cometido por duas ou mais pessoas, não sendo vinculado, obrigatoriamente, à presença de agressão sexual.

Além disso, na concepção dos autores, os meios jornalísticos analisados não apenas invalidavam a narrativa da adolescente como também a revitimizavam ao não problematizar a conduta do delegado que foi afastado do caso, colocando incertezas sobre o ocorrido sobre a jovem. Nesse viés, as dúvidas a respeito da jovem eram evidenciadas por meio da associação de sua imagem com o tráfico, o uso de drogas e a “conduta” da mãe que frequentava bailes *funk*, justificando e responsabilizando-a pelo

acontecido. No entendimento de Gatto e Soares (2018), com base no exposto por Kollontai (2011), a cultura do estupro é difundida por essas práticas e discursos à medida que se parte da ideia da mulher como objeto de desejo e propriedade do homem. Ou seja, a mulher só é valorizada enquanto acessório do homem, e não como pessoa, com personalidade, defeitos e qualidades, bem como detentora de direitos.

Outras autoras que citam e exploram o contexto do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em 2016 são Brilhante et al. (2019). No artigo é descrito esse caso e junto dele se exemplifica outro estupro coletivo ocorrido nessa cidade em 2017, no qual quatro jovens estupraram uma menina de 12 anos. As autoras consideram, para além da crueldade e brutalidade dos crimes, que os casos têm algo em comum: ambos foram filmados, registrados em formato de vídeo e compartilhados nas mídias sociais dos agressores. A partir disso, considera-se esse fenômeno uma "violência ostentação" (Brilhante et al., 2019, p. 2), termo novo que começou a ser utilizado pelo jornalismo brasileiro. Tal termo "surge de uma paráfrase do termo 'funk ostentação'. A associação entre as expressões baseou-se na interpretação de que, nos referidos vídeos, a violência era exposta como uma representação de poder" (Brilhante et al., 2019, p. 2), mas, a expressão também pode conduzir à afiliação desta violência às classes populares, haja vista que no Brasil o funk é um gênero musical associado às periferias.

Ainda, o artigo se propõe a analisar duas letras de músicas de funk brasileiro que fizeram sucesso e tiveram ampla repercussão

nas plataformas digitais. Em uma das categorias de análise construída pelas autoras está "Ostentação do estupro coletivo". Nessa categoria, compreende-se que as duas músicas analisadas remetem a violências perpetradas por vários jovens, havendo em uma delas uma certa exaltação do ato delituoso. As autoras demonstram ainda que chama a atenção "a coexistência temporal da música com o crescimento significativo no número de estupros coletivos notificados e divulgados pelos próprios agressores como forma de ostentação de poder" (Brilhante et al., 2019, p. 8). Devemos compreender que as músicas, suas letras e performances, dizem de uma cultura que incita a violência sexual, sendo possível concluir nesse estudo que as letras das músicas contribuem para a legitimação da violência sexual contra as mulheres na medida em que reavivam representações sociais que relacionam as mulheres a objetos sexuais.

As autoras nos ajudam a pensar sobre nossa questão de pesquisa: o que a midiatização e viralização do estupro coletivo dizem sobre nossa sociedade atual? Sem a pretensão de respondê-la, mas tentando dar um contorno à essa questão, podemos pensar o quanto a exposição e o compartilhamento dos vídeos nas mídias sociais estão relacionados ao sentimento de poder para esses jovens que se reúnem para estuprar uma menina ou mulher. Estar em grupo, ter a sensação de pertença a um coletivo, faz com que os jovens fiquem fortalecidos para agir e se permitir gravar as cenas em uma cultura que legitima a exploração dos corpos das mulheres. Importante pensar que não apenas gravam as cenas para, talvez,

visualizá-las depois, mas se permitem compartilhá-las, ou seja, se permitem mostrar aos outros o que fizeram, porque isso representa poder, *status*, reconhecimento social.

Brilhante et al. (2019) contribuem ainda, a partir do autor Pierre Bourdieu, salientando que "é dentro do capital simbólico que as relações arbitrárias se tornam relações legitimadas. Os papéis sociais dos gêneros, estabelecidos culturalmente, têm uma relevância crucial para a compreensão dos mecanismos que normatizam a violência contra a mulher" (p. 9). As autoras consideram que os discursos da mídia se constituem como um sistema simbólico, sendo necessária a discussão sobre esse tema neste período em que vivemos, marcado pela ostentação da violência. O simbolismo das relações que são marcadas por poder, virilidade e violência torna-se exponencialmente maior quando associado à época de intenso uso de redes sociais (Brilhante et al., 2019).

Até aqui, nos detivemos a pensar sobre o estupro coletivo e sua midiatização, trazendo importantes construções teóricas de autores/as que têm se debruçado na compreensão dessa problemática. Tivemos como foco o caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em 2016. Por mais que esse tenha sido um caso com intensa divulgação na mídia, muitos outros acontecem de forma recorrente. Em uma simples busca no portal Google, com o termo "estupro coletivo", nos deparamos com muitas notícias e com uma série de vídeos sobre casos semelhantes ao abordado aqui. Recentemente, em novembro de 2019, uma

menina foi estuprada por quatro jovens, caso em que também aconteceram gravações e compartilhamento de vídeos. Este acontecimento só se tornou público após um relato feito pela vítima em uma mídia social.[85] A partir da denúncia, outras mulheres se mobilizaram na rede, expondo violências sexuais que já sofreram, comprovando que as mídias sociais podem ser um dispositivo de empoderamento e conscientização.

Assim, no caso analisado, houve a mobilização de diferentes discursos, ora protestos e revoltas diante do acontecido, ora deboches e piadas e constantes dúvidas acerca da veracidade dos fatos, tanto por parte de internautas como pela mídia. Fica claro que os discursos que culpabilizam a pessoa que sofre a violência dizem muito sobre a cultura brasileira, que é perpassada pelo machismo e racismo. O termo "cultura do estupro" já existia antes do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, mas foi a partir desse evento que tal termo começou a ser mais visibilizado no Brasil. Campos et al. (2017) destacam que "ao se nomear uma cultura como tolerante ao estupro, já se pode falar da coexistência, em algum grau, de uma cultura do antiestupro" (p. 989). Dessa forma, ao mesmo tempo em que sinalizamos o quanto estamos inseridos/as em uma cultura do estupro, que legitima e incita a violência sexual contra as mulheres, e também culpabiliza as

[85] Ver Nacimento, P. (2020, 27 jun.). MC's presos por estupro coletivo negam crime relatado na #Exposed. *R7 Minas Gerais*. https://noticias.r7.com/minas-gerais/mcs-presos-por-estupro-coletivo-negam-crime-relatado-na-exposed-29062020.

sobreviventes e as vítimas, podemos pensar que há uma intensa movimentação de não aceitação e uma luta para que as mulheres tenham uma vida livre de violências.

Considerações finais

Refletir acerca do mal-estar na cultura em sua interface com os sentidos atribuídos ao estupro coletivo no cenário do cibermundo pós-verdade nos trouxe, ao mesmo tempo, muitos desafios e possibilidades. Recorrendo à perspectiva freudiana para pensar o humano e o meio social, compreendemos que o estupro remonta suas origens à ordem histórica de construção da sociedade.

Considerando a época da horda primeva, que continua nos dias de hoje, na qual o estupro envolvia forçar um homem ou uma mulher a submeter seu corpo ao desejo de um/a outro/a, entende-se que o estupro constitui uma prática não consensual ligada à dominação/subordinação. A partir dos apontamentos de Freud (1927/1980c), compreendemos que a gênese da violência humana (e, de forma similar, o crime de estupro) advém da constituição da civilização, período no qual os machos impunham sua vontade instintual sobre os mais fracos, comumente as fêmeas, à medida que estas não desenvolviam a força muscular por terem que reservar dos perigos da natureza seu corpo em gestação.

Por intermédio dos entrelaçamentos da perspectiva freudiana com a moscoviciana, questionou-se os sentidos atribuídos às violências e ao estupro, ativados mediante representações sociais da mulher como pecadora e do estuprador como alguém

mentalmente perturbado, agressivo, que se utiliza da força para violentar mulheres honestas e descuidadas. De modo similar, evidenciamos que, historicamente, o estupro permanece condicionado à conduta da mulher (promíscua, incitadora da luxúria ou mulher de família). Todavia apenas se admite o crime cometido contra a primeira delas (pecadora), mesmo havendo ciência de que a maioria dos casos envolve a participação de familiares e conhecidos do círculo social, perfil que não corresponde ao "estereótipo do estuprador" enquanto alguém desconhecido e perturbado. Além disso, a existência de representações de que o homem, por si só, sente-se mais inclinado aos desejos da carne, aparentemente, contribui para a validação do estupro de mulheres como ato cuja única responsabilidade recai sobre as próprias vítimas.

Em relação à espetacularização e viralização do estupro coletivo no cenário do cibermundo pós-verdade, foi possível compreender, mediante análise da grupalidade proposta por Freud, que o estar em grupo é algo inerente ao desenvolvimento humano e, para além disso, o agir em grupo diz algo do sujeito, mas, também, da alteridade, que consiste nos laços amorosos ou laços emocionais. A partir desses laços, o grupo é mantido pelo poder, a ponto de o amor ao grupo (a eles/aos outros) levar o indivíduo a ser sugestionado pelo todo.

Diante disso, no contexto do cibermundo, o estupro coletivo pode ser tomado como algo por meio do qual o sujeito põe em evidência e valida seu lugar na irmandade, mediante o uso

da agressividade, podendo, mesmo que temporariamente, assumir o lugar do pai da horda primeva, efetivando sua posição caso consiga que os demais se deixem dominar. No entanto, na prática do estupro coletivo cometida por um grupo, não há sentimento de culpa por parte dos agressores, na medida em que estão agindo como irmãos de uma horda. É preciso escoar a pulsão de agressividade para dizer ao pai (ou à sociedade) que ele também tem o direito de desejar e agir sob seu desejo. Assim, a mulher civilizada estuprada não é vista como uma mulher, e sim como uma fêmea que serve bem a esses propósitos. Desse modo, podemos assumir que o homem continua marcado pela representação social “ser um bicho-macho” e a mulher, marcada pela representação “ser uma bicho-fêmea”. Nos tornamos humanos, mas não perdemos nossas marcas ancestrais pré-humanas, nossa animalidade.

Nessa perspectiva, quando questionamos o que a midiatização e viralização do estupro coletivo dizem da nossa sociedade atual, das relações entre os seres humanos e como ele se relaciona com esse mal-estar da civilização, compreendemos a relevância de trazer à discussão os casos apresentados. Por intermédio deles, não apenas confirmamos a “cultura do estupro”, como também, a “cultura do estupro coletivo viralizado”. Em nossa análise, elucidamos as multifacetas da sua espetacularização, observando que o movimento de tornar público esse tipo de violência relaciona-se a pelo menos três aspectos inter-relacionados: (a) ao lugar de alto valor da masculinidade na nossa sociedade; (b) ao tratamento dado às mulheres como objeto sexual e fontes de

inverdades; e (c) à existência do território das mídias sociais. Esses aspectos contribuem para a constituição e transformação de representações sociais do estupro como algo da natureza animal – a qual não conseguimos ainda nos desvincular, e por isso o mal-estar continua e talvez continuará para sempre – ao mesmo tempo como algo do humano-*techné*, quando colocamos nossas práticas à disposição das tecnologias sociais. Ainda não decidimos o que queremos ser: bichos, humanos ou dispositivos tecnológicos?

Em uma direção similar, no que tange ao ordenamento jurídico, o julgamento dos casos de estupro coletivo cometidos contra mulheres ainda se encontra assujeitado ao perfil social dos envolvidos, condicionado ao "estereótipo do estuprador", ao qual a denúncia da mulher nem sempre corresponde, na medida em que, no senso comum, homens "de bem" e de família não praticariam ato tão banal e cruel. Ademais, o trâmite judicial constitui uma ofensa à liberdade sexual das mulheres, assim como coloca em evidência a descrença dos julgadores na palavra da sobrevivente, em uma tentativa de desqualificá-la. Diante disso, além da violência sofrida pela prática do estupro, as mulheres também sofrem violência por parte dos órgãos que compõem o sistema judiciário (vitimização secundária ou sobrevitimização).

As instituições só poderão mudar se o conjunto de representações sociais que abarca o estupro coletivo se transformar, e para essa transformação ocorrer será necessário colocar na agenda política a discussão crítica sobre essas mesmas representações. Nos dias atuais, no contexto brasileiro, isso se torna

mais urgente do que nunca. Observa-se que o cenário político do país com relação à prevenção das violências de gênero e da promoção da saúde de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica tem apresentado retrocessos. Em 2014, o então deputado federal Jair Bolsonaro – atual Presidente da República – disse, na Câmara dos Deputados, à sua colega deputada Maria do Rosário, que ela "não merecia ser estuprada por ser muito feia".[86] Em 2017, no Dia Internacional da Mulher, Jair Bolsonaro, em vídeo que veio à tona expondo a compreensão do Presidente acerca da prática do feminicídio: "Por que eu defendo a posse de armas de fogo pra todos, inclusive vocês, obviamente, as mulheres? Porque nós temos que acabar com o mimimi, acabar com essa história de feminicídio, porque daí com a arma na cintura vai ter é homicídio, tá okay?! [risos]".[87]

Validando seu discurso, em fevereiro de 2020 ele anunciou que não pretendia reforçar os orçamentos destinados ao combate à violência contra as mulheres, pois, na sua opinião, o que é necessário na área não é dinheiro, e sim postura, mudança de comportamento e conscientização. Em perspectiva semelhante, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, posiciona-se contrariamente à "ideologia de

---

[86] Ver Guerra, R. (2019, 23 mai.). Justiça determina que Bolsonaro pague indenização a Maria do Rosário em até 15 dias. *O Globo*. https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618

[87] Ver Rio West Fm (2017, 9 mar.). Veja o que o Bolsonaro sugeriu nesse vídeo. *Rio West Fm*. https://www.youtube.com/watch?v=6LxeyC8EMTM

gênero” e ao aborto, declara-se favorável à “escola sem partido”, advoga pela implementação de políticas de abstinência sexual de meninas adolescentes e valoriza o modelo social em que à mulher cabe o espaço doméstico e ao homem a esfera pública.

Acreditamos que esses posicionamentos públicos contribuirão para o aumento da violência de gênero em nosso país, inclusive para a intensificação de estupro coletivo e sua viralização em mídias sociais. Portanto, será necessária uma pedagogia das representações sociais e da sexualidade específica para um cibermundo pós-verdade, de modo a mostrar como a gênese das violências se alastra pela memória genética, a dar visibilidade às representações sociais que movimentam as práticas sociais e a indicar como elas servem para sustentar as violências e, acima de tudo, a salientar como as relações de poder fabricam o que somos e o que poderemos ser. Essa pedagogia não extinguirá o estupro no cibermundo pós-verdade, mas ainda assim precisamos reinventar a prática da crítica propositiva, não apenas transgredindo o tabu de não pensar sobre o parricídio, que no fundo é o tabu de pensar sobre como matamos uns aos outros, particularmente determinadas populações, com táticas e doses diferentes, pelo simples prazer de termos prazer individual. Mas se quisermos aliviar o mal-estar na cultura e não destruir uns/umas aos/às outros/as, o primeiro passo é, sem dúvida, o pensar. E a TRS, a psicanálise e as teorias feministas, articuladas, podem contribuir para esse movimento.

Referências

Amon, D. (2020). O contexto socioantropológico da pós-verdade. In P. Guareschi, D. Amon, & A. L. G. da Silva (Eds.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (3a ed., pp. 31-58). ABRAPSO.

Andrade, E. de, & Silva, T. da. (2017). Os (não) limites entre o público e o privado em tempos de convergência midiática: O estupro coletivo do Rio de Janeiro entendido como um acontecimento. *Cadernos de Letras da UFF*, *27*(54), 237-259. http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2017n54a350

Arendt, H. (2007). *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo* (8a ed.). Companhia das Letras.

Arendt, H. (2010). *A condição humana* (11a ed.). Forense Universitária.

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147.

Astashkevich, I. (2018). *Gendered violence: Jewish women in the Pogroms of 1917 to 1921*. Academic Studies Press. https://www.jstor.org/stable/j.ctv75d7p9

Baixi, P. (2013). *Public secrets of law. Rape trials in India.* Oxford University Press.

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations. *Journal of Theory of Social Behaviour*, *29*(2), 163-186.

Beleli, I. (2016). Novos cenários: entre o estupro coletivo e a farsa do estupro na sociedade em rede. *Cadernos Pagu*, (47), Artigo e164710. https://doi.org/10.1590/18094449201600470010

Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando. Uma abordagem retórica à psicologia social.* Vozes.

Brilhante, A. V. M., Giaxa, R. R. B., Branco, J. G. O., & Vieira, L. J. E. S. (2019). Cultura do estupro e violência ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, *23*, Artigo e170621. https://doi.org/10.1590/interface.170621

Broide, E. E., & Broide, J. (2004). Violência e juventude nas periferias: uma intervenção clínica. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Ed.). *Adolescência: Um problema de fronteiras*. APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women and rape.* Simon and Schuster.

Butler, J. (2015a). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade* (8a ed., Vol. Coleção Sujeito & História). Civilização Brasileira.

Butler, J. (2015b). *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.

Campos, A. A. (2016). A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. *Revista Espaço Acadêmico*, *16*(183), 1-13. http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937/17062

Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K., & Silva, A. da. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, *13*(3), 981-1006. https://doi.org/10.1590/2317-6172201738.

Castells, M. (2000). Toward a sociology of the network society (Social Science Premium Collection). *Contemporary Sociology*, *29*(5), 693-699.

Cerqueira, D., Coelho. S. C. D., & Ferreira, H. (2017). Estupro no Brasil: Vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014 (pp. 7-30). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* – Ipea. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30474:td-2313-estupro-no-brasil-vitimas-autores-fatores-situacionais-e-evolucao-das-notificacoes-no-sistema-de-saude-entren2011-e-2014&catid=397:2017&directory=1

Costa, A. (2008). Interpretação, ato e referência temporal. In C. Backes (Ed.), *A clínica psicanalítica na contemporaneidade* (pp. 51-56). Editora da UFRGS.

Costa, M. C., Lopes, M. J., & Soares, J. de. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: Desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, *48*(2), 213-221. https://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420140000200003

Coulouris, D. G. (2010). *A Desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro* [Tese de

Doutorado]. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20092010-155706/publico/2010_DaniellaGeorgesCoulouris.pdf

Coutinho, L. G. (2004). Adolescência e trauma: A questão do "agir" do adolescente na contemporaneidade. In APPOA (Ed.), *Adolescência: Um problema de fronteiras* (pp. 103-115). APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, *10*(1), 171-188. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

Cumiotto, C. (2007). As entrevistas preliminares e a clínica psicanalítica. In C. Backes (Ed.), *A clínica psicanalítica na contemporaneidade [on-line]* (pp. 17-24). Editora da UFRGS. https://doi.org/10.7476/9788538603870

Fajardo, G. A. (2015). O mito das Amazonas. *HISPANISTA – Revista electrónica de los Hispanistas de Brasil*, *16*(60), 1-12. http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/483.pdf

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade.* Martins Fontes.

Freud, S. (1980a). Esboço de psicanálise (1940[1938]). In S. Freud. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939): vol. 23. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 89-134). Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/

2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-23-1937-1939.pdf

Freud, S. (1980b). O ego e o id (1923). In S. Freud. *O ego e o ID e outros trabalhos (1923-1925): vol. 19. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 3-41). Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-19-1923-1925.pdf

Freud, S. (1980c). *O futuro de uma ilusão* (1927). In S. Freud. *O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931): vol. 21. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 3-37). Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-21-1927-1931.pdf

Freud, S. (1980d). *O mal-estar na civilização* (1930). In S. Freud. *O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931): vol. 21. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 38-92). Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-21-1927-1931.pdf

Freud, S. (1980e). Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In S. Freud. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922): vol. 18. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 43-90). Imago.

https://conexoesclinicas.com.br/obras-completas-de-freud/

Freud, S. (1980f). *Totem e tabu. Imago. (1913-1914): vol. 13. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-13-1913-1914.pdf

Freud, S. (1980g). Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença (2015). In S. Freud. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916): vol. 14. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp. 154-161). Imago. https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-14-1914-1916.pdf

Gatto, Y. R., & Soares, M. C. (2018). A mulher como algoz de seu próprio crime: Enquadramento das notícias do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. Revista Observatório, 4(1), 517-543. https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3329/12467

Guareschi, P. A. (2020). Psicologia e pós-verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. L. G. da Silva (Eds.), *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (3a ed., pp. 167-199). ABRAPSO.

Guareschi, P. A., & Roso, A. (2014). Teoria das representações sociais: Sua história e seu potencial transformador. In E. M.

Q. O. Chamon & P. H. Campos (Eds.), *Textos e debates em representação social* (pp. 17-41). ABRAPSO.

Healicon, A. (2015). *The politics of sexual violence: Rape, identity and feminism.* Palgrave Macmillan.

Hernandez, A. R., Accorssi, A., & Guareschi, P. (2013). Psicologia das minorias ativas: Por uma psicologia política dissidente. *Revista Psicologia Política*, *13*(27), 383-387. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200012&lng=pt&tlng=pt

Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, *1*(45), 65-86.

Jodelet, D. (1991). *Madness and social representations.* Harvester Wheatsheaf.

Jovchelovitch, S. (2008). *Contextos do saber: Representações, comunidade e cultura.* Vozes.

Kaplan, E. A. (1992). *Motherhood and representation: The mother in popular culture and melodrama.* Routledge.

Kehl, M. R. (1992). A mulher e a lei. In A. Novaes (Ed.), *Ética* (pp. 261-274). Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura.

Kehl, M. R. (1996). *A mínima diferença: Masculino e feminino na cultura.* Imago.

Kehl, M. R. (2015). Maria Rita Kehl: Feminismo, feminilidade e a "mínima diferença". *YouTube*, https://www.youtube.com/

watch?v=d9zvtW4UTz8. (T. B. Tempo, Entrevistador, & BoiTempo, Editor)

Kyrillos, G. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, *28*(1), 1-12. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509

Lira, K. F. (2019). Representação social da violência contra as mulheres: Revisão sistemática dos estudos no Brasil. *Revista de Psicologia*, *10*(2), 22-30. http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/32387.

Maradei, A., & Santos, M. dos. (2017). Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, *40*(2), 143-168. https://doi.org/10.1590/1809-5844201729.

Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representation. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social Representation* (Vol. European Studies in Social Psychology, pp. 3-70). Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1985). *La era de las multitudes. Un tratado histórico de psicología de las masas.* Fondo de Cultura Económica. (L'âge des foules — un traité historique de psychologie des masses, 1981. Fayard)

Moscovici, S. (1992). La fin des Representations Sociales. In V. Aebisher, J. P. Deconchy & M. Lipianski (Eds.), *Idéologies et Représentaions Sociales* (pp.65-85). Delval.

Moscovici, S. (2005). *Crônica dos anos errantes. Narrativa autobiográfica.* Mauad. (Chronique des années égarées. Récit autobiographique, 1997. Stock)

Moscovici, S. (2008). *Psychoanalysis. Its image and its public.* Polity Press.

Moscovici, S. (2011a). *A invenção da sociedade. Sociologia e Psicologia.* Vozes.

Moscovici, S. (2011b). *Psicologia das minorias ativas.* (P. Guareschi, Trad.; Coleção Psicologia Social). Vozes. (Psychologie des minorités actives, 1979 Press Universitaire de France).

Nascimento, S. de S. (2016, junho 3). *Cultura do estupro é o apogeu da (falida) dominação masculina*. (J. d. USP, Entrevistador). https://jornal.usp.br/artigos/cultura-do-estupro-e-o-apogeu-da-falida-dominacao-masculina/.

Oliveira, L. F. L. (2016). Uma clínica do social. In A. C. Indursky, A. C. Costa, A: C. Dias, & B. Conte. *Intervenções psicanalíticas. A trama social* (pp. 75-96). Criação humana.

Rezende, A. M., & Silva, J. P. (2018). Violência contra a mulher: Representações sociais de adolescentes. *Interthesis*, *15*(1), 92-110. https://doi.org/10.5007/1807-1384.2018v15n1p92

Ribeiro, C. G., & Coutinho, M. da P. de L. (2011). Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*, *3*(1), 52-59.

Roso, A. R., & Gass, R. L. (2018). Novos tempos, novos lugares: Reflexões sobre a maternidade em grupos de

empoderamento de mulheres. *Psicologia em Revista*, *24*(2), 442-461. https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p442-461.

Roso, A. R., & Guareschi, P. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: Construção de subjetividades narcisistas. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, *26*, 37-54. https://www.academia.edu/966187/Megagrupos_midi%C3%A1ticos_e_poder_constru%C3%A7%C3%A3o_de_subjetividades_Narcisistas

Rost, M., & Vieira, M. S. (2015). Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*, *3*(2), 261-276. https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13881

Salih, S. (2015). *Judith Butler e a teoria queer.* Autêntica.

Segato, R. L. (2005). Território, soberania e crimes de segundo Estado: A escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. *Revista Estudos Feministas*, *13*(2), 265-285.

Sousa, R. F. (2017). Cultura do estupro: A prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, *25*(1), 9-26. https://doi.org/10.1590/%25x

Souza, E. L. (2020). Por uma estética do atrito: a função utópica de um memorial. *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens*, *52*, 37-48.

Souza, M. L. (2014). *Violência (Coleção Clínica Psicanalítica).* Casa do Psicólogo.

Thompson, J. B. (2007). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Vozes.

Tomm, E., & Roso, A. (2013). Adolescentes e crack: Pelo caminho das pedras. *Fractal: Revista de Psicologia*, *25*(3), 675-692. https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000300016.

El estudio de las representaciones sociales en el contexto didáctico

José Antonio Castorina

Se puede afirmar que la educación es un campo privilegiado para estudiar el modo en que se insertan las representaciones sociales en sus diferentes niveles: desde las decisiones de política educativa, pasando por la jerarquía institucional donde se ponen en juego esa política, hasta el plano de los usuarios del sistema escolar y la transmisión de los saberes. En este sentido, las representaciones sociales se sitúan en prácticas propiamente educativas y se expresan en los discursos de sus actores (Jodelet, 2011). En el caso latinoamericano, la mayoría de los estudios de representacion social en el campo educativo tienden a determinar la identidad profesional de los docentes; su versión de la escuela del futuro y del pasado; las relaciones entre los saberes docentes y las representaciones sociales; y se pueden registrar estudios sobre representacion social de los alumnos sobre el afecto y sobre la evaluación; o las creencias de los alumnos acerca de fracaso escolar, entre muchos otros. Las representaciones sociales se construyen por el consenso del grupo, elaborado y modificado históricamente en la comunicación social y el contexto en que se vive; las de alumnos y profesores resultan muy relevantes cuándo se estudia como intervienen en la actividad

escolar (entre muchos otros, Souza & Villas Bôas, 2011; Placco & Souza, 2012).

Sin embargo, cabe señalar que son relativamente escasas las indagaciones sobre el lugar, el significado y la intervención de las representaciones sociales en el campo de la adquisición de los conocimientos en la escuela. Y ello aunque Moscovici (1961) había subrayado la importancia de la transmisión de los conocimientos para las representaciones sociales, ya que la difusión social de los conceptos científicos forma el sentido común. También insistió en las interacciones entre ambos, ya que el sentido común se ha constituido, en buena medida, por la difusión de la ciencia y ésta se carga de valores grupales al entrar en el espacio público. Justamente, la transmisión de la ciencia sucede en la práctica educativa, y cabe pensarla en la perspectiva de la TRS, porque aquella transmisión es el corazón de la actividad educativa. Hasta puede decirse con Jodelet (2011) que la TRS "han impulsado" la formación de las didácticas disciplinares, por el hecho de que las representaciones sociales parecen formar parte de los conocimientos previos con que los alumnos asimilan el saber escolar, facilitándolo u obstaculizándolo. En el área francófona, Perret-Clermont (2009); Gilly (1991); Legardez (2004); Lautier (2006), o Astolfi (1996), han estudiado a las representaciones sociales en los procesos de a comprensión del saber científico transpuesto en saber escolar. Otro tanto ocurre con las representaciones sociales de los profesores mientras enseñan.

Por el contrario, hay una menor preocupación por la intervención de las representaciones sociales en la enseñanza y aprendizaje de conocimientos, en el mundo latinoamericano. Quizás esta debilidad tenga que ver con ciertos rasgos de la investigación educativa, durante los últimos 20 años, donde la preocupación por los problemas del conocimiento ha disminuido significativamente, en favor de cuestiones curriculares o de historia de la educación, las pedagogías críticas, o el estudio de las prácticas docentes en términos de narrativas o autobiografías. En todos estos estudios no hay relación con los objetos de conocimiento, ni con las relaciones al saber de los protagonistas. Incluso, otro tanto sucede con las didácticas generales, centradas en la relación maestro alumno, dejando de lado las relaciones con el objeto de conocimiento.

Aquí nos ocupamos de los problemas que plantean los estudios de las representaciones sociales dentro de los procesos de enseñanza aprendizaje, en contextos didácticos; de ciertas relaciones entre didácticas disciplinares y TRS; de la intervención de las representaciones sociales en la enseñanza, respecto de las “cuestiones que son vivas para la sociedad”, y algunas modalidades que adoptan en aquel proceso; y finalmente, la cuestión central de la interdisciplinariedad para estudiar la circulación de conocimientos y saberes en sala de clase.

Algunas condiciones del análisis

El estudio de las representaciones sociales en los procesos educativos requiere plantear algunas cuestiones previas: La articulación de las representaciones sociales con el campo educativo, desde el punto de vista de los psicólogos sociales supone el reconocimiento de la autonomía de cada campo: "no es cuestión de subsumir el campo educativo en el campo de las representaciones sociales y viceversa" (Jodelet, 2011, p. 140). Como se sabe, la investigación de las representaciones sociales ofrece recursos propios, tanto conceptuales como metodológicos, y para verificar sus hipótesis no se necesita del campo educativo. Sin embargo, es necesario estar atentos ante la vasta experiencia de otras psicologías en los casos de "aplicacionismo" sobre el campo educativo (Lerner, 2001). Una disciplina estudiada originalmente fuera de la educación, como la psicología genética tradicional o la psicología cognitiva, se "aplica" allí sin poner en cuestión ni sus hipótesis ni sus métodos, ni imaginar otros métodos y otras hipótesis que se puedan adecuar a las exigencias del campo. Por ello, es preciso situar a la investigación en representaciones sociales en el marco de las relaciones que constituyen al campo educativo, buscando un ajuste aproximado entre las diferentes problemáticas y las perspectivas de las disciplinas involucradas. Resulta imprescindible analizar, por ejemplo, las modalidades que adopta la TRS, incluso sus elecciones metodológicas, al estudiar los procesos de enseñanza y sus vinculaciones con otros saberes.

Básicamente, las relaciones grupales y las vinculaciones entre los conocimientos en sala de clase, excluye que un psicólogo social considere al campo educativo solo como un lugar para simplemente tomar datos. Así, no se puede investigar las representaciones sociales en un proceso tan especial como el de enseñanza/aprendizaje, sin examinar las prácticas con los objetos de conocimientos, en un contexto didáctico, o las interacciones de maestros y alumnos. Además, estas indagaciones de las representaciones sociales en el campo educativo deben ser enfocadas históricamente (Jodelet, 2011) tomando en cuenta las modificaciones del sistema educativo, de las posiciones de maestros y alumnos, y de los cambios de los contenidos curriculares.

Hay que tomar en cuenta que las representaciones sociales se sitúan localmente, poniendo en juego las experiencia y los conocimientos de los actores que están involucrados en determinados escenarios institucionales, y culturales. Sin embargo, los investigadores en educación suelen hacer un uso discutible de las representaciones sociales.

En principio, no ha sido suficientemente analizada la recepción de la TRS por los profesionales que se han formado en campos disciplinarios diferentes a la psicología social. Así, las teorías psicológicas y sociales en el mundo educativo han sufrido un proceso de transposición por parte de pedagogos y docentes que en algunos casos (como el de las teoría de Piaget) ha dado lugar a una imaginarización que distorsiona su significado original. Esto mismo sucede con la TRS, interpretadas como un corpus

relativamente constituido, ya escrito, que no plantea demasiados interrogantes y está disponible para elucidar los problemas del sistema educativo. Tampoco consideran explícitamente el carácter problemático asumido por los propios psicólogos sociales, respecto de la definición de representaciones sociales. Así, asumen rápidamente una versión concluyente y acrítica que es transferida sin más a la investigación educativa.

La dificultad principal radica en que muchos investigadores educativos esperan que al indagar las representaciones sociales en el campo escolar podrán resolver los problemas educativos, sea el aprendizaje de una disciplina, la posición de ciertos actores sociales en una institución, o la necesidad de reformar las prácticas educativas. Tal es la impronta de la demanda profesional del educador que les hace subordinar el rigor y el cuidado metodológico de las investigaciones a las exigencias del educador: cambiar las creencias de maestros y de docentes es la tarea central y la indagación de las representaciones sociales se convierte en exclusivamente instrumental.

Además, la categoría de representaciones sociales es, muchas veces, interpretada aisladamente de la teoría que la define, sin considerar sus compromisos epistemológicos, metodológicos, ni sus relaciones con otras categorías de las ciencias sociales. Cabe añadir los problemas metodológicos cuándo esos investigadores apelan a instrumentos diversos, en una visión amplia, pero a la hora de presentar los resultados, recurren solamente a alguna de tales técnicas. Por ejemplo, exponen las respuestas de los sujetos (“lo que

dicen") sin presentar la articulación que ha llevado a la elaboración de la categoría que describe la representacion social (Castorina & Barreiro, 2014; Castorina, 2016a).

Claramente, como ha señalado Jodelet (2011) la TRS es una corriente dentro de la psicología social, que tiene su propio objeto teórico así como sus procedimientos investigativos, desde donde se inscribe en los espacios sociales (educativos). Y que lo hace desde un marco epistémico, que da lugar a la relación triangular entre el sujeto grupal, el objeto que se representa y el alter, individual o grupal. Esta es una especificación de una filosofía dialéctica que constituye el trasfondo de las investigaciones. Por ello, como queda dicho, la TRS no puede ser absorbida o re apropiada perdiendo su identidad epistémica respecto de los campos donde se implementa, o respecto de los cuáles se hace transferencia. Desde su autonomía como disciplina, se plantean entonces sus vínculos –que habrá que elucidar- con otras disciplinas que se ocupan del mundo educativo.

Respecto a los vínculos de la TRS con las didácticas disciplinares, hay que preguntarse por el lugar y el rol de las representaciones sociales en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Ante todo, se trata de dos disciplinas que proponen diferentes recortes de su objeto de estudio. Las didácticas disciplinares no son un conjunto de prescripciones para enseñar, sino una ciencia social que pretende comprender las razones de las prácticas de enseñanza y aprendizaje (Brousseau, 1986). En principio, estas disciplinas no son incompatibles: una se ocupa de investigar cómo los individuos y los grupos construyen sus

identidades sociales, co-comprendiendo el mundo y la cultura; y la otra, está centrada en las condiciones para que los sujetos se apropien de los saberes socialmente constituidos y transmitidos por diversas instituciones. A este respecto, es posible un doble análisis: ya sea sobre el devenir de una didáctica que comienza a involucrar seriamente a las representaciones sociales y viceversa, cómo es la entrada en las didácticas de las representaciones sociales, discutiendo las modalidades de su intervención (Perret-Clermont, 2009). En este último sentido, se puede considerar, entre otros niveles, la inserción de las representaciones sociales en los contratos didácticos, durante su funcionamiento y transformación.

Las representaciones sociales en la perspectiva didáctica

Ante todo, y como ya dijimos, las didácticas disciplinares constituyen una ciencia social que pretende comprender la dinámica de la transmisión y aprendizaje del saber a enseñar. Veamos algunas relaciones entre éstas y la TRS. Básicamente, nos preguntamos por los aspectos de la TRS y de las didácticas disciplinares que se pueden vincular para examinar el proceso de enseñanza y aprendizaje.

Para elaborar una didáctica que contemple a las representaciones sociales, es central el concepto de contrato didáctico. Este es el acuerdo implícito entre maestros y alumnos respecto de lo pensable en el aula, ya que las interacciones entre alumnos y maestros dependen de lo que cada uno espera del otro.

Por ejemplo, que los alumnos se lleguen a representar lo que está permitido y lo que no es permitido pensar en ciertas condiciones escolares (Sadovsky, 2005). Ha sido motivo de interés el hecho de que ante contratos diferenciales varía la posición de los alumnos en la clase. De ahí que se puede establecer cómo la entrada del alumno al contrato didáctico está influida por las ideas del grupo de pertenencia (Schubauer-Leoni, 2002; Schubauer-Leoni & Filliettaz, 2008).

Más aún, el concepto de contrato didáctico puede dar cuenta –en buena medida– del juego de los actores del escenario didáctico, de los subsistemas que lo constituyen. Aquí surgen algunos interrogantes: Como los profesores se las arreglan para compartir la intención de enseñar ciertos saberes y con cuáles alumnos? ¿Cómo se desenvuelven para ocupar su lugar en tales relaciones? ¿Y mediante cuáles negociaciones? Aquí resulta relevante que se pueda “abrir” el subsistema alumno en el sistema didáctico: el modo en que ciertos alumnos o grupos de alumnos se sitúan o son situados por los docentes en el juego didáctico.

Los didactas -entre otras relaciones de las representaciones sociales y el proceso de aprendizaje enmarcado en el contrato- subrayan que al incorporarse los alumnos al proceso de aprendizaje, se involucran procesos psicosociales. En particular, cuándo el docente trata de lograr que el alumno se haga cargo de un problema y se comprometa en ello, lo que se denomina la devolución en la terminología didáctica. A este respecto, el concepto de representaciones sociales puede ayudar a comprender

las creencias involucradas en la interacción entre docente y alumno en esas condiciones, entre otras, cómo ve el grupo de alumnos las relaciones ternarias con el maestro y el objeto. En nuestro caso adquiere interés especial el reconocimiento de que el involucramiento o el compromiso del alumno se asocian con sus propias representaciones sociales que pueden distorsionar o no las intenciones del docente. Incluso se puede analizar las distancias entre el diseño de un programa de actividades y su implementación en el aula.

Se puede también mencionar (Perret-Clermont, 2009) que tal contrato tiene un funcionamiento diferencial que pone en evidencia la necesidad de considerar las posiciones relativas de los alumnos en el seno de las salas de clase. La cuestión sería: cuál es la vinculacion entre la pertenencia de los alumnos a grupos sociales preexistentes al proceso de enseñanza y aprendizaje y el lugar que esos alumnos vienen a tomar y que el docente les atribuye, mientras se gestiona o se cumple el contrato didáctico en la clase. La gestión diferencial del contrato se puede identificar en los efectos en el conocimiento de diferentes áreas, desde las matemáticas a las ciencias sociales y la historia o el lenguaje. En general, el carácter ternario del contrato obliga a tratar la acción del docente pensando en su imbricación con la participación del alumno, en relación con los objetos de conocimientos, en función de las restricciones de los otros subsistemas. Siguiendo con los contratos diferenciales, se puede pensar que los alumnos son considerados por los profesores como “fuertes” o “débiles” o a veces “medios”, ellos no se

posicionarán igualmente para los profesores y serán solicitados de modo distinto, no de modo igual por los profesores al plantear tareas o interpelarlos. Sea del lado de los docentes o de los alumnos, las características esenciales de las representaciones sociales (que sean a la vez estables y móviles) se ponen de relieve en el caso de la interacción didáctica, como una condición del aprendizaje. Cuándo los alumnos re conceptualizan los problemas planteados en las condiciones didácticas, problemas de aprendizaje de objetos transmitidos por los docentes –y que son el corazón de la actividad escolar– lo hacen reconstruyendo sus conocimientos, incluidas sus representaciones sociales sobre los objetos.

La diversidad de saberes

Para pensar la intervención de las representaciones sociales en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los saberes escolares, hay que plantear primero la cuestión de la diversidad cognitiva. Esta fue propuesta por Moscovici (1961) para discutir la tesis de que el pensamiento se desarrolla unívocamente desde formas prelógicas a formas lógicas, y defender que distintas lógicas coexisten, incluso en sujetos adultos, conformando una *polifasia cognitiva.* El mismo grupo, y cada individuo, emplean diversos registros de conocimiento, una coexistencia dinámica de sus modalidades, vinculados a las distintas relaciones de aquellos con su contexto. Es decir, en la vida cotidiana (y en la vida escolar) existen representaciones sociales o significados culturales que a veces son

contradictorios entre sí, lo cual implica que los sujetos al utilizarlos, sostenerlos o apropiarse de ellos recurran a lógicas o sistemas de pensamiento diferentes. La polifasia depende, así, de aportes tanto sociales como cognitivos.

Para dar solo un par de ejemplos: Por un lado, hay cuestiones denominadas "vivas" que se debaten entre actores sociales, y a conflictos entre las creencias de los grupos sociales, y a la vez son problemáticas en la economía y otras ciencia sociales. En la enseñanza se encuentra que alumnos de escuela media que exhiben representaciones sociales, muchas de ellas preexisten al aprendizaje escolar mismo (Legardez, 2004). Así, las representaciones de un banco remiten al dinero, con interrelaciones entre ellas, por ejemplo, las representaciones sociales de la moneda se vincula con el dinero y con el banco (Legardez y Lebbatteux, 2002) y la de las ganancias remite al salario, o la incertidumbre económica a la crisis (Legardez, 2004). Se podría hablar de una diversidad de representaciones sociales, con sus relaciones, las que conviven y deben ser confrontadas con los saberes disciplinarios (transpuesto como "saber escolar") propuestos por el docente en una clase de economía. Se pudieron verificar conocimientos de sentido común sobre la economía que no estaban en armonía con el conocimiento de la escuela: pertenecen a dos mundos diferentes, y los alumnos tenían dificultades de negociar entre ellos.

Por otro lado, en un estudio sobre las creencias de los alumnos entre 9 y 11 años sobre el fin de la esclavitud en la historia de Brasil, Siman (2005) identificó un rasgo del conocimiento

cotidiano, ya encontrado en estudios clásicos de psicología del desarrollo (Castorina, 2008): los eventos históricos son interpretados por los alumnos como productos exclusivos de actos voluntarios de los individuos. Se trata de representaciones sociales compartidas por niños de diversos grupos sociales, durante la lectura de textos escolares y en la discusión de temas propuestos por el maestro. En este caso, la abolición de la esclavitud se debió a un acto generoso de la Reina Isabel, una heroína en el imaginario del país. Al mismo tiempo, la enseñanza escolar muestra los intereses en conflicto en la sociedad esclavista que subyacen a dicha determinación. Otra vez, los alumnos ponen en juego, en el contexto escolar, dos tipo de saberes: uno en el que creen firmemente, y otro que apenas reconocen, incluso pueden pasar de uno a otro, pero sin lograr abandonar su representaciones sociales.

En consideración a estos ejemplos, postular la polifasia cognitiva equivale al rechazo de la dicotomía entre un desarrollo del conocimiento hacia la racionalidad y el carácter irracional de todo proceso alternativo, sostenida por buena parte de la psicología cognitiva del desarrollo. Esto implica abandonar la idea de un desarrollo único del conocimiento que marcha hacia estados de mayor consistencia como postuló Piaget en muchos pasajes de su obra. Por el contrario, postula una relación de adecuación entre las distintas situaciones y los modos de pensamiento, sin que medie una línea evolutiva entre ellos. Como la gente vive en espacios cotidianos, no hay razón para esperar que en el desarrollo histórico un modo de razonamiento, por ejemplo el científico, se convierta

en la finalidad a alcanzar por el conocimiento, proceso de adquisición de conocimientos.

Durante el proceso de enseñanza-aprendizaje, los diferentes pueden alcanzar estados de tensión, pero sólo son experimentadas por los sujetos cuando las diferentes lógicas se expresan en forma simultánea en su discurso. Con todo, la experiencia de la contradicción, no da lugar automáticamente a una instancia más avanzada o próxima al saber a enseñar. Por lo general, se sostiene esa contradicción, sin aquel cambio, al menos mientras no se dé lugar a una situación didáctica, planteada con ese objetivo (Castorina et al., 2010).

Cabe señalar –con una intención crítica de nuestra parte– que muchos psicólogos sociales comparan el conocimiento científico o saber disciplinario, con el conocimiento de sentido común (en términos de las representaciones sociales), y contraponen la racionalidad de los discursos cotidianos con la racionalidad del saber científico. Al afirmar solo esta dicotomía, no han tomado en cuenta las construcciones propiamente conceptuales, y hasta no es admitida la elaboración individual de conceptos, con la excepción de los trabajos de Duveen y sus colegas (Duveen & Rosa, 1992; Leman & Duveen, 1999; Horn & Castorina, 2010).

Durante los procesos de enseñanza/aprendizaje circulan saberes que constituyen modalidades de polifasia cognitivas, empezando por la presencia de las ideas previas y los saberes “a enseñar” (en general, saberes construidos por los docentes en base

a saberes científicos y a saberes de manual). Los alumnos asimilan el “saber a enseñar” a sus ideas previas, sean representaciones sociales o conceptos individuales, según nuestro enfoque psicogenético revisitado (Castorina, 2014). Así, un nivel de comprensión sobre el derecho a la privacidad (Horn & Castorina, 2010), es resultado de una actividad constructiva individual de conceptos, una laboriosa actividad, pero un rasgo central de cualquier conocimiento social es que los sujetos participan de prácticas sociales, y muy probablemente de sus significados sociales. Por ejemplo, las prácticas disciplinarias en la vida escolar, y las creencias de los docentes, influyen sobre el objeto que pretenden conocer. Por su parte, los alumnos se apropian de la representación social de justicia, que les preexiste, pero para que se produzca dicha apropiación, ellos ponen en juego procesos de diferenciación e integración conceptual, de naturaleza cognitiva (Barreiro, 2012). En cualquier caso, tanto las representaciones de los grupos de pertenencia, como las prácticas propiamente institucionales ponen serias limitaciones o restricciones a la elaboración conceptual. Pero esta actividad no se reduce a los procesos estudiados hasta ahora por la TRS, aunque son enteramente compatibles con ellos.

Insistimos, los procesos de equilibración conceptual que llevan “a niveles superiores de conocimiento”, en el desarrollo de los conocimientos y en el aprendizaje escolar, coexisten e interactúan con otras formas de saber que no presentan un pasaje de menor a mayor validez, como es el caso de las representaciones sociales. Para nosotros, entonces, los conceptos de dominio (del

conocimiento social, o lingüístico, incluso el mundo natural) forman parte de la polifasia cognitiva, junto a las representaciones sociales y a los saberes de las disciplinas que se enseñan. Incluso, hay procesos cognitivos en la apropiación de representaciones sociales, como en el conocimiento de la justicia y del individualismo histórico, son una parte relevante de su reelaboración, y tales procesos son compatibles con los mecanismos puestos de relieve por la TRS (Castorina, 2016a). En el caso de la enseñanza de la lengua, el objeto no es solamente un saber para adquirir, sino también de los usos contextualizados, en las interacciones. La especificidad del objeto didáctico hace más crucial la influencia de factores ideológicos y sociales en la enseñanza, cuya heterogeneidad hace más pertinente utilizar las representaciones sociales, que permiten dar cuenta de fuentes y referencias múltiples (psicológicas, afectivas, sociales) movilizados en un proceso de enseñanza y aprendizaje (Matthey, 1997).

Las representaciones sociales en el contexto didáctico

Claramente, en la didáctica del conocimiento social, como para otro conocimiento previo, las actividades propuestas sobre las representaciones sociales no dan lugar a una simple y directa modificación en el proceso de enseñanza. En otras palabras, los alumnos no logran abandonar definitivamente el anclaje del pensamiento en la memoria colectiva de la que son portadoras, en las experiencias de su grupo, pero pueden alcanzar modos más sutiles de razonamiento (Lautier, 2006) o reconocer mejor los

argumentos opuestos a los propios. La transformación de las creencias previas no sigue un camino lineal que va desde un saber primitivo hacia un saber científico despojado por completo de sentido común.

Si se adopta la perspectiva de la escuela estructuralista de las TRS, al estudiar algunas creencias económicas sobre el mercado o el paro, se puede afirmar (Flament, 2004) que el cambio de las representaciones sociales ocurre solamente cuándo se transforma su núcleo central. Pero esto es difícil ya que se ha creado una periferia de creencias que lo protegen, caracterizando a las representaciones sociales como un sistema. En el campo didáctico de las actividades propuestas por el docente, pensar una acción sobre elementos periféricos puede tener más éxito que si se va directamente a cuestionar el núcleo central. Resulta conveniente contornear el núcleo, planteando problemas sobre aspectos de la periferia en un proceso. Así, según Legardez (2004) se puede trabajar en clase la incertidumbre y el riesgo en economía y se puede elaborar una estrategia que lleve a evitar los obstáculos y a recurrir a otros apoyos en saberes previos identificados por el docente.

En principio, se asumen “las cuestiones socialmente vivas” en la sociedad, porque interpelan a las representaciones sociales, representan lo que está en juego en la sociedad y suscitan debates y a veces conflictos; incluso dan lugar a debates en el campo científico, confrontando diversos modelos explicativos. Es el caso de la moneda, el consumo, los mercados, las empresas, etc.; en el

campo histórico, la crisis política en años recientes, la modificación de las políticas económicas, el neoliberalismo, o la justicia en la actividad social.

Se puede verificar la coexistencia y a veces la tensión y el conflicto entre al menos tres modalidades de conocimiento: las representaciones sociales, los saberes intuitivos y los saberes escolares que resultan de la transposición de los saberes científicos. Hay, por lo menos dos condiciones para que se pueda hablar de actividad didáctica sobre las representaciones sociales (Moliner, 1996) por un lado "la focalización", que promueve la centración de los alumnos sobre el objeto científico que se contrapone a su caracterización amplia, según su posición social, de su historia social y familiar; por el otro "la presión a la inferencia", una situación didáctica que promueve en los individuos el despliegue de conductas y discursos coherentes a propósito de un objeto que ellos conocen mal, para que completen su saber respecto del objeto de conocimiento (puede ser económico, político o histórico). El proceso de activar las representaciones sociales dará lugar a un "bricolaje" de varias representaciones –una reordenación de los conocimientos polifásicos– y que Legardez llamaba "sistemas de representaciones conocimiento" dónde se distinguen saberes escolares y representaciones sociales. Así, el trabajo de la década del 80 del equipo de Audigier (1987) sobre la empresa confirma que amplias comunidades de alumnos del secundario comparten la representación de que la empresa está vinculada al trabajo y a la gran empresa industrial, y asocian al comienzo de año la empresa

con el trabajo. La empresa es un lugar donde los asalariados trabajan para recibir un salario por un patrón que se beneficia. Pero hay cambios, se mantiene la estabilidad, pero se van debilitando de la dimensión industrial que parece corresponder a elementos extraídos del desarrollo económico. Otros estudios revelan que en los saberes previos, hay tanto representaciones sociales como restos de los saberes escolares (particularmente en el conocimiento histórico, ver (Siman, 2005). En general, puede decirse que “los saberes” previos son recomposiciones de elementos extraídos de los saberes sociales (predecesores o directamente representaciones sociales) y saberes escolares anteriores, un genuino “sistema de conocimientos representaciones” (Castorina, 2016b).

La modificación de las representaciones sociales en el aprendizaje depende de la propuesta de actividades a los alumnos en una situación didáctica que define el encuentro de los saberes en sala de clase, del saber previo con el saber a enseñar organizados en una secuencia por el docente, nunca por fuera de ella. Una diversidad de actividades, en las situaciones didácticas, y habida cuenta de los contratos, la transposición de los saberes, o la devolución que hace el docente. Y en su interior, las reelaboraciones o las problematizaciones que hacen los alumnos.

Volviendo a la coexistencia de los saberes que circulan en las aulas, se confirma aquel sistema de “conocimientos-representaciones”: uno reservado al contexto didáctico que integraría los elementos adquiridos de los saberes escolares, junto a las creencias de sentido común; el otro, subsistiría en la vida escolar,

pero fuera de la situación didáctica, y sería muy próximo de las representaciones sociales elaborada fuera de las situaciones escolares (por ej. el individualismo en el conocimiento de la historia). Pero en ocasiones, el propio saber escolar está constituido por representaciones sociales y tiende a que los alumnos se las apropien, como la enseñanza de la Historia Oficial, basada en relatos o narrativas épicas, moralistas y esencialistas acerca de la nación. Ahí no se enseña estrictamente un conocimiento científico, sino un entretejido de representaciones sociales, la versión romántica de la historia de un país sostenida por los propios docentes (Carretero, 2012).

La permeabilidad del saber a enseñar y las representaciones sociales en los contextos escolares suele ser débil, porque con frecuencia prima el oficio de alumno: el anticipar lo que el docente espera de él, pero sin comprometerse o investir su personalidad en la situación didáctica. Más aún, en determinadas circunstancias una buena parte de los aprendizajes se hacen bajo el control de las representaciones sociales, una red por la que pasan los conocimientos, de modo tal que se rechazan ciertos elementos que entran en conflicto con el orden social. Por ejemplo, la justicia distributiva que los estudiantes eliminan cuándo afirman la justicia retributiva, una representacion social hegemónica (Barreiro & Castorina, 2016) o en el caso del conocimiento de las empresas, el paro queda por entero fuera de la noción, pero se enfatizan otros rasgos, como la productividad.

Por otra parte, es relevante considerar que los alumnos encontrarán difícil problematizar una cuestión, incluso realizar en ocasiones una “ruptura epistemológica” con sus propias representaciones sociales, o aprender a argumentar. Aquí el “riesgo de aprender” es muy evidente en alumnos que no pueden aproximarse a los saberes escolares, debido a las representaciones sociales sobre su relación con el conocimiento. Esto es, se ponen en juego las representaciones sociales acerca de lo que es aprender, y cuáles son las consecuencias para ellos (Legardez, 2004). Aquí la dificultad mayor del alumno no reside en sus representaciones sociales como ideas previas a la enseñanza, sino en poder dar sentido a la reconstrucción del saber escolar. Los riesgos mencionados son muy intensos cuándo las cuestiones en juego son “vivas”, como la inflación, la interpretación de episodios recientes de la historia, o aquellos lejanos cargados de significado actual. En estos casos, los alumnos son actores sociales y a la vez actores del juego didáctico, y difícilmente puedan tomar distancia de su propio sentido común (Legardez, 2004). También los docentes temen enseñar, o convertir en problemas para la sala de clase a cuestiones “muy calientes”, o que son “vivas” en la sociedad, por sus eventuales consecuencias.

A propósito de los docentes, cabe mencionar el uso no reflexivo de las representaciones sociales por los docentes, durante el proceso de enseñanza y aprendizaje, como lo han mostrado (Gregorió & Planas, 2005). Así, algunos docentes barceloneses de niños migrantes de Ecuador consideran que una modalidad de la

escuela de ese país para ordenar los decimales de una división, “no es matemáticamente correcta”. Hay aquí un intento por asimilar a dicho aprendiz al aprendiz monocultural, por minimizar la diferencia cultural en las estrategias de cálculo y por renegar el carácter social del aprendizaje, centrándose solamente en su aspecto congitivo individual.

Hacia la interdisciplina

Finalmente, la articulación de la TRS con otras disciplinas para estudiar el proceso de enseñanza/ aprendizaje es problemática. En principio, resulta evidente que ninguna disciplina, por importante que fuera, puede por sí misma dar cuenta de aquel proceso, sean las didácticas disciplinares, las psicologías del desarrollo y del aprendizaje, o la TRS. Ello plantea la cuestión de la compatibilidad o incompatibilidad entre ellas. Por ejemplo, entre la TRS y el constructivismo piagetiano renovado o crítico (Moscovici, 2003; Castorina, 2016a, 2016b) como teoría del desarrollo cognitivo. Hemos defendido en este último caso la compatibilidad en base a que ambos programas de investigación comparten el mismo marco epistémico dialéctico. De ahí la posibilidad de realizar estudios conjuntos sobre la constitución de los conocimientos, en particular los sociales o la escritura. Otro tanto vale para la teoría del desarrollo formulado por Vigotsky y sus reinterpretaciones en diversas corrientes.

Por otra parte, el intercambio de las disciplinas respecto del aprendizaje, además, tiene al menos un supuesto que interesa a los

psicólogos de la TRS: Con frecuencia, las representaciones sociales de los alumnos son conflictivas con otros saberes que se transmiten en sala de clase e incluso participan las representaciones sociales de los docentes durante la enseñanza. Esto revela que las representaciones sociales son condiciones del aprendizaje, no solo como una modalidad de conocimientos previos, sino como un prerrequisito del aprendizaje.

Claramente, el desafío para los investigadores de la TRS es tomar el campo educativo como una totalidad de relaciones y niveles, situando a la representacion social respecto a otros conocimientos y en el proceso de aprendizaje en situaciones didácticas. La cuestión de la identificación creciente de apropiaciones de representacion social por niños y alumnos, o su lugar cada vez más relevante en las negociaciones de significado en sala de clase, nos obliga a pensar una forma nueva de colaboración entre las disciplinas que se ocupan del proceso de enseñanza y aprendizaje. Estamos ante un desafío: repensar la investigación del aprendizaje, dando un lugar significativo a las representaciones sociales, y rearticulando la TRS con otras disciplinas. Se justifica un diálogo, como hemos señalado antes, que habilite una revisión de cada disciplina, que puedan modificarse en sus preguntas y hasta en su metodología, para enfrentar la complejidad del aprendizaje escolar.

El problema central es el de las condiciones de la interdisciplinariedad, como una modalidad de intercambio, ya que por el momento no es más que un horizonte programático.

Básicamente, se requieren de ciertas premisas epistemológicas, en términos de un marco epistémico o concepción mundo común, y de una tabla de valores entre los investigadores (García, 2006). La actividad cooperativa de la TRS y las otras disciplinas que se ocupan del proceso de enseñanza de los saberes científicos, se sostiene en una filosofía dialéctica, que haga posible pensar la interacción entre las dimensiones de que se ocupan las disciplinas, y la construcción de un sistema complejo. Asimismo, se defienden valores como la solidaridad, o la autonomía intelectual de los sujetos, o la defensa un curso de acción que admite o rescata los saberes cotidianos, en contra del cientificismo.

Referencias

Astolfi, J.- P. (1996). Les figures doublés de la représentation. *Éducations*, *10*, 44-47.

Audigier, F. (1987). *Entreprise est representatio* (Collection Rencontres Pedagógiques, 14). INRP.

Barreiro, A. (2012). El desarrollo de las justificaciones del castigo: ¿Conceptualización individual o apropiación de representaciones colectivas? *Estudios de Psicología*, *33*(1), 67-78.

Barreiro, A., & Castorina, J. A. (2016). Nothingness as the dark side of social representations. In J. Bangs, & D. Winther-Lindqvist (Eds.), *Nothingness and its importance in psychology: Theorizing presence of absence* (pp. 69-88). Transaction Publishers.

Brousseau, G. (1986). *Fundamentos y métodos de la didáctica de las matemáticas*. Facultad de Matemáticas y Fisica. Universidad Nacional de Córdoba.

Carretero, M. (2012). Representación y aprendizaje de narrativas histórica. In J. A. Castorina, & M. Carretero (Comps.), *Desarrollo y Educación*, (2), 221-242.

Castorina, J. A. (2008). El impacto de las representaciones sociales en la psicología de los conocimientos sociales: Problemas y perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, *38*(135), 757-776. http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a10.pdfCastorina, J. A. (2014). La psicología del desarrollo y la teoría de las representaciones sociales. La defensa de una relación de compatibilidad. In J. A. Castorina, y A. Barreiro (Coords.), *Representaciones sociales y prácticas en la psicogénesis del conocimiento social* (pp. 53-72). Miño y Dávila.Castorina, J. A. (2016a). Relationships between revisited genetic psychology and the theory of social representations: A critical analysis. *Papers on Social Representations*, *26*(1), 5.1-5.22. https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/86

Castorina, J. A (2016b). Las representaciones sociales y los procesos de enseñanza-aprendizaje de conocimientos sociales. *Revista Psicologia da Educação*, (44), 1-13. https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/34301

Castorina, J. A., & Barreiro, A. (2014). Los usos de las representaciones sociales en la investigación educativa. In J.

A. Castorina, & A. Barreiro (Compls.), *Representaciones sociales y prácticas en la psicogénesis del conocimiento social* (pp. 53-72). Miño y Dávila.

Castorina, J. A., Barreiro, A., & Carreño, L. (2010). El concepto de polifasia cognitiva en el estudio del cambio conceptual. In M. Carretero y J. A. Castorina (Eds.), *La construcción del conocimiento histórico* (pp. 131-152). Paidós.

Duveen, G., & Rosa, A. M (1992). Social representations and the genesis of social knowledge. *Papers on Social Representations*, *1*, 94-108. https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/95

Flament, C. (2004). Structure et dinamique des répresentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 204-219). Presses Universitaires de France.

García, R. (2006). *Sistemas complejas*. Gedisa.

Gilly, M. (1991). *Maitres-eleves: Roles institutionnels et représentations.* Presses Universitaires de France.

Gregorió, N., & Planas, N. (2005). Social representations as mediators of mathematics learning in multiethnic classrooms. *European Journal of Psychological Education*, *20*(1), 91-104.

Horn, A., & Castorina, J. A (2010). Las ideas infantiles sobre el derecho a la privacidad. Una construcción conceptual en contextos institucionales. In J. A. Castorina (Coord.), *Desarrollo del Conocimiento Social* (pp. 191-214). Miño y Dávila.

Jodelet, D. (2011). Aportes de las representaciones al campo de la educación. *Espacios en Blanco*, (21), 133-154.

Lautier, N. (2006). L’histoire en situacion didactique: Une pluralité des registres du savoir. In V. Haas (Dir.), *Les savoirs du quotidien* (pp. 77-90). Presses Universitaires de Rennes.
Legardez, A. (2004). L’utilization de l’analyse des représentations sociales dans une perspective didactique. *Revue des Sciences de l´Éducation*, *30*(3), 647-665.
Legardez, A., & Labatteux, N. (2002). Entreprise et représentations dans les enseignements professionnels tertiaires. *Aster*, *34*, 181-211.
Leman, P., & Duveen, G. (1999). Representations of authority and children’s moral reasoning. *Papers on Social Representations*, *7*(1-2), 555-575.
Lerner, D. (2001). Didáctica y psicología: Una perspectiva epistemológica. In J. A. Castorina (Comp.), *Desarrollos y problemas en psicología genética* (pp. 273-290). EUDEBA.
Matthey, M. (2000). Les représentations de l’apprentissage des langues et du bilinguisme dans l'institution éducative. *Études de Lnguistique Apliquée*, (120), 487-496.
Moliner, P. (1996). *Images et représentations sociales*. Presses Universitaires de Grenoble.
Moscovici, S. (1961). *La psychoanalyse son image et son public*. Presses Universitaires de France.
Moscovici, S. (2003). La conciencia social y su historia. In J. A. Castorina (Comp.), *Representaciones sociales* (pp. 91-110). Gedisa.

Perret-Clermont, A. N. (2009). Introduction. In M. Cesar, & K. Kimpulainen (Eds.), *Social interactions in multicultural settings* (pp. 1-12). SENSE.

Placco, V. M. N. de S., & Souza, V. L. T. de. (2012). Movimentos identitarios de profesores e representações do trabalho docente. In V. M. N. de S. Placco, L. Villas Bôas, & C. P. de Sousa (Orgs.), *Representações sociais* (Coleção Formação do Professor, 6) (pp. 17-42). Champagnat.

Sadovsky, P. (2005). La Teoría de las situaciones didácticas: un marco para pensar y actuar la enseñaza de las matemáticas. In H. Alagia, A. M. Bressan, & P. Sadovsky. *Reflexiones teóricas para la educación matemática* (pp. 13-68). El Zorzal.

Schubauer-Leoni, M. L (2002). Didactique comparée et représentations sociales. *L´Année de la Recherché en Sciences de l'Éducation*, 127-149. Schubauer-Leoni, M. L., & Filliettaz, L. (2008). *Processus interaccionnels et situations éducatives* (Raisons éducatives). De Boeck Supérieur.Siman, L. M. de C. (2005). Representações e memórias sociais compartilhadas: Desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. *Cadernos Cedes*, *25*(67), 348-364.

Souza, C. P. de, & Villas Bôas, L. (2011). Los estudios de representaciones sociales y los desafíos para la investigación en educación. In S. Seidmann, & C. P. de Sousa (Orgs.), *Hacia una psicología social de la educación* (pp. 23-48). Ed. Teseo.

Villas Bôas, L., Lombardi, M. R., & Souza, C. P. de. (2012). Representações e relações sociais de sexo no estudo do

trabalho docente. In V. M. N. de S. Placco, L. Villas Bôas, & C. P. de Sousa (Orgs.), *Representações sociais* (Coleção Formação do Professor, 6) (pp. 185-218). Champagnat.

Representação social, ciência e educação no século XXI – para onde vamos?

aria Querido de Oliveira Chamon[88]
Leonor M. Santana

ine de l'me. (François Rabelais, 1532.)

O ano de 2020 d.C. ficará na história por vários motivos. Para muitos, será o ano da tristeza e do luto: o ano tocado pela morte de parentes, amigos, entes queridos. Para outros, será o ano da vergonha: o ano em que esquecemos a solidariedade e a empatia com o outro, e permitimos que posições políticas e ideológicas ameaçassem a saúde e a vida. Para outros, ainda, será o ano do espanto: como foi possível mostrarmos tal desorganização, tal despreparo e tal incapacidade para nos colocarmos de acordo sobre regras aparentemente simples do viver juntos?

Será também o ano da perda econômica, do aumento da desigualdade, do trabalho remoto, do atraso escolar, da separação física e do abraço virtual. Um ano sem precedentes, com mudanças que jamais poderíamos imaginar.

Será o ano, finalmente, e para chegarmos ao que nos interessa discutir aqui, no qual a ciência foi negada e defendida, relativizada, questionada, discutida. Em que momento teríamos

---

[88] A autora contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na forma de bolsa de produtividade – Processo 309159/2017-2.

concebido pessoas conversando sobre testes moleculares, anticorpos, número de reprodução, achatamento de curva? A ciência se fez presente nas decisões políticas e no cotidiano das pessoas.

Essa discussão sobre o lugar da ciência no cotidiano se amplia na sociedade, não apenas sobre questões de conteúdo, mas também sobre como funciona a ciência, quais seus impactos sociais e qual a influência de políticas públicas e de instituições formais (escolas, instituições científicas), bem como de diferentes grupos sociais, nas formas de divulgação, participação e decisão relacionadas à ciência e tecnologia. Em resumo, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de um ensino de ciências e de uma educação científica que permitam navegar em uma sociedade cada vez mais dependente da ciência e da tecnologia. Este texto é uma apresentação de reflexões e propostas sobre como avançar nessa direção.

Descaminhos da ciência

A discussão sobre o conhecimento científico que deve ser proposto na escola, em sua forma e conteúdo, ou sobre a percepção pública da ciência e suas consequências políticas e sociais não é propriamente recente, em especial se considerarmos o aforismo atribuído a Francis Bacon (1561-1626) "*scientia potestas est*" (conhecimento é poder). Uma discussão sobre o tema, pleiteando uma formação mais ampla e dialogada em ciências e humanidades, é feita na conhecida obra de Charles P. Snow

(original de 1953), “As duas culturas e uma segunda leitura” (Snow, 1995).

Sem pretender fazer uma análise histórica do tema, remetemo-nos ao trabalho de Jon D. Miller (1983), no qual o autor faz uma revisão conceitual e empírica da evolução da alfabetização científica (*scientific literacy*) nos Estados Unidos. O texto inicia com um alerta enfático: “Em uma sociedade democrática, o nível de alfabetização científica da população tem importantes implicações para decisões de política científica” (p. 29, tradução nossa). O alerta diz respeito não apenas às consequências da falta de conhecimento em ciências, em termos de seu conteúdo, mas particularmente à necessidade de um conhecimento sobre como funciona a ciência e quais seus impactos sociais, de modo a permitir uma participação consequente da sociedade nas discussões e decisões sobre os rumos da política científica.

De fato, uma certa “especialização política” resulta na impossibilidade de o cidadão se manter informado sobre todas as questões políticas modernas. De um modo geral, existirá uma pirâmide estratificada em níveis para qualquer processo de formulação de políticas em Ciência e Tecnologia (C&T). No topo estarão os tomadores de decisão; no segundo nível, os grupos de líderes políticos não-governamentais, que interagem diretamente com os primeiros; no terceiro nível estará o público atento aos assuntos de C&T e às políticas públicas de C&T; e, finalmente, existirá um público (majoritário) não diretamente atento a esses assuntos. Não se deve atribuir ignorância a este último grupo. Seus

membros podem se tornar muito ativos em situações críticas e urgentes – a questão do final das guerras da Coreia e do Vietnã é invocada por Miller (op. cit., p. 45) como um exemplo de mobilização quanto à insatisfação popular. Nos nossos dias, é possível ver na emergência de saúde pública internacional gerada pela pandemia da covid-19 um fenômeno de mobilização similar.

A preocupação com o conhecimento científico nos níveis escolares básicos e com a correspondente formação docente para as áreas de Ciências da Natureza e Matemática (e suas Tecnologias, se quisermos manter uma nomenclatura mais oficial) ganhou espaço e amplitude nos últimos anos, por razões evidentes.

De um modo geral, a educação básica no Brasil sofre de problemas estruturais conhecidos: a desvalorização do trabalho docente, a degradação das condições de trabalho, o distanciamento entre a instituição familiar e a escolar, a fragmentação cultural na contemporaneidade, a crise dos modelos de formação de professores, dentre outros.

Do ponto de vista da população que atravessa o sistema escolar e busca uma formação para a vida e para o trabalho, os indicadores são desalentadores. Relatório recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2018), comentando estatísticas publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para o Brasil e mais 40 países, indica que, em nosso país, é de 36% a proporção de adultos de 25 a 34 anos de idade que não concluíram o ensino médio, sendo 41% para os homens e 32% para as

mulheres; e, para a população em geral, essa taxa é próxima de 53%. O mesmo relatório indica que a taxa de emprego para esses jovens sem ensino médio é de 83% para os homens e 50% para as mulheres. O relatório anterior, de 2017 (Inep, 2017), mostrava ainda a forte desvantagem na renda representada pela ausência do ensino médio: os adultos entre 24 e 64 anos de idade que não conseguiram completar essa etapa educacional recebem, em média, 38% a menos em trabalhos de tempo integral.

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) também mostram fragilidade. As comparações dos resultados desde 2005 até o presente mostram um país longe de suas metas, com regressão de desempenho em vários estados e pouca ou nenhuma progressão nos últimos anos. Em termos gerais, o Ideb da rede pública do Brasil para os anos finais do ensino fundamental variou, entre 2005 e 2017, de 3,2 a 4,4. Os resultados crescentes (embora modestos) seriam animadores, mas o sistema perdeu fôlego nos últimos anos, ficando cada vez mais longe de suas metas. A situação no ensino médio é muito mais preocupante. O Ideb do ensino médio variou, entre 2005 e 2017, de 3,1 a 3,5, tendo ficado estagnado em 3,4 nas edições de 2009, 2011 e 2013, e em 3,5 nas edições de 2015 e 2017. Mesmo com a mudança de metodologia (até 2015 os dados do ensino médio eram obtidos por amostragem de escolas, enquanto em 2017 o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb passou a ser aplicado em todas as escolas públicas), os resultados estão muito aquém do esperado.

Do ponto de vista da formação de professores a situação também se mostra difícil. O número de matrículas em cursos da educação superior no Brasil na área de Ciências representa apenas 1,8% do total e em Matemática e Estatística, apenas 0,2%. Considerando-se apenas as licenciaturas, a situação é um pouco melhor. A área de Ciências da Natureza e Matemática responde por 15,7% do total de matrículas. No entanto, nessa área, a evasão supera a casa dos 50% (Gatti et al., 2019).

Nesse caso específico da área de Ciências, ao se analisar o baixo desempenho dos alunos em testes padronizados (que são bastante criticados, é verdade; ver, por exemplo, Morgado, 2011; Biesta, 2012), as conclusões remetem à falta de experimentação nas aulas e seu papel na aprendizagem do conhecimento científico; ao ensino livresco; à falta ou má inserção dos recursos tecnológicos nos espaços educacionais; à ausência do estabelecimento de relações com os saberes que os alunos trazem para as situações de ensino e aprendizagem; à grade curricular hermética, consistindo, na maioria das vezes, em uma estrutura rígida para o desenvolvimento do trabalho do professor. Outros pontos se destacam na literatura da área, os quais somados a todo um contexto estrutural, recorrentemente desfavorável, envolvendo as escolas e o próprio sistema educacional, só tendem a ampliar o quadro negativo da análise: modelo de transmissão dos conhecimentos científicos como verdades neutras e absolutas; desinteresse dos alunos pelas Ciências e pelas aulas de Ciências; dificuldade de superação das representações prévias/alternativas

trazidas pelos alunos, o que Paulo Freire chamou de transformação da "*doxa*" em "*logos*" (Freire, 2015; Fernandes et al., 2016); abordagens pedagógicas que desconsideram a contextualização histórica e filosófica da construção científica; falta de clareza sobre o papel social da alfabetização/formação científico-tecnológica e da própria escola; lacunas na formação inicial dos professores, suas concepções e representações; necessidade de se repensar a formação continuada; falta de articulação entre a formação e a pesquisa; dificuldades de superação dos desafios para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar (Neto & Fracalanza, 2003; Ferreira & Selles, 2004; Samagaia & Peduzzi, 2004; Cachapuz et al., 2005).

Como avançar?

O estágio presente de desenvolvimento científico e tecnológico não deixa margem para disputas sobre a importância da ciência e das múltiplas reflexões que se deve fazer sobre ela. A complexidade de projetos e artefatos tecnológicos – de *smartphones* a telescópios espaciais, de vacinas de DNA ao LHC (*Large Hadron Collider*) – demonstra não apenas a importância, mas a absoluta necessidade de uma ampliação do conhecimento geral sobre a ciência.

Essa constatação coloca, assim, o problema de como avançar no plano curricular e pedagógico na área de ciências da natureza e matemática (Santos & Valeiras, 2014). As propostas nesse sentido ocorrem em diversos níveis.

Um primeiro nível é o das propostas de formação integrativas que se apoiam na elaboração de projetos e temas transversais – água, energia, meio ambiente – que, sem alterar fundamentalmente a estrutura curricular, buscam replicar a necessidade de abordagens interdisciplinares dos projetos complexos.

Um segundo nível é o das mudanças curriculares nos cursos de formação universitária, que estão em discussão em vários lugares do mundo, como a proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – Unesco – para o ensino médio (Unesco, 2011) ou a *Next Generation Science Standards* – NGSS, nos Estados Unidos (NGSS, 2017).

Um terceiro nível é o da mudança das abordagens do processo de ensino-aprendizagem, buscando conexões entre teoria e prática, e relações entre o conhecimento proposto e os saberes e compreensões que os alunos já trazem consigo para a escola. Esse é o nível que nos propomos a discutir em seguida e é, como veremos, a preocupação central das perspectivas modernas de pesquisa em ensino em ciências.

De um modo geral, a forma como a ciência é apresentada, seja na educação básica ou na formação de professores, induz à ideia de que: a) ela é neutra e contém verdades absolutas, independe de escolhas sociais, não apresenta controvérsias e não tem uma evolução histórica; b) ela é construída em oposição ao senso comum, que é tido como falso e ingênuo quando se trata de ciência – a Lua não está parada, mas cai continuamente; o Sol não gira em

torno da Terra, e sim o contrário; objeto mais pesado não cai mais depressa que o mais leve; c) ela não é um empreendimento coletivo, mas a realização singular de indivíduos extraordinários.

Ao mesmo tempo, há fortes evidências de que atitudes positivas em relação à ciência não dependem diretamente do grau de conhecimento ou do nível escolar dos indivíduos (Castelfranchi et al., 2013). As atitudes em relação à ciência são influenciadas por fatores contextuais e culturais que as tornam resistentes a mudanças. Nesses casos, os indivíduos podem tornar-se impermeáveis à informação, de modo que a transmissão de mais conhecimentos de maneira unidirecional (*top-down*), que é típica do modelo do déficit informacional, pode não ser efetiva. Esse modelo – do déficit – é basicamente aquele no qual a ciência é pensada como “. . . externa e autônoma em relação à sociedade” (op. cit., p. 1.166).

Se associarmos a esses resultados as críticas que são feitas aos métodos de ensino-aprendizagem, entre elas a falta de diálogo com os saberes dos alunos e a descontextualização histórica da construção da ciência, poderemos propor um caminho para os processos de ensino-aprendizagem em ciências que passe pelo conhecimento não apenas do que os alunos e professores sabem, mas também de como eles se posicionam em relação a esse saber. Em outras palavras, defendemos que o estudo das representações sociais sobre a ciência – o que ela é, como ela é construída, como ela é ensinada – tanto por alunos quanto por professores permite

avançar para além de um modelo de simples transmissão da informação e para além do modelo do déficit.

A perspectiva das representações sociais

A investigação das representações sociais acerca da ciência e seu ensino dialoga com esses níveis anteriormente mencionados e vai além, ao questionar as formas como se constrói o conhecimento científico e tecnológico na escola (pelos professores e pelos alunos). Essa construção tem impacto direto nos processos de ensino e aprendizagem, tanto no nível dos conteúdos – a partir das representações da ciência de professores/alunos – quanto no nível dos processos de mediação, particularmente nas formas de uso/construção das estratégias educacionais.

As representações sociais, como criações coletivas, social e culturalmente compartilhadas, estão relacionadas aos processos sociais que envolvem mudanças na sociedade (Moscovici, 2003). A inserção do “novo” gera um ambiente propício para criação de representações sociais, tendo em vista que, como argumenta Moscovici (op. cit., p. 54), “. . . a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar”.

Segundo autores da Teoria das Representações Sociais (TRS), como Moscovici (1981, 1986, 1988, 2003, 2012), Jodelet (2001), Vala e Monteiro (2000) e Sá (1998), a difusão de um fenômeno não familiar, seja por ser uma novidade ou por surgir com roupagens “novas”, gera mobilização, conflitos, consensos, convergências e divergências, conversações e negociações, que são

estabelecidos por uma necessidade de apropriação do "novo" pelos grupos sociais envolvidos nesse processo. Assim, o processo de apropriação de conceitos científicos é visto como produtor de significações e gerador de representações sociais, as quais consistem, em uma definição clássica, em ". . . uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social" (Jodelet, 2001, p. 22).

O interesse no estudo das representações sociais reside no fato que, dada sua natureza de conhecimento socialmente gerado e socialmente partilhado, as representações sociais produzem duas consequências: uma vez instalada, estabelecida por um determinado grupo social, uma dada representação tende a resistir à mudança, gerando uma relativa estabilização cognitiva para o grupo; as representações sociais funcionam como uma norma social autorizando o que é considerado como "obrigatório" para se definir o objeto ou se relacionar com ele, o que é "comum" (frequente), "eventual" (excepcional) e o que é "inaceitável", "anormal" (contra a norma do grupo para o objeto em questão).

Essas características das representações sociais são instrumentais na análise da forma como os professores e os alunos se relacionam com a ciência e com o ensino de ciências.

A representação social da ciência

Nas sociedades modernas, o conhecimento científico sobrepujou outras formas de conhecimento, entre elas o senso comum. A forma científica tornou-se, para muitos, a única forma válida e admissível de conhecimento. O conhecimento científico, se muitas vezes tem como princípio o senso comum, se constrói por oposição a ele. E essa oposição se dá não apenas em seu conteúdo – o objeto mais pesado não cai mais depressa –, mas também em relação ao próprio processo de construção desse conteúdo – a ciência segue metodologia, regras lógicas e estritas de dedução, e é aberta à comprovação empírica (Chamon, 2014).

É como se houvesse formas de pensamento “superior” – ligadas ao *logos* e à racionalidade – e formas de pensamento “inferior” – ligadas ao mito, ao senso comum, à irracionalidade (Marková, 2017).

Em seu trabalho seminal sobre as representações sociais, Moscovici (2012) desvenda o processo de penetração da psicanálise na sociedade, mostrando como uma ciência é apropriada por um grupo e transformada por ele. Aqui, ciência se torna senso comum. Mais tarde, Moscovici e Hewstone (1984) vão propor a distinção entre universo reificado e universo consensual. O saber científico, com seus métodos e critérios de validação, pertenceria ao universo reificado, enquanto o senso comum, próprio ao universo consensual, seria um corpo de conhecimentos evidentes por si só,

"conhecido de todos", e que formaria a base das representações sociais.

No entanto, embora essa distinção seja útil para dar corpo e densidade ao conceito de representação social, ela deve ser relativizada. E isso porque existe uma continuidade entre a atividade do especialista e as ideias de senso comum que esse especialista partilha com grupos mais amplos, ou seja, os esquemas de conhecimento do senso comum continuam a trabalhar seu espírito durante sua atividade profissional (Bangerter, 1995). Essa continuidade tem grande influência nas formas de pensar e transmitir a ciência.

Notemos inicialmente que o estudo da ciência a partir da psicologia social encontra-se no cruzamento de duas grandes tendências: os estudos sobre a representação social da ciência pelo público não especialista (a população em geral) e as discussões sociológicas sobre a ciência.

Observemos em seguida que, contrariamente a uma epistemologia mais ortodoxa, voltada para os estudos das produções científicas terminadas, a sociologia da ciência propõe uma investigação da própria gênese da ciência, dentro das instituições que a produzem. Trata-se muito mais de um estudo da pesquisa/processo (ciência se fazendo) do que da ciência/produto (ciência feita), como nos diz Bruno Latour (Latour, 2011).

Ora, este ponto de vista justifica plenamente um estudo sobre as representações sociais da ciência pelos professores de ciências e suas relações com as representações dos alunos. São essas

representações – como o conhecimento científico se produz e se organiza, para que ele serve, a quem ele serve, qual o espaço da ética dentro da ciência – que circulam no discurso desses sujeitos e que formam toda uma visão sobre a ciência, sobre a forma de praticá-la e sobre a forma de transmiti-la (Chamon, 2007).

A questão da apreensão dos conhecimentos científicos é atraída por dois polos opostos: de um lado existe a pressão para um conhecimento preciso e comprovado, derivado da absoluta predominância da ciência em nossa sociedade; por outro, a impossibilidade cognitiva de apreender toda a evolução da ciência atual. Como nos diz o próprio Moscovici (2019, p. 2, tradução nossa):

> Nós não acreditamos mais que possamos entender a maior parte da ciência e da informação que nos interessa. Um volume crescente de fenômenos e teorias nos alcança através de outros indivíduos, entra em nossa bagagem comum sem que tenhamos a oportunidade de verificá-lo. A quantidade de conhecimentos e realidades aos quais temos indiretamente acesso excede em muito a quantidade decrescente de conhecimentos e realidades diretas. Em outras palavras, nós pensamos, nós nos pensamos, nós nos vemos por procuração; nós interpretamos eventos sociais e naturais que nós não “vemos” e “vemos” eventos que, nos garantem, são interpretados ou interpretáveis por outros.

Nesse sentido, é possível considerar que as representações dos professores coordenam suas práticas educativas e consistem

muitas vezes na fonte das distorções, desfalques e suplementações que os estudantes apresentam. Caso seja assim, é preciso rever a formação de professores, uma vez que eles são os agentes da educação científica. Se esse quadro se mantém inalterado no atual cenário educacional, não basta realizar cursos de aperfeiçoamento e atualização de conteúdo, são necessários projetos de intervenção que conduzam a uma análise crítica das representações sociais de ciência apresentadas pelos professores. E isto em todas as instâncias de formação (Braz da Silva, 2014).

De forma idêntica, é preciso considerar, no processo de ensino-aprendizagem, as representações dos alunos sobre a ciência, pois elas constituem a bagagem que eles trazem para a escola, tanto em termos de conteúdo, como em termos de processo, ou seja, tanto na forma de conhecimentos específicos sobre o mundo (a Terra é plana ou redonda, etc.) como em termos de construção e validação científica (método indutivo ou dedutivo, evidência empírica ou princípio de autoridade, etc.).

O ensino das ciências como prática social

O movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente – [CTSA], que na educação em ciências se sedimentou em vários países, tais como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Espanha, envolve dimensões relacionadas à natureza da ciência e da tecnologia, às repercussões sociais e ambientais, e tanto aos processos como às produções científico-tecnológicas. No Brasil, o

movimento amplia-se a cada ano, mas até bem pouco tempo ainda era considerado um tema em desenvolvimento (Zauith et al., 2011).

Os espaços de formação e de prática consistem em espaços de interação, de conversações, de produção de saberes e inovações, correspondendo a locais privilegiados de produção e circulação de representações sociais acerca de vários fenômenos no âmbito educacional. Os professores, um dos grupos sociais presentes nesses espaços, constroem de forma compartilhada explicações sobre como deve ser o ensino para se alcançar a aprendizagem, as quais coordenam as escolhas acerca dos saberes que devem ser ensinados, do tempo gasto em cada conteúdo, das intervenções didáticas e de avaliação mais adequadas, das decisões sobre uso ou não dos recursos e das inovações didáticas e tecnológicas, assim como de seus modos de utilização.

Assim, o ensino de ciências pode ser concebido como uma prática social, uma vez que envolve instituições e grupos que foram conformando, ao longo da história da educação na era moderna, um conjunto de valores, normas e práticas que são validadas e legitimadas por seus sujeitos no processo de construção do conhecimento.

O estudo das relações entre as representações e as práticas sociais (como o trabalho docente ou o ensino de ciências como prática educativa) é central aqui. Ou seja, a Teoria das Representações Sociais oferece arcabouço conceitual consistente para o estudo da reconstrução social do conhecimento científico; e, para o estudo da “representação da ciência” como forma de

apreensão/transformação do conhecimento por diferentes grupos (no caso, professores e alunos).

A contribuição da psicologia social, e em especial da Teoria das Representações Sociais, consiste em demonstrar que, em situações sociais complexas, dentro de interações sociais complexas, o ator social (indivíduo ou grupo) constrói um metassistema cognitivo capaz de dar coerência, capaz de dar sentido à situação percebida e aos comportamentos e atitudes empreendidos.

O mapeamento analítico das representações sociais que são construídas e difundidas acerca da ciência pode sinalizar os impactos que tais representações apresentam no processo de formação docente e nos processos de ensino-aprendizagem das ciências.

Representações sociais e alfabetização científica

As pesquisas em ensino-aprendizagem de ciências podem ser, em uma primeira aproximação, caracterizadas pelo enfoque no desenvolvimento da alfabetização científica (Anderson, 2010). Tradicionalmente, a alfabetização científica (letramento científico e enculturação científica também aparecem na literatura) é definida a partir de três dimensões que a compõem: o conhecimento do conteúdo científico; o entendimento da natureza da ciência, de suas normas e seus processos; e, o entendimento do impacto social da ciência, e de suas relações com a tecnologia, a sociedade e o ambiente (Sasseron, 2015).

As perspectivas teóricas sobre o ensino-aprendizado de ciências buscam responder a questionamentos sobre essas dimensões, com ênfase variada em uma ou mais delas.

Três dessas perspectivas se destacam no cenário das pesquisas atuais: a perspectiva da mudança conceitual; a perspectiva sociocultural; e a perspectiva crítica (Anderson, 2010). De maneira muito breve e necessariamente limitada, seguindo a análise de Anderson (op. cit.), podemos caracterizar essas linhas de pesquisa como segue.

A perspectiva da mudança conceitual entende a ciência como um diálogo teórico com a natureza, vista como mundo material – fenômenos da vida, da Terra e da física, bem como sistemas tecnológicos criados pela humanidade. O ensino de ciência, dentro dessa tradição de pesquisa, vê o aluno como um sujeito com concepções próprias, embora menos precisas ou menos amplas do que as teorias científicas. São concepções ingênuas ou distorcidas, mas que são úteis para os sujeitos em suas experiências diárias. Nessa linha, o baixo desempenho em ciências pode ser explicado pelo conflito entre os quadros de referência conceituais dos alunos e o das teorias científicas. Nesse caso, ensinar ciência corresponderia a montar estratégias de ensino-aprendizagem que promovam a modificação dessas concepções prévias dos alunos.

Já a perspectiva sociocultural vê a construção da ciência como a construção de práticas e discursos específicos da comunidade científica. Aqui, diferentemente da tradição da mudança conceitual, a ciência não é vista como um diálogo com a

natureza, mas como um diálogo com as pessoas, dentro de uma comunidade de práticas (que é a dos cientistas). O conflito que se instala com os alunos é um conflito de discursos entre diferentes comunidades. Os alunos trazem padrões linguísticos e sociais distintos daqueles consagrados na ciência. Nessa abordagem, ensinar ciência corresponderia a montar estratégias de ensino-aprendizagem que apoiem os alunos na aquisição dos recursos culturais e linguísticos que eles precisam para manejar essa forma privilegiada de discurso que é a ciência.

Finalmente, a perspectiva crítica adota uma postura bastante distinta das anteriores, investindo nas características inerentemente ideológicas e institucionais da ciência. É a discussão do poder e da dominação de classe que orienta essa tradição de pesquisa. Nesse sentido, o acesso à ciência é uma questão de privilégio de uns e exclusão de outros. As características de neutralidade e desinteresse, usualmente atribuídas à ciência, são formas de justificar esses processos de exclusão/inclusão. Embora não mencionada nos trabalhos de Anderson (2010), essa perspectiva se aproxima dos argumentos de Bourdieu sobre violência simbólica e sobre a legitimação, pela escola, dos saberes da classe dominante e sua imposição dissimulada à classe dominada (Bourdieu & Passeron, 1970). Nesse caso, ensinar ciência corresponderia a desafiar as premissas sobre o conhecimento e sua distribuição social, a quem ele serve e como ele é apropriado. Seria necessário transformar um ensino que é doutrinação em um ensino que é crítica das relações entre a comunidade científica e o interesse das classes dominantes.

A abordagem das representações sociais no estudo do ensino de ciências dialoga com essas tradições e apresenta novas frentes de pesquisa nesse tema. Observemos, de imediato, que a Teoria das Representações Sociais permite apreender os quadros de referência (perspectiva da mudança conceitual) e as práticas e discursos (perspectiva sociocultural) de alunos ou professores, visto que são esses objetos que são construídos nas relações e circulam nas comunicações de um grupo social. A forma como os sujeitos representam a ciência, seja em suas relações com o mundo material seja com o mundo social, pode ser analisada por meio da TRS: como o objeto é simplificado e naturalizado; como ele se ancora em categorias preexistentes; como sua compreensão evolui no tempo; como ele se apresenta no discurso dos sujeitos; como a representação orienta as práticas sociais. Dessa forma, o aporte da TRS dialoga e consolida duas das três perspectivas apresentadas.

Do ponto de vista da perspectiva crítica, a TRS também traz seus aportes a partir das noções de representações hegemônicas e representações emancipadas/polêmicas (Moscovici, 1988): as primeiras impõem práticas simbólicas e materiais, enquanto as últimas contestam visões de mundo e surgem em situações de oposição entre grupos. As representações sociais, enquanto possibilidade de resistência e inovação, também podem trazer uma visão nova para o estudo do ensino em ciências dentro da perspectiva crítica.

Considerações finais

Refletindo coletivamente sobre os desafios que se colocam para o ensino e a aprendizagem de ciências é possível observar tanto avanços como retrocessos nesse processo. Por um lado, existem evidências substanciais dos problemas vividos pelo ensino de ciências no país. Alguns deles foram apresentados nas seções iniciais e incluem deficiências em todas as dimensões da alfabetização científica. Além disso, uma aparente onda de negacionismo científico se ergueu mais recentemente (ou se tornou mais visível) em várias áreas, da medicina à astronomia. Deixando de lado questões elementares como a ausência de meios materiais e de infraestrutura, os salários de profissionais da educação e as dificuldades de formação inicial e continuada de professores, os problemas do ensino de ciências se acumulam também nas abordagens pedagógicas descontextualizadas e nos hermetismos curriculares. Há muito que avançar por esse lado.

Por outro lado, no entanto, houve inegável progresso no conhecimento sobre as ciências nas últimas décadas. Não somente as pesquisas nessa área ganharam amplitude, como a própria ciência ganhou visibilidade. Seja por reação natural ao negacionismo ou por uma maior consciência de seus impactos econômicos e sociais, a ciência é cada vez mais discutida e valorizada. As recentes questões ambientais no país – desmatamento, queimadas, poluição marinha, alterações climáticas – e as questões de saúde, dentre as quais a pandemia da covid-19 é o exemplo mais marcante, deixaram

de ser apresentadas como notas jornalísticas e passaram a ser discutidas em termos muito mais técnicos por especialistas dessas áreas, com grande destaque na mídia e na política.

A falta de professores nas áreas de ciências, matemática e tecnologia, bem como o desempenho dos alunos nessas áreas preocupa autoridades e formadores de opinião, pelo potencial impacto no desenvolvimento econômico do país. Questões mais amplas de justiça social e de redução de desigualdades em termos de gênero, etnia e classe social ganham seu espaço, embora sejam muito menos abordadas, o que mostra que ainda temos um longo caminho a percorrer.

A abordagem das representações sociais abre novas trilhas que merecem ser percorridas. Desde sua origem, com os trabalhos de penetração da psicanálise na sociedade francesa, a TRS é capaz de investigar a forma como a ciência e o senso comum se relacionam, dentro de um grupo ou entre grupos sociais. Essa perspectiva tem muito a oferecer ao ultrapassar antigos modelos de transmissão unidirecional do conhecimento e de déficit informacional como formas de refletir sobre as práticas e os processos de ensino-aprendizagem de ciências.

Referências

Anderson, C. W. (2010). Perspectives on science learning. In S. K. Abbel & N. G. Lederman (Org.), *Handbook of research on science education* (pp. 3-29). Routledge.

Bangerter, A. (1995). Rethinking the relation between science and common sense: a comment on the current state of social representation theory. *Papers on Social Representations*, *4*(1), 1-18.

Biesta, G. (2012). Boa educação na era da mensuração. *Cadernos de Pesquisa*, *42*(147), 808-825. http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v42n147/v42n147a09.pdf

Bourdieu, P., & Passeron, J.- C. (1970). *La reproduction*. Les Editions du Minuit.

Cachapuz, A., Gil-Perez, D., Carvalho, A. M. P. de, Praia, J., & Vilches, A. (2005). *A necessária renovação do ensino de ciências*. Cortez.

Castelfranchi, Y., Vilela, E. M., Lima, L. B., Moreira, I. C., & Massarani, L. (2013). As opiniões dos brasileiros sobre ciência e tecnologia: o 'paradoxo' da relação entre informação e atitudes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, *20*(Supl.), 1163-1183.

Chamon, E. M. Q. O. (2007). Representação social da pesquisa e da atividade científica: um estudo com doutorandos. *Estudos de Psicologia*, *12*(1), 37-46.

Chamon, E. M. Q. O. (2014). Sobre as relações entre ciência e senso comum. *Anais da Conferência Internacional sobre Representações Sociais – CIRS 2014*, São Paulo, SP, 12.

Fernandes, C. S, Marques, C. A., & Delizoicov, D. (2016) Contextualização na formação inicial de professores de

ciências e a perspectiva educacional de Paulo Freire. *Ensaio Pesquisa em Educação e Ciências*, *18*(2), 9-28.

Ferreira, M. S., & Selles, S. E. (2004). Análise de livros didáticos em ciências: Entre as ciências de referência e as finalidades sociais da escolarização. *Educação em Foco*, *8*(1-2), 63-78.

Freire, P. (2015). *Extensão ou comunicação?* (17a ed.). Paz e Terra.

Gatti, B. A., Barreto, E. S. S., André, M. E. D. A., & Almeida, P. C. A. (2019). *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: Unesco. https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Panoramas da Educação. Destaques do Education at a Glance 2017*. Inep. http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacao_destaques_do_education_at_a_glance_2017.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Panoramas da Educação. Destaques do Education at a Glance 2018*. Inep. http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2018/Panorama_da_Educacao_2018_do_Education_a_glance.pdf

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). EdUERJ.

Latour, B. (2011). *Ciência em ação*: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora (2a ed.). Editora UNESP.

Marková, I. (2017). *Mente dialógica*: Senso comum e ética. PUCPRESS.

Miller, J. D. (1983). Scientific literacy: A conceptual and empirical review. *Daedalus*, *112*(2), 29-48.

Morgado, J. C. (2011). Identidade e profissionalidade docente: Sentidos e (im)possibilidades. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, *19*(73), 793-812.

Moscovici, S. (1981). On social representation. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). Academic Press.

Moscovici, S. (1986). L'ère des représentations sociales. In W. Doise & G. Palmonari, (Eds.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 34-80). Delachaux et Niestlé.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, *18*, 211-250.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Vozes.

Moscovici, S. (2019). La psychologie des représentations sociales. In N. Kalampalikis (Ed.), *Serge Moscovici: Psychologie des représentations sociales. Textes rares et inédits* (pp. 1-7). Editions des Archives Contemporaines.

Moscovici, S., & Hewstone, M. (1984). De la science au sens commun. In S. Moscovici (Dir.), *Psychologie sociale* (pp. 539-566). Presses Universitaires de France.

Neto, J. M., & Fracalanza, H. (2003). O livro didático de ciências: Problemas e soluções. *Ciência e Educação*, *9*(2), 147-157.

Next Generation Science Standards. (2017). http://www.nextgenscience.org/

Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ.

Samagaia, R. & Peduzzi, L. O. Q. (2004). Uma experiência com o Projeto Manhattan no ensino fundamental. *Ciência & Educação*, *10*(2), 259-276.

Santos, C. A. & Valeiras, N. (2014). Currículo interdisciplinar para licenciatura em ciências da natureza. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, *36*(2), 1-12.

Sasseron, L. H. (2015). Alfabetização científica, ensino por investigação e argumentação: Relações entre ciências da natureza e escola. *Revista Ensaio*, *17*(esp.), 49-67.

Silva, A. M. T. B. da. (2014). A teoria das representações sociais: o ensino e a aprendizagem do conhecimento científico em uma perspectiva para além do cognitivismo social. In E. M. Q. O. Chamon, P. A. Guareschi, & P. H. F. Campos (Orgs.), *Textos e debates em representação social* (pp. 69-99). Abrapso.

Snow, C. P. (1995). *As duas culturas e uma segunda leitura*. Edusp.

Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. (2011). *Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino*

Médio Integrado: Resumo executivo. Brasília: UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/arque:/48223/pf0000192271.

Vala, J. & Monteiro, M. B. (2000). *Psicologia social* (3a. ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Zauith, G., Ogata, M. N., & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Um breve panorama da educação CTS no Brasil. In W. A. P. Hoffmann (Org.), *Ciência, tecnologia e sociedade: Desafios da construção do conhecimento* (pp. 21-38). EDUFSCar.

A produção do saber escolar nas ciências naturais: uma reflexão com base na Teoria das Representações Sociais

Alcina Maria Testa Braz da Silva[89]

O ensino das denominadas “ciências naturais” (Física, Química, Biologia) é motivo de novas discussões e problematizações nos âmbitos da comunidade científica e dos sistemas educacionais, trazendo questões socioculturais e políticas aos cenários de interlocução entre as áreas de conhecimento.

Uma das questões que este trabalho se propõe analisar consiste na relação entre os saberes científicos, os saberes escolares e as representações sociais, a partir das contribuições da perspectiva de cunho psicossocial e cultural da Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici (1961/1976).

Dialogando com autores dessa perspectiva, como Moscovici (1961/1976, 2003, 2012), Jodelet (2001) e Gilly (2001), foi desenvolvida uma pesquisa, visando a compreender como os futuros professores na licenciatura em Física representam os conceitos de energia e trabalho e suas relações com as situações da realidade social e política.

[89] Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Edital Universal 2018 (2019-2022).

O ensino de ciências nas escolas brasileiras

No caso do cenário educacional brasileiro, vem ocorrendo um processo de deslocamento do eixo de preocupação voltado prioritariamente à avaliação relacionada ao ensino e à aprendizagem para a esfera das avaliações institucionais, o que em parte envolve o acompanhamento da análise dos resultados advindos das diversas instâncias de avaliação da educação, abrangendo diferentes níveis, sistemas de ensino e políticas públicas. O levantamento realizado por Alves e Franco (2008) aponta para várias dessas instâncias nacionais – Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), Simave (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), Censo Escolar da Educação Básica, Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Censo da Educação Superior, Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) – e internacionais – Unesco/Orealc (Oficina Regional de Educação da Unesco para América Latina e Caribe), Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Um quadro não consensual se apresenta, questionando as finalidades de todo esse processo de avaliação, em particular no que se refere aos “rankings supostamente científicos das escolas” (Lopes & Lopez, 2010, p. 106), o que, no caso da área das Ciências, ao se analisar o desempenho dos alunos, reflete a retomada de antigas e ainda atuais discussões referentes à falta de experimentação nas aulas, seu papel na aprendizagem do

conhecimento científico, o ensino livresco, a ausência do estabelecimento de relações com o saber do cotidiano nas situações de ensino-aprendizagem, a grade curricular hermética consistindo em uma camisa de força para o desenvolvimento do trabalho criativo do professor. Outros pontos se destacam na literatura da área, somados a todo um contexto estrutural, recorrentemente desfavorável, envolvendo as escolas e o próprio sistema educacional, e que só tendem a ampliar o quadro de análise: modelo de transmissão dos conhecimentos científicos como verdades neutras e absolutas, desinteresse dos alunos pelas aulas de Ciências, dificuldade de superação das concepções prévias/ alternativas trazidas pelos alunos, abordagens pedagógicas que desconsiderem a contextualização histórica e filosófica da construção científica, a falta de clareza sobre a função social da alfabetização científica, lacunas na formação inicial do professor, suas concepções e representações, necessidade de se repensar a formação continuada, falta de articulação entre a formação e a pesquisa, dificuldades de superação dos desafios para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar (Carvalho & Gil-Perez, 1993; Lopes, 1999; Franco, 1989; Chassot, 2000; Mortimer, 2000; Schnetzler, 2000; Megid Fracalanza, 2003; Samagaia & Peduzzi, 2004; Cachapuz et al., 2005; Franco & Sztajn, 2008).

Com base nessa contextualização, o objetivo deste trabalho consiste em um recorte dessa problemática no que se refere à relação entre os saberes científicos e os saberes escolares, apresentando argumentos no sentido de entender a relação dialética

entre o ensino e a aprendizagem do conhecimento científico, considerando o contexto sociocultural no qual essa relação é estabelecida. Com o foco no objetivo proposto, me apoio, como uma das contribuições possíveis para essa discussão, na perspectiva de cunho psicossocial da Teoria das Representações Sociais, procurando analisar o processo de transposição didática à luz dessa teoria.

O olhar da Teoria das Representações Sociais

No contexto deste trabalho, me aproprio da conceituação de "transposição didática", proposta a partir do trabalho de Chevallard e Johsua (1985). Franco e Sztajn (2008) ressaltam que as conclusões desse trabalho apontaram para a existência de diferenças entre o desenvolvimento do conceito de distância, conteúdo presente nos currículos escolares franceses, e o desenvolvimento do mesmo conceito em Matemática, sendo que as diferenças encontradas não podiam ser equacionadas por meio de modelos simples, tais como defasagem entre o referido conceito na academia e na escola ou perda de precisão do conceito no âmbito dos currículos escolares. Entretanto, poderia ser explicada a partir de uma análise sociológica da instituição escolar, a qual foi realizada posteriormente por Forquin (1993, como citado em Franco & Sztajn, 2008), que explicitou a diferença das funções sociais da escola e dos centros de pesquisa, argumentando que tal diferença estava na origem entre os conhecimentos que são produzidos e que circulam em cada uma das referidas instituições.

Em outro artigo, Chevallard (1985) definiu o seu espectro de análise no sentido de considerar que o processo de transformação do saber sábio em saber ensinável, denominado “transposição didática”, envolve determinados aspectos, que em linhas gerais consistem em: modernização do saber escolar com a introdução dos avanços científicos e tecnológicos; inserção de novos conhecimentos, atualizando o saber ensinável e modernizando os currículos; articulação de “novos” e “velhos” saberes, esclarecendo o conteúdo antigo e validando o novo; problematização do saber sábio e compreensão do saber novo.

Ao discutirem esse trabalho de Chevallard (op. cit.), Ferreira e Selles (2004) destacam que os conhecimentos científicos, denominados saber sábio por esse autor, passam por modificações, cujas mediações por fatores de ordem político-social transformam esses conhecimentos em objeto de ensino. Segundo as autoras, nesse processo, “uma modalidade de conhecimento *sui generis*” (p. 63) vem a ser constituída, a qual submete as diversas ciências de referência (Física, Química e Biologia) às finalidades sociais da escolarização.

Segundo os autores da perspectiva psicossocial da Teoria das Representações Sociais, como Moscovici (1961/1976, 2003, 2012), Jodelet (2001) e Gilly (2001), a difusão de um fenômeno não familiar, seja por ser uma novidade, seja por surgir com roupagens “novas”, impulsionada por uma necessidade de se assimilar a “novidade” nos grupos sociais envolvidos nesse processo, gera

mobilização, conflitos, consensos, convergências e divergências, conversações e negociações.

Esse processo de “apropriação” é produtor de sentidos e gerador das representações sociais, as quais consistem em uma “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22). Tais representações são construções coletivas, multifacetadas e polimorfas, integrando elementos cognitivos, afetivos, simbólicos e de valores, gerados pelo sujeito social. Moscovici (1961/1976) argumenta que as representações sociais são um tipo específico de conhecimento e possuem função orientadora de comportamentos e da comunicação entre indivíduos.

Gilly (2001) argumenta que o sistema escolar, devido à importância dos riscos sociais a ele associados, sempre sofreu, em maior ou menor grau, as marcas originárias dos grupos sociais que ocupam posições diferentes em relação a ele – discursos dos políticos e dos administradores, discursos dos agentes institucionais dos diferentes níveis de hierarquia, discursos dos usuários. Desse modo, segundo o autor, as representações sociais são o produto de compromissos contraditórios e, como sistemas autônomos de significações sociais, estão sob a dupla pressão de fatores ideológicos e de imposições relacionadas ao funcionamento efetivo do sistema escolar.

O autor nos apresenta os fenômenos de "descontextualização" e "recontextualização" sucessivos do saber, discutidos no trabalho de Perret-Clermond et al. (1981, como citado em Gilly, 2001), para analisar a transmissão social do saber erudito, por processos de seleção e organização da informação. Segundo seus argumentos, as práticas sociais sucessivas de seleção de conteúdos, construção dos livros didáticos, preparação do ensino, por exemplo, operam, a cada vez, reconstruções de um objeto novo, que geram representações sociais sucessivas do saber científico inicial, finalizadas pelos próprios objetivos das referidas práticas sociais.

A escola, portanto, pode ser considerada um local privilegiado de produção e circulação de representações sociais de vários fenômenos educacionais, consistindo em um espaço de interação, de conversações, de produção de saberes e de sentidos, que serve à legitimação de alguns desses saberes e sentidos, em detrimento de outros, mantendo-os hegemônicos. Os professores, um dos grupos sociais que atuam nesse espaço, constroem de uma forma compartilhada explicações sobre como deve ser o ensino para se alcançar a aprendizagem, muitas vezes assumida no singular. Essas explicações coordenam as escolhas do que deve ser ensinado, o tempo gasto em cada conteúdo, as ações didáticas e de avaliação, as decisões sobre os recursos tecnológicos, assim como as inovações didáticas e tecnológicas. Portanto, entender as relações entre os saberes científicos, os saberes escolares e as representações sociais desses saberes é importante para a compreensão das

dinâmicas que conformam as práticas docentes e os processos de ensino e aprendizagens.

Em complementaridade aos mecanismos propostos por Gilly (op. cit.), é importante resgatar os constructos de “universo reificado” e “universo consensual”, propostos por Moscovici (1961/1976). O “universo reificado” é constituído pelas técnicas, artefatos, teorias, correspondendo ao conhecimento elaborado segundo os procedimentos lógicos e formais, enquanto o “universo consensual” consiste no lócus onde as representações sociais dos objetos reificados são produzidas. Ampliando a esfera de ação, com base nesses conceitos, o campo das representações sociais apresenta-se fértil para a compreensão do processo pelo qual os conceitos produzidos pelas ciências são reificados, sendo possível analisar a difusão e a circulação dessas representações simbólicas na realidade cotidiana, da qual os espaços formais, como a escola, fazem parte.

O caminho da pesquisa: desenho e análise

A pesquisa foi realizada em uma instituição federal de ensino, tendo como participantes os licenciandos de Física, distribuídos ao longo dos oito períodos do curso. A partir da seguinte questão de pesquisa “como os licenciandos em Física representam os conceitos de energia e trabalho?”, foram elaboradas perguntas, de forma semiestruturada, sobre os conceitos de energia, trabalho e suas relações com as situações da realidade social e política.

O perfil dos licenciandos se encontra apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1

Perfil dos participantes da pesquisa

Non	**Períod**	**Disciplinas realiza**	**Sex**	**Idac**
P1	4º	Introdução à Física	F	26
P2	1º	Geometria analítica, e educação, portugu libras, contemporan subjetividade, prátic história, política e le educação. Cursando Física	M	40
P3	3º	Introdução à Física	M	29
P4	2º	História da Física, ge pré-cálculo, sociedac educação, contempo subjetividade, Introc	M	49
P5	1º	Introdução à Física	M	18
P6	1º	Introdução à Física	M	21
P7	Não informa	Física 1, Física 2, Fís Eletromagnetismo	F	21
P8	1º	Introdução à Física	M	18
P9	1º	Introdução à Física	F	18
P10	1º	Introdução à Física	M	19
P11	5º	Não informado	F	23
P12	1º	Introdução à Física	M	19
P13	3º	Introdução à Física	F	19

P14	4º	Introdução à Física	M	28
P15	1º	Introdução à Física	M	18
P16	1º	Introdução à Física	M	18
P17	1º	Introdução à Física	M	20
P18	1º	Introdução à Física, geometria analítica, e educação, contem práticas escolares, c informação, laborató	M	21

Fonte: Autora

A análise semântica do *corpus* discursivo foi feita a partir da categorização temática (Bardin, 1977), com o suporte do ATLAS.ti (Muhr, 1997). As redes semânticas elaboradas estão apresentadas a seguir.

Figura 1

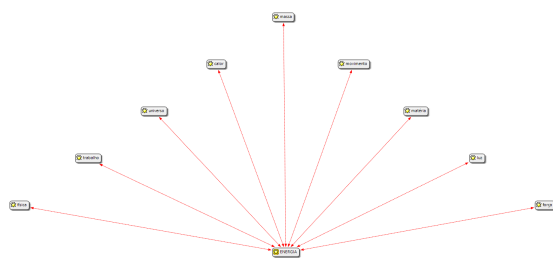
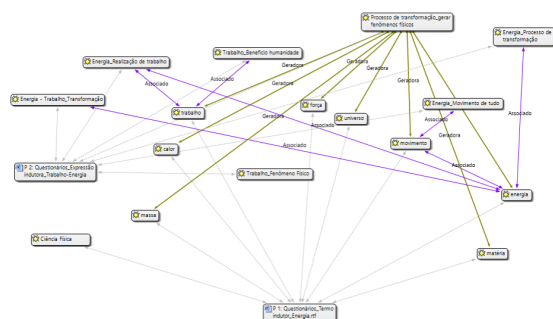
Rede semântica "Conceitos científicos – Energia"

Fonte: Atora

Figura 2

Rede semântica “Conceitos científicos – Energia – Trabalho”

Fonte: Autora

Assumindo, como Gilly (2001) nos apresenta, com base no trabalho de Perret-Clermond et al. (1981), os fenômenos de

"descontextualização" e "recontextualização" sucessivos do saber para analisar a transmissão social do saber científico, e os constructos de "universo reificado" e "universo consensual", propostos por Moscovici (1961/1976), foi feita uma primeira análise do *corpus* discursivo, a partir das redes elaboradas. Seguem nessa análise diagnóstica, de caráter preliminar, algumas respostas que apresentam elementos simbólicos, destacados nas redes apresentadas nas figuras 1 e 2, representativos da relação entre os conceitos de energia e trabalho.

P.2: É uma das grandezas, assim como o tempo e massa, das quais a física se ocupa em estudar. A capacidade de transformação de tipos de energia em outras nos possibilita a obtenção do trabalho em prol de beneficiar a humanidade. $E = mc^2$.

P.9: Energia é aquilo que permite o movimento de tudo (ex: energia pot. elástica, energia cinética...).

P.11: Capacidade de um corpo na realização de trabalho.

P.14: Energia é tudo aquilo que a partir de um processo de transformação pode ser utilizado para gerar vários fenômenos, como, por exemplo, trabalho, movimento, calor.

As redes semânticas sinalizaram que os conceitos de energia e trabalho, articulados em suas conceituações científicas, são representados de forma desvinculada do que tange temas de ordem social e ambiental, como a desigualdade econômica mundial, a fome e o aquecimento global, apontando para lacunas nas discussões sobre questões sociocientíficas na formação desses docentes. A falta de integração entre as disciplinas ditas de

“conteúdo” e as disciplinas ditas “pedagógicas” e de “ensino” permite questionar a superação do modelo formativo 3+1 para as licenciaturas, um aspecto a ser considerado quando discutimos tais lacunas.

A compreensão das práticas científicas com base na dinâmica histórica, desvelada nas múltiplas facetas da construção do conhecimento científico, poderia ser um caminho para preencher essas lacunas na formação docente. Outro caminho seria pensar as ações didáticas, envolvendo as tecnologias e as mídias como elementos motivadores e integradores das disciplinas. Nessa perspectiva educacional, práticas e ações didáticas seriam pontos de ancoragem que fortaleceriam o diálogo interdisciplinar a partir da problematização das questões sociocientíficas, como no caso dos temas socioambientais.

Considerando que os licenciandos, futuros professores, constituem grupos sociais que, no espaço educacional, constroem de forma compartilhada a sua futura prática profissional, é preciso olhar esses cursos de formação, que no caso desta pesquisa correspondem a uma das licenciaturas na área do conhecimento científico, a licenciatura em Física, e na mesma sintonia olhar os múltiplos cenários escolares como locais de produção e circulação de representações sociais de vários saberes pertencentes ao “universo reificado”. Nesse contexto de reflexão, a transposição didática pode ser entendida como a transformação desses saberes científicos em saberes escolares nos espaços de interação e de conversação do “universo consensual”, onde processos de

descontextualização e recontextualização conformam as disciplinas, os processos de ensino, as aprendizagens, a prática docente, envolvendo a hegemonia de determinados saberes em relação a outros, na produção de novos saberes e na legitimação de suas relações simbólicas.

Considerações finais

Como considerações finais deste trabalho, lembrando que toda terminalidade deve ser entendida no âmbito de um processo de construção, ressalto a importância de posicionar as análises do cenário educacional em um contexto de investigação na perspectiva dos atores sociais que nele se inserem e atuam, de modo que seja possível ultrapassar a responsabilização unilateral de indivíduos pelos obstáculos tanto ao ensino como à aprendizagem do conhecimento científico, compreendendo esse conhecimento como um processo construído coletivamente em um contexto que envolve condicionantes epistemológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Desse modo, análises, que envolvam o olhar dos diversos grupos sociais e incluam os vários elementos definidores desses condicionantes abrirão potencialmente mais possibilidades para se entender os caminhos pedagógicos e políticos em suas múltiplas facetas, ou seja, os professores e sua formação, seja inicial, continuada, presencial ou a distância; os livros didáticos e seu percurso argumentativo; as tecnologias de informação e comunicação e os processos de exclusão; a constituição dos novos saberes; a concepção curricular; e o campo

político de embates. Enfim, mergulhar nos cenários sociais, políticos, econômicos e culturais, nos quais vão se definindo perfis, talentos e identidades que, por sua vez, delineiam novos espaços educativos formais e não formais.

Referências

Alves, M. T. G., & Franco, C., Jr. (2008). A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: Evidências sobre o efeito escola e fatores associados à eficácia escolar. In N. Brooke, & J. F. Soares (Eds.), *Pesquisa em eficácia escolar: Origem e trajetórias* (pp. 482-500). Editora UFMG.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Cachapuz, A., Gil-Perez, D., Carvalho, A. M. P. de, Prais, J., & Vilches, A. (Orgs.). (2005). *A necessária renovação do ensino de ciências*. Cortez.

Carvalho, A. M. P. de, & Gil-Perez, D. (1993). *Formação de professores de ciências*. Cortez.

Chassot, A. (2000). *Alfabetização científica: Questões e desafios*. Editora Unijuí.

Chevallard, Y. (1985). La t*ransposition didactique: Du savoir savant au savoir enseigné*. La Pensée Sauvage Éditions.

Chevallard, Y., & Johsua, M.-A. (1985). Un exemple d' analyse de la transposition didactique; la notion de distance. *Recherches en Didactique des Mathematiques*, *3*(2), 157-239.

Ferreira, M. S., & Selles, S. E. (2004). Análise de livros didáticos em ciências: Entre as ciências de referência e as finalidades sociais da escolarização. *Educação em Foco*, *8*(1), 63-78.
Franco, C., Jr. (1989). Os livros didáticos e a gravidade: Uma queda pouco didática. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *70*(165), 224-242.
Franco, C., Jr., & Sztajn, P. (2008). Educação em ciências e matemática: Identidade e implicações para políticas de formação continuada de professores. In A. F. B. Moreira (Ed.), *Currículo: Políticas e práticas* (pp. 97-114). Papirus.
Gilly, M. (2001). As representações sociais no campo da educação. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 321-341). EdUERJ.
Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). EdUERJ.
Lopes, A. C. (1999). *Conhecimento escolar: Ciência e cotidiano*. EdUERJ.
Lopes, A. C., & Lopez, S. B. (2010). A performatividade nas políticas de currículo: O caso do ENEM. *Educação em Revista*, *26*(1), 89-110. http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v26n01/v26n01a05.pdf
Mortimer, E. F. (2000). *Linguagem e formação de conceitos no ensino de Ciências*. Editora UFMG.
Moscovici, S. (1976). La psychanalyse, son image et son public (2a ed.). (Collection bibliothèque de psychanalyse). Presses Universitaires de France. (Première parution en 1961)

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Vozes.

Muhr, T. (1997). *Atlas.ti – The knowledge workbench: Visual qualitative data analysis management model building: Short User's Manual.* Scientific Software Development.

Megid, J., Neto, & Fracalanza, H. (2003). O livro didático de ciências: Problemas e soluções. *Ciência & Educação*, 9(2), 147-157. http://educa.fcc.org.br/pdf/ciedu/v09n02/v09n02a01.pdf

Samagaia, R., & Peduzzi, L. O. Q. (2004). Uma experiência com o Projeto Manhattan no ensino fundamental. *Ciência & Educação*, *10*(2), 259-276. http://educa.fcc.org.br/pdf/ciedu/v10n02/v10n02a08.pdf

Schnetzler, R. P. (2000). O professor de ciências: Problemas e tendências de sua formação. In R. P. Schnetzler, & R. M. R. Aragão (Eds.), *Ensino de ciências: Fundamentos e abordagens* (pp. 13-41). Unimep.

Sobre as Autoras e os Autores

Adelina Novaes – Psicóloga. Mestra e doutora em Educação (PUC-SP). Estudos de pós-doutorado na *London School of Economics and Political Science* e PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e do Programa de Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais (Unicid). Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e da Cátedra Unesco sobre Profissionalização Docente (Unicid). Currículo: http://lattes.cnpq.br/9753854726358178 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-2028-2837

Adriane Roso – Psicóloga. Mestra em Psicologia Social e da Personalidade (PUC-RS). Doutora em Psicologia (PUC-RS). Estudos de Pós-Doutorado em Psicologia Social (*Harvard University*) e em Comunicação (UFSM). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFSM). Currículo: http://lattes.cnpq.br/5781004524826262 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-7471-133X

Alcina Maria Testa Braz da Silva – Bacharel em Física. Mestra em Engenharia e Ciências dos Materiais (UFRJ). Doutora em Educação (UFRJ). Estudos de Pós-Doutorado na UFMG. Docente e pesquisadora do Cefet-RJ. Currículo: http://

lattes.cnpq.br/2916840235736147 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-5424-9993

Aline Accorssi – Psicóloga. Mestra em Psicologia Social e da Personalidade (PUC-RS). Doutora em Psicologia (PUC-RS). Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPel). Currículo: http://lattes.cnpq.br/7571571217332694 ORCID iD: http://orcid.org/0000-0001-8361-3475

Aline Reis Calvo Hernandez – Psicóloga. Mestra em Educação (UFRGS). Doutora em Psicologia Social e Metodologia (*Universidad Autónoma de Madrid*). Estudos de Pós-Doutorado em Psicologia Social e Política (PUC-RS). Docente da Faculdade de Educação (UFRGS). Currículo: http://lattes.cnpq.br/3778059845391762 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-5413-319X

André Luiz Guerra da Silva – Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Currículo: http://lattes.cnpq.br/7738267784456828 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-3608-968X

Angela Arruda – Psicóloga. Mestra em Psicologia Social (*Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*). Doutora em Psicologia Social (Universidade de São Paulo). Estudos de Pós-Doutorado em Saúde (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa). Pesquisadora/Docente da UFRJ e da Universidade de Évora. Currículo: http://lattes.cnpq.br/9599847497929702 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-5649-4335

Camila Cristina Vasconcelos Dias – Psicóloga. Mestra em Psicologia Social (UFPB). Currículo: http://lattes.cnpq.br/3706421279961966 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-9359-3201

Camila dos Santos Gonçalves – Psicóloga. Mestra em Psicologia (UFSM) e Doutora em Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Docente do Curso de Psicologia (UFN). Currículo: http://lattes.cnpq.br/0920041687692930. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0655-8895

Catiele dos Santos – Psicóloga. Mestra em Psicologia (UFSM). Currículo: http://lattes.cnpq.br/7987438960953347 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-1900-0735

Denise Jodelet – Licenciada em Filosofia. Doutora em Ciências Sociais (*École des Hautes*). Docente da *École des Hautes*. Currículo: http://lattes.cnpq.br/2299409122196640 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-1934-8536

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon – Pedagoga. Mestra em Sciences de L'Education (*Université de Toulouse II* **–** *Le Mirail*) e Doutora em Psicologia (*Université de Toulouse II* **–** *Le Mirail*). Estudos de Pós-Doutorado em Educação (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano (Unitau e Unesa). Currículo: http://lattes.cnpq.br/3548150538777632 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-2835-6554

Janine Gudolle de Souza – Psicóloga. Mestra em Psicologia (UFSM). Currículo: http://lattes.cnpq.br/

6412411123833056 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-6477-4190

Jorge Correia Jesuíno – Licenciado em Filosofia. Doutor em Sociologia (Universidade Técnica de Lisboa). Docente *emeritus* (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa ISCTE-IUL). Pesquisador do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa). Currículo: http://cfcul.fc.ul.pt/equipa/jjesuino.php ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-3706-9541

José Antonio Castorina – Mestre em Filosofia (Sociedade Argentina de Análise Filosófica) e Doutor em Educação (UFRGS). Docente da Universidade de Buenos Aires. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-1724-9315

Leonor M. Santana – Psicóloga. Mestra em Desenvolvimento Humano (Unitau). Currículo: http://lattes.cnpq.br/7068698360558786 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-2501-9560

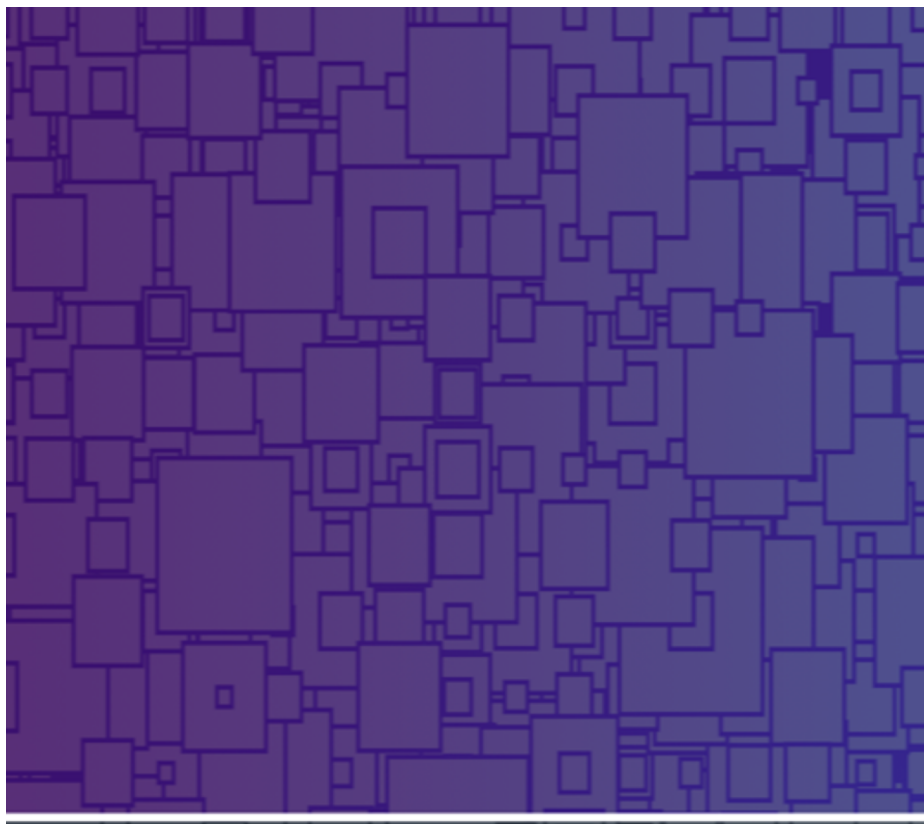
Mireya Lozada – Docente e Investigadora do Curso de Psicologia (*Universidad Central de Venezuela*). Mestra em Psicologia Social (Universidad Central de Venezuela) e Doutora em Psicologia (*Université de Toulouse II, France*). ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0894-3025

Patrícia Fonseca de Sousa – Psicóloga. Mestra e Doutora em Psicologia Social (UFPB). Currículo: http://lattes.cnpq.br/0869995903859198 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-1885-2626

Pedrinho A. Guareschi – Filósofo. Teólogo. Graduado em Letras. Mestre em Psicologia Social (*Marquette University Milwaukee*) e Doutor em Psicologia Social (*Wisconsin University* **–** *Madison*). Estudos de Pós-Doutorado em Ciências Sociais (*Wisconsin University* e *Cambridge University*) e em Psicologia (*Università degli Studi La Sapienza*). Docente convidado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRGS). Currículo: http://lattes.cnpq.br/9102480955435391 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-0875-5865

Pedro Humberto Faria Campos – Psicólogo. Mestre em Psicologia Social (*Université de Provence*) e em Educação (UFG) e Doutor em Psicologia Social (*Université de Provence*). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Universo/RJ). Currículo: http://lattes.cnpq.br/4165413685802953 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-0844-8358

Silvana Carneiro Maciel – Psicóloga. Doutora em Psicologia (UFPB e UFRN). Estudos de Pós-Doutorado em Psicologia Social (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB). Currículo: http://lattes.cnpq.br/6245571598254760 ORCID iD: https://orcid.org/0000-0003-1489-1126

Susana Seidmann – Licenciada em Psicologia e Sociologia. Doutora em Psicologia (*Universidad de Belgrano*). Docente no Curso de Psicologia (UBA). ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-6653-4027

Chaire franco-brésilienne Serge Moscovici